

SÃO VICENTE

e

As Capitânicas do Sul do Brasil

AS ORIGENS

BRASILIANA

Volume 314

J. F. DE ALMEIDA PRADO

História da Formação da Sociedade Brasileira

SÃO VICENTE
e as
CAPITANIAS DO SUL
DO BRASIL
AS ORIGENS

(1501-1531)

981

B823

v. 314

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

SÃO PAULO

BAIXA
FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

Obras do mesmo Autor:

HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Primeiros Povoadores do Brasil.

Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil.

A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil.

*Tomás Ender. Um Pintor Austríaco na Côrte de D. João VI.
(Um Epsódio da Formação da Classe Dirigente Brasileira).*

O Brasil e o Colonialismo Europeu.

São Vicente e As Capitanias do Sul do Brasil.

•

No Prelo:

São Paulo e as Capitanias Meridionais I.

•

Em preparo:

São Paulo e As Capitanias Meridionais II, III, IV e V.

•

edições da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

SÃO PAULO

1961



Impresso nos Estados Unidos do Brasil

Printed in the United States of Brazil

A

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN,
natural de Sorocaba

BAIXA

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA



INDICE

| | |
|---|-----|
| <i>As origens</i> | 7 |
| <i>A Casa da Índia</i> | 23 |
| <i>O significado do Nôvo Mundo</i> | 43 |
| <i>O padrinho das Américas</i> | 61 |
| <i>As cartas de Vespúcio</i> | 77 |
| <i>As viagens de Vespúcio</i> | 127 |
| <i>A ação de Vespúcio na sua época</i> | 181 |
| <i>Os franceses e o Brasil</i> | 199 |
| <i>Angô e sua ambição na América</i> | 211 |
| <i>A rivalidade franco-lusitana</i> | 225 |
| <i>A competição em tôrno do Brasil</i> | 243 |
| <i>Comêço e expansão do sindicato de Angô</i> | 261 |
| <i>A obra do sindicato</i> | 275 |
| <i>A arma dourada</i> | 301 |
| <i>O sucesso do domínio luso</i> | 319 |
| <i>Depois de Vespúcio</i> | 329 |
| <i>Comêço do colonialismo na América</i> | 339 |
| <i>A expedição de Fernão de Magalhães</i> | 365 |
| <i>As expedições sucessoras de Magalhães</i> | 383 |
| <i>Primeiros povoadores do litoral sul</i> | 431 |
| <i>O marco de Martim Afonso</i> | 461 |
| <i>Bibliografia</i> | 471 |
| <i>Índice de nomes próprios</i> | 503 |

AS ORIGENS

O Tratado de Tordesilhas. A verdadeira missão dos vicentinos. De princípio, deviam facilitar acesso à nova passagem descoberta para o Oriente. Depois, proporcionar ao português participação às riquezas do interior do Novo Mundo. A ação da Igreja e a gênese do colonialismo luso.

As Origens

A capitania de S. Vicente, continuadora de antigos povoados de homens brancos perdidos no êrmo dos extremos meridionais portuguezes da América, divergiu desde os seus primórdios das demais do Brasil, pelo fato de dirigir os seus filhos para o interior da colônia, ao invés de medrar na orla costeira dependente do oceano, de onde era possível receber socorros e escoar a produção.

Em S. Vicente teria pouca dura a tentativa açucareira semelhante às que se encadeavam da Guanabara ao Rio Grande do Norte. Nem interessava à Coroa desviar para mais longe produção que encontrara terreno altamente rendoso a mais curta distância do mercado consumidor. Preferível se lhe afigurava tornarem-se os vicentinos guarda avançada dos domínios fronteiros aos dos castelhanos, e, eventualmente, constituírem elementos de operações contra os mesmos.

A invariável orientação do régio conselho que presidia as resoluções da monarquia, jamais se afastou da regra de auferir o máximo das colônias e nelas despendêr o mínimo. Tudo que lhes dissesse respeito era cuidadosamente medido antes de aplicado em consequência da exiguidade dos recursos à disposição do

governo. Manteve-se, daí, na maior rigidez a norma colonialista através dos tempos, de que uma das manifestações consistiu em valer-se dos elementos humanos encontrados no sul do Brasil, para formar o núcleo inicial do reduto que seria a atalaia do âmagô do continente.

Nos ajustes realizados em 1493, de que se originou a bula *Inter Caetera*, cabia aos portugueses a “zona de influência”, como diriam diplomatas do século XIX, situada a leste do meridiano traçado nos Açôres, numa extensão de cem léguas a partir desse ponto. A medida que devia manter boa harmonia entre as duas Coroas ibéricas, não satisfez, entretanto, os beneficiados. Naquele momento as viagens de Colombo turbavam as relações de lusos e castelhanos, de sorte a prosseguirem as discussões dos peritos — compostos de ambos os lados quase somente de portugueses — até traçar-se, no ano seguinte, dois meridianos, um no oceano Atlântico e outro no Pacífico, com 180 graus de permeio. Determinara-se, outrossim, que haveria deslocação de limites, de volta à bula *Inter Caetera* favorável a Castela, caso o genovês descobrisse mais terras antes do dia vinte de junho de 1494, a saber, onze dias depois da assinatura do tratado. Do contrário, permaneceriam íntegros os limites favoráveis a Portugal, razão de mais tarde caber-lhe o Brasil quando foi descoberto.

A linha demarcatória em vigor depois do ajuste começava no Marañon dos espanhóis, para terminar em S. Sebastião, no atual Estado de S. Paulo, a parte direita outorgada ao luso e o remanescente a espanhóis. Esse risco não obedecia à configuração do terreno. Era puramente ideal, favorável a toda sorte de manejos capciosos incentivados por recursos demarcatórios tècnicamente deficientes. Culminou a afoiteza dos lusos na conjuntura com a expedição de Martim

Afonso de Sousa, que simultâneamente desviou a linha ao norte do Maranhão para a ilha de Marajó, e, no sul, da ilha de S. Sebastião para Cananéia. Maiores desvios ainda projetava, quando semeou padrões com as quinas na região do Prata, mas foi contido pelas prudentes ponderações de D. João III. Inda assim, a incerteza dos tratados deixava porta aberta para ulteriores ingerências nas terras do vizinho.

A missão do vicentino na mente da metrópole consistiu, destarte, em desrespeitar solenes ajustes, palmilhar morros e vales sem se ater a linhas divisórias, valer-se de acidentes topográficos em interminas caminhadas, vadear rios, devassar sertões, explorá-los e conquistá-los para a Coroa. Na faina aventurosa, através de mil perigos, refregas e fatalidade, na caça do índio ou na prospecção de jazidas preciosas, onde punha o pé dilatava o território sob bandeira lusa.

Esse esforço prodigioso efetivou-se com recursos do próprio meio vicentino, mediante escasso auxílio do maior beneficiado, quando não à sua revelia. A conquista do interior do continente foi realizada a poder de audácia, rusticidade e pasmosa resistência a privações dos que não se arreceavam de afundar na imensidade desconhecida, além do Prata e de serras fabulosas, até os Andes e o Amazonas. Recomendavam-lhes, os agentes metropolitanos, preassem incólas e descobrissem metais, com grande escândalo dos sacerdotes aparecidos nas capitânicas, tarefa de que os leigos se desincumbiram com absoluto sucesso. A preocupação predatória de governantes e governados, reinóis e mazombos, litorâneos e sertanejos, contudo, superava os ditames da crença. Ao lembrar do ouro, inflamava-se dos dois lados do Atlântico a cobiça, acicatadas as imaginações pelas notícias dos feitos de Pizarros e Cortezes. Devia haver riquezas ocultas nos rios e fra-

gãs situadas entre os domínios de Portugal e Castela, como sucedia no Peru e recrescia a febre que atormentava Reis e Imperadores na expectativa de veios asseguradores do domínio do mundo.

O tempo de parceria com o acaso se encarregou muito mais tarde de satisfazer os videntes que previam riquezas no interior do Brasil. Enquanto a procuravam, se lhes afigurava de pouco interêsse a capitania do extremo sul dos domínios del-Rei. De desânimo em desânimo surdiria a frase do donatário de S. Vicente, de que, se o amo lhe retirasse a mercê, prestar-lhe-ia imenso favor... Na Índia, pelo menos, podia-se locupletar com assaltos a templos e extorquir dinheiro de régulos indígenas, tão-só com a fôrça armada, ao passo que no Brasil se multiplicavam obstáculos e delongas na complicada e pouco rendosa capitania.

A certeza, porém, de encontrar tesouros na América, alimentada por soberanos lusos e conselheiros, assume aspectos visionários, persistente a despeito de malogros, e, principalmente, longa demora na realização de sonhos. No elementar aproveitamento do litoral, até se organizarem as entradas devassadoras do *hinterland*, encontraria no Brasil, a alma rapinante do europeu, terreno ideal para a sua cobiça. Com pequeno dispêndio alcançava a Coroa, mormente em S. Vicente, quem se lhe substituísse na alteração dos limites de Tordesilhas e na pesquisa de veios auríferos. Bastava manter alguns presídios na costa e deixar livres de se desenvolverem como pudessem os do interior, para calcular resultados excepcionais. Isto mesmo era empecido pela política metropolitana quando levantou barreiras para impedir comunicações entre os povoados vicentinos e os domínios espanhóis, no intuito de obstar evasão de insignificante renda fiscal.

Longo espaço teve de esperar antes da realização do anseio. Demorou até o princípio do século XVIII o momento de deitar garras no fulvo tesouro. Entrementes, progredia o resto da colônia graças ao surto açucareiro do Norte, que, no consenso de modernos economistas, foi mais frutuoso para Portugal que o resultado da façanha de Vasco da Gama ao chegar à Índia. Renderam, assim, muito mais ao régio erário as várzeas nordestinas e baianas, e custaram muito menos que a aventura do Oriente, sorvedouro de vidas, espelho de enganos, illusório dispensador de lucros, subordinada à incipiente navegação de vela transoceânica, longa, incerta, onerosa, dizimadora de populações, de mil maneiras nefasta a país desprovido de indústria e de comércio, indispensável para reter o produto de tão extenso sacrifício.

A falaz atividade, porém, da aventura descompassava mentes e ludibriava governos. A Índia, Cochinchina e regiões ainda mais distantes da Europa, tais a lendária Cipango e a Australásia, aparentemente ofereciam infinitas possibilidades comerciais. Dispunham dos gêneros chamados exóticos, procurados pelas regiões do norte do Mediterrâneo, em crescente surto econômico à medida que se adiantava a Renascença. O homem ibérico, recém-saído da ganga medieval, prolongada nas Espanhas além do registado em outros reinos da cristandade, arvorava-se em repentino fornecedor de mercadoria requerida por europeus mais evoluídos e exigentes no passadio. Apresentavam igualmente os povos orientais apreciáveis perspectivas de escoadouro para a produção da indústria européia, que permitia evitar seguissem vazios os porões das naves enviadas à Índia e às Molucas. Contudo, atrás dêsse acervo de promessas, quanta dor, dano moral e material, perdas irreparáveis e mais desgraças, desabavam no ibero e

depois dêle sôbre outros habitantes da velha Europa, ao se espalhar a notícia de que passara às mãos de gente cristã a chave dô comércio dantes na posse de muçulmanos.

No imenso escarcéu a sacudir os ocidentais, por estranho pareça, a provocar problema histórico hoje difícil de deslindar com a nossa mentalidade, interviam, junto de planos econômicos, outros de ordem completamente diversa e de enorme importância nas diretrizes da nova política em formação no Ocidente. Nas resoluções de conquista mercante e territorial, fundiam-se Igreja e Coroa, ambas as duas movidas pelos que da fé se beneficiavam a pretexto de defendê-la. Escreve a respeito o escritor luso Mário de Albuquerque: *“Os nossos soberanos ao mesmo tempo que legislavam sôbre o assunto, encomendavam-se à autoridade de Roma. Por uma série de bulas os Pontífices reconheceram a nossa ação evangelizadora e os serviços em defesa da Cristandade, e difundiram o direito de Portugal sôbre terras descobertas, e mesmo a descobrir, até a Índia inclusive.”*

Era o mesmo princípio das Cruzadas, com repercussões parecidas às que na Idade Média tornaram Veneza herdeira da atividade econômica desenvolvida pelos feitos dos guerreiros cristãos ressurgidas com os portugueses na era das descobertas marítimas. Revivia o espírito de Pedro o Eremita com resultados inevitavelmente semelhantes, em que vemos começarem algaras inspiradas pela Guerra Santa, para terminar sob o signo do deus Mercúrio de pés alados e mãos ligeiras. Levantaram-se nesta ocasião impérios coloniais, cujas naus traziam a cruz de Cristo nas velas dô tráfico da especiaria e da escravatura, gênese do colonialismo moderno, muito diverso da organização romana de que arvorava apenas o nome.

Sem dúvida, existia de há muito, desde a noite dos tempos, a lei do mais forte. Grandes impérios sempre se formaram pela mão da iniquidade. No caso, entretanto, presenciemos crença religiosa de ordem universal a prestigiar desígnios unicamente materiais. Assim impunham as circunstâncias, provocadas por encadeamento fatal, além da vontade dos homens, submetidas às analogias que teimosamente reaparecem na História.

Aqui temos de distinguir duas particularidades. Destinavam-se as bulas expedidas pelos Papas a favor das conquistas de portugueses, e, a seguir de espanhóis, à conversão de infiéis e idólatras. A autorização outorgada pelo chefe da cristandade prestava-se a toda sorte de deturpações a colidir com os princípios do credo. A intenção do Vigário de Cristo evidentemente não admita o deslize. O que almejava residia principalmente no combate ao espantoso rôjo muçulmano que ameaçava submergir a Europa. Não cumpria no momento salvar apenas o evangelho, mas igualmente a sociedade cristã ameaçada de destruição. O perigo era apavorante, pior que outrora o dos hunos da Ásia ou sarracenos de Espanha, cada dia mais temeroso pelo poderio maometano ante uma Europa desunida. Não havia, pois, somente ambições de proselitismo na atitude da Santa Sé. Acima de tudo imperava o dever de congregar forças segundo o ditame "Ajuda-te que o Céu te ajudará", a fim de salvar a civilização do progressista Ocidente ameaçada pelo retrógrado fanatismo do Oriente.

Para têmos uma idéia da diversidade mental dos dois adversários, atentaremos entre muitos casos ao destino da medicina. Como poderia evoluir sob crença que proibia reprodução gráfica do corpo humano? O mesmo sucedia no domínio da arte. Fácil conceber através destes exemplos, escolhidos ao acaso, o que

seria o triunfo maometano quando se encontrava no paroxismo religioso alavanca de irrupções guerreiras. As bulas a favor dos iberos não se destinavam evidentemente a proteger escopos comerciais, porém, a apoiar as frotas que deviam medir-se com infiéis em quaisquer mares em defesa da cruz contra o crescente. Não recaía, portanto, sôbre Roma a culpa de deturpações ocorridas pelos que do credo se aproveitavam.

Na epopéia da dominação do oceano, confundiam-se, em consequência de choques entre crenças, princípios religiosos e espírito de aventura. Não podemos, daí, separar tais reflexos da psique do descobridor das Américas, quando êle surgiu guiado pelo instinto predatório e cálculo interesseiro do europeu, presunçosamente por êle mesmo crismado "Homo Aeconomicus". O vêzo dantes confinado ao Velho Mundo, ia agora transbordar pelo Nôvo, de modo tão devorante, que, ao se elevarem presídios na América Lusitana destinados a manter a posse del-Rei e invadir domínios alheios, não tardaram a sobrevir conflitos, por vêzes irremediáveis, entre reinóis leigos utilitaristas e missionários imbuídos de idealismo.

Levara a Coroa muito contra a sua vontade duas facções inconciliáveis para os territórios recebidos de Alexandre VI, a fim de que fôssem cristianizados e para todo sempre servissem a Igreja. De um ladó, estavam povoadores brancos, sôbre os quais era mister, pelo menos no comêço da conquista, fechar os olhos acêrca dos processos de que lançavam mão para se apossar da terra. De outro, o apóstolo das missões, que admitia a soberania del-Rei sôbre territórios habitados por populações primitivas, pelo fato de assegurar o império da fé. Mas discordava da escravidão do antigo dono pelo branco, e, acima de tudo, pela soltura que o transformava em polígamo muçul-

mano, rodeado de concubinas indígenas e de “mamelucos” que se multiplicavam em tórno dêle como imagem viva do pecado.

O primeiro povoador branco, tal como se apresentava, com a ganância, brutalidade e insensibilidade de aventureiro empenhado na conquista, era no momento o que mais interessava ao soberano. No entanto, tornou-se necessário em pouco ajuntar-lhe o missionário, para disciplinar as populações nascentes de acôrdo com as normas de monarquia, em que govêrno, povo e crença se confundiam. Ademais, em tôda parte onde ibero deitava tentáculos durante o período em que dominou o oceano, o sistema não variou dentro de linhas gerais. De primeiro aparecia o homem de armas, depois o evangelista incumbido de não só pacificar as populações assaltadas como ainda conter o assaltante e o reconduzir ao sistema em formação de que se originaria com seus defeitos e até virtudes o colonialismo de nossos dias.

O plano acompanhava o rigoroso princípio ditado pela organização da monarquia, aos poucos aperfeiçoado pela prática e conhecimento da região onde se exercia. De qualquer maneira, impunha através do tempo e espaço regras em que o dominador oferecia preço vil pela produção do dominado e exigia o mais alto pelas que lhe vendia, além de lhe cobrar os encargos da ocupação militar do seu próprio *habitat*. Óbvio dizer, diferia a situação de velho continente como a Ásia, ou poeira de ilhas como a Australásia, superpovoadas por indivíduos de velhas civilizações também conquistadoras e a América apenas habitada em vales e deltas por populações em extremo primitivas. Igualmente a África se diferenciava das demais, provida de indígenas de rudimentar cultura, mas regidos por mo-

marcas hereditários fàcilmente acessíveis a traficantes brancos.

De qualquer maneira, considerava-se o europeu, a partir da Renascença, árbitro pelo direito do mais forte do comércio e traficância geral das regiões fora da Europa onde aparecesse. Segundo o grau de evolução e, principalmente, das condições a seu dispor, dependiam as leis que lhes concedia. Com as mais povoadas e aguerridas, suscetíveis de levântes perigosos e prolongada resistência, estabelecia têrmos aceitáveis. Com as mais fracas, de tudo indistintamente se apoderava, dos bens, da terra e das pessoas que ali estavam.

Velhos pendores de gente ibérica formada em lutas destinadas a aumentar a extensão de reinos peninsulares acentuavam-se no correr da conquista marítima. Tôdas as manifestações de superioridade, ou tidas como tais, concretas ou abstratas, morais e espirituais, perfaziam no seu entender a sobreexclência do colonialista sôbre o colonizado. Nesse quadro, a repetir traços da Grécia antiga, a terra devia ser intensivamente explorada, inda em detrimento do seu porvir, e a sua população constrangida a trabalhar para a metrópole, como na Idade Média os servos trabalhavam para os senhores. Dentro dessas normas, aplicadas de maneira inflexível, instituiu-se a craveira da sociedade colonial, graduada pela côr da sua epiderme, além da posse de bens materiais.

Aos brancos chegados à prosperidade nos domínios ultramarinos, era permitido tornar ao reino e implicitamente se intitular em não-coloniais, o inverso do sucedido nas colônias francesas, onde os brancos senhores de engenho se diziam *colons*, como se fôsse mostra de prosperidade, donos da colônia, portanto, a significar relêvo social segundo as concepções do tempo. Às vêzes, os que nas possessões portuguesas

ascendiam a castas mais elevadas pelo trabalho bem sucedido ou obra do acaso, viam-se, por assim dizer, na obrigação de tornar ao reino geralmente a pretexto de educar os filhos. Em realidade tornavam-se incompatíveis com a situação da colônia, pois todo indivíduo de posses logo arvorava pretensões nobiliárquicas e se supunha forçado a abandonar sítio tido por degrêdo. Muito menos passava pela mente dos descendentes dos primeiros donatários e mais beneficiados com terras em ultramar, deixarem a metrópole para tratar pessoalmente do desenvolvimento do apanágio. Bastava-lhes administração de confiança *in loco*, cujas instruções eram cópia das expedidas pela Coroa a seus representantes coloniais, tendentes a promover o máximo de proventos com o mínimo de dispêndio.

A deformidade ficou de tal modo arraigada no europeu quando às voltas com assuntos coloniais, fôsse grande ou pequeno, capaz ou incapaz, culto ou ignaro, inteligente ou obtuso, rico ou pobre, que, até depois da independência das antigas colônias americanas, ainda recusa admitir qualquer vantagem em qualquer terreno material ou intelectual por parte do antigo "colonizado". Sequer paridade tolera. Para o europeu de regiões das mais adiantadas como das mais atrasadas, todo indivíduo nascido na América será sempre a seus olhos novato em tôdas as coisas, motivo de o originário do Velho Mundo, ao desembarcar em o Nôvo, arvorar-se professor de tudo que sabe e, principalmente, do que não sabe.

O aspecto mais impressionante dêste "colonialismo" mental, decorrente de rapina outrora exercida em fabulosa escala, reside na estranha dualidade ética do homem europeu do Ocidente, em que vemos crentes sinceros de religiões elevadas, fiéis súditos de monarcas defensores da fé cristã, exemplares chefes de famí-

lia, modelos de correção em todos os sentidos com os seus conterrâneos, mostrarem-se, no entanto, prepotentes, monstruosamente insensíveis, e até cruéis perante populações indefesas vítimas de desalmada ambição, consideradas massa amorfa, indignas de qualquer interesse além da sua tarefa de produzir dinheiro para o senhor.

O espantoso fenômeno de tal forma assoberbou o ocidental, que a despeito do progresso atualmente registrado nas relações entre povos, condenatório de impérios coloniais e do emprêgo de fôrça armada para solver questões internacionais, ainda se mantém o europeu, de um modo ou de outro, obstinadamente apegado a fórmulas colonialistas, como podemos verificar na mentalidade na maioria dos dirigentes das antigas nações detentoras de domínios ultramarinos e nos desesperados esforços que envidam para retê-los no seu guante disfarçados sob vários rótulos. Essa atitude aparece principalmente evidente no feitio agressivo, alimentado por deplorável complexo, a transparecer nas relações entre europeus e americanos, que ainda consideram, na sua ingenuidade de gente imatura, obrigatório copiar a europeus e com êles ao máximo se parecerem. com a diferença, porém, de instintivamente não manifestarem, talvez pelo fato de dispor de *lebensraum*, a mesma congênita ânsia predatória.

Sôbre tais bases procederam os iberos — na era de quinhentos à testa das nações marítimas do mundo — à formação de desmedidos impérios coloniais. Da prática decorrente do exercício de domínio nas mais variadas regiões do universo, tiveram de constituir organização capaz de atender a novas condições, onde outrora só havia populações de pescadores e agricultores. Na sociedade portuguesa a partir dos descobrimentos do litoral africano, em grande parte intentados

para assegurar acesso ao oceano Índico, a sua existência passou a girar em torno das "Casas", ou centros comerciais compostos de armazéns e mais entidades afeitas ao comércio marítimo e tudo mais que lhe dissesse respeito. Por volta do achamento do Brasil a principal se intitulava Casa da Índia, onde se arrecadavam os gêneros chamados exóticos e se preparavam expedições transoceânicas. O vulto da nova instituição derivado do feito de Vasco da Gama assumira tais proporções que em pouco superava as anteriores e ia monopolizar a atenção de toda a monarquia.

A CASA DA ÍNDIA

Tornou-se o símbolo da atividade mercante lusa no reinado do Venturoso. Ilusões e travesuras suscitadas pelos "Fumos da Índia". Calamidades trazidas pelo tráfico do Oriente. Característico da nova Casa, origem da tradição comercial portuguesa. Sua vida tormentosa e fim inglório.

A Casa da Índia

A organização comercial transmarina lusa fôra metódicamente organizada desde a ação do Infante D. Enrique à medida que se sucediam entradas no Atlântico. A chamada Casa da Índia representava o coroamento do gigantesco esforço empreendido segundo desejo do povo e dos soberanos. Tinham as naus lusas chegado ao empório da especiaria, riqueza dantes monopolizada pelos venezianos, hábeis negociadores com o infiel, agora passada pela superioridade de armas às mãos dos portugueses. A nova situação revelava-se de súbito prodigiosamente dádiosa, pelo menos assim parecia, aos sucessores da Sereníssima, depois das lutas em que se tinham empenhado contra homens e elementos.

A poder de técnicos de vária procedência, seguidos de financeiros italianos, e alguns flamengos e alemães conseguira o luso completar a organização exploradora do comércio de gêneros exóticos. Paulatinamente formara marinheiria, frota e recolhera conhecimentos de terras de além-mar, principalmente de portos em condições de receber e abastecer esquadras de passagem, de modo a permitir a ida até as ilhas da pimenta e muitos mais dados úteis a emprêsas de longo fôlego. As

primeiras expedições tinham apalpado o litoral marroquino na esperança de entrar em contato com as caravanas a percorrer o *hinterland* africano. Era o meio de conseguir proveitoso tráfico com remotas regiões, em que mercadores de Veneza e Florença tinham exercido sua atividade em época remota, quando vendiam tecidos e trocavam outras mercadorias por escravos muito do aprêço de europeus. As narrativas do famoso Malfante e os lucros que apregoava estavam presentes aos delegados de D. Enrique, infelizmente a agressividade dos berberes, senhores da orla costeira, forçou-os a procurar mais longe populações livres de peias muçulmanas. Nessas tentativas conseguiram os lusos experiência náutica e comercial que lhes facultaram meios de levar mais longe explorações e tentativas mercantes. Ao descobrir o Brasil já dispunham de recursos suficientes para encetar em incriveis proporções o estanco de gêneros exóticos.

No fim do século XV, assumira a monarquia lusa aspecto cada vez mais marcial, traficante e marítimo. Tinham singrado os seus barcos pela costa do continente negro, "*Quasy deserta e nella non ha cousa sobre que homeẽ pudesse alegrar*", no dizer de Duarte Pacheco, que precediam regiões algo mais férteis e possuidoras de interêsse econômico. Ultrapassado o cabo Bojador ainda em tempo de D. Enrique — uma das maiores façanhas marítimas da época — estabeleceram-se feitorias pela costa equatorial e sul-africana. O tráfico de Guiné e Mina se revelava proveitoso. Os reinos da costa eram escoadouro de inúmeros outros do sertão, produtores de alguns gêneros, e, acima de tudo, de levadas infinitas de escravos, principal mercadoria da terra. Consumiam também objetos de vária origem, em grande parte das Flandres, remetidos ao destino depois de pagar impôsto em Lisboa.

A descoberta da rota da Índia firmou esta atividade, que por fim seria profícua não fôsem demasiadas perdas de barcos e de vidas no oceano. A despeito de tôdas as precauções de governos e de particulares, progressivo conhecimento do percurso, esclarecimentos de problemas científicos e melhorias na construção de navios, os sinistros tràgicamente acompanhavam os passos da mercancia marítima. Em pouco as perdas ocasionadas pela aventura do Oriente iam ultrapassar de muito os illusórios lucros que ao intermediário luso liberalizava.

Encontrava-se, contudo, Portugal no momento por demais engolfado na aventura para que lhe fôsse possível deter-se. Sequer lhe era permitido atenuar o rôjo avassalador a percorrer de alto a baixo o reino, dos paços reais à mais humilde cabana. Todos, soberanos e súditos, se tinham colocado voluntariamente na dependência do tráfico em expansão a milhares de léguas das bases metropolitanas. A cobiça má conselheira, acicatada pelos “fumos da Índia”, tomara demasiado impulso para ser sustada. Avassalava homens e coisas a despeito das fundas consequências para o reino, a impor tais illusões, que ainda hoje escritores lusos enaltecem a lamentável aventura e sublimam a “*região de onde afluíam as mais ricas especiarias encontradas na Europa*”. Como vemos, são invencíveis vezos ambiciosos quando se misturam com vaidades nacionais.

Entretanto, o esgotamento produzido à nação constantemente assolada pelas epidemias comuns naquele tempo na Europa, ajuntadas às importadas de longínquas plagas, perdas no mar e intensa mortalidade infantil, reduzira a população sob D. Manoel I de modo assustador, de onde, entretanto, era preciso continuamente extrair os elementos necessários à emprêsa indiana. Os camponeses e pescadores remetidos para

o Extremo Oriente, depois de padecerem longa e debilitante jornada, nas piores condições possível imagináveis, em barcos exíguos, velhos, alguns imprestáveis, de escassíssimos recursos higiênicos a despeito das precauções impostas por intensa mortalidade, chegavam reduzidos a molambos em presídios situados em latitudes que somente hoje em dia um europeu pode com segurança afrontar.

Em Goa os males decorrentes de intenso calor e excessiva umidade, em pontos de cruzamento de virulentas epidemias da Ásia e da África, na rota das naus da especiaria, eram funestos até para nativos vítimas de contágios letais. O *Soldado Prático da Índia* alude a aldeias goesas inteiramente destruídas por aterradoras epidemias promovidas pela ocupação estrangeira, *“sem ficar dellas nem herdeiros dos que as habitavam”*. Não admira, pois, que nos hospitais da ilha constassem nos registos vinte e cinco mil soldados portugueses ali falecidos em curto espaço, sem *“falar nos que morreram em suas casas, nem nas armadas”*. Eram tantas as enfermidades, noticia Diogo do Couto, que inda depois de organizado em tôdas as suas principais peças o tráfico do Oriente sob D. Sebastião, *“havia na Índia dezasseis mil portuguezes tão enfraquecidos, que se não puderam mandar oitocentos à Malaca”*.

Não menos absurdo o resultado financeiro. A obrigação del-Rei recorrer a agiotas de todo naipe, estrangeiros e nacionais, estabelecidos no reino e na Europa, sempre às voltas com tremendos compromissos, que provocaram em meados de quinhentos a fragorosa falência da feitoria de Flandres e forçaram os portugueses a admitir em ritmo crescente o serviço de barcos flamengos na carreira da Índia, proporciona medida de quanto custava ao reino a ilusão coletiva que ao português assoberbava. Acaso fôsse realizado balanço exato

acêrca do tráfico asiático, demonstrariam as contas mais prejuízos do que benefícios, em agudo contraste com o rápido e rendoso surto agrícola registado na América Lusa, apesar de empreendido em modestas condições, quase desprovido do auxílio oficial direto, desenvolvimento de que também a África se aproveitava por se tornar colônia anexa, fornecedora dos instrumentos de trabalho necessários ao Brasil, na ausência de colonização européia.

As perdas de vidas no Oriente ainda se mostraram mais dolorosas na fase inicial da conquista americana. Empeciam a vinda de brancos para as capitánias, situação apenas melhorada com os casais remetidos das ilhas do Atlântico no século XVIII, para o extremo norte e extremo sul da colônia por motivos de segurança militar. Simultaneamente houve o rôjo de aventureiros, desacompanhados os europeus de mulheres brancas, que se dirigiram às Minas Gerais. Eram, todavia, contribuições insignificantes na imensidade brasílica, praticamente desprovida de elementos de origem européia quando surgiu no Rio de Janeiro a côrte de D. Maria I. A respeito escreveu o português Augusto da Silva, algo mal informado acêrca de números, mas exato no restante: *“ainda era necessário maior dispêndio efetivo de gente branca a enviar da metrópole, da que nos custava a Índia. Assim como aconteceu com este domínio, os que iam para o Brasil só excepcionalmente levavam as mulheres e apenas dispunham para constituir família dos casamentos”* — melhor seria *“uniões pela lei natural”* — *“com as indígenas e sobretudo com as escravas negras. Desta falta de mulheres brancas resultaram duas medidas governativas. Uma foi recolher e criar na metrópole órfãs, que na adolescência eram enviadas para o Brasil e Índia para ali casarem. Outra foi proibir que as européias”* — de origem humilde somente, convém observar

— “*que viviam na América portugueza regressassem à metrópole sem licença especial, muitas vèzes difficil e demorada*”.

A despeito de tais percalços a incidir prejudicialmente sôbre as atividades mercantis do reino, afluíam, no áureo período marítimo, gêneros exóticos no Terreiro do Paço lisboeta transformado em feira. Mencionavam-se nos róis contábeis couros de Marrocos, ouro guineense, especiarias de Malagueta, Ceilão ou Ternate, carregamentos de açúcar produzido nas ilhas atlânticas, além de muitas outras mercadorias que seria ocioso enumerar, que de Lisboa eram reexportadas para a Europa Central. O progressivo aumento dessas importações tornou necessário criar uma após outra as “Casas”, de Ceuta, Guiné, Mina e, finalmente, a maior e mais preponderante de tôdas, a da Índia, por ser o entreposto do Extremo Oriente.

A 3 de julho de 1509 expediu D. Manoel I de Évora o Regimento que se tornara urgente à nova repartição. Devia abranger o mecanismo do tráfico da mercancia indiana, guerra, marinha, justiça, assuntos eclesiásticos, relações com nativos, pauta comercial, comissões de recrutamento, contratos e vigilância sôbre funcionários e mais delegados del-Rei nas feitorias e assim por diante. Cada seção tinha o seu pessoal próprio, escolhido segundo a experiência de que dispunham no ramo, “*e tôdas as medidas tomadas*”, comenta o estudioso português J. F. Ferreira Martins, “*e diretrizes marcadas, corriam por êsse organismo, predecessor, na verdade, do atual Ministério das Colônias, mas com maior latitude e mais amplas atribuições*”.

Em 1520 recebia o nôvo instituto refôrço de atribuições com as Ordenações da Índia, diretório dos feitores dos estabelecimentos que D. Francisco de Almeida, primeiro Vice-Rei, começou a fundar na costa gangética.

Em 1577 ajuntou-lhe D. Sebastião adenda referente à Malaca, considerada pôrto franco. Em 1620, segundo o *Livro das Grandezas de Lisboa*, lá constavam quatro repartições para dar conta da administração colonial asiática; a Mesa Grande, onde se despachavam as roupas (*sic*) e pedrarias que vinham da Índia; Mesa de Drogas, onde se classificavam as da mesma procedência; Mesa da Armada, onde se assentavam as tripulações dos navios, e Mesa do Tesoureiro, que arrecadava os direitos.

O desenvolvimento do comércio do Oriente, passado dos primeiros empórios onde tinham aparecido Vasco da Gama e o Cabral à Pérsia, Japão, Cochinchina, China, Java, Bornéu, Samatra e muitos mais sítios, obrigara o governo a multiplicar feitorias como a das Flandres, a fim de distribuir pela Europa os produtos daquelas regiões. Também deviam encaminhar os produtos manufaturados da Europa Central para Portugal e suas possessões. A organização, sob feítio de monopólio, recebia, ao transpor a zona chamada do equinócio, proteção de fortalezas e soldados, à sombra dos quais se ultimavam as transações. Delineara-se, destarte, o esquema do colonialismo europeu moderno no seu aspecto de antítese da colonização romana, em que os homens de armas provenientes da metrópole, ao invés de arrotear nos períodos de paz a gleba, apodreciam em longínquos presídios para garantir o tráfico mercante, sem missão alguma neste campo parecida com a do tempo de César.

Ocupava a Casa da Índia o espaço que lhe concedera D. Manoel I, onde hoje se encontra em Lisboa o torreão do Ministério da Guerra, assim como o Arsenal e terrenos vizinhos e mais áreas até o cais da Ribeira das Naus. O adjacente Paço Real figurava como parte do conjunto, ao invés de presidi-lo apartado, fora do molesto burburinho dos balcões mercantis e rumor de

oficinas e armazéns. Na velha Ulissípone fundia-se, pelo contrário, a régia residência com o resto, paredes-meias com salas de escrituração, despacho, depósitos, tribunais, almoxarifados, inclusive até fundições e estaleiros. Constituíam palácio e loja o centro da atividade da nação a girar em tórno do comércio da África, Ásia e América, diretamente dirigido pelo monarca arvorado figura central do aranhol de onde partiam navios para tôdas as partes do mundo conhecido e desconhecido.

As fórmulas e processos em vigor na ocasião ressentiam-se ainda de usos e costumes imemoriais, muitos de sabor árabe, ditados pelas invariáveis condições do país. Apegados a velhos métodos, a despeito da novidade trazida pela emprêsa marítima, mantinham-se fiéis ao mesmo sistema de trabalho, se bem às vêzes mudassem certas praxes em matéria financeira. Aos Aviz sucedeu o período filipino, a seguir subiram ao trono os Braganças, sem alterações fundamentais na orientação administrativa do império luso, mormente quanto às populações coloniais. A invariável diretriz a presidir os negócios do reino se resumia na obrigação de as colônias suprirem a falta de recursos naturais da metrópole. O que se não encontrava na Europa, tinha de ser obtido em ultramar, regra que se manteve imutável através de séculos e de dinastias, inclusive na república iniciada em 1910.

O aspecto da península, semelhante no terreno econômico nos dois reinos, obrigava o português a procurar além oceano meios de compensar as deficiências do solo natal. Os maiores bens de que dispunha vinham de fora, de distâncias consideráveis, onde tinha de buscá-los inda com sacrifício de vidas e miséria da população dos campos. As dificuldades a atribular a existência de várias classes da sociedade acar-

retavam primitividade geral até na casa real. O mais suntuoso monarca luso, D. João V, dominado pelo beatório, elevou com o ouro das Minas Gerais o pesado convento de Mafra, desgracioso e lúgubre, saído do risco de italianos de fase decadente, em vez de condigno solar na sede do reino. Continuou a habitar no torreão à beira d'água, algo aumentado e ornamentado, no mesmo sítio onde morara D. Manoel I, junto de lojas e armazéns, e, aí, continuariam os seus descendentes, não fôsse o terremoto que destruiu o casario portuário. Propiciou, daí, o cataclismo ao marquês de Pombal oportunidade para transformar o Terreiro do Paço em apoteose da sua ditadura, no sítio outrora coração, cabeça e estômago do império luso, sem, contudo, melhorar os palácios reais.

O descaso dos Príncipes portugueses em matéria de residências e preocupações decorativas, parece-nos tanto mais estranhável (causa sem dúvidas direta do atraso das artes em Portugal) em confronto com a suntuosidade manifestada no assunto pelos próximos parentes espanhóis. Alheios à ostentação dos Búrbons de França, Espanha ou Nápoles, moravam os Braganças depois do cataclismo em casas de madeira em Belém, no meio de bairro por reconstruir, perto de monturos de detritos, e, quando se mudaram para o Rio de Janeiro, as régias moradias pouco diferiam das habitações dos negociantes enriquecidos na praça carioca, um dos quais oferecera a chácara da Boa Vista ao Regente. Pouco faltou nessa ocasião para imitar a Côrte os vendeiros da Rua Direita, cujos aposentos se situavam sôbre os armazéns, à imitação do Venturoso, dono do alcácer descrito nas Lendas da Índia, *“e por que o aposento d’El Rey era nos paços do Castello de Lisboa, e folgava (o dito Rei) de ser presente, e hia, e vinha cada dia estar nas casas dos almazens, e que fizeram*

nobres paços, e debaixo delles grandes casas pera recolhimento e feitorias das mercadorias de Índia e Mina”.

Do amontoado de depósitos daquele bastião mercante à beira da água, espalhavam-se pelos bairros vizinhos eflúvios dos estoques, até longe, além dos muros de defesa e dos navios ancorados no pòrto. Devia encontrar-se embotado o olfato del-Rei Caixeiro de tão continuamente imerso nas emanações das toneladas de cravo, gengibre, canela, noz-moscada e penetrante pimenta, acre e persistente como em geral os arômatas da Índia. O centro assim constituído do tráfico do Oriente anunciava-se segundo os ventos a longa distância ao viajante que se dirigia aos balcões de escolha e venda da especiaría.

Cumpre, digamos de passagem, não aceitar sem reservas, o qualificativo de “*nobres acomodações*” liberalizado pelo cronista. Em Lisboa no século XVI, e, mesmo depois, embalde se procuraria em matéria de régia ostentação a suntuosidade despendida inda por personagens de secundária importância, em outras regiões da Europa. Palácios, templos, conventos, hospitais e outros edifícios da sede lusitana salientavam-se não pela munificência, mas pelo acanhado das proporções e vulgaridade da ornamentação, rudimentar no todo, feio nos pormenores, falho no estilo e mais ainda na originalidade. As belas artes certamente não eram o traço mais feliz de nação como a portugüesa, composta de camponeses e pescadores sôbre os quais reinavam Príncipes tão-só conhecedores do modesto ambiente em que vegetavam. Mais digna de crédito se nos afigura o passo do mesmo cronista, em que pinta D. Manoel I constantemente nos armazéns, como exemplar gerente de casa comercial, preocupado com a venda da mercadoria, justificadamente merecedor da alcunha

de *Rei das Drogas* que lhe dispensava entre outros Francisco I.

Note-se, até, no que diz respeito a usos e costumes comerciais peculiares aos lusos, prolongarem-se, na mor parte, quase imutáveis da chamada epopéia marítima até época recentíssima. Ainda não faz muito grandes firmas comerciais nossas contemporâneas demonstravam, no seu maior centro constituído pelo Rio de Janeiro, autarquias dignas do manuelino modêlo e da pena de Gaspar Correia. Naqueles redutos de empírica ciência comercial, encontrava o caixeiro êmulo del-Rei, morada, passadio e escola superior no sentido prático aos atuais institutos pomposamente intitulados Faculdades de Ciências Econômicas. Adquiria no exercício de atividades mercadoras seguro tirocínio, algo rotineiro mas bem definido, além de umas tantas sutilezas que não ocorrem em livros pedagógicos. O ensino era subministrado através de severa disciplina, por todos de alto a baixo da hierarquia doméstica prestigiada e aceita, tal qual acontecia no reinado do grande soberano. A “casa”, de certo modo reprodução da homônima da Índia, formava recinto augusto, bem assente sôbre pétreos alicerces, templo emanado de modêlo excelso, e, por sua vez, exemplo para congêneres sôbre os quais se apoiava o país onde funcionasse, e, as finanças lusas socorridas pelas remessas de dinheiro de imigrantes enriquecidos.

Ali se encontrava sublimada — pelo menos na mente da fauna mercante — a fórmula religião, pátria e comércio, praticada em tôdas as circunstâncias e horas do dia. Nas refeições, às vêzes enaltecida pela presença do “chefe” supremo, sentavam-se os principais elementos da firma à cabeceira da mesa, depois seguiam por ordem decrescente de importância os caixeiros novatos ou menos prestantes, até chegar aos de última categoria, serventes, entregadores, faxineiros, carregadores, etc. Em caso de

enfermidade, encontravam êsses personagens os melhores cuidados em Beneficências moldadas pelas primeiras Santas Casas surgidas no reino sob a égide da Rainha D. Leonor e pelo alto e baixo comércio mantidas. No cenáculo assim composto o aprendiz tratante, acaso fôsse esperto e tivesse bom comportamento, percorria rápido a escala entre o pôsto de varredor de armazém ao de chefe de seção, onde podia pretender a mão da filha do maioral. A estrita observância de tão sábias regras continuava ainda fora de muros, nos grêmios formados pelas ditas autarquias, na esteira de antigas corporações cuja influência política, muitas vêzes poderosa, tinha caráter nitidamente conservador dentro de praxes imutáveis.

A Casa da Índia era o modelo oficial e pedra angular dessa organização. Refletia fielmente as condições de um país, que a ideara e mantinha para maior benefício da Coroa e do povo. Na côrte, de onde promanavam as diretrizes da monarquia, ocorria, *mutatis mutandis*, situação análoga. Devia a nobreza repetir em tôrno do soberano disposição semelhante ao pessoal da grande firma de comércio. Discriminada em parte pelo vulto da linhagem, parte pelo valor do próprio indivíduo, atendia quando lhe eram indicadas tarefas não raro ingratas nos vários setores da máquina administrativa da monarquia. No rol, as mais duras e perigosas, pôsto, por isso mesmo, melhor remuneradas, eram os cargos nas colônias. Os feitos de um Afonso de Albuquerque ou Martim Afonso de Sousa ilustram melhor do que o mais longo e alicerçado comentário os esforços que dêles exigiam e o modo como das incumbências se desempenhavam.

Severas imposições alternavam com distinções honoríficas no intuito de estimulá-los, tal como sói em corporação militar submetida a férrea disciplina. As mercês

de que dependia o bem-estar do indivíduo e da família, decorriam do sucesso conseguido em funções discriminadas por regimentos onde as mais ínfimas eventualidades eram mencionadas para servir de inflexível roteiro. Até a distribuição de títulos nobiliárquicos diferia em Portugal das outras monarquias. Vigoravam as concessões apenas por uma ou duas vidas, raramente três, expediente destinado a penhorar a obediência da linhagem e obrigá-la a bem servir a Coroa se ambicionasse conservar a mercê.

O fidalgo, inda da melhor estirpe, das mais antigas e ilustres do reino, que voluntariamente se afastasse do trono, perdia as vantagens da nobreza, compelido a morar em velho reduto da luta contra árabes, sem quase meios de vida, com existência parecida à dos rendeiros, desprovido de prestígio junto aos pares e subordinados, às voltas com intransponíveis obstáculos em conseguir o principal escopo familiar, base de tôda casa nobre, consistente no casamento dos filhos. Longe dos degraus do trono arriscava confundir-se com a massa amorfa plebéia, e, na côrte, só lhe admitiriam a presença a trôco de serviços prestados a el-Rei.

No Paço, ademais, aprendia-se como se deviam reger províncias do reino ou negociar nas colônias escravos da Guiné, especiaria do Extremo Oriente ou açúcar das ilhas atlânticas. Além de instruções emanadas de repartições especializadas, recebia o agraciado com encargos públicos, suplemento de informes na convivência dos escaninhos administrativos, onde podia de viva voz documentar-se com predecessores a respeito da comissão que lhe galardoavam. Em suma, a nobreza lusa formava uma classe especializada na administração, de aspecto disciplinado e determinado, ao invés de grei turbulenta, não raro altamente daninha ao país, como sucedia em nações de além Pireneus.

No terreno econômico não podiam cochilar Reis, conselheiros e principais administradores. A invariável situação de apêto em que se viam as finanças vedava descuidos e favoritismos sem propósito. Faltava à monarquia o principal para seus empreendimentos. Os sucessivos empréstimos realizados pela Coroa e investimentos estrangeiros, não bastavam para constituir massa de capitais, a não ser momentâneamente, a curto prazo e a juros elevadíssimos. Sem riquezas no próprio solo, tornava-se difícil conseguir o esteio. Os poucos vales férteis do país, em geral pedregoso, pertenciam em grande parte às ordens religiosas. Eram senhores das melhores glebas beneditinos, crúzios e cistercienses, além das sobras dos reguengos dos Templários passados à sucessora ordem de Cristo. E, no que diz colônias, a base do comércio, representada pelo transporte marítimo, aos poucos ia ter a flamengos apoiados em capitalistas seus conterrâneos.

Nesta altura despontou nos negócios do reino comunidade em extremo ativa, especializada no comércio que a despeito dos inconvenientes do agressivo fanatismo, causa de constituir corpo estranho na monarquia, começara a dispensar contribuição das mais úteis e oportunas à economia portuguesa. Chegado fazia pouco de Castela, o judeu logo assumiu as funções de coletor de impostos e mais atividades altamente remuneradoras, em que de diversas maneiras passou a explorar os proventos do tráfico entre o Oriente e o Ocidente, favorável a Casa da Índia a tôda sorte de lucrativas especulações, que através de meios indiretos proporcionavam aos ádvenas os capitais necessários ao incremento do trato decorrente do monopólio do Estado.

Era o período em que, antes da catástrofe de Alcácer Quibir, o mito econômico se via absorvido pela famosa casa paredes-meias do alcácer real. Nesse espaço

de poucos anos, jamais fôra presenciada maior amostra de loucura coletiva, resultado da desenfreada ambição a empolgar todo um povo, prêsa de espantosa miragem, apelidada por Sancho, equilibrado e prosaico, "Fumos da Índia" para maior dano da sua felicidade. Chegava, pois, o cristão nôvo na hora mais oportuna para se locupletar com os desatinos dos que se tinham embarcado em a Nau dos Estultos, digno modelo para o moralista flamengo, à procura de riquezas fabulosas em empórios de mercadorias sitas em regiões distantes, nas praças descritas por Marco Polo a poder de côres prodigiosas e de onde, entretanto, só lhe advinham males.

Entrada em fase de decadência, a Casa da Índia acompanhava a decomposição do falaz império, num dissolver de que sòmente se excetuava a América. No período dos Filipes, as desastrosas condições provocadas pela política dos Habsburgos provocavam a perda de antigos clientes e colaboradores como os flamengos, arruinavam o comércio, ocasionavam a invasão do Brasil e, como no ditado popular, acêrca da nave abandonada pelos ratos promovia a mudança com armas e bagagens, conhecimento da indústria açucareira no Nordeste brasileiro e da mercancia indiana, do judeu para a Holanda e seus domínios na América Central, não por motivo de perseguições religiosas, mas no afã de acompanhar o eixo econômico deslocado de Portugal para as Províncias Unidas.

Nessas condições fenecia a aura da antiga dominadora da vida lusitana, reduzida a modorrento apêndice do Paço sonolento. Não mais ditava ordens, nem era diàriamente visitada por el-Rei, o qual, em pessoa, discutia preços de mercadorias conseguida a trôco de vidas, antes de descer às oficinas onde se fundiam as bombardas das naus da conquista ultramarina. Mudara o cenário, como muitas mais coisas, abandonados os

negócios pelo monarca nas décadas seguintes, acentuada a modorra do século XVIII, caída a gerência do Estado nas mãos de validos grão-vizires, perdidos monopólios, ameaçadas colônias, celebrados tratados onerosos com os novos donos dos mares para salvar o resto da falida empresa.

A união com a Espanha precipitara o desmoronamento da casa. Destinada ao comércio com a Índia, já poucas funções tinha quando afluiu o ouro das Minas Gerais, de sorte a ceder o espaço outrora ocupado por antigas repartições a outras funções, tais como a Capitania dos Portos, e, guarda de dinheiros da alfândega, que nos seus cofres permaneciam até serem requisitados pelos ministérios. Por ocasião do grande terremoto de 1755 foi envôlta na desordem propícia a saques que se registaram na zona portuária. Prevaleceram-se das circunstâncias as tripulações dos navios estrangeiros surtos defronte ao Paço para assaltar os principais edifícios da cidade. Afiançava certo inglês, testemunha de vista das ocorrências, que muitos incêndios havidos na ocasião eram ateados por mãos criminosas, "*Alguns franceses, ingleses e espanhóis desertores, que abandonavam os seus navios, entregaram-se a roubos. Um mouro, fugido das galês onde se conservavam os forçados, confessou ter lançado fogo a alguns bairros do porto, e um desertor francês também confessou ter feito o mesmo em três sítios, um dos quais era a Casa da Índia*".

Terminou dêste modo inglório o que fôra o orgulho do Venturoso e esperança de seus súditos. Durante dois séculos e meio, sob o dístico *Domus Indica Vetus*, absorvera a empresa de ultramar. Combalida no reinado dos Filipes, incendiada no viziriato de Pombal, chegara em apagadas condições à tormenta revolucionária na gerência. Na invasão do país por

Junot, uma das primeiras medidas dos franceses à cata de dinheiro foi ressuscitá-la. Decretava o procônsul a 30 de janeiro de 1808, no momento em que a côrte de D. Maria I chegava à capital americana, "*Abrir-se-ha a Casa da Índia*", providência, entretanto, inócua ante o bloqueio dos mares, a impossibilitar que prestasse ao nôvo dono os serviços outrora oferecidos ao soberano "*Por graça de Deus Rey de Portugall e dos Algarves, d'Aquem e d'Alem Mar, em Africa Senhor de Guiné, Conquista e Navegação, Commercio da Ethyopia, Arabia, Persia e da India*".

O SIGNIFICADO DO NÔVO MUNDO

Cabral, incumbido de confirmar o feito de Vasco da Gama, encontra o Brasil. Vespúcio, que antes dêle vira os cabos de S. Roque e de S. Agostinho, volta ao litoral brasileiro em 1501, certo de que se tratava de nôvo continente. Procura, daí, descobrir passagem para a especiaria pelo sul, e pouco faltou para conseguí-lo. De torna-viagem à Europa, espalha a sua convicção e promove expedições nesse sentido. Não existe prova de que os portugêses tivessem noção do Brasil antes do veneziano. Cuidavam do segredo quanto à navegação aos domínios lusos obtidos em Tordesilhas, não, porém, sôbre descobrimentos, que, pelo contrário, alardeavam.

O Significado do Nóvo Mundo

O melhor fruto da emprêsa predatória intentada no Oriente ia surgir para Portugal no feliz encontro do Brasil. Em pouco as terras casualmente deparadas no Ocidente tornaram-se providencial compensação aos sacrifícios do lusíade no altar do Bezerra de Ouro indiano. Não se perderia, destarte, todo o esforço da nação portugueza desde o impulso proporcionado pelo Infante em Sagres no sentido de chegar por via marítima às terras da especiaria.

Sôbre o evento de tão extensa significação nas décadas seguintes e de tão reduzido eco no início do século XVI, querem autores de vária época e origem, dos mais engenhosos e providos de sutil dialética, tivesse sido precedido por espanhóis. Outros, porém, discordam e temos formada controvérsia interminável e prejudicial à sensata exegese da matéria. Repete-se, daí, com descobrimentos geográficos, início de cidades ou gênese de doutrinas político-sociais, idêntico anseio "anexista", particularmente desenvolvido no correr do século XIX a favor de uns e detrimento de outros, responsável pela obscuridade onde só deveria haver empenho de clareza e justiça. O vêzo, produto de velhos rescaldos nacionalistas, ao invés de minorar neste século,

parece ter piorado, a agravar confusão reinante em certos assuntos, compostos de infinitos fatores, muitos originados em remota era, muito antes de os resultados emergirem à tona, através de processos difíceis de elucidar quando dependentes de acontecimentos anteriores à difusão da imprensa.

Para todos os efeitos o Brasil foi descoberto oficialmente e comprovadamente por Pedro Álvares Cabral. Temos, no entanto, de admitir numerosas presunções, estribadas em dados insofismáveis, a favor de empresas espanholas em data anterior. Nessa ocasião foram vistos pontais pernambucanos, registrados na cartografia do comêço de quinhentos. Sucederam-se pouco depois navegações de outras nacionalidades pelo litoral brasileiro, a autorizar que se diga não ter havido um descobrimento, mas vários, segundo o ponto em que se deram. Na ordem cronológica, rigidamente aplicada, seria o descobridor único o genovês Cristóvão Colombo. De outro modo, temos a orla marítima sul-americana dividida em partes, em que figuram com iguais direitos não só o florentino Américo Vespúcio, como portugueses, espanhóis e franceses, como veremos em próximo capítulo sobre primeiras expedições no Brasil.

Além da confusão causada por repentes nacionalistas tão do gosto do estúpido século XIX, refinaram certos autores e inventaram o conhecimento do Brasil e da América antes da descoberta cabralina, mantido, porém, em segredo pelos portugueses por motivos de política de navegações. A elucubração é típica do dito século, apresentada com tal entusiasmo e habilidade pelos autores, que chega a ser contagiosa!

Contudo, o exame objetivo e desapassionado da questão só permite aceitar com reservas semelhante tese, caracterizada por faltas de provas em apoio das conclusões. Em balde procuramos entre contemporâneos

do feito cabralino dados aceitáveis acêrca da ultravidente concepção cuidadosamente conservada sob sigilo pelos interessados no mesmo. Tampouco, nos escritos sôbre assuntos marítimos em data próxima posterior, quando não havia mais necessidade em manter segredos, deparamos com indicações referentes ao que representaria título de glória e ufania aos possuidores do dito segredo. Igualmente nada consta nos cronistas subvencionados pela Coroa para registrar os feitos da navegação e conquista.

Entretanto, logo transparece, dos elementos de estudo à disposição do interessado na época, decrescer no reinado de D. Manoel I o rigor existente no de D. João II em tôrno de navegações, explicável quando os portugueses ainda não haviam descoberto o caminho marítimo da Índia. Mudara o cenário, afluíam de tôda parte mercadores e capitalistas desejosos de participar do negócio indiano, aumentara o número de estrangeiros nas feitorias, nos portos de tráfico exótico e nas esquadras em demanda do Extremo Oriente. Os espias mantidos por govêrnos rivais, indiscrição de tripulantes, relatórios de técnicos das viagens e outras frinchas na cortina protetora do sigilo tornavam, ademais, custoso mantê-lo. De todos os documentos a avultar no caso, o de maior importância consiste na carta de Pero Vaz. Tivemos oportunidade de examiná-la cuidadosamente quando fomos encarregados de zelar pelo acervo da exposição lusa no IV Centenário de S. Paulo. O documento é notável no aspecto, sem quaisquer rasuras, emendas ou outras alterações do texto, em que não existe a mais longínqua alusão, por mais tênue seja, a respeito de tais noções e planos. Entretanto, destinava-se exclusivamente ao Rei, desprovido da necessidade de ocultar a primeira lembrança a ocorrer ao escrivão, ou seja, a grata notícia

comunicada ao soberano confirmadora de antigos feitos causadores de novos planos.

O mais impressionante no caso reside em outros elementos da expedição tampouco aludirem ao suposto conhecimento de nôvo continente por parte dos organizadores de expedições para a Índia. Tão omissos como Pero Vaz se mostram Mestre João e o chamado Pilôto Anônimo. Nenhum dêles, nos relatos da viagem cabralina, de qualquer maneira menciona instruções decorrentes do tal conhecimento, que tivessem sido subministradas ao comandante e por êste retransmitidas aos pilotos das naus. Admitamos, porém, que os responsáveis pelas unidades da esquadra ignorassem as instruções secretíssimas, sòmente chegadas em forma de carta de prego ao capitão-mor menos plausível nos parece não se empenhar Cabral na exploração intensiva da terra descoberta antes de prosseguir derrota para o Oriente.

A lacuna se repete logo após a volta da expedição à Europa na carta enviada por D. Manoel I aos sogros, em que dá notícias dos últimos acontecimentos ocorridos na emprêsa do Oriente. Nela não existe referência a sucessos decorrentes da realização de planos extracientíficos. Muito pelo contrário, apenas alude ao encontro pintado como fortuito da ilha de Santa Cruz, no provável litoral do Extremo Oriente. A mesma interpretação dêsse acaso se encontra em escritos contemporâneos, onde se evidencia antes de mais nada o anseio da Coroa em estabelecer de modo prático relações com o empório da especiaria, sua máxima preocupação, absorvente, tirânica, constante, sem intento de descobrir terras fora do trajeto previsto. Em 1500 alcançara finalmente D. Manoel I a meta àvidamente desejada por tôda a nação portugêsa. Supunham Rei, conselheiros e súditos, deterem o monopólio do comércio com a Índia. Julgavam significar a chegada de Cabral a Ca-

lecut, a transferência do esplendor do veneziano, de que tanto se falava, para as margens do Tejo. Das mãos do Doge leonino a governar na praça S. Marcos ia ter ao cais da Ribeira, no balcão da recém-inaugurada Casa da Índia.

Era mais uma ilusão a juntar-se a muitas outras. Veneza não renunciaria tão facilmente às vantagens concedidas pela chave do Adriático em seu poder, acesso e escoadouro da Europa Central, que a tornara herdeira das Cruzadas. A famosa diplomacia da Signoria, a mais dúplice e engenhosa de quantas então havia no universo, de há muito estava familiarizada com todos os segredos do trato com o Próximo, Médio e Extremo Oriente. Não ignorava os meios de entender-se com o muçulmano, nem as mais eficazes sutilezas a serem postas em prática para com os seus funcionários se entender. Os expedientes seguramente dirigidos pela experiência e sabedoria, aplicadas nessas frutuosas relações, asseguravam ao veneziano a condição de intermediário entre o Islã e a Cruz. Dispunha, daí, de agentes nas ilhas turcas e portos árabes, negociava por mar e por terra, em relações com as caravanas que iam buscar gêneros no mar Vermelho e de volta levavam produtos manufacturados no Vêneto para escambo com o mundo indiano. De comêço perturbado pela presença de portugueses no empório da pimenta e do cravo, logo se adaptou o lagunense às circunstâncias, de modo a infiéis e cristãos terem de lhe ceder parte na traficância da ambicionada mercadoria.

Óbvio frisar, nessas condições, a improbabilidade de encarregarem a Pedr'Álvares de incumbências em extremo perigosas, como aventurar-se em águas infindas à mercê de ventos e correntes desconhecidas, em aventuras inúteis e possivelmente nefastas ao escopo da principal missão, que se destinava vencer percurso para o

sul da África sôbre o qual não permaneciam dúvidas, previsto desde o mapa genovês de 1447 e o de Frá Mauro de 1459. De qualquer maneira, tão custosa e perigosa era a navegação daquele tempo (e os incidentes da jornada cabralina mais uma vez o demonstraram), que o Conselho del-Rei não se divertiria em agravá-la.

Encontramos, outrossim, confirmação insofismável sôbre êste modo de ver nos registos históricos do tempo. Nada consta em João de Barros, cronista oficial da Coroa, mais tarde um dos donatários do Brasil, acêrca da redescoberta em 1500 da Terra de Santa Cruz, "*por mercê de Deus encontrada*", como escrevia D. Manoel I aos sogros. Passa sob completo silêncio as ordens que o monarca teria dado ao capitão-mor sôbre terras em nôvo continente. Sequer havia a bordo das naus cabralinas os indefectíveis padrões em mármore de Lioz presentes em tôda expedição descobridora, como succedeu por exemplo na de Martim Afonso de Sousa, destinada a tomar posse em nome del-Rei de Portugal de territórios por êle cobiçados. Onde encontramos neste conjunto de circunstâncias vislumbres de intencionalidade?

Razão assiste nesse ponto a Malheiro Dias, quando assevera não haver navegador português da época que se aventurasse no oceano sem primeiro se munir das informações dos predecessores. Uma das mais importantes repartições do simultâneamente armazém e paço real do cais da Ribeira, consistia no recinto onde estavam arquivadas cartas de marear, portulanos, registros de observações e mais dados sôbre travessias oceânicas. Além desta seção teórica, havia reuniões de caráter prático, formadas por pilotos e mais técnicos, não raro presididas pelo soberano, para esclarecer aos que seguiam para mares longínquos. Como aceitar a estranha contradição, de ser sobejo conhecido tudo que dissesse

respeito à África e por completo desconhecido o relativo ao Brasil? Por que dispunham as naus de padrões de mármore de Lioz quando se dirigiam para zonas do litoral africano e se mostravam desprovidas dos mesmos quando navegavam para o americano?

De certo sabemos que metódicamente foram aproveitadas as lições de navegadores acêrca dos inconvenientes da vizinhança do litoral afro observados os danos produzidos pelas calmarias costeiras às caravelas num tempo de difícil conservação de água e víveres a bordo. Consoante os reparos, ditados, pela experiência, afastara-se Vasco da Gama das molestas paragens até a vizinhança de terras no Ocidente denunciadas pela presença de detritos na água e de aves no ar. Naquela altura, as aquisições da técnica naval no fim do século XV asseguravam às naus maior raio de ação, de sorte a facultar a Bartolomeu Dias, próximo precursor de Vasco da Gama, acidentalmente vencer o Cabo das Tormentas e crismá-lo da Boa Esperança. Vemos, pois, do estudo dêste período, aproximar-se o português paulatinamente do oceano Índico, sem outras intenções senão atingi-lo.

Instrutivas neste ponto são as nôtas de Vasco da Gama destinadas a uso de Cabral, indicado para seu continuador na tarefa de estabelecer comunicações mercantes com os régulos da Índia. Eram redigidas por Pero d'Alcáçova Carneiro, perito de navegação junto ao Rei. A estas juntavam-se verbais, dadas em entrevistas dos dois capitães em presença do provedor-mor da armada, Jorge de Vasconcelos. Na ocasião expôs Vasco da Gama tudo que sabia sôbre a nova rota por êle inaugurada, mormente sôbre o racional aproveitamento da monção de sudoeste no oceano Índico. Acresce ainda, no conjunto informativo, a presença na esquadra de indivíduos, não só conhecedores da navegação afri-

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

cana, como ainda pertencentes às expedições que tinham devassado o Cabo da Boa Esperança.

Calecut era o ímã que atraía os portugueses. Para lá tinham de se dirigir os expedicionários pelo percurso que lhes indicavam, com ordem expressa de se não apartarem das instruções recebidas. Tudo fôra previsto e indicado. A propósito, assinala o personagem conhecido sob designação de “*fidalgo florentino*” — muito provavelmente Nicolau ou Jerônimo Sernige, membro da comunidade italiana de Lisboa — que ao chegar a esquadra do Gama à região moçambicana, logo depois de transposto o cabo, deparou-se aos expedicionários grande povoado de prêtos, os quais propuseram aos tripulantes escambo de ouro se ali quisessem se deter. Tanta, porém, era a ânsia de alcançar a Índia, que o comandante prosseguiu apenas interessado em conseguir piloto entendido em navegação local para levá-lo ao destino.

Segundo autores antigos, encontraram os expedicionários barcos de mercadores árabes nas escalas moçambicanas de Mombaça, Sofala e Melinde não muito distantes da cidade pelos portugueses batizada Natal, por lá chegarem nas vésperas na Natividade. Os pilotos dessas naves deram-lhes úteis informações. Na conjuntura viram os astrolábios dos europeus sem manifestar surpresa. Maior foi a que ressentiram os companheiros de Vasco da Gama ante a ciência e os recursos náuticos dos muçulmanos, que desde a mais remota antiguidade cruzavam o mar Vermelho e o oceano Índico. Maravilhavam-se os ocidentais com o que viam e ouviam. De Sofala dizia-se, ainda, que fôra o pôrto onde os navios do Rei Salomão se abasteciam de gêneros preciosos para levá-los à Judéia, e muitas mais coisas assombrosas que os lusíades sequer suspeitavam.

A caprichosa obra do acaso os colocara no momento em presença de uma das mais extraordinárias figuras da cultura do Oriente, a destacar-se entre os pilotos ali encontrados. Parecia o personagem de Melinde sair de um conto das *Mil e Uma Noites*, de súbito corporificado dentro de fumos da Índia para revelar segredos milenares aos bárbaros do Ocidente. O seu nome compunha-se de tantos adjetivos que se estenderiam por páginas se intentássemos reproduzi-los. Nascido na cidade de Djulfar, em Omã, o navegador chamado por João de Barros, Damião de Góis, Castanheda e outros na sua cola, Malemo Cana, Malemo Canaca, ou simplesmente Canaqua, que significa Mestre de Navegação e Astrólogo (ou matemático e astrônomo), era autor de enciclopédia marítima e mais obras, e há certeza de ter sido autor de pelo menos trinta e duas, escritas no período mediante entre 1462 e 1495. Inútil frisar o quanto o encontro interessou aos portugueses e lhes foi propício, desejosos como estavam de aprimorar conhecimentos indispensáveis para quem pretendia engrandecer-se graças ao oceano.

A carta do enigmático Mestre João, companheiro de Cabral, que alguns querem alemão, outros grego ou galego, estabelecido depois de aventuras marítimas em Lisboa, contém trecho causador de grande alvoroço entre os partidários de descobrimentos lusos pré-cabralinos. Sugeriu a el-Rei mandasse buscar o mapa de Pedro Vaz Bisagudo, piloto ou simples entendido de geografia, para formar idéia da "ilha" encontrada por Pedr'Álvares no Atlântico. Como o seu auxílio, "*podra ver vosa alteza el sytyo desta terra*". Mas tão imprecisas eram as indicações do dito mapa, que os próprios lusos o tinham por vago e imprestável. Serviu, todavia, de refôrço para os crentes de devassamento da América pelos portugueses antes de Colombo.

O passo foi competentemente analisado pelo Prof. Marcondes de Sousa no seu trabalho *O Descobrimento da América*. Cita a propósito a opinião de Malheiro Dias sobre a carta, que, a ser procedente, concederia aos lusos a prioridade da observação e nomenclatura do grupo de estrélas cruciformes conhecido por Cruzeiro do Sul. Discorda, porém, o professor da versão apresentada por Malheiro Dias e outros eruditos lusos, mais inclinado, graças a fartos subsídios de boa fonte, a atribuir esta prioridade astronômica ao veneziano Alvise da Cá da Mosto a serviço de D. João II, em navegações pela costa da África, emprêsas que prepararam as sucessivas de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

De outros escritores como o almirante Fontoura da Costa, mais atentos a fatos averiguados que a divagações, temos os seguintes reparos em artigo de moderna enciclopédia de história, "*D. Manoel e os seus súditos não deram grande importância à viagem de Cabral para o ocidente, como indicamos, e mesmo para o oriente não lhe reconheceram o sucesso que esperavam; a fama do chefe durou, assim, os dezasseis meses da sua ausência do reino, ou pouco mais; desabrochou ao zarpar do Restêlo em março de 1500, começou a fenececer no ancorar em frente da Casa de Mina, em julho de 1501. A história só tarde lhe fez justiça, quando foram bem conhecidas as conseqüências do descobrimento da Vera Cruz... desde então, a viagem de Cabral é justamente considerada como sendo uma das maiores realizadas pelos mareantes portugueses*".

Não menos explícito se mostra no assunto o esforçado Malheiro Dias, o grande empresário da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, "*A carta de Caminha, que assumiu tanta importância em nossos dias, era de todos os relatórios expedidos pela*

naveta de Gaspar de Lemos, o menos importante sob os pontos de vista náutico e político”, ou seja, de parco interesse por não tratar de matéria indiana. Nem Malheiro Dias nem Fontoura da Costa podem, entretanto, ser considerados inimigos das glórias marítimas de Portugal. Custa, pois, atinar como receberia Pedro Álvares instruções para proceder a descobertas por parte de quem tão escassa atenção lhes dava. Consideramos, até, acidentes como a suposta ilha da Vera Cruz, deviam mais impacientar do que alegrar o comandante da expedição, considerada causa do atraso da viagem e da realização de objetivos de suma relevância para a Coroa.

O máximo que é permitido concluir do exposto se reduz a admitirmos advertências de Vasco da Gama e outros informantes a Cabral, de que poderia topar em alguma ilha atlântica, como as descobertas mais ao norte por Colombo, eventualmente aproveitável para refrêco das naus. E, se quisermos ter idéia do apêgo luso ao périplo africano, não precisaremos mais que atentar aos resultados da possessão de S. Jorge de Mina em 1482, onde era fácil obter, através de irrisório câmbio, ouro acumulado em muitos anos de transações da população com outras do interior. Aquela feitoria constituiu um dos mais eficazes estímulos ao devassamento do litoral, motivo de D. João II juntar a seus pilotos e capitães uns tantos agentes comerciais providos de portulanos, onde deviam inscrever com o maior cuidado os mercados e origem das mercadorias, para melhor informação do Paço dois anos antes dos definitivos acôrdos com os concorrentes espanhóis em Tordesilhas. Neste afã não há mínima referência a terras americanas.

Os dados à disposição dos soberanos portugueses demonstram, por outra, que tanto Vasco da Gama como os sucessores não se comprazeriam pelo oceano a fora por mero devaneio, quando lhes esperava esmagadora

tarefa na Índia, cujo fruto era ansiosamente aguardado em Lisboa. Autores estranhos ao rol dos historiadores lusos, mas tão-só interessados em pesquisas sôbre descobrimentos, sem escopo algum nacionalista, no gênero do erudito Mac Clymont, assinalam o fato de Cabral levar, a conselho do predecessor, artilharia pesada para se haver com o déspota de Calecut. Na sua opinião, a esquadra continuadora dos feitos da precedente, que dobrara o Cabo da Boa Esperança, nada tinha de descobridora, porém, apenas, *“a less purely commercial character than the first, for the Rajah of Calicut, if he should prove contumacious, was to be punished and irreconcilable arabs to be brought into subjection. The ships constituted therefore an armada as well a flotilla; it is probable that some of the vessels were equiped with heavy armament such bombards and culverins”*. Estas considerações são muito aceitáveis pelo que sabemos acêrca de sucessos então ocorridos. Não tardaram os portugueses em dirigir os seus berços e camelos contra o régulo muçulmano. Estamos, assim, cada vez mais distantes de pretensas incumbências descobridoras da armada cabralina.

O mesmo descaso pelo encontro da “ilha” aparentaram contemporâneos comentadores dos maiores acontecimentos da época, cujo principal escopo era enaltecer as proezas do lusíade e os títulos do Afortunado. Nem Castanheda, Barros ou Corrêa, *ad instar* de Camões, se demoraram sôbre o acidente, que momentaneamente interrompera a viagem de Pedr’Álvares. Acompanhavam o soberano e seus conselheiros, leigos e eclesiásticos, nobres e plebeus, mercadores e espiões, demasiadamente absortos com o bezerro de ouro ou árvore das patacas e mitos semelhantes da Índia, para se preocuparem com regiões agrestes consideradas sem proveito, onde não

havia pimenta nem mercado para produções européias, como sucedera a Colombo nas Antilhas.

As tentativas do genovês em direção do Ocidente se explicam pela repartição do oceano pelas nações ibéricas. Via-se o nauta obrigado a procurar rota desconhecida por lhe ser defeso invadir a “zona de influência” pertencente a lusitanos. O báratro-oceano era o único caminho que lhe restava para encontrar as terras descritas pelas narrativas de Marco Polo e indicações de Pierre d’Ailly, em obra de imensa repercussão naqueles primórdios descobridores, publicada em Lovaina no ano de 1480, que por sua vez copiosamente se abeberara nas obras de Holywood (Sacrobosco) e Rogério Bacon, ambos do século XIV, adeptos da teoria da esfera terrestre. Esta concepção acenava, por conseguinte, a possibilidade de se chegar à China pelo oeste, que somente deixou de realizar-se pelas condições da náutica no momento. A glória da travessia do Atlântico caberia um século mais tarde a Colombo graças ao progresso efetuado nesse lapso na ciência marítima e construção naval.

As propostas do genovês a D. João II, de utilizar aquela rota para ir ter ao Oriente, foram recusadas pelo mesmo motivo que outras semelhantes inspiradas nas mesmas origens. Tampouco, dera ouvidos o monarca aos planos de Toscanelli e de Jerônimo Muenzer, atitude que a muitos se afigurou surpreendente. Entretanto, o motivo é fácil de atinar. A descoberta do caminho das Índias pelo sul da África era esperada a qualquer hora pelo Rei quando lhe chegaram as propostas do navegador. As sucessivas expedições na costa africana, mais notícias obtidas de viagens terrestres, informavam seguramente D. João II, de sorte a lhe dispensar mais precauções para alcançar a meta da especiação. Na mesma altura em que Bartolomeu Dias, le-

vado por tormentas, ultrapassava o cabo do mesmo nome, por êste motivo rebatizado Cabo da Boa Esperança, enviara el-Rei por terra a Pero da Covilhã em direção ao mar Vermelho e imediações, para colhêr dados sôbre o lendário Preste João, Presbítero Imperador da Etiópia. Na volta da Índia o agente estêve em Sofala onde obteve informações sôbre a Ilha da Lua, hoje de Madagáscar, fronteira a Moçambique, vizinha do Cabo da Boa Esperança, de modo a completar por via terrestre as indicações que o soberano recebia por via oceânica.

Era tão esperada dessa maneira a conclusão do feito, que mesmo muito antes, ainda em vida do Infante D. Enrique, o cronista Diogo Gomes alude a certo hindu (mais provàvelmente judeu habitante do Oriente) de nome Jacob, embarcado a bordo de nau lusa para servir de intérprete aos tripulantes quando chegassem à Índia. Além disso, a proposta de Colombo padecia do defeito de não só enfrentar mares desconhecidos — o contrário da costa da África — como invadir a zona de influência reivindicada por Castela, razão suficiente para ser recusada pelo monarca português.

A versão do preconcebido descobrimento do Brasil surgiu acidentalmente muito depois no Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, por desfazio numa tertúlia de sócios interessados no “segrêdo” que os portugueses impunham às descobertas. Lembrou-se certa vez o Senhor D. Pedro II, patrono do dito Instituto, de levantar discussão sôbre a possível existência de planos nesse sentido intentados para dilatar ainda mais os domínios terrestres de Portugal. Na porfia travada a propósito entre Norberto de Sousa e Silva e Gonçalves Dias, para gáudio do Imperante muito afeito a este gênero de entretenimentos, azedaram-se os ânimos em interminável polêmica extravasada em outros ter-

renos, que ainda hoje perdura. Entretanto, por divertido pareça, os autores dessa fonte de desaguisados entre sábios e de choques a afetar complexos nacionalistas-colonialistas, eram mais literatos dados a poesia que autoridades em matéria de navegações.

Estamos persuadidos que de qualquer maneira, no fim do século XV o europeu não tinha a mais vaga idéia da existência de novo continente a oeste. Estavam soberanos, geógrafos e navegadores, como todos do período, crentes, através da teoria da rotundidade da terra, de que naquela direção, se possível fôsse vencer a imensidade do oceano em barcos bastante resistentes para suportar o desmedido esforço, atingir-se-iam as lendárias paragens de Cataio e Cipango. Quem na segunda viagem no Atlântico teve idéia, de que pertenciam a novo continente as ilhas descobertas pelo genovês e o litoral pouco depois atingido, foi outro personagem, dotado de prodigiosa intuição, sobre o qual também foram derramadas toneladas de tinta no afã de lhe amesquinhar ou sublimar os feitos.

O PADRINHO DA AMÉRICA

A justiça da denominação. Dúvidas
sôbre as narrativas de Vespúcio.
Dúvidas sôbre o número de viagens.
Por que teria mudado de profissão?
Controvérsias sôbre os méritos de
Vespúcio. Estranha lacuna a propósito
existente na literatura portuguêsã
sua contemporânea.

O Padrinho da América

Apesar de imerso em insanáveis controvérsias, Américo Vespúcio representa para nós vulto ímpar nos fastos da história. Foi sem dúvida alguma o descobridor da parte meridional do Brasil onde mais tarde surgiram S. Vicente e as capitanias que daí se originaram. Teria, até, para muitos abalizados autores, descoberto a costa norte brasileira antes de 1500 e, um ano depois de iniciado o século, as paragens entre o Rio da Prata e círculos polares. Jamais nessas condições se praticou justiça como em lhe conceder o nome às regiões que antes de outros navegadores descreveu. Diremos ainda, não nos arreecemos em asseverar que o seu título de divulgador do Nôvo Mundo sobreexcede o de navegador pela enorme repercussão encontrada na época e conseqüências a que deu causa.

Sôbre a sua pessoa não há dúvidas. Mais feliz que outros nautas da época, conhecemos com abundância de pormenores, assentes em fontes fidedignas, os seus passos desde a infância na república de Florença até a morte na Espanha. Começam as incertezas a pairar sôbre certos pontos da sua obra nas viagens oceânicas por êle realizadas, a um tempo causa da sua imortalidade e dos doestos que alguns lhe atiram. É pre-

ciso, no entanto, reconhecer não provirem os defeitos de seu procedimento, mas de condições próprias do período não muito distante na península Ibérica da Idade Média, região onde Vespúcio despendeu a parte mais importante da vida. Não menos ativos e virulentos se mostraram no caso exsudações de caráter nacionalista, originadas do lamentável século que foi o XIX, o estúpido século do Gás, assim dominado pelo grotesco e pernicioso nacionalismo pequeno burguês europeu a dominá-lo.

No intuito de separar na medida do possível o joio do trigo, o averiguado do apócrifo, o admissível do inadmissível, os atos que praticou dos que lhe atribuem, e assim por diante, vamos recordar os principais episódios de sua vida, com o maior cuidado em não incidir na corrente dos panegiristas, nem na dos detratores. A respeito da infância e mocidade, as divergências dos que delas se ocuparam são de pouca monta, sem requisitos para influir no resultado do estudo. Sabemos que seu pai foi Anastácio Vespucci, tabelião em Florença e sua mãe Lisabeta Mini. Nasceu presumivelmente em 1454 e criou-se no seio da família não diferente de similares florentinas. Mais tarde, foi embelezada por Bandini com ilustres avoengos, empresa fácil em Florença, onde sucedia pouco mais ou menos o mesmo que nas Espanhas, pelo costume de toda gente se considerar nobre como o Rei, com algum dinheiro a menos.

Certo é que se compunha de elementos caracteristicamente burgueses, provida de indivíduos letrados, como soia na república à testa dos Estados italianos pela riqueza e cultura. Infere-se esta condição pelo mister do velho Anastácio e de um seu irmão, tido entre os mais sábios dominicanos da cidade do Arno, bom helenista e latinista, a quem fôra confiada a educação

de Américo e dos irmãos. Se bem crescido em ambiente assim constituído, pendeu o jovem para o comércio, do mesmo modo que o irmão Jerônimo, sem qualquer tendência em adotar profissão ligada ao humanismo a florescer em região tida como das mais adiantadas da cristandade. Mas ao passo que um se dirigia à Palestina, onde seus esforços redundaram em série de malogros, ingressava Américo na firma Médicis, a maior e mais ilustre casa comercial da Renascença, sobejo conhecida em tôdas as praças do Ocidente e do Oriente Próximo. No sítio em que eram vendidas mercadorias da Toscana, aparecia o seu nome, circunstância a lhe conferir vulto sem igual no comércio da época. Na altura da participação do jovem Vespúcio nos negócios da casa, encontrava-se o Banco Médicis em invejáveis condições sob a regência de Pedro Francisco, continuador do velho Cosme, cujo filho Lourenço era amigo de infância de Américo.

Entre as ocupações oferecidas à sua atividade na firma, destacavam-se as proporcionadas pelo ingresso do reino unido castelhano-aragonês no palco comercial europeu. Desenhava-se de impressionante maneira o ciclo dos descobrimentos à volta de empresas mercantes transmarinas, e uma entidade como a medicina, precursora das grandes organizações bancárias modernas, não podia conservar-se alheia àquela eferescência, mormente ante as repercussões registradas nas praças européias em geral e no Mediterrâneo em particular. Com a morte de Pedro Francisco, assumiu a direção da casa o filho Lourenço, homônimo do amigo de Vespúcio, que mais tarde veio a ser o Magnífico. Cindiu-se nesta altura a casa em dois ramos, dos quais o mais interessado no comércio ibérico era o constituído pelos dois irmãos, motivo da presença de pessoa de

sua confiança no sul da península Ibérica, centro de negócios coloniais.

Chegado a Sevilha aproximou-se Américo de idoso conterrâneo chamado Berardi, de há muito estabelecido na cidade como armador de emprêsas marítimas sob ba-fejo oficial. Aparentemente o gênero podia ser considerado favorável a bons lucros. Sócio de govêrno sugeria perspectiva de fagueiros proventos a capitalistas estrangeiros, em realidade, porém, acarretava mais prejuízos que benefícios, à vista da impontualidade da Fazenda Pública em saldar compromissos e apoiar a sua clientela. A sofreguidão da Coroa em descobrir caminho para o Oriente, a fim de poder rivalizar com o vizinho português e agigantar-se entre as monarquias da Europa, tumultuava-lhe as finanças a ponto de incidir em completa insolvência. Insucessos vários, no terreno dos empreendimentos não oficiais, também influíram em abalar a situação do armador, de primeiro próspera. Ao verificar a ruína iminente, tão amargurado Berardi se sentiu, que em pouco veio a falecer. Entregaram os credores a liquidação a Vespúcio, incumbido de saldar as dívidas a particulares, satisfazer o fisco e salvar o que fôsse possível da massa.

Através de tais percalços familiarizava-se, entretanto, o florentino com a praça, mormente no setor ligado a comércio oceânico. Não era, porém, o infeliz Berardi o único a intoxicar-se com os "fumos da Índia". Todos que de perto ou de longe presenciavam o desvario, ficavam contagiados pelo vírus avassalador. Desatinava-se a psique européia ao ouvir descrições de Canaãs longínquas e da opulência que proporcionavam aos descobridores. Não se limitava o incubo à península Ibérica, todo o mundo renascentista participava do anseio, como se depreende de manifestações semelhantes eclodidas nas mais diversas regiões da Europa,

África e Ásia, visíveis no cenáculo de St. Dié na Lorena; progressos da ciência naval verificados no mar Vermelho, ou extraordinárias revelações do arquivo cartográfico de Piri Reis na Turquia.

Colocado no tumulto proveniente de notícias de navegações espantosas e encontros que mais pareciam dádivas divinas e artes de podêres ocultos, na hora recrescidos pela difusão de suposta descoberta do litoral de Cipango e Cataio e do nôvo caminho para os empórios da especiaria, dificilmente o mercador Vespúcio havia de escapar do rôjo inspirador de imaginações. Qual a razão, entre muitas, que o levou a imiscuir-se na irresistível corrente? Qual o pretexto alegado para abandonar negócios em pleno desenvolvimento a trôco de perigos de temerária aventura? Que determinante o levaria ao desatino de se arriscar nas primeiras naus em demanda de mares ignotos? Como pôde desprezar a invejável posição em que se encontrava em Cádiz, representante do maior Banco do mundo, para aos 46 anos de idade, num tempo em que depressa se envelhecia, embarcar numa temerosa casca de noz atirada ao léu do bárato-oceano? Assim procedia por mera ambição, como dizem seus desafetos, ou a pedido del-Rei Fernando V de Aragão, como êle Vespúcio assegurava? Embarcaria durante a primavera de 1497 na qualidade de cientista (na Renascença era comum indivíduos acumularem várias atividades e passarem de uma profissão a outra no correr de navegações demoradas, como veremos em capítulos adiante suceder com Alonzo de Santa Cruz, Gonçalo da Costa e muitos outros), sob direção de Vicente Yanez Pinzon? Ou de simples mercador que aproveitou a oportunidade para se instruir à custa de Juan de la Cosa e do piloto português João Dias de Solis, mais tarde oficialmente descobridor do Rio da Prata?

Nessa fase aparece confusa a atividade de Vespúcio. Quantas viagens teria ao certo realizado? Quatro ou somente duas? Qual a parte real e a fantástica do relato que fez das mesmas? Qual a parte que lhe pertence, qual a enxertada por estranhos? Que façanhas realmente praticou, quais as emprestadas ou deturpadas pelos exploradores de sua glória? Qual a apócrifa intencionalmente ajuntada com fins escusos ao original manuscrito? Qual a decorrente de simples inadvertência de copistas, fato comuníssimo na época?

Os males de período convulsionado por guerras e cismas religiosos, dificuldades de comunicações, zelos de governos a respeito de descobertas e mais obstáculos, prestavam-se para aumento de incertezas acêrca dos feitos vespucianos. Tudo era sensacional e misterioso em tôrno da informação sôbre terras desconhecidas, habitadas por indígenas nus, cujo aspecto físico contribuía para extravagantes hipóteses de encontro de terras vizinhas a chins e japões. O enigmático defluído das narrativas dos primeiros viajantes incitava a imaginação de curiosos, acicatadas, para mais, pelo complexo criador da Renascença. A partir da segunda expedição colombina, no espaço suficiente para o derrame de notícias da descoberta nos maiores centros culturais da Europa, despertava-se extraordinário entusiasmo a respeito do que relatavam, inda a considerável distância das naus descobridoras de torna-viagem. Muito maior ainda seria, portanto, a comoção suscitada em Sevilha, onde no momento se organizava o império espanhol do oceano.

Temos no cenáculo de St. Dié impressionante amostra dêsse alvorôço. As revelações de Vespúcio logo depois das viagens de Colombo, na hora em que os governos empresários de expedições procuravam ocultá-las, provocaram entusiasmo no cenáculo de géo-

grafos reunidos sob proteção do Duque Renato de Lorena. Não era mais a orla do lendário Cataio, como a princípio se supusera, a despontar na outra margem do Atlântico. Agora se verificava a existência de nôvo continente, parte do globo completamente desconhecida aos habitantes das demais, fato tão prodigioso que lhe deram a designação de Nôvo Mundo!

A magnitude da descoberta abalou as côrtes européias por obra d'esses eruditos, êmulos dos que na Itália desde há muito se consagravam ao estudo de terras longínquas. Repetiram-se escritos a respeito, em que havia infelizmente ditados por interêsses pouco científicos. Data do momento a desventura maior de Vespúcio. A confusão, entretanto, manava dos copistas, em que talvez houvesse contribuição do próprio Waldseemüller, ao reproduzir o original, ou uma cópia dêste, como é mais provável. No documento foi grafado Paria em vez de Lariab, tal no texto escrevera o florentino. O êrro era lamentável. A primeira designação pertence à localidade em terra firme onde na América Central aportou Colombo e a segunda ao ponto não muito distante onde surgiu Vespúcio. A troca de nomes dava impressão de que o florentino tentava apoderar-se das glórias do genovês. Formaram-se imediatamente dois partidos inconciliáveis compostos pelos partidários de cada navegador, ainda mais acirrados na Itália do que em qualquer outra parte, origem de não poucos doestos atirados contra o antigo agente dos Médicis por indivíduos de boa fé, persuadidos da indignidade de quem procurava despojar de seus méritos ao precursor.

Autores espanhóis também atacaram Vespúcio pela mesma razão. O cronista oficial Herrera escreve na edição da sua história de 1601 ter o florentino "inventado" a escala da expedição de 1497 no litoral de

Paria, sòmente para se revestir do feito de Colombo! A versão, a despeito da sua inverossimilhança, manteve-se daí por diante com notável tenacidade, pôsto desmentida pelos fatos. O almirante a despeito de zeloso de seus interesses, mercenário que era, jamais se indispôs com o confrade. Muito pelo contrário, louva em carta confidencial ao filho, de modo em absoluto insofismável, os préstimos de que era devedor a Vespúcio. As expressões empregadas demonstram amizade e gratidão, desvanecedoras para a memória do caluniado, *“el siempre tubo deseo de me hacer placer, es mucho hombre de bien. La fortuna le ha sido contraria, como a otros muchos. Sus trabajos no le han aprovechado tanto como la razón requiere”*, a dissipar qualquer incerteza a respeito. Note-se que a carta foi escrita um ou dois anos depois do aparecimento do livro de viagens de Vespúcio, publicada à revelia do mesmo, onde constava o disparate a êle attribuído. Igualmente alheio à sua vontade, constava o seu nome na *Cosmografia* editada em St. Dié no ano de 1507.

Um contemporâneo ilustre, Miguel Servet, escrevia na edição do *Tolomeu* de Lyon, que se não podia dar a primazia da descoberta do Nôvo Mundo ao florentino, pois esta pertencia a Colombo, e que o usurpador do seu feito jamais passara de reles traficante a serviço de Portugal. Outros autores antigos também assim pensavam. O nobre espírito de Las Casas participou da indignação geral, persuadido como se encontrava do indigno procedimento do florentino. A sentença condenatória continuou até nossos dias. Não lhe será estranha a sentença do presidente da Hackluyt Society, Sir Clement Markham, de que Américo não passava de *“beef contractor”* em Sevilha, apenas provedor de naves descobridoras. Refinou no juízo o americano R. Emerson, quando classificou o florentino de intri-

gante, empenhado em se substituir ao legítimo herói a fim de surgir aos olhos do mundo como descobridor de nôvo continente! A persistência da lenda demonstra um dos lados mais lamentáveis dos julgamentos humanos, tanto mais tenazes quanto mais improcedentes.

Posteriormente estudos sôbre as narrativas vespucianas demonstraram como tinham aparecido sem licença nem vistas do autor, alteradas por cálculo de desfrutadores de quaisquer sucessos a poder de "sensacionalismo" para fins inconfessáveis. Existiam antes da invenção da imprensa e nunca deixaram de exercer a sua nefasta ação para maior dano da veracidade de tradições e reputações. Hoje em dia, não é mais lícito admitir tenha Vespúcio cometido os delitos que antigamente lhe imputavam fundados em dizeres de publicações sub-reptícias. O resultado dêsses estudos, empreendidos sem escopo outro que chegar o quanto possível à realidade, levou autores modernos a conferir maior crédito a Vespúcio, assim como inocentá-lo dos feios delitos que lhe atiravam, tão-só provenientes de enxertos abusivos por parte de estranhos como de intempestivos erros de cópia. De modo geral, tornou-se pacífico considerar-se os escritos vespucianos prejudicados por falta de revisão do autor, fato inegável, dos mais evidentes e fáceis de verificar, mas, no conjunto, seriam aceitáveis quanto aos principais eventos descritos no texto.

A tese nada apresenta de temerário. Circunstâncias muito ponderáveis, apesar de sujeitas à correção dependente de improvável aparecimento de melhor documentação, militam a seu favor. Assim pensa entre outros o português Luís de Matos, baseado em casos semelhantes da mesma quadra, a ponto de parecer balda comum, quando reinava na Europa escassa co-

municação entre centros de estudos, escasso rigor científico sôbre descobertas marítimas e nenhum acatamento pelo trabalho alheio. A carta de D. Manoel I aos sogros, na qual se refere a viagens transcontinentais, é exemplo do costume corriqueiro. A missiva também se viu aumentada, embelezada e completada, ainda em vida do poderoso soberano. Com maior desenvoltura tratariam simples mortal como era na ocasião Américo Vespúcio. Igualmente as cartas de Toscanelli a D. Afonso V sôbre navegação assim como as remetidas a Cristóvão Colombo, foram ao depois publicadas longe das vistas do autor e se viram alvo das mesmas liberdades. Em 1447 enviara aquêlo cosmógrafo florentino ao monarca luso, por intermédio do cônego Fernão Martins, natural de Reriz, indicação acêrca de rumos diferentes dos adotados pelos portugueses para alcançarem a especiaria. Sabedor das sugestões procurou Colombo entendimento com Toscanelli, de quem não tardou a receber cópia das cartas ao Rei e conselhos sôbre o assunto das mesmas. Pois, a despeito da menção explícita de contemporâneos, foi posta em suspeição a autenticidade do epistolário, e não teve dúvidas o ilustre Vignaud em proclamar até a inexistência do cônego intermediário.

Nos trabalhos de historiografia, com em muitas mais coisas, impera o fator moda. No caso, vemos intervir a ação do tempo, corretora dos excessos do aprêço a novidades, onde depois de onda de suspeitas acêrca dos méritos de Vespúcio, começaram a surgir oportunas verificações dos assuntos contidos nas cartas. Estudos vários, em diferentes datas, mas nossas contemporâneas, principalmente de César de Lollis e do português Luciano Pereira da Silva, corrigiram, por exemplo, demasias contrárias ao cosmógrafo florentino. Mostraram não apenas a veracidade das cartas, como

a existência do cônego Martins em Reriz, e serem partilhadas as concepções geográficas apresentadas a D. Afonso V, pelos principais cosmógrafos quatrocentistas. Fato semelhante pode ter sucedido ao *Mundus Novus* de Vespúcio, que a despeito de alterado por divulgadores sem escrúpulos, contém fundo de autenticidade, que não se deve desprezar ante a carência de informações antigas sôbre descobrimentos.

Semelhantes confusões não cessam, entretanto, na adulteração de textos. Parece estranho, e, merecedor de espanto, a situação por assim dizer oposta, encontrada na península Ibérica a respeito do mesmo assunto. As notícias que tanta celeuma despertavam nos mais adiantados países do Ocidente, Flandres, Itália, França, Lorena ou Alemanha, pouca repercussão alcançavam nas Espanhas, justamente a parte mais interessada nas realizações de Vespúcio. Querem historiadores lusos, infensos ao navegador por considerá-lo tropêço às glórias portuguesas, fôsse o florentino mercador mais hábil na impostura que na ciência náutica. Para êles Vespúcio não passa de aventureiro incrivelmente beneficiado perante a poŝteridade pelo conjunto de circunstâncias decorrente do sigilo impôsto aos habitantes do reino luso em tôrno de navegações. Mas como explicar o procedimento dos castelhanos, também empregadores de Vespúcio e de muitos mais estrangeiros?

Estamos inclinados no caso a crer tratar-se simplesmente de uma questão de atraso. Os povos do norte e do centro da Europa, inclusive na Itália no setor dos Alpes a Nápoles, encontravam-se em condições culturais muito superiores às dos iberos. Manifestavam extrema curiosidade científica por descobertas, ao passo que na península o interêsse era absorventemente mercante, reservada a preocupação técnica aos

órgãos especializados do governo, pouco apto o povo a compreendê-la, desinteressado de qualquer veleidade nesse sentido além do anseio de benefícios que lhe podia proporcionar.

No IV Colóquium de Estudos Luso-Brasileiros, comunicou o Sr. Joaquim Barradas de Carvalho tese de notável importância para o assunto. Versa historiografia e literatura em geral portuguesas contemporâneas às grandes descobertas. Da leitura ressalta a insignificância do número de obras, que se poderia classificar como literatura de viagens, no espaço compreendido entre as *Chronicas dos Feytos da Guyné* começada em 1453 por Afonso Cerveira, terminada em 1460 por Gomes Eanes de Zurara, até o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, impresso de 1500 a 1508. Ao todo um dúzia de obras divulgadoras de expedições a sair dos prelos. Outras provavelmente foram escritas mas não chegaram à tipografia, perdidas por descaso, desinteresse, ignorância de governantes e de governados, de parceria com lamentável destruição de bibliotecas e arquivos. Dois textos abriram por acaso exceção à regra, o *Diário* de Tomé Lopes sobre a África e o de Pedro Álvares Cabral a respeito da sua navegação para o Oriente — de que não se conhece o original — por terem sido ambas traduzidas para o italiano em princípios do século XVI. No mesmo período, foram, entretanto, entregues a leitores em Portugal cerca de 1300 obras sobre vária matéria.

A que atribuir tão estranha lacuna em confronto com o adiantamento de outras nações? Sòmente a política do “segredo” não basta para explicá-la, mormente passado o motivo que a justificava. Mais parece incompreensão de povo escassamente dado a leituras sobre assunto primordial para si mesmo. Causa também estranheza perdurar tal descaso por viagens até

o século XIX, demonstração de contínua falta de interesse acêrca do que a *outros em diversas latitudes apaixonava, tanto mais aberrante à vista da imensidade do império de posse da Coroa lusa.

A discrição mantida a respeito do que se relacionasse com assuntos vitais para a monarquia, seria sem dúvida procedente em determinados casos. Compreende-se que intervisse a propósito do ouro das Minas Gerais, tão cobiçado pelas potências do Ocidente. Obra alguma especializada sôbre o que ao govêrno convinha ocultar deveria ser divulgada, motivo admissível do confisco da *Cultura e Opulência do Brasil* escrita pelo jesuíta Andreoni, com demasiadas informações sôbre a maior fonte de renda do Estado. Menos admissível, contudo, se nos afigura a estranha indiferença por parte da Coroa, e de particulares, acêrca de obras que, sem incidir no mesmo defeito, enalteciam grandiosas realizações da gente ibérica.

AS CARTAS DE VESPÚCIO

As cartas de Vespúcio sôbre seus feitos foram por longo tempo ignoradas em Espanha e Portugal. Quem seria o divulgador? Giovanni del Giocondo? Controvérsias e polémicas a respeito. Inocência de Vespúcio quanto às irregularidades dos textos.

As Cartas de Vespúcio

A despeito de sua considerável importância as cartas de Vespúcio, cedo difundidas pela cristandade, foram por longo tempo ignoradas em Espanha e Portugal. Não apareceram até o século XIX edições impressas do *Mundus Novus* na península Ibérica, pelo menos em caráter popular, acessível ao grande público, nem tampouco alusão pormenorizada e crítica em autores dessa origem, inda depois de completa inutilidade em conservar segredo sobre descobrimentos e domínios ultramarinos.

A indiferença pelo assunto mantida por séculos foi transformada por autores modernos da corrente nacionalista (filha diletta do século do gás), em prova da nenhuma valia dos escritos vespucianos. Comenta a propósito, o brilhante Malheiro Dias, entre surpreso e insidioso, visivelmente empenhado em lançar ainda maior confusão sobre o nauta, "*não há notícia ou referência a Vespúcio e às suas atraentes narrativas nos milhares de documentos dos séculos XVI e XVII, conservados nos arquivos de Portugal. (Também nenhuma obra impressa em Portugal durante o século XVI menciona Vespúcio como tendo navegado a serviço da Coroa Portuguesa. O jesuíta Simão de Vasconcellos é*

um dos primeiros a citá-lo.) Acontece que também não existe manuscrito de Vespúcio, nem sequer o texto italiano, original, da sua primeira carta. As provas documentais da autenticidade faleceram por completo. Igualmente não existe tradução espanhola coeva do Mundus Novus, muito embora Vespúcio gozasse na Espanha de notoriedade que lhe atribuía o cargo de Pilôto-Mor da Casa de Contratação, nem se conhece uma única referência de Vespúcio às edições de suas cartas!”.

Como vemos, sobeja obscuridade sôbre o florentino para maior gáudio de seus detratores. Faltam, todavia, provas — e isto adquire capital importância — de que o nauta seja autor das irregularidades que lhe emprestam. Não obstante, continua Malheiro Dias o exame das falhas existentes em tôrno do navegador, adensadas pelos defeitos de época caracterizada pelo fato de comunicações, dificuldades de contatos, inda entre nações do mesmo continente, sem falar no atraso da península onde vivia Vespúcio quando se tornou célebre. *“Nunca tantas circunstâncias”*, prossegue Malheiro Dias, *“se reuniram para projectar sôbre um texto histórico as desconfianças dos historiadores”*.

Alguma razão lhe cabe na superciliosa análise, e, se lhe fizermos reservas, seria no sentido de o analista não ter levado em bastante consideração os defeitos que enumeramos do tempo. Da maneira como Malheiro Dias apresenta os fatos parece responsabilizar Vespúcio pelo que êle não praticou. Que culpa cabe ao nautacoscógrafo por imperfeições de escribas, deficiências de copistas, traições de tradutores, em obra aparecida à sua revelia? Nessas condições, em tudo que diga respeito a Américo Vespúcio, temos de proceder sem juízo preconcebido, com extremas precauções, a fim de

não imitar conclusões apressadas, sugeridas por dislates de autores unilaterais.

Vejamos antes de mais nada quais os textos atribuídos a Vespúcio concernentes a descobrimentos aparecidos durante a sua vida e os publicados depois da sua morte.

No primeiro período temos duas: a saber, carta a Lourenço, filho de Pedro Francisco de Médicis, intitulada *Mundus Novus*; e carta a Soderini, gonfaloneiro de Florença, conhecida por "*Lettera*" e em que estão reunidas tôdas as viagens por êle realizadas.

Ao período *post-mortem* cabem: carta igualmente ao mesmo Lourenço de Médicis, com a descrição de viagens na parte central do Nôvo Mundo; carta ao mesmo, datada de Cabo Verde no decurso da rota para o Brasil em 1501; outra carta sempre ao mesmo Lourenço a respeito de nova viagem ao Brasil em 1503.

Ao todo cinco de diversa extensão e importância, remetidas a Lourenço de Médicis, com exceção de uma a Soderini.

Nenhum dêesses textos é de autoria direta de Vespúcio. Todos foram copiados ou traduzidos por indivíduos diferentes, provavelmente à revelia do autor. Tampouco, se conhece manuscrito do nauta sôbre outras viagens.

A Primeira Carta

A primeira carta divulgada por ordem cronológica de Vespúcio durante a sua vida, concernente a navegações, foi traduzida do latim e publicada como já dissemos sob o título *Mundus Novus*. Calcula Berchet tenha sido escrita entre julho e setembro de 1502, de volta o florentino a Lisboa, e o mês de maio de 1503,

ano em que o destinatário Lourenço de Médicis, filho de Pedro Francisco e primo do Magnífico, morreu em Florença. Na época, o texto latino foi atribuído pelos geógrafos de St. Dié ao sábio frei Giovanni del Giocondo, natural de Verona, matemático, arquiteto, arqueólogo e perito em mais ciências. Em Lisboa havia um suposto parente do frade, de origem florentina, chamado Giuliano del Giocondo, filho de Bartolomeo do mesmo nome, bastante conhecido no centro onde residia. Atribuem-lhe a remessa do original escrito em italiano, ao outro Giocondo, e, segundo Vespúcio, fôra Giuliano quem lhe transmitira o convite del-Rei D. Manoel I para tomar parte na expedição descrita no *Mundus Novus*.

Entretanto, o mercador só poderia levar ao conhecimento do sábio uma segunda via da carta, ou cópia sub-reptícia da enviada a Lourenço de Médicis por intermédio de Gherardo Verdi, companheiro do nauta ao Nôvo Mundo no ano de 1501. Temos no caso, dada a estreita amizade existente entre Vespúcio e Lourenço, explicação pouco satisfatória de como foi ter a correspondência a mãos estranhas, principalmente quando Giovanni del Giocondo se encontrava em Paris a serviço de Luís XII, atarefadíssimo na construção da Pont Neuf e obras semelhantes. Como se depreende dos pormenores da versão, houve série de obscuridades em tôrno do extravio — se acaso existiu — da carta. Daí, promanariam as falhas, deturpações e outros defeitos do texto, sejam provenientes do editor ou de escribas desatentos e desonestos, antes de a carta chegar por tortuosa vereda ao prelo.

Não menos estranha é a maneira como o sábio suposto divulgador teria participado da publicação da famosa missiva carta. E mais ainda parecerá, depois de examinada a sua personalidade. Dificilmente con-

ciliaremos a condição de Giocondo, geralmente ben-
quisto e altamente apreciado nos mais ilustres centros
de cultura da Renascença, com a sua inexplicável atitu-
de, repentinamente empenhado em desvirtuar escritos
de Vespúcio. No dizer de Vasari, biógrafo das mais
insignes figuras do tempo, era o frade "*rarissimo ed
universale in tutte le piú lodate facoltà*", escritor ele-
gante, familiarizado com os clássicos da antiguidade,
mestre do Scaligero, em uma palavra, individualidade
extraordinária, ao qual por certo não caberia a versão
latina das viagens como foi divulgada. Aponta a pro-
pósito Magnaghi: "*Non s'e posto mente che la veste
latina è tutto ciò che v'è di pedestre, di puerile, priva
d'ogni eleganza e persino di construtto latino; si di-
rebbe una traduzione letterare dall'italiano fatto da
un latino de cancelleria*".

Varnhagen no seu *Vespúcio* impresso em Lima,
ao aludir à edição do *Mundus Novus* de Vicenza 1507,
diz que a despeito da indicação no fim do texto, onde
se afirma tratar-se de tradução do espanhol para o
italiano, "*não padece dúvida de ter sido do latim*". O
próprio tradutor inadvertidamente se denuncia. Revela
o embuste quando reproduz sem entender certa decla-
ração da linguagem primitiva, de que o tradutor do
italiano para latim fôra *Jocundus interpres*. O "*tradi-
tore*" veneziano, depois de afiançar que vestia do es-
panhol, continua, "*el iocondo interprete questa epistola
ha traducta*", em que vemos que, antes dos comentários
de Magnaghi, em começos do século XVI, já havia
quem justificasse os reparos de Varnhagen.

Quem então teria sido o tradutor do texto repro-
duzido em St. Dié? No parecer de autores mais atila-
dos, a começar pelo coevo Mathurin de Redouer, a
confusão viria de o tradutor se intitular *jucundus
interpres* — adjetivo começado por minúscula, a compor

nera semelhança tomada como nome próprio! Cairia nessas condições em completo anonimato o autor da versão prejudicial a Vespúcio, imerso em treva impossível de hoje em dia dissipar, a ponto de se presumir que o aproveitador assim procedera para fins de impunidade.

Não menos enigmático é o lugar de impressão. Quer Berchet tenha o *Mundus Novus* saído em língua latina de uma oficina em Florença por volta de 1503 ou 1504. Estaria, nessa altura o frade suposto tradutor, a caminho da terra natal em que aproveitaria a oportunidade para proceder à publicação. Harisse pretende, pelo contrário, que a primeira edição da carta, também em latim, foi impressa em Paris sob vistas do dito Giocondo, na oficina de Jehan Lambert. Mas se não houve intervenção sua, quem seria o impressor e o sítio onde teria surgido a primeira carta?

Tudo que se escreveu sôbre o *Mundus Novus* é incerto. As irregularidades que o cercam se prestam a tôda sorte de críticas tendenciosas causadoras de ainda maior obscuridade a toldar o texto. As principais increpações levantadas à autenticidade e significação dos escritos vespucianos tal como se encontram, residem principalmente nas seguintes:

1) Presença de ocorrências fantasiosas, de todo inaceitáveis, nas descrições de terras que no momento ninguém podia esclarecer nos centros onde o *Mundus Novus* se divulgou.

2) Enganos e erros de cálculo repetidos no texto, incompatíveis com o saber de Vespúcio inda não fôsse tão extenso como êle apregoava.

3) Impossibilidade nessas condições de Vespúcio reconhecer como seu o que falsamente lhe atribuíam, assim como nada adiantar protestos contra a publica-

ção num tempo em que não existiam direitos autorais, nem disso sequer se cogitava.

Acêrca das qualidades do florentino, mormente conhecimentos de ciência náutica, julgamos mais acertado recorrer ao parecer de um contemporâneo, dos mais aptos a se pronunciar a respeito, ao invés de seguirmos panegiristas ou detratores modernos do navegador. Na opinião de Colombo, merecia Vespúcio muito mais do que houvera em recompensa de seus serviços, "*es mucho hombre de bien. La fortuna le ha sido contraria*". Que maior elogio da pessoa e méritos do navarco por parte do descobridor do Nôvo Mundo! Outros também assim pensavam, como D. Manoel I, quando o convidou para tomar parte nas expedições para o Brasil, e os espanhóis ao atraí-lo para o serviços dos Reis Católicos. A maior consagração, porém, partiu dos geógrafos dos meios mais adiantados da Europa depois de cientes da obra do navegador, a perfazer conjunto de homenagens, que por certo não recairia sôbre indivíduo desprovido de qualquer merecimento.

Por estas razões, excluída *in limine* a possibilidade de frei Giocondo ter traduzido o *Mundus Novus*, aceitam historiadores especializados no assunto e de ânimo imparcial a inocência de Vespúcio nos defeitos das cartas. Um dos derradeiros por ordem cronológica dos estudiosos da questão, o sábio mestre da Universidade de Palermo, Alberto Magnaghi, aventa, após aturado exame das fontes existentes, que a relação das viagens tenha sido impressa pela primeira vez, não em Florença, mas em Augsburg, na oficina de Johannes Otmar, no ano de 1504. Igualmente descrê da paternidade de frei Giocondo quanto ao que lhe emprestam, demasiadamente absorvido na construção da Pont Neuf e da Petit Pont sôbre o Sena, emprêsa de importância

culminante para a cidade, cuja conclusão era ansiosamente esperada pelo povo parisiense, além de outros trabalhos, de modo a se encontrar sem lazeres para serem despendidos em traduções difíceis, sôbre matéria complicada, completamente alheia às habituais ocupações do frade.

Seria neste caso inteiramente falso o texto do *Mundus Novus* tal como apareceu pela primeira vez?

A serena análise do texto leva a crer no contrário. De permeio com generalizações vagas, inexatidões e superfluidades, ocorrem, porém, informes preciosos, de imenso alcance na falta de outros dados da época sôbre as regiões visitadas do outro lado do Atlântico. De todo aceitáveis constam as passagens relativas aos pontais de S. Roque e de S. Agostinho ao norte do Brasil, pela primeira vez mencionados na cartografia quinhentista. Outros passos primordiais possui, como nota o Sr. Luís de Matos, dos mais recentes comentadores dos enigmas vespucianos, dignos da atenção dos estudiosos.

As confusões provocadas pela mistura do joio e do trigo sugeriram mais uma hipótese. Cabe perguntar, decorreriam os dados certos, junto de apócrifos, de alguma carta do próprio punho de Vespúcio hoje perdida, dolosamente utilizada pelo editor sub-reptício? Existiria mais alguma viagem transoceânica do florentino além das quatro por êle repetidamente mencionadas? Teriam sido as notícias das primeiras, impressas em Florença ou Augsburgo? Seria logo conhecida a deturpação pelo autor prejudicado, o qual, no entanto, consentiu continuasse como modelo a edições sucessivas, pelo fato de julgar fácil dirimir dúvidas com a divulgação do texto autêntico, sob sua responsabilidade?

O caso evoca outro ocorrido muito depois, no século XVIII, em condições estranhamente parecidas,

que lembramos, contudo, apenas a título de curiosidade. Pertence a analogias quase inevitáveis, por obra de condições, meios e acontecimentos semelhantes, para maior alvoroço do estudioso de história. Assim, foi há pouco descerrado em Wiesbaden o cofre em que jaziam as *Memórias* de Giacommo Casanova, em mãos do editor Brockhaus, outrora com sede em Munique. Verificou-se que o texto das primeiras edições de meados do século XIX fôra inteiramente reescrito pelo escriba Jean Laforgue, em grande parte responsável pelas críticas àquelas reminiscências. Trechos como a entrevista do aventureiro com Frederico II, no castelo de Sans Souci, antigamente considerados produto da desfaçatez do memorialista, são agora admitidos, assim como outros muitos passos dos inumeráveis volumes das *Memórias*. Repetia-se, pois, com o veneziano setecentista, o que sucedera ao conterrâneo Marco Polo três centúrias antes. Pouco mais ou menos o mesmo aconteceria ao português Fernão Mendes Pinto, alcunhado Muito Minto, todos aparentemente prejudicados por excessos de imaginação, quando em realidade eram vítimas de intervenções descabidas, porquanto visavam os responsáveis a aumento de rumor e publicidade em tórno da publicação, com desprezo pelo princípio que assegura *a verdade de muito supera a mais exuberante fantasia*.

Infelizmente, quanto a Vespúcio, temos como improvável a descoberta de dados esclarecedores no gênero dos providenciais a Casanova, de volta à luz do dia depois de longo sono na caixa forte de um comerciante. No caso, não vemos outra alternativa que aceitar, tal como se encontra, o velho texto, apenas com prudente preferência pelo primeiro por ordem cronológica aparecido, antes dos enxertos suplementares que lhe aduziram no correr do tempo. O número de

edições antigas do *Mundus Novus* é impressionante. Em curto espaço depois de divulgado, surgiram cerca de 50 até 1550, das quais 11 em um ano! Simultaneamente publicaram-se traduções em alemão, francês e italiano, de modo a provocar as reflexões de Magnaghi, “*relação alguma de viagens obteve tamanha difusão e tanto correspondeu às predileções da época*”, como as *Viagens*, reparo a que podemos ajuntar, “*exceto na península Ibérica*”.

O Segundo Texto Atribuído a Vespúcio

Na segunda carta enviada pelo florentino a patri-cios, no momento em que passava do serviço de Portugal ao de Espanha, sob forma de missiva intitulada pelo divulgador, admirador, usurpador ou desfrutador, *Lettera*, reunia o nauta as quatro viagens que teria realizado através do oceano. Todavia, surge a respeito problema insolúvel. Desapareceu, como ademais todos os manuscritos de Vespúcio, o original da comunicação ao gonfaloneiro de Florença Soderini, publicada *ad instar* do *Mundus Novus*, sem licença do autor, em mau idioma italiano, por volta de 1506. Foi igualmente considerada suspeita quanto à redação tal a quantidade de solecismos que apresenta, se bem tenha o nauta tentado desculpar-se, perante o amigo, do estilo bárbaro da missiva — fora dos cânones das humanidades da época — pela circunstância de êle se encontrar havia muito fora da pátria. A escusa vinha a propósito da soma de portuguesismos e espanholismos, muitos incompreensíveis a um italiano, pôsto se tratasse de línguas latinas, a figurar no texto.

Enumera Canovai, em oito páginas do seu panegírico do navegador, os estrangeirismos que lá se en-

contram, alguns primários, onde se nos depara “alargar” em vez de “alontanar”, “algodon” por “cotone”, “desbaratar” por “scompigliare”, “parado” por “fermo”, etc., alteração no afinal de contas desculpável em quem, esquecido das lições do tio erudito, jamais se dedicara às letras, absorvido no comércio, em contato com indivíduos de mentalidade inferior, inda quando fôssem patrícios, e gente do mar de todo rústica, não raro analfabeta.

Nessas condições pareceu a *Lettera* suspeitíssima a pesquisadores, entre os quais Magnaghi, que a tem como simples amplificação do *Mundus Novus*, para iguais fins, pelos mesmos autores. “*La Lettera al Soderini è in molte parte una traduzione letterale del Mundus Novus: onde è logico che il Vespucci per informare questo personaggio non avrà ricorso al povero espediente di tradurre ciò che un anonimo estensore aveva scritto sopra un viaggio compiuto da lui*”. Afora êste lado do texto, fantasias em tôrno de viagens eram balda comum a navegadores da Renascença, se bem, nem de longe, desande Vespúcio em enormidades como as comuns em Colombo e outros, com alusões a homens providos de duas caudas encontrados nas Antilhas, ou as informações de Mocquet no Rio-Mar a propósito das Amazonas, imitadas pela facúndia imaginativa de Sir John Mandeville.

Examinadas, porém, as deficiências da *Lettera* em certos erros técnicos de navegação, vícios de linguagem, contradições, confusões geográficas (sem responsabilidade sua como vimos na importantíssima troca de Lariab por Paria), conclui Varnhagen seja falsa, seguido por outros esmiuçadores da questão. Há também partidários de que sequer existiram tôdas as viagens mencionadas pelo navegador. Reduzem o número para duas oceânicas em vez de quatro, atribuído o resto aos

alteradores do epistolário. Contra a asserção, temos, todavia, fato deveras impressionante. A publicação apareceu ainda em vida do suposto autor, que muito provavelmente teve conhecimento do abuso. Entretanto, não protestou, assim como tampouco protestaram os seus numerosos companheiros de jornada, tais Solis, Juan de la Cosa, Gherardo Verdi e muitos mais que, pela condição de pilotos, cartógrafos, mercadores, etc., forçosamente também conheceriam a existência das cartas publicadas. Por que não se insurgiram contra enormidades tais como o desdobramento, que a ser real implicava tentativa por parte de Vespúcio em se engrandecer à custa da credulidade pública? O assunto era da maior relevância, decisivo para a fama do misivista, de que dependia o favor de soberanos interessados no assunto das mesmas. Como interpretar aquêlê silêncio?

Além disso, a qualidade de florentino não lhe permitia nas Espanhas fantasias contraproducentes, rodeado como se encontrava de censores severos, à espreita de tudo que lhe compromettesse o prestígio. Não se divertiria, portanto, Vespúcio em se desmoralizar perante geógrafos do tempo, governantes e amigos desejosos de notícias sôbre o Nôvo Mundo. Falsidades como a pretensão de ter realizado mais viagens que as cumpridas, fraude, ademais, fácil de verificar, era o quanto bastava para inutilizá-lo para todo sempre, nas côrtes ibéricas. Do mesmo modo, não encontramos razão para os adulteradores-inventores esquecerem-se na Itália em sucessivas edições italianas, mormente em Florença, dos barbarismos de redação, sem veleidades em corrigi-las, nem que fôsse para melhorar publicação destinada a provocar rumor e produzir dinheiro. Nesse ponto pouco satisfaz a conjetura de Malheiro Dias, de que Vespúcio era aluno primário em matéria náutica e

geográfica de espanhóis e portugueses e ignorava a exata correspondência de certos termos de navegação em italiano. O alegado se nos afigura de todo inadmissível à vista de erros como os que respigamos na lista de Canovai, tais “parado” em vez de “fermo”, ou “algodon” em vez de “cotone”, por demais aberrantes para permanecerem despercebidos.

A explicação para nós consiste no que já apontamos. Muitas das suspeições atiradas contra Vespúcio não se justificam, inclusive acêrca do número de viagens. Segundo, o silêncio do navegador ante a fraude derivava da sua intenção, como foi dito, de publicar completo relato de seus feitos — “*Delle mie quatro giornate*” — assim que para tanto encontrasse lazer. Não vemos razão para duvidar do projeto, nem dos passos das cartas em que foi anunciado.

Seja como fôr, a importância da *Lettera* é capital. Nela descreve o missivista conjunto de expedições em embocaduras de rios, no gôlfo do México, na Tierra Firme, hoje Venezuela, e costa do Brasil na parte leste-oeste e na do sul até atingir círculos polares. No final dêsses trabalhos confirma a sua genial intuição de que se tratava de nôvo continente por completo separado do asiático. A respeito tece Malheiro Dias, dos principais detratores das proezas vespucianas, engenhosa dedução, que merece ser reproduzida pelo seu característico aspecto de reivindicação nacionalista sobreposta à preocupação de veracidade. Em resumo, pretende que nas duas primeiras travessias do oceano realizadas pelo florentino em direção às Antilhas, julgava o nauta velejar para o fabuloso Cataio descrito por Marco Polo. Nas duas seguintes, convenceu-se de que se tratava de outro continente e assim o apresentou aos grandes de sua pátria. Nas primeiras viagens estaria sob influxo

de concepções espanholas. Nas segundas, passara a adotar vistas geográficas lusas, de onde lhe adveio a idéia do Nôvo Mundo. A hipótese pode ser admitida, pôsto estivesse Vespúcio provido de noções cosmográficas desde quando ainda jovem se encontrava na Itália, sobrinho de um especialista em cartografia, por conseguinte em condições de poder apreciar, graças à crítica própria, os trabalhos e aventuras que presenciava. Contudo, ressentia-se do defeito constituído pela dificuldade em elucidar a versão do escritor luso por falta de comprovante dos seus argumentos.

A *Lettera*, como o *Mundus Novus*, alcançou imediata repercussão nos maiores centros científicos da Renascença, divulgada em sucessivas edições, traduzida para o latim e várias outras línguas. Tornou-se o *best seller* dos principais meios científicos, políticos e literários do Ocidente, exceto, bem entendido, na península Ibérica. Nesses cenáculos provocava viva comção, seguidas de tôda sorte de conseqüências. Não admira, pois, despertasse a curiosidade do grupo de cientistas de St. Dié interessados em cosmografia e ciências afins. Formavam excelso grêmio sob título "Gymnasium Vosgense", a que pertencia Martim Waldseemüller, ou Martinus Illacomylus na versão latinizada do seu nome. O resultado das atividades do grupo e dêste último confrade, apareceu no ano de 1507 com a *Cosmographiae Introductio* da obra de Tolomeu, onde se encontrava a narrativa das Quatro Viagens.

Como teria chegado à academia vosgiana? É um dos muitos enigmas da estranha série em tôrno dos feitos vespucianos, de que até hoje não existe explicação. A segunda parte das famosas comunicações teria aparecido em St. Dié quando a primeira, o *Mundus Novus*, estava em composição em forma de carta em francês endereçada de Lisboa ao Duque de Lorena,

protetor do grêmio. De tão subido valor pareceu aos sócios da dita academia esta segunda parte, que não vacilaram em pedir ao confrade Jehan Basin de Sedan-court tradução latina para incluí-la como suplemento da *Cosmografia*.

A versão aí inserida manteve-se bem aceita por séculos a fora, até um acaso revelar em 1907 o texto italiano da *Lettera*, sem dedicatória ao Duque, mas a Soderini, tal como constava na edição de Ramúsio de 1555, e a introdução não mais se referia à *Cosmografia* de Tolomeu, porém ao texto explicativo de um globo e mapa-múndi de Waldseemueller. Os autores da variante adulteradora da edição de 1507. foram, portanto, aparentemente os do Ginásio de St. Dié, desejosos de agradar ao amo Duque de Lorena, ao divulgarem a carta, que se ignora como lhes veio ter às mãos.

Entre os dois documentos há diferenças além da dedicatória ao Duque. Na primeira fôlha da *Cosmographiae Introductio*, ocorre mais uma oferecida ao Imperador Maximiliano. Foi nesta obra que surgiu a atribuição do nome do nauta ao continente por êle divulgado, homenagem a que fazia jus pelo fato de ser quem mais o percorreria em vários sentidos e na maior extensão, mormente na parte continental. Daí, rezava o livro, “era lícito chamar à nova parte do globo *Terra de Américo ou América*”, ou seja, transformada a obra vösgense em ata de batismo da “*quarta parte do mundo por êle descoberta*”. Como se infere do acima exposto, foi do acervo de confusões deflagrado por interesses escusos, de permeio com entusiasmos transbordantes, que ainda em vida do navegador nasceu a apelação da terra incógnita, descoberta por Colombo, espanhóis, florentinos e portugueses.

A edição da *Lettera* em italiano é geralmente considerada como aparecida em Florença entre 1505 e 1506.

Teria sido, segundo Varnhagen, impressa pelo tipógrafo Gian Stefano, filho de Carlos do mesmo nome, habitante de Pavia, para o livreiro Piero Pacini. Na opinião de Magnaghi, tratar-se-ia simplesmente de falsificação de carta autêntica de Vespúcio, muito adulterada pelo livreiro. A invenção das quatro viagens viria, pois, tão-só de intenção interesseira, para fins comerciais, baseados no caráter sensacional das comunicações do nauta.

No caso, tornamos a repetir, tudo que daí decorre pode ser admitido. Beneficiava à sua revelia indivíduos menos escrupulosos, mas a dubiedade das cartas, através de tantos fatores de deturpações, cria obstáculos a juízo definitivo sobre o valor do texto. Continuamos a despeito da sábia análise do mestre de Palermo e da acirrada crítica de historiadores modernos movidos por injunções nacionalistas — chegada a tons épicos na pena de Malheiro Dias — na mesma incerteza em que se vêem todos os que desde o aparecimento do *Mundus Novus* e da *Lettera* tratam do assunto. Pelos mesmos motivos nos sentimos inclinados a admitir, até melhor prova em contrário, a existência de quatro viagens oceânicas por Américo Vespúcio, apesar de discordarmos de muitos pontos da narrativa.

As cartas atribuídas a Vespúcio foram pela primeira vez publicadas, o *Mundus Novus* em 1504 em Augsburgo, segundo Magnaghi, em latim, e descreve os incidentes da 3.^a viagem do presumido autor no Brasil. Depois veio a *Lettera*, em italiano, Florença 1505 — 1506, que trata das quatro viagens complexivamente. A seguir *Lettera* em latim, St. Dié 1507; *Lettera* em latim do códice da Bib. Ricardiana, Florença, pub. por Bandini em 1745; Id. pub. por Bartolozzi em 1789, com acréscimo da carta de Cabo Verde (ou Dacar); Carta do Cabo Verde de 4 de junho de 1501 a Lourenço “*di Pier*

Francesco de Medici": Idem pub. pelo conde Baldelli Boni no vol. I da sua ed. do *Milione* de Marco Polo em 1827.

O que mais fama trouxe a Vespúcio na época foi o *Mundus Novus*, porém a que mais preocupou geógrafos e historiadores foi a *Lettera*, com tôdas suas charadas e defeitos e, também, inestimável soma de informações que proporcionava sôbre o continente recém-descoberto, de que pouco ou nada se conhecia.

A Terceira Carta de Vespúcio

(Primeira "post-mortem")

A primeira carta do navegador seguinte ao *Mundus Novus* e *Lettera*, divulgada depois da sua morte em 1511, foi casualmente encontrada pelo erudito Bandini em meados do século XVIII, junto de mais outra, num códice quinhentista do arquivo do Marquês Riccardi em Florença. O fato de não ter sido impressa antes, inclinou exegetas a considerá-la possivelmente menos deturpada que as anteriores, divulgadas em vida do suposto autor por editôres inescrupulosos. De modo geral situa-se nas condições das outras, igualmente desprovida de dados comprobatórios de fidelidade ao original desconhecido. Não existe, como já dissemos, missiva alguma a respeito de descobertas do próprio punho do navegador. Pretendem, no entanto, os tais eruditos, encontrar-se o achado de Bandini menos poluído que os textos impressos por não se destinar à publicidade tendenciosa; infelizmente, também se encontra vítima de copistas e outros fatôres de adulterações.

Esta terceira carta vespuciana, pela primeira vez publicada por Bandini em 1745, que a tinha por autêntica, consiste numa reprodução de Pier Vagliente, contemporâneo de Vespúcio, que a teria copiado do origi-

nal depois do falecimento do autor. Escrita de Lisboa a Lourenço de Médicis, traz a data de 1500. Bandini não pensava fôsse cópia, propenso a tê-la como do próprio punho do navegador. Eruditos vários inversamente a consideram oriunda do mesmo códice em que estava o *Mundus Novus*. A atribuição bastou para estabelecer acesa polêmica, porquanto os ditos investigadores, entre os quais Varnhagen, pretendem o *Mundus Novus* apócrifo, pelo que também esta carta seria suspeita.

Versa o assunto da mesma a segunda viagem de Vespúcio às Antilhas realizada entre 1499 e 1500. Aparentemente não nos diz respeito, sem referências ao que ainda não fôra descoberto por Cabral, mas, indiretamente, pertence ao quadro onde o erudito procura indícios para esclarecer problemas da autenticidade das primeiras notícias atribuídas ao florentino, assim como acêrca da controvérsia sôbre o número de suas viagens. Para dar idéia do acervo de dúvidas causadas por imperfeições de cópia, temos *ab initio*, logo no comêço do trabalho de Varnhagen acêrca das expedições do nauta, involuntária irregularidade na obra impressa no Peru quando nosso historiador lá se encontrava a serviço diplomático. O pai da *História Geral do Brasil* não se contentava em citar obras de predecessores. Escrupuloso, pormenorizado, senhor de espantosa capacidade de trabalho e de esforçado espírito crítico, procurava subir às fontes quando se lhe deparava oportunidade, a fim de submetê-las a cuidadoso exame antes de aproveitá-las. No trabalho de pesquisa, ao examinar a primeira parte do cimélio encontrado por Bandini no arquivo ricardiano, encontrou a data 18 de maio de 1499 para o embarque de Vespúcio em demanda das Antilhas, ao passo que a versão geralmente aceita na época, graças ao abade Fiacchi, dizia

28 do mesmo mês, anacronismo denunciador de outras inatensões na cópia do original.

Será pormenor de pouca monta, não fôsse exemplo de como em cada reprodução aumentam alterações. Mas não parava aí a divergência entre os dois autores, o italiano e o sorocabano. Lera o abade Fiacchi o nome Ghinea, ou Guiné, como uma das regiões que el-Rei D. Manoel mandara a Vasco da Gama descobrir, mencionada no trecho, "*L'armata, che due anni fa mandó il Re di Portogallo a discoprir per la parte de Ghinta*". Distinguiu Varnhagem "China" na cópia de Vagliente, reproduzida por Bandini, engano muito mais grave. Além disso, o copista de Bandini é criticado por Canovai, que lhe exprobra falta de atenção no copiar o códice ricardiano, defeitos que assumem aspecto particularmente insidioso na ausência dos originais de Vespúcio.

Na carta objeto da discussão, dá notícia o florentino do acontecimento representado pela chegada a Lisboa das naves enviadas pelo monarca a Calecut, "*con grandissima ricchezza*". Ajunta que, à vista do auspicioso resultado da expedição do Gama, ordenara el-Rei nova esquadra de doze navios, a maior até aquela data equipada na península para navegações transoceânicas. Esta considerável empresa, em extremo custosa, não mais pretendia descobrir terras, porquanto se encontrava conhecida a costa que as naus da carreira indiana deviam percorrer. Justificava a circunstância os dizeres do nauta, "*come quello non lo chiamo io discoprir, ma andare per il discoperto, porché come vedrete per la figura, la lor navigazione é di continuo a vista di terra, e volgono tutta la terra d'África per la parte d'austro*".

As falhas dos documentos vespucianos infelizmente lançaram densa confusão no assunto, de modo a per-

mitir aventar-se a hipótese, de que as cópias das cartas divulgadas por último, após a morte do autor, seriam as melhores, no sentido de menos adulteradas. Todavia, temos de nos ater no caso a conjeturas. Do mesmo modo procede Magnaghi com a sua tese partidária de apenas duas viagens do florentino. Adiante voltaremos à questão, por ora vamos somente examinar a segunda carta de Vespúcio aparecida *post-mortem* do autor, que seria a quarta por ordem cronológica do *Novus Mundus*.

A Quarta Carta de Vespúcio

(Segunda publicada "post-mortem")

A cópia da segunda carta de Vespúcio, divulgada após a sua morte, foi descoberta em 1827 em Florença por Bandelli. Também pertence ao códice ricardiano, obra da Vagliente, que a teria copiado de uma comunicação do nauta, a Lourenço de Médicis, ou, como também é admissível, partiria de alguma versão subreptícia da carta.

Esta apresenta para nós interesse muito maior que a precedente a descrever as Antilhas, pois alude ao Brasil setentrional entrevisto no correr da navegação rumo leste-oeste no trajeto da Europa para a região pouco antes encontrada por Colombo. Intentava no momento a empresa nada menos do que o primeiro passo para devassar a costa, e, a ser verdadeira a descrição que deixou da viagem, Vespúcio foi o primeiro descobridor de territórios onde mais tarde se elevou o Brasil. Infelizmente, os feitos nela mencionados, se bem indubitáveis quanto ao avistamento dos pontais pernambucanos, são justamente os passos mais incertos, e, daí, controvertidos do epistolário vespuciano, os que mais discussões provocam e piores conclusões promovem.

A respeito do seu valor, tece Malheiro Dias considerações ainda admissíveis sem embargo das quatro décadas decorridas após enunciação. No geral, pouco resistem trabalhos do gênero à marcha do tempo. Novos dados históricos ou, na sua falta, teses mais originais, adequadas à hora, segundo o soberano fator “moda”, existente tanto na arte como na história — que vem a ser a mistura de ambos — aluem velhas opiniões, às vêzes em alguns anos apenas. Por exceção, ainda podemos ouvir com proveito o ilustre escritor na monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*.

Principia por discordar de Varnhagen — os anos se sucedem e os pontos de vistas os acompanham — o qual tinha a carta por apócrifa, como já vimos. Os motivos da divergência residem nas dúvidas do sorocabano derivantes de, primeiro, desconhecimento das fontes onde se abeberou Vagliente; segundo, o manuscrito, pôsto do século XVI, não é, contudo, contemporâneo de Vespúcio falecido em 1511; terceiro, não apresenta o texto os estrangeirismos encontrados nas outras cópias; quarto, ausência nesta versão de idéias sôbre geografia e das importantes opiniões exaradas pelo presumido autor nas missivas precedentes, a perfazer conjunto passível de suspeita.

Pensa diversamente Malheiro Dias, propenso a dar a fonte de Vagliente como a mesma inspiradora do *Mundus Novus*, assim como em admitir que o manuscrito posterior à morte de Vespúcio seja preferível às publicações em vida do mesmo. As principais razões alegadas são falta de estrangeirismos corrigidos por copista mais empenhado em divulgar corretamente o texto do que lhe acrescentar pormenores falsos; segundo, expurgo de opiniões defendidas no *Mundus Novus* e na *Lettera*, procedimento contrário ao interêsse do falsificador, pois inversamente procuraria completar a

carta a fim de torná-la mais interessante. Um texto incompleto era, além disso, passível de discussões, eventualidade prejudicial ao interessado na rápida aceitação do escrito pelo público. Pensaram da mesma maneira exegetas ilustres como o grande Humboldt, imitado por Uzielli, Trubenbach e mais sumidades, apoiadas no impressionante argumento constituído pelas notícias reconhecidas exatas existentes na carta, acêrca da partida de Cabral de Lisboa e, a seguir, sôbre o retôrno do Oriente de naus suas encontradas pelo florentino no Cabo Verde.

Escreve a propósito Malheiro Dias: *“Se a carta não é de Vespúcio, que outro navegador poderia reunir tão copiosas e exatas informações sôbre a esquadra de Cabral? Bastará confrontá-la com a relação chamada do Pilôto Anônimo para se verificar que esta não foi a fonte em que o falsificador se instruiu”*. O problema levou o douto autor a pender pela autenticidade de modo a concluir: *“tanto mais não existe nenhuma carta anterior a esta data em que Vespúcio sustente as opiniões que emitiu depois de realizada a expedição portuguesa de 1501-1502, não sendo crível que houvesse demorado três anos para as proclamar”*.

Outro argumento a favor da autenticidade, segundo o mesmo modo de ver, está no êrro de data de 1499 para a partida de Cabral de Lisboa, mencionada na carta. Um falsificador havia de forçosamente corrigir o deslize do copista, porquanto logo adiante diz Vespúcio ter partido a esquadra cabralina em demanda a Calecut quatro meses antes, ou seja no ano de 1500.

Na continuação da crônica da jornada, estende-se Vespúcio sôbre a rota da Índia. Destinava-se a missiva a informar Lourenço de Médicis, obrigada, portanto, a mencionar notícias da mais alta relevância de que o acaso lhe facultara conhecimento. No encontro dos

navios cabralinos na África, teve o nauta oportunidade de se avistar com certo Gaspar, personagem absolutamente verídico, de grande valia como informante de portugueses nas expedições ao Oriente. A sua presença na esquadra, assinada Malheiro Dias, não podia ser adivinhada pelo florentino, nem dêle ser conhecida antes do fortuito encontro, pôsto fôsse o mesmo personagem citado na *Relação* de Lunardo da Cá de Masser, "*zudeo che da poi se fece Moro*" quando, tempos antes, do Cairo fôra ter a Meca, de onde desceu à Índia. Em Calecut, por ocasião da chegada dos portugueses, apresentou-se às naus de crucifixo na mão. Enviara-o o régulo local para parlamentar com Vasco da Gama, visto saber várias línguas, incumbido de saber quem era aquela gente, a que nação pertencia e o que pretendia.

Tantos serviços na emergência prestou a ambas as partes, tanto se acamaradou com os portugueses, encantados de encontrar tão prestante auxiliar no trato que iniciavam acêrca de informações sôbre o meio e expedientes a serem empregados no estabelecer comércio com o mesmo, que o Judeu Gaspar a êles se juntou na volta a Lisboa em 1499. De viva voz descreveu a Índia a D. Manoel I, mormente acêrca de Goa, da situação dessa ilha, seus recursos e utilidade para os portugueses. Bem recebido na côrte do Venturoso foi considerado entre outras coisas providencial elemento para o tráfico indiano. Não tardou a receber comenda, converter-se ao cristianismo e desposar uma lisboeta interessada naquela crescente prosperidade. Mandou-o depois el-Rei que acompanhasse a Pedr'Alvares na expedição de 1500, na qual veio encontrar Vespúcio na escala de Cabo Verde.

Dêsses acontecimentos dava o florentino notícia ao amigo Lourenço, confiada a carta a Geraldo Verdi,

também cidadão de Florença. Narrava como obtivera em Cabo Verde, Bezeguiche ou Dacar — o sítio nunca foi bem identificado — dados sôbre o excelente negócio caído nas mãos del-Rei de Portugal, cujo produto não tardaria a chegar a Alexandria e Itália. A informação era nitidamente comercial, a mencionar o entreposto egípcio, que não tardaria a receber e reexportar (mera suposição do missivista) especiaria para as cidades italianas, recebida pelo Mediterrâneo em vez de ser pelo mar Vermelho.

A respeito desta comunicação expende Malheiro Dias considerações igualmente procedentes, como as dos cuidados dos pilotos lusos antes de velejar para mares desconhecidos. Dá a carta como “*palpitante de sinceridade*”. No seu entender, por nós plenamente perfilhado, “*ninguém se exprimia assim dois ou três anos depois*”. Dêsse modo, os dizeres de 4 de junho de 1501 “*representam... como que uma chancela de autenticidade formal. São um certificado cronológico*”, tão aceitável quanto outros trechos da mesma carta, inda vizinhos com outros tidos como menos exatos.

Esta presunção de autenticidade por quem de modo algum pode ser suspeito de simpatia por Vespúcio, e, menos ainda, pelo que lhe atribuem, aumenta de muito o interêsse dos têrmos da carta. No texto diz o navegador: “*Tengo speranza in questa mia navigazione de rivedere e correre gran parte del sopradetto e discoprire molto più*”, ou seja, não só contemplar as prodigiosas regiões asiáticas descritas pelo tal Gaspar, como ainda conhecer outras ainda completamente ignoradas. De permeio na correspondência ocorre igualmente menção a indivíduos cujos nomes giram em tôrno de viagens naqueles primórdios do tráfico oceânico da especiaria. Muitos cita entre os que de perto ou de longe, direta ou indiretamente, tiveram parte nos fu-

turos acontecimentos do Brasil. Sem falar no judeu Gaspar, o qual estêve como os demais companheiros na terra de Santa Cruz, mas por motivo do interêsse na mercancia indiana nada julgou dever narrar do incidente alheio à fonte de seus proventos, surgem em compensação no rol os Médicis magníficos, promotores da ida de Vespúcio a Sevilha e Cádiz, causa da vocação náutica do florentino, no ânimo dos quais não se perderia a semente deixada pela obra do conterrâneo — haja vista no procedimento de Catarina de Médicis e no do seu parente Strozzi, e, no século seguinte, de Maria de Médicis e dos primos Grão-duques da Toscana, cujas ambições na América foram estudadas pelo livornês Uzielli — os Marchiones financeiros das primeiras expedições descobridoras do maior domínio lusitano além da Índia; Simone Dal Verde, ou Verdi, agente de florentinos na Espanha; Jerônimo Sernige que escalou em Pôrto Seguro quando Cabral seguia para Calecut; sem esquecer a atividade do mesmo gênero de muitos outros peninsulares mencionada na correspondência de La Faitada, ao depois sócio de Domênico Pisani, agente da Senhoria de Veneza e dos principais armadores de expedições lusas transoceânicas, e muitos mais que avultam na mercancia a constituir a maior grandeza do Venturoso no tempo em que Américo lhe prestava serviços.

Convém atentar que, durante a Renascença, eram os italianos os principais detentores do comércio com o Levante, razão de seus marítimos, técnicos, banqueiros, armadores e mercadores se mostrarem os mais adiantados da época e decisivamente contribuísem com a sua atividade para a descoberta da rota marítima do Oriente e na revelação ao Velho Mundo da existência do Nôvo, hoje chamado América.

A Quinta Carta

(“post-mortem” de Vespúcio)

No parecer de vários eruditos a cujo rol pertence Magnaghi, a carta de que antes nos ocupamos, seria a primeira parte desta, objeto no momento da nossa atenção, tida por terceira missiva aparecida e divulgada *post-mortem* do autor. Não pertence, porém, ao códice ricardiano, pois foi descoberta no arquivo Strozzi de Florença em 1789 por Bartolozzi, trinta e oito anos antes da precedente. E, como esta, endereçada a Lourenço de Médicis, filho de Pier Francesco, sem data, com variantes das demais sôbre o mesmo assunto, a saber, a expedição de 1501, justamente a de maior interesse para nós no total do epistolário sôbre descobrimentos.

Acaso seja verdadeira a suposição, de que se trata de continuação da anterior remetida de Cabo Verde, Dacar ou Bezeghiche, teria sido nesse caso truncada por copistas e mais causadores de alterações. Na opinião de Malheiro Dias, o trecho descritivo das terras descobertas na viagem muito se assemelha ao contido no *Mundus Novus*. Pouco mais lhe acrescenta, diz o mesmo autor, em notícias de importância. O que principalmente impressiona no texto é o quadro paradisíaco da natureza brasileira ali traçado, onde surge o índio às vêzes acolhedor, outras traçoeiro e feroz, segundo as tribos mui dessemelhantes entre si, encontradas ao longo do litoral da Bahia ao sítio mais tarde chamado de S. Vicente.

Nela temos pela primeira vez, diz o estudioso, pormenorizada narrativa da viagem além das constantes nas cartas dirigidas a Soderini e Lourenço de Médicis. Afiançava que, logo ao dispor de algum ócio, se valeria do escrito para compor tratado geográfico ou cosmo-

gráfico. Na cópia de Bartolozzi os têrmos são diferentes, pôsto o significado seja o mesmo, "*Stavene in precincto di mandarvene un sunto (riassunto), ma le tiene questo Serenissimo Re, ritornandomele lo farò*". O resumo projetado reunia a escolha de notícias mais interessantes, "*ma ditutte le cose le più notabile che in questi Viaggio m'occorsero in una mia operetta, ho rescolto, perché quando saró di riposo, in esso mi possa occupare, per lasciare di me dipó la morte qualche fama*". No período, entretanto, encontramos frase estranha. Diz o missivista, no passo onde trata de astronomia, "*pigliamo i diametri dei loro Circoli e figurandole con figure geometriche e altri movimenti dé Celi notai, la qual sarebbe cosa pericolosa scriverli*".

Perigosa de comunicar a um estranho, que não fôsse chegado ao trono ou serviços atinentes à lusa navegação, ou seja, em condições de receber tais dados? A dubiedade do exposto não permite conclusões seguras. Em todo caso, à vista do zêlo extremo mantido pela Coroa na matéria, destacamos êste ponto, em que o nauta evita conceder informações antes de estar fora do alcance de régias autoridades, como se infere por ser "perigoso" no momento divulgá-las. Deixa, assim, o cuidado para mais tarde, quando tiver ensejo, ou mais exatamente, quando pudesse livremente escrever o mais interessante da obra planejada.

Custa admitir depois de tantos pormenores verídicos, a compor indício favorável à fidelidade das cartas, não tenha o florentino realizado tôdas as viagens de que se vangloriava. Não vemos como conciliar sòmente certa parte das mesmas a despeito das obscuridades e repelir outras pertencentes às mesmas fontes pelo fato de se não ajustarem aos desejos de comentaristas. No geral vemos os exegetas das cartas vespucianas, com honrosas exceções, inclinados a dar consistência a tre-

chos das descrições segundo o apoio que trazem às suas teorias. Nesse período, de “palpitante” sinceridade, no dizer de Malheiro Dias, algo pode perdurar, nunca, porém, o restante “*tal como deturpadores o apresentaram*”.

Aí termina a longanimidade dos analistas. Aceitam certos períodos, por assim parecer, decorativos, e, sistematicamente, repelem os demais, inda aparentem maior significação e valia para o assunto. Chegados a êste ponto, devemos observar as razões que levam vespucianos e antivespucianos a forçar os seus juízos, além dos muitos onde não custa perceber desejo de estadear originalidade, manancial intérmino de teses engenhosas à custa do objeto do estudo, torcido por sutil dialética para depois de quatro séculos ser adaptado às intenções dos comentadores.

Poderíamos oferecer numerosos exemplos dessas manifestações eivadas de vaidades nacionais e pessoais. Vamos, porém, nos ater a caso típico, característico de ingerências geradas por motivos alheios à pesquisa desapassionada de questões históricas. Censurou Malheiro Dias a Varnhagen pelo fato de êste considerar falsa a carta do arquivo ricardiano. Nessas cópias de um original perdido, há, segundo o historiador luso, têrmos contrários à prioridade de Vespúcio na concepção de nôvo continente a leste da Europa em vez do litoral da China. Exprobra Malheiro Dias ao autor da *História Geral* a sua atitude infensa a tudo que lhe possa contrariar as suas vistas a respeito. Tampouco, outro vespuciófilo, o americano Vignaud, escapa da férula do português por acompanhar o sorocabano. Apressara-se Varnhagen, no dizer da censura, em julgar falsa a documentação ao invés de atentar a vício de copistas. Ambos autores caíram, daí, sob reprovação do censor, que não lhes poupa doestos contundentes.

Ora, pela mesma razão, a propósito dos mesmos documentos, mas desta vez voltada a acusação ao acusador, foram as opiniões de Malheiro Dias impugnadas pelo ex-diplomata argentino Levillier, que vigorosamente o ataca por teimar em não admitir a paternidade de Vespúcio no conceito da separação de um novo continente da Ásia.

Juntada dêste modo a imprecisão dos textos a controvérsias pouco construtivas, na falta de documentos explícitos, aumenta a névoa que obscurece os poucos dados à nossa disposição em semelhantes análises. De volta Malheiro Dias, por ser o mais recente dos maiores adversários do florentino, encontramos laudo seu, em que julga a carta em questão apenas desdobramento da precedente no epistolário vespuciano por ordem cronológica de remessa ao destinatário. Diz o escritor luso: *"Igualmente lançada por Varnhagen no index da apocrífa, sistema cômodo, expedito e radical de sustentar uma tese, rejeitando todos os argumentos que a abalavam"*, processo por demais primário e insustentável, contra o qual êle se insurgia. Acontece que, a despeito de justa a observação, incorre, todavia, o observador no mesmo defeito em outros pontos. Tudo que não passe a apoiá-lo na prioridade de portugueses acêrca da concepção do apartamento Novo Mundo da Ásia, torna-se duvidoso, e, inversamente, quem o apoiar adquire visos de certo e louvável. No seu entender, Vespúcio não vai além de mercador de poucas letras e cultura, aprendiz em matéria náutica, repentinamente guindado de liquidatário da Casa Berardi a descobridor da parte do universo hoje com o seu nome. Era mero produto do acaso, que de contínuo o beneficiara. Graças a fados favoráveis mudara, assim, de mau discípulo de portugueses, ignorante das coisas do mar, canhestro imitador do que entrevia e nem sempre compreendia

nos barcos del-Rei D. Manoel I, a portentoso navegador e descobridor.

Em primeiro lugar, antes de enfeudar-se à gente lusa, participara o florentino de aturadas travessias oceânicas e explorações de regiões desconhecidas, em companhia do que havia de mais ilustre no momento a serviço de Castela. Somos dos que admitem “tôdas” as viagens por êle anunciadas aos correspondentes, portanto, inclusive as duas realizadas com espanhóis antes da portugueza de 1501. Portanto, fôra companheiro nestas ocasiões de pilotos afamados como Hojeda, Pinzon, Lepe, talvez João Dias de Solis, além de estar em constante contato com Juan de la Cosa, o maior cartógrafo da Espanha no momento. Nestas condições, não o vemos tão ignorante em coisas marítimas quando se passou ao serviço de D. Manoel I, a convite dêste, outra asserção sua que plenamente aceitamos.

Notaremos nos escritos vespucianos a propósito desta apregoada ignorância, nos passos admitidos como autênticos por gregos e troianos, a que até hoje ninguém se lembrou de negar autenticidade, nítida preocupação científica, por assim dizer, inata do seu espírito, evidente produto do alto nível do nauta e da terra natal onde se formara. Florença era naquela altura um dos centros mais adiantados do Renascimento, antítese da península Ibérica, região das mais atrasadas da Europa ocidental. Constantemente mostra-se o florentino preocupado em enquadrar a empresa marítima em novas diretrizes científicas. Na época confundia-se astronomia com astrologia, mas a presunção da necessidade de aplicar à ciência náutica o estudo dos astros, demonstrada por Vespúcio, repetidamente presente nos escritos que deixou, altamente depõe a seu favor e não vemos como negá-lo.

Muito provavelmente êle obtivera a orientação do tio Bartolomeu Vespucci, em 1506 mestre de Astrologia (tida então como eminente ciência) em Pádua. Dois anos depois publicava êste cientista, em Veneza, o elogio do Trívio e Quadrívio e da Astrologia, assim como sábios comentários acêrca do Tratado da Esfera de Sacrobosco, de tanta importância na ciência náutica do momento. Poder-se-ia aventar nada ter o sobrinho com o tio, e de êste se preocupar com náutica apenas movido pelo lado sensacional que adquirira, tanto mais em virtude do papel do sobrinho em sucessos culminantes como os divulgados pelos seus escritos nos maiores centros da cristandade e de que o astrólogo-astrônomo por certo tinha notícia. Nada obsta, contudo, que muito antes tivesse o tio influído nos conhecimentos do sobrinho, a ponto de levá-lo possivelmente a se interessar pelo Atlântico.

Seja como fôr, influenciado por Bartolomeu ou por outros cientistas, reconhecem no florentino contemporâneos como Herrera qualidades excepcionais antes de êle se empregar entre portugêses. Assegurava ter seguido Vespúcio em companhia de Hojeda às Antilhas, como "*sabio en las cosas de cosmografia y de la mar*". Convém notar, no caso, a pouca simpatia do Cronista Geral pelo florentino, razão de adquirir ainda maior pêso tal opinião. Outro coevo, Pedro Mártir de Anghieria, relata no *Orbe Novo* as prendas do sobrinho do nauta e seu sucessor, João Vespúcio, que dêle herdara "*artis nucleriae, gradumquae calculi peritiam*", além da arte de delinear cartas geográficas. No mesmo sentido, citaremos a opinião de comentador do maior tomo, como o frade Giuntini, o qual na edição da *Esfera* de Sacrobosco, impressa em Lião em 1577, ainda sob influxo de tradições orais e escritas, o tem "*in astronomia peritus, in disciplinisque mathematicis excellentissimus*".

Inda admitida a pouca ou nenhuma influência do tio Bartolomeu sobre Américo, difícil será admitir que o nauta, tido por contemporâneos de destaque em condições de construir cartas geográficas, ignorasse os trabalhos da oficina calcográfica de Alexandre Rosselli, seu contemporâneo, pois faleceu em 1525, continuador de mais a mais de seu pai, Francisco, profissional reputado no ramo, nascido em 1445 e falecido em 1510, pouco antes de Américo. Estavam pai e filho em plena atividade quando Vespúcio navegava a bordo de naus espanholas. Produziam cartas marinhas, "*carte da navichare*", mapas-múndi, "*a doppio pettine*", por sinal, antes das alemãs, portulanos e assim por diante. Nesta ordem de fatos recentemente descobriu-se mapa-múndi desenhado por Contarini, datado de 1506, precursor do célebre assinado João Ruysh, inserto na edição do *Tolomeu* de Roma em 1507 e 1508. Semelhante trabalho assume extraordinária importância por arvorar pela primeira vez as descobertas de espanhóis e portugueses dêste modo divulgadas na literatura e cartografia. Ora, o mesmo desenho e projeção geográfica de um vamos encontrar no outro, impresso pelo dito Rosselli.

Segundo Magnaghi, cujas observações neste ponto perfilhamos, mostrava-se Vespúcio muito atento a qualquer modificação introduzida nos conceitos tolomaicos. Recomendava o nauta que, antes de incluir novidades no assunto, fôsse esperada a sua ida a Florença. Julga Magnaghi curioso como, na mesma ocasião, se tenha visto Waldseemüller na contingência de discordar dos cânones dantes imutáveis de Tolomeu, com justiça apelidado o "*Aristóteles da Cosmografia*", indício da revolução que se operava nos domínios geográficos. Nessa altura, anunciava Vespúcio a Lourenço de Médicis na carta de 1500, que lhe mandara, "*due figure della des-*

crizione del mondo fatte di sua propria mano”, uma plana e outra em forma de mapa-múndi esférico, do gênero a que atribuía muita significação, pois, segundo dizia, apresentara um outro aos soberanos espanhóis que subidamente o estimavam.

Adquirimos através dos testemunhos irrefutáveis de datas e de informações de coetâneos insuspeitos noção muito diversa de um Vespúcio ignaro e pretensioso, hábil em se enfeitar com penas de pavão, exímio aproveitador de conhecimentos alheios como querem certos autores. O elevado conceito, em que pelo contrário o tinham técnicos de náutica, desfaz a imagem aviltadora. Aludia amiúde o florentino às deficiências de navegadores da época, por êle julgados com razão por demais elementares. Igualmente lamentava o des-caso de governos em não prover expedições transoceânicas de astrônomos e matemáticos, para auxiliar em longas navegações a mareantes tão-só providos de conhecimentos empíricos.

As embrionárias condições da ciência náutica, a primitivez da maruja, as brumas da Idade Média que teimosamente toldavam a península Ibérica em plena Renascença, não lhe concediam bastante prestígio para impor de modo decisivo às tripulações do comêço do século XVI melhoramentos que tinha por indispensáveis. Alguns comandantes e pilotos mais esclarecidos, ou de espírito aberto a inovações, sentiam o benefício trazido pelas medidas propugnadas, capazes de melhorar as condições de segurança de aventuras transoceânicas. A maioria, contudo, dos navegantes, acaso admitissem algum parecer de astrônomos e geógrafos, tinham-lhes grande inveja, e, até, declarada má vontade. A maneira como Diogo Garcia critica suposto êrro de Caboto numa das primeiras expedições ao nosso litoral, é frisante a respeito dêsses sentimentos. Tôda mistura

concebível de desconfiança, ciúme e travo profissional ressuma na exclamação do piloto, a apontar com estardalhaço para o malôgro do concorrente mais instruído, *“y esta navegaci3n no supo tomar Sebastian Caboto con toda su estrulugia!”*.

Deu-se, no entanto, a maior consagração do saber náutico de Vespúcio na sua volta à Europa em 1502. No momento disputavam os reinos hispânicos os entendidos de navegação porventura existentes na cristandade a fim de empregá-los na descoberta de nova rota para a Índia. Cercado de merecido renome encontrava-se o florentino em Lisboa quando escreveu as relações copiadas por Vagliente e as do arquivo Strozzi. Pretendia desenvolvê-las e nelas aproveitar suas observações científicas, infelizmente sem tempo para tanto por receber nôvo convite del-Rei de Portugal. Absorvido em tôda sorte de afazeres, — ordenar a descrição do que vira, ultimar notas sôbre a melhor maneira de navegar para o Nôvo Mundo, delinear cartas marinhas e preparativos para a expedição do ano seguinte — deixou para mais tarde o cuidado, sem cumprir o que anunciara a Lourenço de Médicis, ao qual s3mte pôde remeter sucinto resumo referente às terras que pouco antes devassara.

Em todo caso, o régio convite valia por oficial reconhecimento de valor para o convidado. As últimas navegações em que participara tinham-lhe desenvolvido pendores científicos graças ao campo à disposição dos mesmos nas repetidas viagens sucessivamente realizadas ao Nôvo Mundo. Naquela altura Vespúcio pertencia ao rol dos navegadores com maior número de travessias da linha equinocial na fé de ofício. E, ao passo que os portugueses procuravam ocultar ciosamente todo pormenor de suas descobertas, o florentino divulgava notícias aos principais personagens dos centros mais adi-

antados do Ocidente. A superioridade de Vespúcio, graças ao saber de que já dispunha antes de vir para as Espanhas, em confronto com muitos companheiros de navegações, não pode mais ser posta em dúvida. Se assim não fôsse, como conceber o seu valimento junto aos principais soberanos, rodeados de técnicos informantes, das nações marítimas do comêço da era colonialista?

A superioridade de Vespúcio neste terreno sôbre os demais companheiros de navegação é indubitável. Por que também não revelaram o que sabiam? O Pilôto Anônimo, Mestre João, o fidalgo italiano que acompanhou Vasco da Gama e outros são exemplo de que, a despeito de zelos oficiais na divulgação de narrativas de viagem, não era possível evitá-las, nem tampouco perdiam a vida os que as escreviam. Pelo contrário, Mestre João recebeu fartas mercês de volta a Lisboa, e o fidalgo florentino, identificado como Jerônimo Sernige, nunca estêve tão em evidência nas transações da especiaria como depois da chegada da Índia aos cais da Ribeira. O silêncio da maioria em contraste com a atitude de Vespúcio é flagrante demonstração da enorme superioridade do mesmo, homem culto, interessado nas emprêsas em que figurava, em condições de relatar o que vira e praticara, muito acima do comum de seus companheiros.

Estamos longe, assim sendo, de partilhar a opinião contrária à evidência dos que o vêem ignorante, fantasioso e impostor. Quanto mais examinamos a personalidade de quem foi dos raros a publicar notícias sôbre o Nôvo Mundo, maior motivo para admirá-lo sentimos, principalmente pelo modo como o fêz, a despeito das alterações de que foi vítima na cópia de seus trabalhos. Julgamos, pois, sem receio de incorrer em êrro ou engano, ou qualquer manifestação de temeridade, por

demais severa a sentença de Malheiro Dias, empenhado em demonstrar o escasso mérito do padrinho da outra margem atlântica através de tamanho número de provas e engenhosas conclusões, que por fim provam o contrário.

No seu entender, *“Admitido que Vespúcio viajou, como parece, em uma esquadra que teria navegado nos litorais brasileiros entre 1501 e 1502, pode sustentar-se que nem desempenhou nela o papel preponderante que se atribui, nem a viagem de 1501 apresentou para portugueses a importância extraordinária que assumiu para os povos estrangeiros — e temos para nós que estas duas circunstâncias explicam suficientemente o mutismo oficial”*. Os reparos do sábio comentador são aceitáveis no final do exposto, pois confirmam o atraso dos empregadores de Vespúcio, incapazes de medir a importância do feito, patente, entretanto, *“a povos estrangeiros”* mais cultos, e, daí, clarividentes.

Na continuação da análise do *Mundus Novus* (inspirado talvez na versão latina pela quinta carta encontrada no arquivo Strozzi de que ora nos ocupamos), escreve o douto autor: *“O que notabiliza esta pouco substancial narração, é o haver servido para universalizar o conhecimento no novo continente. As cartas de Vespúcio podiam e deviam causar sensação entre os letrados da Itália, França, Flandres e Alemanha. A gente douda de Portugal não lhe concederia grande atenção. Vespúcio era um narrador romanesco e fantasista. As suas narrativas teriam para os sisudos portugueses uma importância medíocre. A extensão da massa continental, depois das expedições de Côrte Real, da ancoragem de Cabral na enseada da Coroa Vermelha, e da viagem de retôrno de Gaspar de Lemos, era um fato averiguado”*.

A respeito de tão contumeliosas observações contra Vespúcio, levantaremos somente pequenas objeções, sem muito alcance, confessamos, para aluir os argumentos do sábio analista. Como pode estar tão seguro acêrca da impermeabilidade de "*sisudos portugueses*" às descrições vespucianas, num tempo em que o maravilhoso era bem aceito em tôda parte, particularmente na península Ibérica, ligeiramente mais atrasada, por sinal, que outros povos cristãos da Europa? Aqui temos dois pesos e duas medidas. Naquela altura acreditavam piamente os tais sisudos na descoberta por Colombo do litoral de Cataio celebrizado por Marco Polo. Por que não acreditariam em Vespúcio?

Segundo a afirmação de que os ditos portentos tivessem por fato averiguado a "*extensão da massa continental*", depois das viagens de Côrte Real, Gaspar de Lemos e de Cabral, parece-nos, esta sim, incidir no romanesco e fantasioso. O êrro do demolidor do florentino neste ponto é flagrante, a exhibir quão inconsistente aparece a sua argumentação baseada no que jamais existiu.

A asserção de Malheiro Dias se apóia principalmente no resultado da viagem de Gaspar de Lemos, apesar de inçada de obscuridades. Quanto a Cabral, sabemos que êste navegador supunha ter descoberto uma ilha, e os irmãos Côrte Real não praticaram a façanha que o comentador lhes atribui.

Segundo diz, no ano de 1500, "*Gaspar Côrte Real partiu de Lisboa a explorar as regiões setentrionais da América. Em 1501 regressou às regiões descobertas no ano anterior... Estas expedições... são comunicadas para a Itália por Alberto Cantino na carta de 17 de outubro de 1501 ao Duque de Ferrara, e pelo embaixador Pasqualigo na carta de 18 de outubro ao senado de Veneza. Já então a tripulação da caravela regressada*

a 9 de outubro da América setentrional considerava essas terras, as Antilhas e a Terra dos Papagaios, partes de um mesmo continente”.

Aqui temos de historiar o documento sôbre o qual repousa a asserção acima. A carta de Pasqualigo, semelhante à de Cantino, foi encontrada em 1829 pelo historiador Ranke na Biblioteca Marciana de Veneza. À vista da importância do achado comunicou o alemão a descoberta ao conterrâneo Humboldt, que se admirou do caráter adivinhatório do texto, a estabelecer ligação entre a Terra dei Papagá, ou Brasil, e os gelos do Labrador onde estivera o primeiro dos Côrte Real. Por êsse motivo concluía no *Examen Critique* que, antes da última viagem de Colombo à América em 1501, já se sabia em Portugal a continuação das terras nórdicas recobertas de neve além das Antilhas, até chegar à recém-descoberta Terra dos Papagaios.

Novas pesquisas, porém, envidadas a pedido de Harisse por Bartolomeu Cecchetti, superintendente dos arquivos venezianos, permitiram a descoberta de outra via da mesma carta de Pasqualigo à Senhoria de Veneza. Os termos das duas são quase idênticos, exceto trecho omitido na de Humboldt e existente na segunda. Especifica que os portugueses tinham percorrido cêrca de seiscentas ou setecentas milhas de costa sem nunca encontrar o fim, circunstância favorável à ligação da terras dos gelos com a dos Papagaios. Pela mesma razão duvidavam tratar-se esta última de uma ilha como a princípio se havia suposto. Também aventava o dito Pasqualigo, residir a demora do retôrno da caravela capitânia da expedição ao norte, do desejo de Côrte Real de certificar-se do que suspeitava.

Infelizmente o barco desaparecera com os tripulantes no oceano sem deixar vestígios, de modo a

tampouco influir nos tais supostos conhecimentos. O enunciado da carta não passa, daí, de simples hipótese, como contemporaneamente sucedia a Giovanni da Empoli, e, não, de presciência ou certeza decorrente de verificações positivas. Assim sendo, conclui acertadamente Harisse, pensavam os Côrte Real e companheiros como os demais marujos de 1500, todos persuadidos pertencerem as terras descobertas ao litoral de Cataio, ou seja a China, que tanto almejavam alcançar, móbil das pesquisas realizadas ao norte do trópico de Câncer no equador, supostas passagens para o Extremo Oriente.

Estamos longe, portanto, de presciências, unicamente sugeridas por um dos tais erros de cópia ao crítico ansioso por descobrir argumentos contra Vespúcio.

De volta agora à carta de que nos ocupamos, encontrada no arquivo Strozzi e por Bartolozzi divulgada, pairam sôbre a mesma três hipóteses, a saber:

- a) Texto inteiramente falso.
- b) Texto decalcado do original perdido de Vespúcio, porém corrigido na redação, estilo e vocabulário.
- c) Texto sòmente corrigido na redação e expurgado de têrmos portugêses e espanhóis desconhecidos ao suposto autor.

Considera Malheiro Dias, que citamos de preferência a qualquer panegirista de Vespúcio, ser a primeira de todo inaceitável. A carta não foi sequer aproveitada para impressão. Além disso, que interêsse teria o falsário em repetir o já sabido, divulgado por outras publicações, sem acrescentar notícias sensacionais que seriam a justificativa da nova edição? As duas outras hipóteses são mais procedentes, baseadas na existência de alguma carta original perdida pela destruição de arquivos, desídia de arquivistas ou nefasta repercussão de acontecimentos políticos, sempre dani-

nhos através dos séculos. Aventa ainda o comentador mais uma hipótese, a de se destinar a carta do arquivo Strozzi à elaboração do *Mundus Novus*, pois não é crível tenha Vespúcio escrito duas comunicações à mesma pessoa sôbre igual assunto.

Poderíamos a respeito aduzir dois reparos. Primeiro, o fato de corrigirem a carta principalmente quanto a têrmos náuticos estrangeiros parece intenção de publicá-la na Itália. Segundo, também se poderia admitir destinar-se a missiva à edição do *Mundus Novus*, desde realmente se originasse da comunicação de Vespúcio a Lourenço de Médicis sem intervenção de terceiros no texto. Supõe ainda Malheiro Dias, que não passaria esta carta da segunda parte da missiva encontrada no arquivo ricardiano chamada “*do Cabo Verde*”, também para o mesmo destinatário.

Este documento, remetido dessa escala a Lorenzo de Pier Francesco, em junho de 1501, que seria a primeira parte do descoberto no arquivo Strozzi considerado apócrifo por Varnhagen, “*não contendo*”, diz Malheiro Dias, “*sobre a exploração do Brasil quaisquer notícias que se sobreponham em valor às da Lettera, a parte mais importante dêste documento — deixando de parte a empolada e inevitável dissertação astronômica — consiste no quadro descritivo da natureza americana e do seu habitante, em que se parece tão singularmente com a Mundus Novus que se diria ter servido para a composição dêsse texto latino, de misteriosa procedência*”. Esta inevitável dissertação astronômica, se nos afigura ao invés de argumento contra o nauta, pelo contrário, enaltece a sua inclinação pela ciência náutica, de certo modo feito precursor do que daí por diante avultaria na navegação marítima, atitude deveras meritória quando poucos no tempo disso cogitavam. Igualmente também encontramos no impressionante

quadro pintado por Vespúcio da natureza agreste por êle contemplada, refôrço para confirmação da veracidade dos dizeres que lhe são contestados.

Começa a carta por desculpas à vista do caráter ligeiro das informações "*solo capita rerum delle cose*". Assim, porém, que D. Manoel I lhe devolvesse a relação ou memória que lhe confiara, mandaria a Lourenço de Médicis maiores novas com mais pormenores. Como vemos, tudo procedente, razoável, concatenado, perfeitamente admissível. Vespúcio não pretendia escrever um tratado completo de navegação ao amigo de Florença, porém, apenas submeter-lhe rápidas apreciações sôbre incidentes de viagem, que sabia do maior interesse para o filho de Pier Francesco. A descrição mais circunstanciada, de maior significação por assim dizer *administrativa*, estava com D. Manoel I, não menos ansioso por informações acêrca de descobertas, todavia, assim que as recebesse de volta, mandaria a Lourenço o prometido suplemento.

O acréscimo de dados para melhor govêrno do antigo patrão, entretanto, não partiu, conturbado por arte de fados contrários. Vespúcio encontrara dilúvio de empenhos e de afazeres ao chegar a Lisboa de volta das jornadas transoceânicas. Ao invés da sonhada fortuna, encontrara terra bruta, habitada por selvagens, aparentemente desprovida de riquezas, onde reinavam costumes monstruosos, tais a antropofagia e o nudismo, ambos os dois atentatórios aos ditames cristãos. Perguntados acêrca do ouro, que era o mais interessante para os cristãos aparecidos nas praias do Nôvo Mundo, respondia o gentio haver muito ouro em pó, a poder de sinais e de comparações, recebidas com incredulidade pelos ádvenas, mormente Vespúcio, espírito com propensão científica "*Io son quelli di San Tommaso*", que desejava primeiro ver para depois crer. Naquela terra,

vislumbrada depois de longa travessia do oceano, nada havia de precioso além e infinidade de árvores de tinturaria, juntada à cássia e a que produz mirra “*e muitas outras dádivas da natureza*”. Decorrera, contudo, longo tempo perdido em navegação entre céu e mar, sem esperanças em descobrir o ambicionado minério, assim como gemas de preço que se diziam comuns na Índia de tão abundantes. À vista do malôgro resolveram os navegantes prover as naus de água e lenha por seis meses e partiram na direção por êle aconselhada.

Era insignificante em aparência o resultado de tão longa jornada empreendida à custa de tão longos sacrifícios. Sem dúvida, não ambicionava Vespúcio sucesso financeiro da aventura, mas algum ouro e rutilantes rubins acaso colhidos no percurso além da linha equinocial, magnificariam a emprêsa para el-Rei e o inclinariam à generosidade. As régias mercês viram muito a propósito à vista da situação econômica dos expedicionários, entre as quais a de Vespúcio, bastante complicada na volta ao reino. Infelizmente, tampouco, a expedição anterior por conta dos Reis Católicos em companhia de Hojeda nas Antilhas, surtira melhor sorte. A despeito do número de cativos índios trazidos do Nôvo Mundo para os mercados de escravatura de Cádiz, consoante se praticava na época com gente de côr, dera escasso provento, de que o próprio Vespúcio se queixava na carta a Lourenço de Médicis de 4 de junho de 1500. Escrevia na missiva, “*poco fu quel che tocó a ciascuno*”. Assim, agruras da vida atenazavam o nauta que fôra bem sucedido em descobrimentos transmarinos, mas infeliz em encontros de veios auríferos. Outra vez de volta à península, via-se na exclusiva dependência da generosidade del-Rei de Portugal, mais um motivo para sacrificar dados científicos em proveito de trabalhos mais prosaicos e rendosos.

Pela mesma razão, premido por vida atribulada, trabalhos sem conta, falta de meios, demorava o nauta em publicar a anunciada descrição de navegações e terras novas, retardado para mais, pela dilação del-Rei D. Manoel I em lhe restituir o manuscrito, tido por insignificante por autores modernos nossos contemporâneos, mais inteirados do século XVI do que o próprio florentino. A primeira vez que o navegador faz referência a êsse projeto é na carta de 1502, enviada a Lourenço de Médicis, apenas em caráter de intenção de lembrança, com promessa de ser mais tarde desenvolvida a descrição. A segunda figura em duas passagens do *Mundus Novus*, documento que seria para alguns variante da carta de 1502. A terceira alusão consta no início da *Lettera*, com mais uma no correr da narrativa da terceira viagem e mais outra na quarta, no passo em que promete maior narrativa no opúsculo a ser intitulado *Le Mie 4 Giornate*.

Repetem-se, pois, alusões ao aprimoramento projetado nas cartas, a denotar o entusiasmo do nauta acêrca de seus trabalhos. Entretanto, não tarda a dar mostras de amargo desalento premido por dificuldades de vida, pouco próprias em lhe elevar o ânimo. Na *Lettera* alega não ter ainda escrito a anunciada obra pelos contratempos que o perseguem, "*perche sono di tanto mal ghusto delle mie cose medesime, che non tengo sapore in esse che ho scripto, ancora che io molti confortino al publicalo*". Julga Malheiro Dias, a respeito, que ao escrever a Soderini em 1504, no regresso da quarta viagem, "*Vespúcio já compusera nova e mais ampla narrativa das suas viagens ao nôvo mundo*". Acresce ainda agora por nossa conta, no tocante à veracidade da obra sôbre viagens, declarar em 1515, poucos anos depois da sua morte, o seu sobrinho e

herdeiro João Vespúcio, que no espólio constava o diário das ditas viagens escritas pela mão de Américo.

Por várias vezes também reafirma o nauta a exatidão dos termos das cartas a amigos, que na sua intenção não se destinavam à publicidade. Sempre juntava dependerem maiores dados de mais tarde, quando tivesse terminado os trabalhos em que se absorvera e coordenada e aumentada a narrativa. “*Credete, Lorenzo*”, escrevia, “*che quello che io ho scripto infino a qui é la veritá... e per maggiore chiarezza della veritá si trovó presente Gherado Verdi...*”. São ainda reforçadas as alusões à veracidade das cartas, entre outras pelo encontro em Bezeguiche das duas naus cabralinas de volta da Índia. Nesta ocasião manteve o florentino convívio com o “judeu Gaspar”, por mero acaso mas dos mais significativos. Além desses pormenores, traz informações sôbre o comércio do Oriente; descrição do Brasil; dos seus habitantes; desigualdade de comportamento que aparentavam perante estrangeiros; diferença de ânimo das tribos encontradas no litoral; canibalismo e mais notícias sôbre fatos autênticos, absolutamente certos, pela primeira vez revelados ao público europeu. Em pouco difundiam-se sem contestações entre embaixadores, mercadores e espias italianos, de que destacamos Pasqualigo, Rondinelli, Crético, Salvago, Cantino, La Faitada ou Giovanni da Êmpoli, gente bem informada sôbre navegações, assim como a nomenclatura do litoral brasileiro, preocupação de quem nascera na Renascença num dos seus mananciais de cultura e, acima de tudo, escrevia com intensa “*e palpitante sinceridade*”, como apontou insuspeito analista.

Temos ainda uma presunção dêsse sentir e, do maior tomo, no testemunho de Colombo, na declaração

ao filho relativa à desventura de Vespúcio, o qual se via em má situação por não ter sido recompensado à altura do valor e mérito. Portanto, entre os assuntos constantes nas cartas figuram queixas do nauta absolutamente fundadas, acêrca dos apertos financeiros causados pelo abandono de próspera atividade mercante em Sevilha a favor de aventuras em mares, céus e terras desconhecidas. As reflexões de Vespúcio a propósito nada têm de artimanhas destinadas a lhe granjearem compensações sonantes e estrebuchantes dos personagens com quem se carteava. Perdera contato em negócios com o antigo patrão e pouco ou nada poderia aspirar de Soderini, depois de saído de Florença e passado a serviço de Príncipes estrangeiros, considerados no momento dos mais ricos da Europa. Ora, se mais neste ponto temos verificada a sinceridade do missivista, surgem presunções de que o mesmo ânimo tenha presidido outros passos das cartas, longe de o autor nos parecer indivíduo sistemáticamente fantasioso, calculista, interesseiro, avêssô à verdade como pretendem no-lo apresentar comentaristas de um epistolário que, tornamos a repetir, não se destinava a ser publicado daquêle modo, antes de corrigidos e desenvolvidos.

Pela mesma razão também julgamos admissível a sinceridade do nauta num passo da maior importância, geralmente pouco destacado pelos seus panegiristas e omitido pelos detratores. Consiste onde Vespúcio escreve, "*Perche andammo in nome dè discoprire, e non di cercare alcun profitto*" da carta repelida por Varnhagen e aceita por antagonistas seus na porfia em tôrno da autenticidade da mesma. Aqui, perguntamos depois de tantos visos favoráveis ao florentino, se ainda podemos considerá-lo aproveitador de circunstâncias, mero comerciante, tão ávido de proventos quanto alheio às coisas do mar, presente nos barcos descobridores tão-só

para atender a interêsses escusos — tido por autores portuguezês como Duarte Leite — por simples espia de traficantes italianos estabelecidos nas Espanhas? Dêsse modo de pensar, baseado de defeitos das epístolas, de que não cabe culpa ao autor pelas mesmas prejudicado, divergimos e, quanto mais examinamos os feitos e pessoa de Vespúcio, mais nos convencemos da sua incontestável grandeza.

A perda dos manuscritos originaes provocou alude de observações, reparos, críticas, contestações, censuras, e, até, imprecações contra o nauta. No entanto, o mesmo succedeu a contemporâneos, tais Shakespeare e Camões, cujos originaes também desapareceram. Inda assim, a despeito das circunstâncias, inglêses como Markham, ou espanhóis como Segundo de Ispizua, notabilizaram-se pela violência das diatribes contra o florentino. Não houve o que não arremessassem contra o objeto de sua ira. Desmedidamente ampliaram erros de copistas e descuidos do navegador, quando rápido, e quase atabalhado, procurava corresponder à ardente curiosidade de patrícios, ansiosos por conhecer revelações sôbre viagens capitais na época.

Em Portugal, por motivos mais compreensíveis, não foi menor a celeuma com semelhantes propósitos, entre tratadistas infensos a quem ousara devassar a costa leste-oeste de Pernambuco ao Pará, antes de a esquadra cabralina chegar ao sul da Bahia, olvidados, todavia, de que a Vespúcio não cabe tão grande culpa. A nos atermos a rigoroso critério de prioridade seria Colombo o descobridor do Brasil, portanto não invalida a proeza do florentino a de Pedr'Álvares, nem a dos franceses, que pela primeira vez avistaram largos trechos de nossa orla costeira de Pernambuco a S. Vicente. Sob capa de imparcialidade um brilhante jornalista, desdobrado no fim da vida em exegeta de textos veneráveis,

aproveitou-se com a experiência de que dispunha, aprimorada em memoráveis campanhas de imprensa, de tôdas as imperfeições importantes ou veniais constantes nas cartas. Sequer lhe mereceram indulgência visíveis deslizes provenientes de copistas, de mais a mais descuidados, às voltas com a confusa caligrafia quinhentista, para reduzir ao mínimo a glória do detestado florentino. Infelizmente, êle mesmo, Malheiro Dias, a despeito do cuidado extremo despendido na revisão das suas críticas, é vítima de semelhantes defeitos, que pela ambigüidade resultante poderiam causar calamitosas interpretações.

Afora palavras tornadas incompreensíveis pela desatenção do tradutor ou do impressor, encontramos no vol. II da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, página 196, no artigo dedicado à análise da *Lettera*, a seguinte transcrição: "*terra nuova, la quale trovammo esser terra ferma per molti regioni che nel precedere si diramo*". Como vemos, neste importante passo, saiu "*regioni*", coisa completamente diversa de "*ragioni*", como devia ter aparecido, suscetível de produzir desorientação em leitores leigos no assunto. Ora, se assim acontece no século XX, em obra das melhores agenciadas, vista e revista antes de publicada, em artigo de profissional afeito a erros de imprensa como Malheiro Dias (por isso mesmo prevenido contra seus malefícios), o que seria de escritos de difícil leitura nas mãos de escribas canhestros ou apressados do século XVI?!

Concluir, através de tantos óbices, que Vespúcio nunca teria passado de vulgar intrujão, longe de possuir o tirocínio e ciência de que se ufanava em coisas do mar por nunca ter cumprido quatro navegações transoceânicas, parece-nos de todo descabido, fruto eivado de

paixões nocivas ao bom conhecimento da História. Continuamos, pois, até improvável revelação de dados em contrário, a preferir testemunhos de aprêço de contemporâneos como Colombo, D. Manoel I e os Reis Católicos, à opinião de autores modernos por demais empenhados no afã de lhe denegrir a memória.

AS VIAGENS DE VESPÚCIO

Quantas foram? A primeira iniciada em 1497 teria permitido a Vespúcio desembarcar no continente do Nôvo Mundo antes de Colombo, que só conhecia ilhas na mesma região. Resente-se, porém, de documentação insegura. A segunda de 1499 se apresenta com melhores comprovantes, assim como a terceira de 1501. A última de 1503 padece do mesmo defeito da primeira, negada a sua existência por muitos autores, se bem figure nas cartas de Vespúcio, motivo de o nauta repetidamente anunciar a intenção de escrever a obra intitulada
As Quatro Jornadas.

A Primeira Viagem de Vespúcio

Antigamente considerava-se como indubitáveis as quatro viagens mencionadas por Vespúcio nas cartas. Duas teriam sido a serviço da Espanha e outras duas a Portugal. Trabalhos recentes, a despeito das reiteradas declarações do nauta, como vimos no capítulo anterior, pretendem reduzir o seu número somente a duas ao todo, a primeira armada por espanhóis e a outra por portugueses, ambas por felicidade relativas ao Brasil.

As mesmas controvérsias existentes sobre o teor e número das cartas vespucianas, repetem-se com as viagens, pelo fato de umas derivarem das outras.

Não nos compete, contudo, tomar partido de gregos contra troianos e vice-versa. Vamos limitar-nos a expor o que existe de mais procedente a respeito e de mais admitido entre historiadores, livre o leitor de concluir o que bem lhe parecer. Segundo o "riassunto" de Magnaghi, que precede o trabalho de dissecação de documentos a que êle procedeu em relação a Vespúcio, seriam as expedições em que o florentino figurou, em tese, a iniciada em Cádiz em dia incerto de maio de 1497, terminada no mesmo pôrto em outubro de 1498, a segunda, começara igualmente neste lugar a 16 de maio de 1499, aí terminada em setembro de 1500. A

terceira teria principiado em Lisboa em dia não sabido do ano de 1501, para terminar nesta cidade a 7 de setembro de 1502. A quarta e última também teria começado em Lisboa a 10 de maio de 1503, para terminar no mesmo sítio em dia desconhecido de junho de 1504.

Afigurou-se estranho ao pesquisador da época e dêesses acontecimentos, começarem tôdas estas viagens em maio, e, três das expedições no mesmo dia, assim como demorarem quase o mesmo espaço, mais ou menos cêrca de dezesseis meses para cada uma. Na terceira, os episódios e datas sugeriram ao mestre de Palermo, derivarem os números de coetâneos manipuladores das cartas, interessados em lhe conferir duração igual às anteriores. Na quarta, sempre segundo Magnaghi, nota-se intenção de perfazer prazo igual ao das outras, carta mais trabalhosa de urdir para o falsário, por se encontrar falecido Lourenço de Médicis e escassearem em Florença, onde o aproveitador de Vespúcio habitava, notícias que proporcionassem ensejo a tecer novas aventuras ultramarinas. Na impossibilidade de conseguir dados, viu-se o adulterador compelido a prometer suplemento de informações nas futuras hipotéticas *Quatro Jornadas*, meio como outro qualquer de manter o público em "suspense".

Proviriam, daí, as quatro viagens atribuídas pelo compilador falsário, ao pouco divulgado pelo *Mundus Novus* e *Lettera*. Acrescenta Magnaghi haver intenção de suscitar evidente cotejo entre as emprêsas vespucianas, cujo relato ninguém vira no original, com as de Colombo em igual número. Nota a propósito Malheiro Dias, surgir no caso mais uma dubiedade. No *Mundus Novus* a demora das publicações das *Quatro Jornadas* é atribuída ao empréstimo do rascunho a D. Manoel I, ao passo que na *Lettera* a causa parece diversa, pro-

veniente dos aborrecimentos e prejuízos curtidos por Vespúcio na volta à Europa.

Reconhece, porém, o mestre de Palermo, não existir documentação satisfatória da ida de Vespúcio à Espanha antes de fevereiro de 1505, data da carta que lhe enviou Colombo, com pedido de zelar pelos seus interesses junto à côrte dos Reis Católicos. Não permanece, nessas condições, objeção cronológica à possibilidade de uma quarta viagem do florentino, que poderia perfeitamente neste momento estar no oceano a serviço de D. Manoel I. De volta à Europa, falecido Lourenço de Médicis, dirigiu Vespúcio a sua correspondência ao gonfaloneiro Soderini. Estranha Magnaghi, a propósito, certos têrmos da carta dirigida pelo nauta ao segundo personagem oficial da sua cidade berço. Neste sentido, julga excessivo alongar-se Américo na comunicação da perda da nau capitânia e nos seus desaguisados com o comandante da flotilha, que se desviara para o Brasil no trajeto para Malaca.

Aqui chegados temos de divergir do douto palermitano. Nada há que estranhar a atitude do navegador no episódio do naufrágio da capitânia e na continuação de conflitos entre Vespúcio e o capitão-mor da esquadra. A natureza do homem é sempre a mesma através do tempo, a ponto de causar analogias responsáveis pela sentença "A História se repete", conceito por longo espaço admitido, até sobrevir sábio congresso de abalizados historiadores, os quais, após longas discussões, concluíram que eles é que se repetem e não a História. *Mutatis mutandis*, o caso do navegador muito se assemelha a outros ocorridos em diversas épocas, inclusive a nossa. Perdas no mar para um marujo quinhentista, isolado no oceano numa casca de noz, à mercê de escarçéus, a fomentar quizílias com oficiais do mesmo ramo, eram, pelo contrário, corri-

queiros entre os tripulantes, motivo da necessidade de desabafo do nauta na correspondência com amigos.

Vamos tornar, porém, à primeira viagem de Vespúcio às Antilhas, iniciada em maio do ano de 1497. O relato do florentino não menciona quem fôsse o comandante. Neste e mais casos Américo se mostrava omissos, por lhe parecerem carecedores de mais pormenores conhecidos como estavam no momento. Nas suas descrições de viagens limita-se em narrar os principais sucessos, sem alusão pormenorizada a apelidos e representação de chefes e oficialidade. Não esqueçamos que Vespúcio não pretendia escrever na hora um tratado, mas apenas transmitir sucintas notícias a pessoas de sua amizade. A linguagem, ademais, chã e descuidada, motivo de acerbas críticas de modernos historiadores, confirma o que dizemos, escritas ao correr da pena, deixadas para mais tarde preocupações de redação e desenvolvimento do assunto.

De Cádiz Vespúcio e companheiros foram ter às Canárias, onde se demoraram alguns dias a fim de se refazerem de provisões. Velejaram depois para a região descoberta pelo Almirante, habitada por bárbaros nus, pérfidos e insidiosos, que se recusavam a auxiliar os expedicionários. Tampouco, oferecia o ponto, em que primeiro tinham aportado, abrigo seguro para as naus. Precisaram procurar outra angra mais conveniente, encontrada não longe da primeira e também habitada por numerosos nativos.

Tão vagos se apresentam os informes de Vespúcio a respeito, que se torna árduo, e, até, temerário, pretender designar o setor costeiro do Nôvo Mundo por êle na ocasião entrevisto. Admitida a veracidade da viagem e da indicação da chegada a latitude próxima do trópico de Câncer, ao norte das ilhas descobertas por Colombo, temos a propósito contestações de vário

gênero de modernos eruditos. Muitos preferem para o itinerário do florentino, região mais ao sul, nas vizinhanças do equador. Neste ponto, menciona descrição vespuciana os índios da segunda escala no continente, que alguns autores pretendem seja Tabasco, onde por causa das habitações lacustres dos habitantes, com quem finalmente foi possível travar relações, recebeu de Vespúcio, ou de seus companheiros, o nome de Veneziola, ao depois transformado em Venezuela. Outros preferem tais acontecimentos na segunda viagem do florentino com Hojeda.

Supõem-se através dos têrmos da narrativa e dados das expedições seguintes demoradas no mesmo sítio, tratar-se da zona pertencente aos caraíbas, grupo difusamente estendido pelo continente e ilhas da atualmente chamada América Central. Dêsses silvícolas, não sem dificuldades, conseguiram os marujos obter, através de gestos e comparações, notícias acêrca da existência de ouro naquelas paragens. As amostras que teriam visto na ocasião eram insignificantes, produto de despojos de gentio inimigo.

Daí por diante os expedicionários prosseguiram viagem em sucessivas singraduras durante as quais vieram a conhecer muitas populações de língua, costumes e aparência diversas entre si, algumas pacíficas, outras hostis, situadas por Varnhagen, à vista de semelhança nos dados geográficos mencionados nas cartas vespucianas, com a península de Iucatã no México. Pormenores mais extensos deveriam figurar, como vimos, nas prometidas *Quatro Jornadas* projetadas pelo nauta. Aí constariam de modo mais explícito e extenso descrições sôbre a região genêricamente designada por Lariab. Quer Magnaghi que em realidade êle se referisse a Paria, decorrente a mudança de nome de ardil do alterador das cartas ou de engano do copista.

Pelo que inferimos da marcha de Vespúcio nessa ocasião, pensamos ter-se dirigido de sul para o norte, ou seja, da atual república da Venezuela para a costa mexicana e províncias sulinas dos Estados Unidos. No seu trabalho sôbre o navegador mostra-se Varnhagen alheio ao engano aventado pelo mestre palermitano, segundo se verifica em a nota F. da página 46 do livro publicado sôbre Vespúcio em Lima em 1869, muito antes da hipótese magnaghiana. Pelo que expõe, estava inteirado das dubiedades decorrentes da imprecisão do documento inicial. Para refôrço de suas observações, ajunta exemplos de linguajar huasteca, como Tamlajab e semelhantes, de que ainda remanescem vestígios na república do México. No caso, a maior crítica a Varnhagen reside na repetição de alguns nomes, nunca, porém, por confundi-los com outra região completamente diversa. A preferência do nosso historiador pelas regiões que indica no trajeto da primeira viagem do florentino, dão a marcha de sul para norte, em vez do contrário em que se encaminhariam os expedicionários para a zona de Paria no setor costeiro voltado para a região amazônica.

As dubiedades do epistolário não permitem, entretanto, certeza quanto aos sítios nelas aludidos, imprecisos como não podiam deixar de ser em se tratando de terras nunca dantes devassadas pelo europeu. De Lariab os expedicionários margearam a costa por umas 870 léguas direção N.O. Ao cabo desta navegação, o mau estado das naus impôs a procura de sítio onde fôsse possível arrastá-las em varadouros a fim de proceder a urgentes reparos dos cascos. A tarefa se tornou fácil graças à configuração do terreno e mais circunstâncias favoráveis, além de o local possuir numerosos recursos naturais, habitado por indígenas de aparência pacífica, cujo auxílio muito valeu aos expedicionários.

Terminados os concertos e colheita de provisões, foram ter as naus a um grupo de ilhas e ilhotas indicadas aos viajantes pelos hospedeiros. Quer Varnhagen sejam as Bermudas. Nestas, ou noutras ilhas, pois, não estão de acôrdo os especialistas na matéria, presenciaram os navegantes acesas refregas entre grupos índios, com resultado de haver numerosos cativos entre os vencedores, que os venderam aos europeus, mais tarde negociados pelos mesmos na Espanha na volta da flotilha em 1499. Acêrca dêsses sucessos, estamos mais inclinados, através dos têrmos das cartas, tratar-se de indígenas em número de quinhentos, levados à Espanha pelo capitão Andrés del Torre, os quais teriam sido postos em liberdade por ordem del-Rei D. Fernando V. O percurso das naus ter-se-ia assim desenvolvido, primeiro pelo litoral descrito nas cartas, do gôlfo de Honduras às penínsulas de Iucatã e Flórida, a seguir, contornar a ilha de Cuba para surgir no dito arquipélago, de onde após demora de mês e meio, espaço durante o qual assistiram a combates e embarcaram cativos, finalmente velejaram para Cádiz.

A ser exata a presunção dêste percurso, teria a flotilha realizado sucessivas singraduras em direção norte, para o lado oposto da baía amazônica, numa outra costa, em outro hemisfério, em que descobriu parte dos Estados Unidos. Resta, contudo, saber se existiu a viagem como vem descrita, ou se pertence a outras onde figurou Vespúcio, posteriormente chegado às mesmas paragens como querem alguns eruditos. A favor da sua existência, militam, além da venda dos cativos nos empórios da escravatura espanhola, o aparecimento por volta de 1504, no mapa de Cantino, de bandeira castelhana no litoral da Flórida. Semelhante circunstância reforça a hipótese de Harisse, de que as informações aproveitadas pelo cartógrafo proviessem

dos componentes da flotilha em que navegava Vespúcio.

Dêsse modo, o florentino e companheiros — presumivelmente comandados por Vicente Eanes Pinzón, Diego de Lepe ou João Dias de Solis — conheceram o continente do Nôvo Mundo antes de Colombo, até aquêlê momento sòmente familiarizado com ilhas da mesma região. Daí, promanaram os principais ataques contra o florentino, persuadidos admiradores do genovês, principalmente italianos, de que Vespúcio inventara o percurso e a suposta escala em Lariab ou Paria para se revestir de glória alheia.

A primeira viagem padece, como vemos, do grave defeito de não apresentar documentação abundante e insofismável sôbre a sua existência. Sòmente a venda de índios — por sinal, também atribuída a companheiros de Colombo — e a bandeira castelhana na suposta costa da Flórida não bastam para lhe dar caráter seguro de autenticidade. Da incerteza se aproveitaram críticos para aventá-la como inexistente. Mais feliz do que esta, foi a seguinte, de que nos vamos ocupar.

A Segunda Viagem

A segunda expedição rumo às Antilhas, em que figurou Vespúcio, é aceita pela maioria dos estudiosos do assunto, sem as dúvidas que afetam a precedente. No parecer dos últimos — por ordem cronológica — que trataram dos seus pormenores, a expedição de 1497 se fundiria na de 1499, cuja autenticidade admitem, forçados a tanto pelas provas insofismáveis existentes a seu respeito. Dêsse modo o florentino só contaria com a viagem de 1499 e não afetaria os feitos do genovês.

Partiu a segunda expedição mencionada nas cartas vespucianas de Cádiz pouco antes de 1500, sob comando

de personagens que o narrador, segundo seu costume, deixa de mencionar. Fôra autorizada pelo arcebispo de Burgos — dignidade puramente honorífica — de nome João Rodrigues de Fonseca, encarregado da superintendência na Espanha de viagens a terras desconhecidas. Nesta repartição da monarquia, deviam de torna-viagem prestar os expedicionários contas de seus atos durante a sua duração, apresentar os livros de bordo e responderem a interrogatórios acêrca de tudo que tivessem visto e praticado. Uma das instruções que recebiam na partida era não incidir em descobrimentos anteriores e não invadirem a demarcação de Portugal, limitados a intentar novos sòmente nos meridianos de Castela.

Neste período decisivo para a história das descobertas marítimas, mormente nas regiões onde se situavam os pontos considerados de acesso aos empórios da especiaria, o descaso em conservar notícias, mais as perdas de arquivos públicos e particulares ocorridos em várias épocas, acumularam sôbre o mesmo densas nuvens de incertezas e confusões. Casos como o fortuito encontro do prodigioso mapa de Cantino, cuja história parece romance de ficção, perdido na tenda de um açougueiro em fins do século XIX depois de ter ornado o palácio do Duque de Ferrara, os achados de Kunstmann em meios que jamais tinham possuído frotas na era das grandes descobertas, ou a divulgação de todo inesperada do arquivo de Piri Reis na Turquia, são testemunhos dos caprichos do Destino a presidir a coleta de documentos para reconstituir épocas esvaídas. No que nos diz respeito, no capítulo de emprêsas de-vassadoras no sul do continente, há indícios de que se realizaram mais expedições em princípios do século XVI, além das mencionadas por cronistas lacunosos.

De modo geral, os que deviam registrar os fastos do momento na qualidade de historiadores oficiais da

monarquia, como Herrera na Espanha, ou João de Barros em Portugal, não só obedeciam a ditames dos escaninhos administrativos, como ainda tinham suas inclinações pessoais, que os levavam a menosprezar casos secundários e enaltecer outros hoje de pouco interesse. Outras vêzes ignoravam sucessos praticados por rudes marujos, sem condições para poder convenientemente informá-los. O segundo dos ditos personagens, incumbido dos fastos portugueses, praticou o mesmo que Vespúcio, ao prometer maiores notícias sôbre o encontro do Brasil por Cabral nas décadas dedicadas à Ásia da sua crônica. Também deveria desenvolver notícias sôbre as expedições imediatas à de 1500, no intuito de divulgar aspectos do nôvo domínio que se ajuntara ao império luso, que não chegou a incluir no restante da obra por motivos independentes de sua intenção.

A segunda viagem de Vespúcio representa exceção à regra, bafejada pelo acaso que lhe dispensou elementos que a livraram de ser tida por fantasiosa por exegetas como Duarte Leite, Malheiro Dias ou Magnaghi. Ter-se-ia iniciado a 16 de maio do ano de 1499 ou a 18, segundo companheiros do missivista. O número de navios se resumia a dois, dirigidos à costa da África. As divergências continuam quanto às escalas, uns partidários de que a única durante a travessia do oceano se efetuou nas Canárias, ao passo que Vespúcio afirma ter sido na Ilha do Fogo, no arquipélago do Cabo Verde, não distante de Bezeguiche, de acôrdo com a rota africana.

O esquema traçado por Varnhagen ainda continua aceito de autoridades, acêrca do trajeto que do arquipélago vizinho a Dacar alcança um cabo da costa brasileira, que seria o de S. Roque, pela primeira vez indicado nos mapas graças a esta expedição, na altura

do atual Estado de Pernambuco. Ali vieram ter os expedicionários da segunda nau compelidos por ventos e correntes que também desviariam a Cabral na sua derrota. Desta feita, como aproassem para a demarcação de Castela rumo leste-oeste, a nau onde ia Vespúcio, depois de cortar o equador, descreveu a 5º de longitude um V, que a levou a outro cabo mais abaixo, a 8º, que recebeu o nome de S. Agostinho, depois seguiu para cima até entrar no regime dos ventos e correntes, que daquela ponta arrastavam as embarcações para a Venezuela. São tão fortes êstes elementos na região, que em tôda a vigência da navegação de vela, eram quase exclusivamente diretas as comunicações entre a metrópole e as capitânicas da bacia amazônica, sem tocar na parte da colônia onde se encadeavam as povoações nordestinas.

Naquele caminho os tripulantes percorreram a distância do litoral dos atuais Estados do Norte até chegar à embocadura de rio formidável, cujas águas repeliam as do mar por muitas léguas em forma de massa pardacenta encastoadada no oceano. Tôdas as presunções levam a crer tratar-se do Amazonas, mas como o mesmo fenômeno se repete na foz do Orenoco, em configuração semelhante, semeada de ilhas e ilhotas, surgem dúvidas sôbre qual dos dois teria sido na ocasião devassado. A pergunta cai no rol das que jamais serão satisfatòriamente respondidas com a documentação de que dispomos, a não ser que um dia sejam as Guianas incluídas no território brasileiro como sucedeu na regência do Príncipe D. João, o que daria a Vespúcio e espanhóis a glória de terem descoberto o Brasil.

A obrigatoriedade das "probanzas", com que os navegantes espanhóis de volta ao reino tinham de justificar os seus atos durante a viagem, atestaram de modo incontestável a presença de Vespúcio na jornada.

Pouco faltou, entretanto, para incidir o florentino em tremenda suspeição de falsidade, não fôsse oportuno incidente, dos comuns na navegação da época, em que uma das formas de castigo usadas por comandantes de expedições ultramarinas, consistente no abandono de faltosos em terras recém-descobertas, contribuía para inocentar o nauta. Em consequência a um desses conflitos, abandonou Hojeda na ilha de S. Domingos, hoje República Dominicana, onde arribara depois de costear as Guianas, ao capitão João Vasques e o cirurgião Alonso, acusados de insubordinação.

Seguiu-se por êsse motivo processo perante Colombo, o qual, na qualidade de encarregado das tripulações das esquadras do Nôvo Mundo, teve de instaurá-lo na chegada dos expedicionários a Sevilha. Se bem no comêço dos autos não figure o nome de Vespúcio, o qual viajara em navio diverso do dos amotinados, era o bastante para levantar contra êle a pecha de impostor. Por acaso foi a omissão corrigida no subsequente depoimento de Hojeda perante a mesa presidida pelo arcebispo Fonseca. Entre as pessoas cujo nome citou, participantes da viagem, ocorre o do florentino e do cosmógrafo Juan de la Cosa, no momento considerado o melhor a serviço de Castela. A citação do seu nome de preferêcia a outros demonstra de modo positivo o aprêço em que se encontrava junto a comandantes de expedições, situação muito diversa de indivíduo destituído de qualquer importância, como o pintam, indigno da atenção dos experimentados navegadores da quadra.

Surge dos interrogatórios mais um argumento favorável ao florentino, de como, a despeito de separado do comandante, poderia perfeitamente ter visto os pontais de S. Roque e de S. Agostinho. Declarou

Mestre Nicolau Peres, que embarcara no pórto de Santa Maria “quinze diús depois da partida do comandante, de quem continuara separado até chegar a barlavento de Paria, onde Hojeda se encontrava a sua espera”, ou seja, da embarcação em que ia. Desfaz-se, daí, a alegação de que Vespúcio não poderia ter contornado os cabos nem navegado no grande rio, pois nada disto constava na viagem da nau capitânia.

No parecer de autores com trabalhos recentes, não pode haver incerteza quanto à presença do florentino em águas pernambucanas, como também no Amazonas depois de devassar o Maranhão. Estão próximos da realidade os cálculos de distâncias que realizou entre os cabos e a escala em Paria. Em companhia de Hojeda reconheceu as ilhas Margarida, dos Frades, dos Gigantes (hoje Curaçao) e o gólfo apelidado pelo comandante de Venesiola ou Venezuela. No continente percorreram a região denominada pelos indígenas Coquibacoa, a duzentas léguas acima de Paria e do cabo de Vela, em fatigante jornada inçada de peripécias, em que recolheram pérolas e arrebanharam índios para os mercados espanhóis de escravatura. Por fim separadamente zarparam para Cádiz, tal como tinham feito na vinda.

O trajeto de Vespúcio sob impulso de ventos e correntes muito se assemelha à quase simultânea derrota de outros espanhóis na esteira de Hojeda. A de Pinzón confirma muitos pontos da de Vespúcio. Declarou o capitão espanhol, em processos fiscais na volta de sua expedição, ter devassado em janeiro de 1500 a costa leste-oeste da demarcação portuguesa, desde o cabo da Consolação, como lhe tinha chamado de primeiro “e ahora se llama Cabo de Sant Agustin”, até o Amazonas, pontal que se jactava de ter descoberto e denominado e que, depois, no espaço da data da

viagem às declarações nas “Probanzas”, recebera outro nome. O referido rio fôra visto a seguir, “*e hallò la mar dulce que sale cuarenta leguas en la mar*”, antes de “*la boca del Dragón y la Española*”, de onde, como na precedente, voltou ao ponto de partida. Nessa ocasião mostrou Pinzón veleidades de tomar posse do território continental, onde escalou depois de vencer o percurso do cabo até um grande rio para D. Fernando V, pelo fato de considerá-lo na demarcação de Castela. Estava certo neste ponto. A linha divisória estabelecida em Tordesilhas começava no Maranhão para terminar em Cananéia, de sorte a lhe competir a tomada da orla litorânea amazônica para o seu soberano, como praticou em cerimônia devidamente procedida ante escrivães da flotilha, estado maior e tudo mais próprio ao gênero de solenidade.

Itinerário parecido, igualmente em abono de Vesúcio na sua marcha separado de Hojeda, consta um mês depois, no mesmo ano de 1500, na viagem de Diego de Lepe, que chegou ao cabo de la Consolación ou de Rostro Hermoso, mais tarde de S. Agostinho. Impellido o barco onde ia este navegador pelos ventos e correntes da costa, foi ter ao Amazonas como as precedentes. Fato semelhante sucedeu com o capitão Velez de Mendoza, sempre no ano de 1500, semanas antes da arribada de Cabral a Pôrto Seguro. O território nesta altura descoberto pelos castelhanos não chegou a provocar questões diplomáticas sobre a sua posse. Os limites fixados pelos ajustes sob a égide de pontífice ibérico, com exclusão de Príncipes de outra origem, destinavam-se à repartição de negócios nos empórios da especiaría. O que interessava no momento era descobrir vias de acesso aos mesmos. Ainda não despertara a cobiça do homem europeu por terras desconhecidas, de valor pro-

blemático, de sorte a não provocarem imediatas questões entre os donos do oceano.

A explicação da aparente indiferença por parte de Coroas, em outros casos em extremo zelosas, nos é facultada pelos comentários do cosmógrafo português Diogo Ribeiro, a serviço de Carlos V. No mapa que traçou com notícias recebidas do continente do Nôvo Mundo, mencionou dizeres altamente significativos, de acôrdo com os de Vespúcio nas cartas, *“En toda esta costa, desde el rio Dulce, (Orenoco), até o cabo de S. Roque no se ha hallado cosa de provecho”*.

A Terceira Viagem

A terceira viagem de Vespúcio assume extraordinária importância para a história dos primórdios do Brasil. Insofismável documentação atesta a sua existência. Tampouco as alterações sofridas pelo texto chegam a invalidar o conteúdo, nem importa saber ao certo quais as funções do nauta a bordo. O primordial nas cartas consiste nas revelações sôbre vasta extensão do nosso território, de que o missivista foi o primeiro e um dos mais sensacionais narradores.

De volta a Cádiz em setembro de 1500, quando se absorvia no cuidado de ordenar o relato de sua participação na viagem de Hojeda, recebeu Vespúcio por intermédio de Giuliano del Giocondo, convite de D. Manoel I para se passar a seu serviço. Estavam no momento quase terminados em Lisboa os aprestos de uma flotilha destinada a reconhecer a região fortuitamente descoberta por Cabral. A missão dos novos expedicionários consistia em explorar o que a anterior, com exclusivo rumo para a Índia, não tivera tempo de convenientemente conhecer. Devia angariar mais dados geográficos, tarefa visivelmente sugerida pelo

interêsse na verificação se havia relações entre aquelas remotas paragens e a Ásia. Diferia, portanto, *in totum* da cabralina, como expõe o próprio florentino, "*Perche andamo in nome de discoprire, e con tale comissione parturmo di Lisbona, e non di cercare alcun profitto*".

Os dizeres do nauta adquirem no caso relevante significação em virtude de modernos historiadores re-futarem o convite do Venturoso. Alegam que só existe a favor da versão o suspeito depoimento do principal interessado na balela. Julgam inadmissível procurasse o soberano um técnico para a viagem, quando em tórno dêle sobejavam marujos experientes, cosmógrafos reputados, astrólogos-astrónomos de fama, invejáveis pelas outras monarquias. Por que nessas condições procurar auxílio de mero mercador? O reconhecido propósito, porém, da expedição, sòmente incumbida de descidas entre bárbaros nus, sem riquezas, onde não era possível estabelecer comércio, depõe inteiramente a favor do florentino.

Parece-nos que acima de cálculos mercantis, de difícil satisfação no caso, ansiava Vespúcio documentar-se sòbre o que a sua genial intuição lhe acenava existir do outro lado do Atlântico. Das viagens nas vizinhanças do equador e do trópico de Câncer, viera-lhe suspeita de se tratar de nôvo continente as terras por êle encontradas e as práticas que teve com outros navegadores dia a dia mais o inclinavam à crença. Outro argumento também a seu favor é a designação de quem transmitira o convite. Era Giuliano del Giocondo pessoa conhecidíssima em Florença e nas Espanhas. Seria rematada imprudência de Vespúcio indicá-lo como transmissor do convite não fôsse fato verdadeiro. Em pouco o conterrâneo saberia do em-

buste e forçosamente havia de protestar para maior confusão e dano do autor da vulgar intrujice.

O honroso encargo oferecido por Giocondo, parente do arquiteto a quem foi atribuída a divulgação do *Mundus Novus*, suscitou, todavia, escrúpulos no convidado. Longe de satisfazer aspirações puramente mercantis, a projetada expedição ia tomar-lhe tempo, exigir da sua parte maiores sacrifícios e agravar a sua situação financeira. Longe de se precipitar nos braços do tentador, hesitava Américo em aceitar o convite, como se depreende da carta enviada em 1501 de Cabo Verde ao Medicis. Nessa carta demora-se nos motivos da aceitação, que também participara verbalmente a amigos comerciantes, segundo êstes noticiam na sua correspondência com as casas matrizes. Por fim o desejo de conhecer novas terras removeu as objeções ditas por interêsses pecuniários e embarcou-se mais uma vez o florentino para a outra margem do oceano.

Tudo leva a crer ser aliciante a régia proposta. De outro modo não a aceitaria o convidado nas aperturas em que se encontrava. Temos de lembrar, no passo, a dantes invejável condição do correspondente dos medicis em Sevilha, representante da maior firma da época, amigo pessoal dos chefes, liquidatário do Banco Berardi, interessado em tôda sorte de negócios rendosos. Era, portanto, preciso avassaladora paixão cosmográfica, misturada com sêde de aventuras prodigiosas, para levar homem já quinquagenário a mil perigos e incômodos em tormentosas navegações de incerto resultado. Eram muito mais plausíveis morte ou moléstias encontradas em tão arriscadas emprêsas, que duvidosa apoteose na volta ao pôrto de partida, tal qual sucedera nas viagens anteriores. Muito provavelmente as promessas de D. Manoel I conseguiram remover hesitações de quem mais se inclinava em tratar

de melhoria de vida no Velho Continente. Não era, por conseguinte, tão insignificante quem movia um soberano a ofertas suficientes para convencer técnico que lhe despertara a atenção e cujo auxílio numa empresa descobridora era julgado indispensável.

Sôbre o comando da flotilha em que Vespúcio seguiu para o Brasil só existem conjecturas. Como de costume o florentino não nos revela o nome, lacuna sensível porquanto a perda das instruções oficiais para a viagem impossibilita esclarecer êste e mais pormenores. Supôs-se durante algum tempo fôsse um tal D. Nuno Manoel por certas referências de contemporâneos à viagem. Pensamos à vista de se tratar de alto personagem da côrte lusa — pouco indicado pelas altas funções que exercia junto ao trono para chefiar tão perigosa empresa — fôsse apenas um dos organizadores da expedição, como ademais tornou a lhe suceder em outra ocasião, quando lhe foi atribuída a descoberta de um machado de prata nas margens do grande rio ao depois conhecido por êste metal.

Hoje prefere-se o nome de André Gonçalves para comandante da expedição, pilôto de origem obscura mas veterano de navegações oceânicas. Outros querem Gonçalo Coelho, pai do futuro donatário de Pernambuco, às voltas com incertezas ainda aumentadas pelos chamados ortodoxos chefiados por Magnaghi, que reduzem a uma só as duas últimas viagens de Vespúcio.

A propósito, as maiores objeções que êstes autores levantam contra a existência das expedições condenadas, ou seja, a primeira e a derradeira, consistem, primeiro, em não ser Vespúcio o organizador da expedição de 1501, prestes a velejar quando êle chegou da Espanha a Lisboa. Segundo, são ignorados os motivos da sua presença na dita empresa. Terceiro, os pormenores da viagem são exclusivamente da sua lavra. Quarto, a

carta dirigida a Lourenço de Médicis, onde pela primeira vez se encontram referências à continentalidade da América, teria sido escrita antes da volta da flotilha em setembro de 1502 e o início da sua quarta e contestada viagem ao Novo Mundo a 10 de maio de 1503. Quinto, essas datas adquirem grande importância pelo fato de surgir nesta altura o planisfério de Cantino, obtido por um espião em Lisboa, com a imagem do novo continente separado da Ásia.

A diferença das datas, proveniente da elaboração do mapa, cópia de trabalho de cartógrafo português, remetido pelo embaixador espião Alberto Cantino ao Duque de Ferrara no ano de 1502, presta-se à tese contrária à prioridade do florentino quanto à concepção de nova parte do mundo, aproveitada pelos adversários do nauta para mais uma vez demonstrar que ele tentava apoderar-se de glórias alheias...

Todos esses argumentos, no entanto, não nos parecem muito convincentes. Em primeiro lugar, no que diz respeito a organização de expedições, Vespúcio não era soberano todo-poderoso, com meios bastantes para armar navios e dirigi-los para onde melhor entendesse. Tinha de se valer, para saciar a curiosidade científica, do ensejo oferecido por oportunidades como as proporcionadas pelos convites de governos ibéricos, ou de mercadores italianos, portugueses ou espanhóis. Do anseio, acabou por obter pela superior maneira como se houve, acima de competidores profissionais, reputação plenamente justificativa da sua inclusão no rol de tripulantes das naus descobridoras. Antigo companheiro de Juan de la Cosa, o maior cartógrafo da Espanha, no fim do século XV, autor de mapas das Antilhas e partes vizinhas, marcada influência dele recebeu acaso não tenha também Vespúcio sobre de la Cosa influído.

Do saber adquirido na ilustre Florença, entre o tio Bartolomeu e os Rossellis especialistas em mapas-múndi a amizade com os Médicis, que o enviaram à Espanha, onde se tornou fornecedor de víveres às flotilhas destinadas à exploração do oceano, em contínuo contato com descobridores, adveio-lhe a fama de sábio e prestígio rapidamente adquirido dentro e fora dos escaninhos oficiais da côrte castelhana e das fronteiras das Espanhas. Pela mesma razão, surdiu latente conflito das suas concepções com pilotos ibéricos e, mais ainda, com geógrafos, cosmógrafos e cartógrafos, motivo talvez de Vespúcio não lhes mencionar os nomes nas cartas. Quanto à coincidência da noção que tinha da continentalidade das terras recém-descobertas na outra margem do Atlântico, separadas do império do Grande Cã procurado por Colombo, com as indicações do mapa remetido por Cantino ao Duque de Ferrara, como afirmar não haver mais que provável sugestão sua sôbre o misterioso autor do dito mapa! Vespúcio era dos raros homens cultos, com preocupação científica a figurar nas primeiras navegações. Entre êle e os companheiros analfabetos, ou quase, inda pertencessem à burguesia média ibérica, mediava um abismo. Tampouco, na qualidade de estrangeiro, algo mercenário, se julgava adstrito a rigorosa discrição sôbre descobrimentos e os revelava a personagens dos grandes centros comerciais da época. Nessas condições, torna-se evidente que se alguém devia ter informado a cartógrafos em Portugal sôbre contribuições geográficas a serem aproveitadas em mapas delineados no momento, seria Vespúcio, equivalente em Lisboa, para portugueses, a Juan de la Cosa em Sevilha, para espanhóis.

O desaparecimento da indispensável documentação sôbre descobertas nos obriga a incidir muito contra a

mossa vontade em conjeturas. Somos, entretanto, de parecer, pela inconsistência dos doestos e acerbas críticas atiradas contra o navegador, de que não somente não praticou a maior parte dos delitos a êle atribuídos, como ainda lhe pertencem os grandes feitos que lhe negam. Uma das razões da confusão adensada sobre o nebuloso comêço das descobertas marítimas reside em não se levar suficientemente em conta o caráter universal do mesmo, submetido, como todos os grandes eventos da História, à contribuição de mil e um fatores individuais e coletivos, de mais variada origem, a provocar infinitas e inesperadas consequências. De modo geral apresentam-nos enorme trabalho de turma, ou de "equipe" como hoje se diz, em que são muitos a colaborar simultâneos, direta ou indiretamente, na elaboração de grandes sucessos, em forma de massa anônima encabeçada por expoentes, em que nem sempre os mais contemplados pela admiração dos pósteros são os mais meritórios na repartição dos louros.

A divulgação do planisfério de Juan de la Cosa, em que pese à opinião contrária de eruditos portugueses, marca decisivo passo na dilatação do registro geográfico de princípios do século XVI. Não menores foram no mesmo terreno os de Hamy King, Pésaro (1502) e Cantino, logo ampliado por Canério. Em todos forçosamente influiu Vespúcio, companheiro como vimos de la Cosa, em longa jornada propícia ao poderoso elemento de cultura chamado convivência. Lastreado com as luzes adquiridas em Florença e ao depois em longas peregrinações por mares e terras desconhecidas, Vespúcio, mais do que qualquer personagem da sua era, representa o cosmógrafo da Renascença, bafejado pelo progresso da técnica naval e descoberta da imprensa nas viagens que empreendeu e notícias que divulgou.

A Expedição de 1501

A expedição onde ia o florentino, pela primeira vez a serviço do Venturoso, representa tal vulto no período inicial da nossa existência, quase desprovido de documentos naqueles primórdios, que merece capítulo destacado das demais nevegações da época. Vimos atrás a sua ação na passagem de naus espanholas ao norte do Brasil, em que, juntamente com Juan de la Cosa, divulgou a existência dos cabos de S. Roque e de S. Agostinho e de grandes rios ponteados de ilhas na embocadura, cujas águas penetravam longe no oceano. Desta vez a nova viagem, sob outra bandeira, ia permitir-lhe a descoberta do litoral brasileiro até além de onde não tardou a se edificar a capitania de S. Vicente.

Compunha-se a flotilha de 1501 de quatro barcos, sob comando de personagem cujo nome, segundo costume de Vespúcio, é por completo omitido. A atribuição a Gonçalo Coelho reúne o maior número de sufrágios de modernos historiadores. Foi também aceita por Varnhagen, a condição de êle comandar igualmente a empresa seguinte, no mesmo itinerário. A incerteza é proveniente de não aparecer na de 1503 o nome do chefe, de modo explícito, acima de conjeturas e divagações. O problema ainda se complica com a tese da inexistência da última empresa de Vespúcio. No entender de seus partidários, faltam à viagem de 1503 provas aceitáveis, e, desde que se não realizou, são inúteis investigações acêrca do comandante, dissipadas obscuridades e mais tudo que concorria para dar caráter contraditório e incompreensível a datas, ocorrências e pessoas. Corta-se, destarte, o mal pela raiz.

Assim se torna fácil registrar fatos históricos. A realidade é um pouco diversa. Neste e mais episódios, continua o acaso a predominar. A respeito da expedição de 1501, quis um dos seus caprichos liberalizar-lhe as provas que recusara à primeira e à última viagens vespucianas. Na escala de Cabo Verde, ou Bezeguiche (ou atual Dacar), enquanto os expedicionários se atrefavam em renovar provisões para a travessia, deparou-se-lhes três navios da esquadra de Pedro Álvares Cabral de volta do Oriente. Na ida para aquêlê destino tinham descoberto o Brasil e destacado a nau de Gaspar de Lemos ou André Gonçalves, para levar a Lisboa a notícia de “ilha” encontrada na ocasião. Êste acontecimento provocara outra emprêsa, consistente na flotilha em que Vespúcio se encontrava.

Estavam ligadas as duas expedições, a que acidentalmente descobrira nova terra e a destinada a investigar os seus caraterísticos, motivo de Vespúcio frisar a sua missão era “*andare per descoprire*”, o que *ipso facto* inclui a possibilidade de instruções secretas a Cabral para encontrar nôvô domínio para a Coroa de Portugal. Ademais, em 1501 anunciava D. Manoel aos sogros Reis Católicos a posse de uma terra cuja notícia lhe fôra trazida por um dos elementos cabralinos pouco antes de Vespúcio aportar à Europa de volta das Antilhas. Representava a descoberta útil escala para as naus da Índia, de onde conveniência de expedição para reconhecer o sítio. Nesse altura o rumor logo conhecido na côrte portugûesa levantado pela expedição em que estivera Vespúcio, o afã de cartógrafos a serviço de D. Manoel I em saber os pormenores geográficos colhidos pelos expedicionários, fáceis de obter graças aos agentes de que el-Rei dispunha no país vizinho, onde tantos súditos seus se encontravam empregados em repartições técnicas, sugeriram-lhe contratar o florentino,

meio seguro de lhe aproveitar os conhecimentos. Não teve dúvidas, pois, em convidá-lo quando Américo se preparava para tomar parte em nova travessia por conta dos castelhanos. “Cobriu” o Afortunado a oferta dos parentes e conseguiu trazer Vespúcio a Portugal, talvez, até, suspeitoso de que as terras anteriormente descobertas pelo florentino pudessem ter ligação com a “ilha de Santa Cruz”.

Tal como sucedera na viagem de Hojeda, em que a presença de Vespúcio se salvou de negativa graças aos depoimentos havidos nas “Probanzas”, acaso não sobreviesse o encontro de Bezeguiche; reunidos por mera conveniência de navegação os que iam para o Nôvo Mundo aos que voltavam; teria sido irremediavelmente tachado de mentiroso, fantasista, inventor de proezas incríveis em regiões onde nunca estivera. Ver-se-iam os autores, inda os mais favoráveis ao nauta, forçados a admitir a fragilidade das narrativas, mais uma vez supostas frutos de desprimorosa vaidade, com agravante de intervenção de amigos desastrados no texto, desejosos de lhe alardear os feitos, além de falsários e interessados em sensacionalismo, aproveitadores das suas invencionices.

Por felicidade para quem se encontrava tão próximo da rocha Tarpéia, na carta que de Bezeguiche enviou a Lourenço de Médicis por intermédio de um companheiro de Cabral, teve ensejo de se referir a fatos transformados em provas de veracidade até para os seus mais encarniçados adversários, os tais que por estreito nacionalismo, lídimos representantes do espírito do “estúpido século XIX”, se acham na obrigação de lhe aluir a memória. “*Se a carta*”, de Dacar, “*não é de Vespúcio*”, nota o antivespuciano Malheiro Dias, “*que outro navegador teria podido reunir tão copiosas e exatas informações sobre a esquadra de Cabral?*”.

Igualmente acentua o escritor português, à míngua de argumentos opostos, compelido pela evidência, a semelhança da carta com os dizeres da *Relação* do chamado Pilôto Anônimo. Em outro passo da sua análise, o mesmo Malheiro Dias assevera, depois de aludir ao epistolário, que "*Ninguém se exprimiria assim dous ou três anos depois*" do encontro de Bezeguiche. "*Essas reflexões representam como que uma chancela de autenticidade formal. São um certificado cronológico*" inteiramente favorável a Vespúcio. Tudo leva a crer, portanto, na opinião de gregos e troianos, amigos e inimigos do nauta, seja verdadeira a missiva mandada da África, onde, no início ainda da viagem, Américo anuncia ao Médicis o fortuito encontro das naus cabralinas. Do mesmo modo pensaram Humboldt e modernamente entre outros Trubenbach e Uzielli. Talvez também assim pensaria o próprio Varnhagen, se vivesse até o resultado de novas pesquisas e descobertas em arquivos.

De volta a incidentes de viagem, sabemos, pelas outras cartas de Vespúcio, que os viajantes velejaram a princípio na mesma direção adotada por Hojeda. Seria a conselho de Vespúcio? Porventura a expedição espanhola em que Américo navegara separado do capitão-mor, teria precedido em Lariab o desembarque na Terra Nova realizado pelos Côrte Real? Adquirira o florentino suficiente experiência acêrca de terras ligadas entre si sem descontinuidade do Pólo Norte até aquela direção? Aqui surge nova dúvida levantada por modernos historiadores lusos, de que já tratamos em outro passo, onde verificamos a completa sem razão de tais alegações.

Violentos temporais — nunca vistos, diz o navegador — açoitaram a nau ao partir de Bezeguiche. A perturbação da derrota alongou a travessia do equa-

dor, em dado momento quase em ziguezague, como assinala Levillier, até chegar à altura do cabo S. Roque. Nas suas proximidades, a pouco mais de 50 graus de latitude, instruído pela navegação anterior, soube Vespúcio evitar os elementos que tangiam embarcações na direção leste-oeste, rota das Antilhas. Resolutamente aprou para o sul em águas dêle conhecidas e desconhecidas aos portugueses. Na conjuntura, deu-se a arribada na costa a 17 de agosto de 1501, três meses depois da saída de Lisboa. Continuaram daí, os expedicionários, a descer a costa até 80 graus de latitude, tal como o florentino praticara na primeira viagem naquelas paragens, onde em data de 28 de mesmo mês (as datas sujeitas a caução), dia de S. Agostinho no calendário romano, ultrapassaram outro cabo a que deram êste nome. O prosseguir da jornada os levou rumo ao sul em sucessivas singraduras a vários desembarques em terra habitada por "*infinita gente*", com quem vieram à fala em diversa fortuna.

No percurso tiveram, portanto, ensejo de descobrir grande parte do litoral sul brasileiro, até o momento em que largaram a costa para se aventurar pelo mar adentro direção sul. A distância percorrida nessa derrota se nos afigura enorme, desmedida para frágil nau como era a do nauta. Na ocasião possivelmente Vespúcio ultrapassou 32 graus de latitude sul, já nos círculos polares, em águas inóspitas, cobertas de névoas sacudidas por ventos gelados, proeza prodigiosa à vista dos meios de que dispunham os expedicionários. Dá impressão de emprêsa suicida sòmente explicável pelo desesperado esforço do florentino em encontrar o acesso para o Oriente presente a seu espírito. Sòmente vaidade, sêde de honrarias, ambição de lucro, não bastam para esclarecer o motivo de tão completo sacrifício. Acima de tudo, como fautor da incrível

jornada, surge o anseio de verificar o que lhe sugeria a genial intuição, mais tarde realizada pelos nautas continuadores da empresa beneficiados pela terceira viagem de 1501 e lições de Vespúcio na Europa espalhadas.

A 15 de fevereiro d'êste ano a nau deixara o litoral que uns supõem o da futura capitania de S. Vicente e outros preferem muito além do Capricórnio, em plena demarcação de Castela. No dizer do *Mundus Novus*, alcançaram, depois da última escala no continente, outra terra perdida no mar, talvez ilha, designada na missiva por "*costa brava*", a 41 graus de latitude sul, onde começam gelos polares. Dali, depois de várias tentativas em explorar o sítio, rodeados em região completamente deserta, onde cada vez mais escasseavam meios de vida, tiveram de volver para o norte e depois de longa travessia atingiram a África na altura de Sierra Leone, de onde puderam seguir para a Europa.

Não sabemos da narrativa qual a parte da fantasia — se acaso existe — ou a rigorosamente exata, mas nos parece indubitável que na marcha descobriu Vespúcio o litoral ao depois dividido pelas capitánias distribuídas por D. João III, de Pernambuco aos limites com os domínios de Castela, além do pôrto de S. Sebastião onde passava a linha divisória estabelecida em Tordesilhas. Possivelmente teria o navegador per-lustrado o território castelhano onde hoje se encadeiam os Estados de Paraná, S. Catarina e Rio Grande. A hipótese levantada por alguns historiadores é perfeitamente admissível. Aventa ainda Levillier, ter Vespúcio na marcha para o sul navegado no futuro Rio da Prata.

As dúvidas que pairam sôbre as cartas de Vespúcio, que examinamos no capítulo anterior, impossibilitam, porém, conclusões definitivas a respeito d'êste e mais pontos. Nada podemos afirmar acêrca das questões

controvertidas, se bem em nosso modo de ver aceitamos como verídicas e aproveitáveis “*faute de mieux*” as narrativas do cosmógrafo. Em todo caso, as incertezas concorrem para turbar-lhes o significado. Um analista de indubitável boa fé, como Alberto Magnaghi, considera demonstração de falsidade do alterador do texto vespuciano, o trecho relativo ao espaço entre Bezequiche e a primeira escala abaixo do cabo de S. Agostinho, “*Si notano poi le solite prove del tentativo di mostrar la propria independenza, con riempitive de nessun valore*”.

Inversamente Malheiro Dias, absolutamente insuspeito de ser favorável ao nauta, escreve sôbre o incriminado passo: “*Vespúcio anota os menores episódios, como o da pesca de pargos nos três dias de calmaria em que a armada estêve parada no litoral africano. Sabemos o dia em que a frota passou a Grande Canária, os dias em que chegou a Bezeguiche e em que dali partiu, o tempo gasto na travessia do Atlântico. A parte consagrada à primeira escala ostenta pormenores de miniatura, como também a cena da morte trágica do grumete. Mas logo a narrativa acelera-se, adquire o aspecto confuso, vago, insincero, peculiar aos que descrevem o que não viram. Fica-se tentado a acreditar que a frota de 1501 não navegou além do Vaza-Barris ou Rio de Cássia, não atingiu sequer a Baía de Todos os Santos, por tal forma a narrativa parece cindida*”.

Aí temos duas exegeses e dois resultados diametralmente opostos acêrca do mesmo assunto. Entretanto, a despeito das dúvidas levantadas por tão contraditórias conclusões, a continuação da carta nos traz na sua singeleza intensa comoção de sinceridade, despida como se apresenta de qualquer escopo de sensacionalismo, chã, condensada em poucas linhas, rigorosamente de acôrdo com o aspecto da região onde antes

de Vespúcio ninguém estivera, como, ademais, succede com a sua menção à antropofagia dos índios, fato que depois, em outras épocas, tanto impressionaria os êmulos do nauta. Não dispomos de maiores dados sôbre a controvertida matéria que nos permitam melhores verificações, entretanto, o passo da derrota no extremo da navegação à procura do remate do continente, em zona imersa em nevoeiros e frio intenso, com desembarque em terra que não sabiam os expedicionários fôsse ilha ou continuação da costa antes encontrada, e outros pontos onde tentaram refazer-se de água, lenha e mais recursos a fim de intentar a volta, se nos afigura demonstração de sinceridade, pelo menos desta parte do *Mundus Novus*, que também poderíamos estender a outros trechos, inda aparentemente alterados por deturpadores do escrito original.

Escreve no início o florentino — e tudo leva a crer na veracidade da afirmação — destinar-se a emprêsa a explorar terras ignotas e não comerciais com gentes conhecidas ou ainda por conhecer da Ásia ou África. Descremos nessas condições da participação na emprêsa de mercadores florentinos e cremoneses, como pensaram Humboldt e os doutos comentadores portugêses das cartas vespucianas. É de todo improvável que atilados mercadores como os Marchiones, por exemplo, notáveis pela mentalidade objetiva, base de sua profissão, arriscassem dinheiro em empreendimentos fora de escopo nitidamente comercial. Sêde de verificações geográficas, anseio de esclarecer teorias científicas, razões conexas aos mesmos problemas, eram apanágio de espíritos como o de Vespúcio e não cálculos de frios dirigentes de firmas especializadas em mercancia e traficância, tão-só nordeadas por ambição de lucro, sem o menor interêsse pelo que não lhes

compensasse règeiramente as quantias applicadas em investimentos arriscados.

O denôdo e pertinácia com que Vespúcio, erigido a comandante da nau devassadora de 1501, se obstinou em descer o continente ao depois justamente batizado com o seu nome, em desesperada tentativa de lhe descobrir o término, são mais probantes que asseverações de nossos contemporâneos. A aventura era fantástica no seu todo e pormenores, a dispensar o autor de esforços de imaginação para se engrandecer aos olhos de amigos e de patrícios. Sômente a fé de predestinado poderia realizar tão prodigioso feito, digno dos fabulosos argonautas do passado, auxiliado por um pugilo de marujos destemidos, em barco minúsculo, irrisório para enfrentar furacões como os desencadeados na altura da Terra de Santa Cruz, onde por *“67 giorni levamo il peggior tempo che mai levasse huomo che navicasse nel mare”*!

Ante a dificuldade em lhe negar a participação nos primeiros descobrimentos que revelaram mais uma parte do globo ao homem do Ocidente, procuram os seus adversários diminuí-lo na pessoa e nas realizações que lhe conferiram a imortalidade. *“Que Vespúcio tenha viajado no ano de 1501 numa flotilha portuguesa para o Brasil”*, escreve Malheiro Dias, *“é fato que pode considerar-se definitivamente comprovado. A sua própria correspondência fornece-nos quanto a isso testemunhos numerosos como evidenciamos. Alguns outros podem ainda ser invocados. Giovanni de Leonardo da Êmpoli, pertencente a uma família de comerciantes e banqueiros toscanos, que foi agente dos Marchiones e faleceu em Cantão ao serviço de Portugal, escrevia numa carta datada de setembro de 1504, referindo-se ao Brasil: “La terra della Vera Crocie, e si nomata, altra volta dischoperta per Amerigho Vespucci, nela*

quale si fa buona somma di chiassi e di verzino". Até aqui o reconhecimento de fatos evidentes, mas *in cauda venenum*...

Giovanni da Êmpoli era interessado em gêneros exóticos, agente de grandes mercadores italianos estabelecidos em Portugal, na condição pouco mais ou menos do que hoje chamaríamos corretor intermediário em negócios em tórno de gêneros coloniais. Posteriormente se tornou funcionário de D. Manoel I, e na altura da carta, concentrava a atenção no comércio de cássia e pau-brasil. Por essas e outras, o que diz lança suspeitas — insinuam os antivespucianos — sôbre os fins da expedição, que o nauta formalmente apresenta como tão-só descobridora. Exclamam, daí, estribados em conjeturas, *"apesar de não podermos estabelecer de modo positivo, suspeitamos que na frota de 1501 havia pelo menos um navio dos Marchiones, que teriam sido os verdadeiros solicitadores da presença do florentino na expedição, em vez de partir de D. Manoel como êle se vangloriava"*.

Não admira — dizem — embarcasse Vespúcio com esperança de gordos proventos, na simples qualidade de comerciante. *"A averiguação do fato de êle ter ido com os portugueses ao Brasil"*, continua Malheiro Dias, *"não concorre, todavia, para elucidar o itinerário da expedição, tamanha é a carência de informações de natureza geográfica, tão irreparáveis as lacunas, tão inexplicável o silêncio do narrador sôbre os grandes rios e portos diante dos quais passara a esquadra exploradora descendo de S. Roque para o Sul"*. Logo, não há mais dúvidas, era mesmo mercador imiscuído por artimanhas de argentários em navios lusos...

Semelhantes comentários, característicos da mesquinhez de zelos nacionalistas alastrados pelo mundo a fora no "Estúpido Século XIX", e, por desgraça nossa,

ainda persistente com grave perigo para a paz mundial em pleno século XX, irritaram os panegiristas do florentino. Um dêles, o argentino Levillier, que ùltimamente escreveu monumental estudo sôbre o nauta, não só rebate os desabonadores argumentos, como profliga o que tem com razão como insuportável manifestação de “patrioteirismo”, ou nocivo nacionalismo, razão única dos desabridos ataques a Vespúcio. No seu parecer, o navegador comandava a flotilha a partir da chegada ao Brasil pela manifesta incapacidade do comandante geral; teria descoberto o Rio da Prata e, por pouco, também descobria o estreito de Magalhães. Outros querem tenha vislumbrado na mesma ocasião a Geórgia Antártica e as Malvinas, de onde iniciou a jornada de volta à Europa.

No aludido percurso, quando ainda em águas americanas, a última escala do nauta antes de alcançar círculos polares, seria para Levillier o pôrto de Cananor ou embocadura do Prata, que não deve ser confundido com o de Cananéia como muitos praticaram. Neste sítio, indicado pelo historiador argentino, coincidiriam as léguas vencidas pela navegação costeira contadas do cabo de S. Roque até o ponto onde Vespúcio perdeu de vista a Ursa Menor e a custo distinguia a Maior, muito baixa, quase ao nível do horizonte. A tese do descobrimento do Rio da Prata por Vespúcio, data, todavia, de mais lonçe, de antes do diplomata exegeta. Aparecem em cartas marítimas, a preceder a viagem de Solis ao sul do continente, menção ao cabo de Santa Maria (Reinel 1516²) e de Santa Maria do Bom Desejo (1523), que Magnaghi supõe, *apud* Kohl, derivante de reminiscências de igrejas de Portugal e da Espanha, com significação de amparo na procura do fim do continente. A propósito pergunta o mestre de Palermo: “*Ora, da chi due cartografi possono aver*

avuto questi dati, se non dal viaggio di del Vespucci? Finché non si dimostrerà che altri aveva percorso la costa dopo il navigatore fiorentino, e prima di Magellano, noi non possiamo sentirci autorizzati ad altra conclusione”.

Reproduz mais Magnaghi documento constante no livro publicado pelo erudito chileno Toríbio de Medina, intitulado *Juan Dias de Solís*, onde ocorre declaração de navegantes sôbre escalas no sul do continente, também reproduzida por Denucé. Reza a notícia, “*hunc argentum fluvium primus Americus Vespuccius intravit anno 1501, invenitque in eo insulas gemmiferas et innumerabiles argenti fodinas*”. Era outra versão do machado de prata, que indígenas ribeirinhos teriam mostrado aos primeiros navegadores europeus aparecidos no grande rio. Não será absurdo admitir, diremos nós, a origem do rumor que espalhou mítica reputação de riquezas nas alagadiças margens do Paraná. Vamos aceitá-la como mais plausível que a estranha lenda mais tarde aparecida no mesmo sítio sôbre os feitos de um suposto Nicolau Rubiuni, Rei dos Mamelucos e Imperador do Paraguai, que até a Voltaire impressionou. O posterior descobrimento das enormes jazidas de prata em Potosi, “*Rey de los Montes y invidia de los Reyes*”, torna aceitável o encontro de um instrumento dêsse metal no Rio da Prata por navegadores do princípio do século XVI.

Nos dois campos, dos vespucianos e dos antivespucianos, fâcilmente caímos, porém, na inevitável conjectura. Tudo se pode admitir com boa vontade, mormente quando o recuo de séculos e perda de documentos facilitam divagações de imaginosos. Contudo, no passo das cartas relativo à viagem de 1501, avulta o traço lembrado por Malheiro Dias onde nas descrições transluz a sinceridade do narrador. Temos a despeito das

críticas que lhe foram atiradas a mesma impressão no quadro da natureza por completo diversa da européia, a se estender ante os olhos do florentino, habitada por bárbaros nunca dantes vistos por brancos. Embalde procuraria o viajante menção àquelas gentes do Nôvo Mundo em genoveses e venezianos, dos séculos XIV e XV, grandes devassadores de plagas longínquas, assim como em outros peregrinos saídos da margem ocidental do oceano para longas navegações em barcos minúsculos ou caravanas terrestres.

Nem Hannon, Marco Polo, Vivaldi, Malfanti, Por-denone, Covilhã, Usodimare, Cá da Mosto ou mais tarde Fernão Mendes Pinto (injustamente apelidado Muito Minto, tão espantosos pareciam os seus relatos), nem os mercadores que tinham percorrido os mesmos trilhos das hordas de Átila e de Gengis Cã, nem tampouco os que noticiavam a existência do misterioso Preste João, descendente de personagens do Velho Testamento, herdeiro de Salomão e da Rainha de Sabá, davam o mais leve indício sôbre o homem vermelho de além-Atlântico. Tudo ali no nôvo continente intuído por Vespúcio era desconhecido, inesperado, assombroso. Aparentemente riquezas esperadas pelo rapinante europeu não possuía. De modo vago julgava o branco surgido no paraíso terrestre, nas entrevistas que teve com o autóctone, através de gestos e comparações, haver ouro no interior das terras, e, se bem estivesse o contemporâneo dos Médicis e de Maquiavel, rodeado de maravilhas que em outras circunstâncias o deslumbrariam, não conseguia ocultar a desilusão promovida pela falta do procurado metal.

Narra Vespúcio como fôra ter à região estranha, amena e feraz, infelizmente defendida por tôda sorte de insídias. Parecera-lhes de começo viridente e amena, verdadeira dádiva da Providência depois da

longa e molesta travessia. Enlevados resolveram os tripulantes dela tomar posse para el-Rei de Portugal, e imediatamente aproveitá-la. Nessa intenção, mandam batéis à praia, que preguiçosa e alva à maruja se oferecia, necessitados como se encontravam de banhos, água potável, lenha e mais refrescos. Ao se aproximarem de terra não tardaram a avistar grupos de indivíduos da mesma côr que Vespúcio encontrara nas viagens anteriores a muitas centenas de léguas de distância.

Instruído por precedentes ocorridos nas Antilhas e Tierra Firme, o florentino não se apressou em procurá-los. Confiava nêles até certo ponto, mas, nã incerteza de qual seria o seu ânimo, evitou arriscar-se como antes dêle e depois praticaram imprudentes capitães. Alertados, os marujos se contentaram no primeiro dia em se proverem de água fresca, sob as vistas da indiada aglomerada no alto de um morro de onde atentamente lhes vigiavam os movimentos. Deixaram, contudo, presentes na areia, examinados com intensa curiosidade pelos vermelhos assim que os brancos se afastaram de volta aos navios. Na manhã seguinte levantaram-se muitos fumos de entre os coqueirais a emoldurar a praia, de que os tripulantes ansiosos por desembarcarem, concluíram tratar-se de chamados para volver ao sítio onde se aglomerava grande quantidade de silvícolas.

Iludidos pela suposição mandaram-lhes de bordo mais presentes confiados a dois mensageiros, que não voltaram, e, decorrida uma semana de espera, como continuassem os indígenas suspeitosos e ariscos, mandaram novamente um rapazola com mais objetos, de longe acompanhado por outros marinheiros, o qual de boa fé, crente de que o gênero feminino é mais brando que o masculino, dirigiu-se a um rancho de mulheres. Foi pelo mesmo imediatamente cercado, examinado e

apalpado com tanto ardor, que o infeliz não percebeu certa megera descer de um monte armada de enorme porrete. Convém dizer a propósito a condição do elemento feminino em tribos tupis como aquela, encarregada de pesados trabalhos tais como a labuta agrícola, em que o mulhierio planta, trata e colhe o produto do seu trabalho, faina favorável em lhe desenvolver o físico e enrijar os músculos. Com certa pancada a bruxa derrubou o grumete logo arrastado pelas outras mulheres para o monte, enquanto guerreiros repentinamente aparecidos desfechavam flechas contra os batéis. A confusão dos brancos foi extrema e só lograram escapar da perigosa investida graças aos tiros de bombarda dos navios que detiveram a indiada.

A distância ainda puderam ver os estarrecidos marujos o festim em que os silvícolas se banquetearam com o corpo do grumete espedaçado, os quais também davam a entender terem antes igualmente comido os dois primeiros mensageiros. Furiosos queriam os portugueses tirar vingança daquela barbaridade, mas o comandante não consentiu, a vista da missão e da pouca gente que trazia. Ordenou o prosseguimento da viagem rumo leste-sueste, onde tentaram nova singradura sem lograr melhor acolhida por parte dos naturais. Não tiveram remédio senão descer pela orla praiana, ampla e de pouco relêvo, que a tantas infletia a sudoeste de modo a formar um cabo que resolveram denominar de S. Agostinho, talvez por ser êste o santo do dia.

Felizmente mais abaixo encontraram gente melhor, num bom ancoradouro em tórno do qual havia muita canafístula. Após cinco dias empregados no sítio em juntar esta mercadoria e refrescos para o prosseguimento da jornada, partiram sempre em demanda sul. Na ocasião três índios espontâneamente se ofereceram a

acompanhá-los à Europa. No seu desejo de assimilar o manejo das armas aperfeiçoadas dos visitantes para empregá-las contra adversários locais, iam constituir o elo de oportuno intercâmbio entre americanos e europeus por facultar “línguas” ou intérpretes a ambos.

Dêse ponto, prosseguiram viagem para o sul, no setor mais tarde ocupado pelas capitânias meridionais do Brasil à roda de S. Vicente. Percorreram, segundo Américo, cêrca de 150 léguas “do cabo de S. Agostinho para o poente”, e mais 600 na direção sudoeste dêsse ponto. Por fim, tinham de se regular na marcha, “*Pelas estrélas do outro Pólo Antártico*”, na desolada, enevoadada e deserta região, muito além do trópico, depois de mares intérminos, onde reinava frio intenso e a noite durava dezessete horas.

Embalde costearam a região por mais de vinte léguas sem encontrar pôrto. Todos os esforços que Vespúcio não especifica, mas, destinados a encontrar passagem para o outro oceano, redundaram vãos.

Na emergência, muito padeceu a tripulação composta de europeus meridionais, mais afeita, portanto, ao calor que a baixas temperaturas, duramente castigada pelos elementos incapaz de suportar por maior dilação o progressivo daquele enregelar. Verificada a inutilidade de tais esforços, aproaram para o reino depois de conseguir a mais espantosa aventura, apenas comparável à que lhe seguiu sob comando de Fernão de Magalhães, com a particularidade, para mais, de ter sido empreendida quando ninguém suspeitava que o continente descoberto era o Nôvo Mundo.

Da viagem em que indubitavelmente o florentino foi o descobridor de grande parte do nosso litoral, no setor compreendido da Bahia ao trópico, veio-lhe a persuasão de ter achado a quarta parte do orbe terrestre, título de glória e causa do seu fadário, a per-

durar enquanto houver entusiasta da obra por êle conseguida e interessados na sua destruição.

A Quarta Viagem

A quarta viagem atribuída a Vespúcio apresenta-se não só inçada de dúvidas e maiores incertezas que as precedentes, como ainda falta de provas irrefutáveis como o casual testemunho de Hojeda na segunda, ou o encontro igualmente fortuito na terceira em Dacar, com as naus cabralinas.

Acêrca da expedição de 1503 tudo é confuso. Quem seria o comandante? Como de costume Vespúcio não o revela. Repete a lacuna das informações anteriores, mas, desta feita, com a agravante de concorrer para mais complicar os problemas antepostos ao estudioso da época. Como teria Vespúcio dela participado? Por onde navegou? Que terras descobriu? Quais os sucessos a que deu causa? E, para maior tropeço dos trabalhos do futuro historiador, mantém-se teimosa a confusão involuntária e a proposital em tôrno das duas últimas navegações do florentino, que uns querem separadas e outros fundidas em uma só.

Aproveitaram-se também de tais obscuridades os adversários do nauta para atribuir a expedição a conhecido consórcio de mercadores, a que informantes italianos residentes em Lisboa davam caráter de conluio de cristãos novos. Geralmente está admitido o descobrimento do arquipélago de Fernão de Loronha (hoje Noronha, porque os descendentes do argentário se casaram na família lusa dêste apelido), pelo chefe do consórcio arrendatário do tráfico de pau-brasil depois da viagem de Vespúcio em 1501. Pela coincidência de datas, pretendem os partidários da falsificação do *Mundus Novus* e da *Lettera* que Américo ou não

teria tomado parte na esquadilha descobridora daquelas ilhas, ou estaria apenas a serviço em caráter comercial do dito consórcio.

As maiores falhas documentais do assunto procedem, além das perdas provocadas por destruições de arquivos públicos e particulares, do interesse do governo luso em manter segredo sobre pormenores de suas novas possessões, no momento em que os franceses passaram a "hanter" o litoral brasileiro, à procura do mesmo lenho de tinturaria cujo monopólio fôra concedido a Fernão de Loronha. Vem de molde perguntar a propósito se igualmente não teria sido este o motivo do silêncio conservado em Portugal sobre os feitos vespucianos? Existe nesta altura comunicação do secretário Trevisano ao embaixador de Veneza em Espanha, que adverte punir el-Rei com pena de morte a divulgação de "pomas" ou globos terrestres e cartas de marear portuguesas fora do reino, muito aplicável ao caso.

De certo sabemos somente o cuidado do governo satisfeito quanto à terra descoberta por Pedro Álvares Cabral com a expedição de 1501 expressamente enviada para reconhecer a região. Devia informar sobre as suas particularidades voltadas para a absorvente questão do acesso aos empórios da especiaria pelo norte ou sul do território divulgado por Colombo, a poder de expedições setentrionais como a dos Côrte Real, ou meridionais como a de Vespúcio, deixado para mais tarde o conhecimento melhor da região compreendida nos meridianos lusos. Paralelamente não arrefecia na côrte o entusiasmo pela Índia. Muito pelo contrário. A despeito do relativo malôgro de Cabral, crescia o interesse pelo Extremo Oriente a ponto de provocar a compra das Molucas, pesado sacrifício para o erário público, suportado, porém, com ânimo sereno pelo povo na persuasão de que renderia muito mais do que custaria.

A embriaguez que dominava soberano luso, conselho, nobreza, clero e arraia miúda, também se estendia a muitas mais coisas, em “fumos” que desencadeavam o oceano, suscitavam elevação de feitorias protegidas por fortalezas, alianças com potentados, campanhas contra a mourisma, intrigas contra venezianos associados a egípcios para revidar a que urdiam contra os portugueses nos Estados ante e pós-gangéticos e pontos-chave do mar Vermelho. A febre de iniciativas públicas e privadas surdia através de emprêsas como a do consórcio de Fernão de Loronha, a coincidir com esquadras comandadas por Albuquerque o *Terribil* para o oceano Índico, ou a de 1503 composta de seis navios, onde devia ir Vespúcio rumo ao Extremo Oriente com escala na recém-descoberta terra de Santa Cruz. Tudo ao mesmo tempo, custeado pelo que deveria render a especiaria vendida nos grandes mercados europeus.

Ademais, foi o número de navios da expedição em que figurava o florentino, a causa da confusão com a de Fernão de Loronha. Devia o contrato dêste argentinário com a Fazenda Real mandar todos os anos êsse número de barcos para explorar o litoral brasileiro, aquém e além do meridiano de Tordesilhas, num percurso de pelo menos trezentas léguas marítimas de cada vez, onde vemos repontar a política de substituir em ultramar emprêsas oficiais pelas de caráter privado. No mesmo sítio apareceria alguns anos mais tarde o regime das donatarias distribuídas a indivíduos escolhidos pela Coroa. No caso, porém, a conjectura é desfeita de maneira absoluta pela informação de Vespúcio na carta a Soderini, em que diz destinar-se a “descobrir” ou melhor “acertar o percurso” para no Oriente ir ter “a uma ilha chamada Malaca”, emprêsa

que se fôsse bem sucedida anteciparia a de Fernão de Magalhães.

Infelizmente obstáculos vários, previstos e imprevisos — como a imperícia do ignoto comandante — conspiraram contra os planos do Venturoso e do nauta a seu serviço. Complicações administrativas vieram enxertar-se no insucesso da viagem, a concorrer para que não fôsse renovada. Temporais catastróficos tinham na metrópole impedido colheitas no ano de 1503, com tal violência que a fome rondava as povoações do reino, obstáculo à organização de expedições de resultado impreciso e de alto custo. Neste ponto agravara-se a situação da monarquia. Começara a se fazer sentir aguda a escassez de gente para contínuos cometimentos, dizimadas tripulações por naufrágios, debilitado o restante pelo terrível escorbuto, flagelo da antiga navegação, mais mortífero que a cimitarra do mouro inimigo do cristão no mundo asiático.

O testemunho do florentino, êle mesmo exemplo da escassez que obrigava governos a recorrer a mercenários, é explícito quanto à capacidade do comandante, de quem por desprezo ou comiseração não diz o nome. Segundo o descreve “*o nosso Capitão Mor era homem presunçoso e obstinado*”, baldas, por sinal, características do homem ibero, responsáveis por não poucos prejuízos a infelicitar através da história a portugueses e espanhóis. As reminiscências de Clenardo da sua vida na península Ibérica, são eloqüentes sôbre defeitos, que a epopéia dos descobrimentos e o vulto de imensos impérios colonais iam ainda mais hipertrofiar.

Pelo que se depreende dos dizeres da única testemunha dos sucessos da navegação de 1503, longa, tormentosa e em parte inútil, recaía a responsabilidade do malôgro no desconhecido comandante. Após treze

dias de demora na escala de Cabo Verde, onde as naus se prepararam para a travessia, pretendeu o desgraçado homem mudar o itinerário. A teimosia por êle demonstrada contra a opinião dos demais capitães de navios, em querer a todo o transe reconhecer a costa de Serra Leoa, desvio desnecessário e altamente prejudicial à travessia do Atlântico, parece dar plena razão às críticas do florentino. Pouco faltou para ser fatal o desvio da rota, que expôs a flotilha a inconvenientes e perigos. Temporais desfeitos, comuns naquela altura, a envolveram até acertar com a direção sudoeste, que nunca deviam ter abandonado. Reconduzida à boa rota depois de vencer umas trezentas léguas marítimas, divisaram ilha que se supõe pela descrição de Vespúcio seja Fernando de Noronha.

Ali chegados, no grupo de ilhotas que o florentino chama "*cosa ben meravigliosa della natura*", deu novamente o comandante mostras da sua incapacidade. Esbarrou num escolho a certa distância da maior e soçobrou. Salvou-se afortunadamente a tripulação, mas perdeu-se o melhor barco, de trezentas toneladas, em que iam os recursos da esquadra. Daí por diante, por ordem do capitão-mor, separaram-se os navios, incumbido Vespúcio de descobrir ancoradouro na ilha principal onde o dito capitão pretendia refazer-se do sinistro. Encontrada angra bastante segura, munida de possibilidades de refrêscos de água, lenha e mais meios, ilha que se apresentava deserta de gente, pôsto habitável, de que Vespúcio faz entusiástica descrição, embalde esperaram pelos companheiros, os quais não só não apareceram, como ainda retiveram um batel e oito homens que Américo ao comandante emprestara.

Pela narrativa, Vespúcio era indubitavelmente o chefe de uma unidade da flotilha em má hora confiada a comandante geral incapaz, plena justificativa para

D. Manoel I ter convidado ao Florentino para assessorá-lo. Compreende-se nessas condições se mostrasse o nauta cosmógrafo pouco inclinado à indulgência em relação ao causador de contratempos e prejuízos como a perda do batel e abandono na ilha cujo aspecto o outro comandante ignorava, portanto, possivelmente insidiosa para quem ali fôsse investigar-lhe os característicos. Queremos acreditar assim procedia o capitão-mor por insuficiência e não por cálculo, mas os resultados eram catastróficos. Na ilha permaneceram inutilmente os subordinados por mais de uma semana, com a tripulação desfalcada pela perda dos homens do batel, mal impressionado o restante pela situação em que se encontrava, a mil léguas de Lisboa, sem avistar os companheiros de desdita depois do naufrágio da capitânia com os principais recursos da flotilha. Era tamanho o terror a dominar a maruja que se tornava impossível contê-la. Por felicidade no oitavo dia de espera divisaram uma embarcação. Receosos de não serem presentidos, rodeados como estavam por penhascos, os da nau fizeram-se ao mar e finalmente a alcançaram. Narraaram os seus tripulantes pormenores de perda do principal barco, de como os sobreviventes tinham sido, mais os do batel, recolhidos pelos outros navios e descreveram a confusão geral provocada pelo desastre no resto da flotilha, no momento a velejar oceano a fora.

A despeito das lamentáveis informações e natural depressão causada por tanta adversidade, com a tripulação afetada por longa e molesta travessia, reduzida e desmoralizada, resolveu Vespúcio "*afrontar a desgraça*", como diz, volver à ilha num outro batel, refazer-se em provisões, e, depois de terminar o rápido reabastecimento da nau, prosseguir a marcha em direção ao litoral, que devia estar próximo. Na emergência a sua experiência

daquelas paragens foi de inestimável auxílio num passo particularmente angustioso para os expedicionários.

Providos de melhor ânimo navegaram de conserva as duas embarcações até depararem com a costa brasileira, onde encontraram pôrto seguro num recôncavo, a que deram nome, segundo o calendário, de Bahia de Todos os Santos. A designação causou nôvo enigma no problema das viagens vespucianas. Menciona esta baía o mapa de Cantino de 1502. Assim sendo, temos duas explicações admissíveis no caso: referia-se o nauta a sítio e nome conhecidos e dados colhidos na viagem precedente? Ou, como querem partidários de uma só viagem, tudo se reduzia à primeira de 1501 em vez de se dividir com a inexistente de 1503? Como vemos, tropeçamos a todo instante com charadas impossíveis de serem resolvidas através dos elementos de que dispomos, mormente pelo fato de o navegador ter estado, segundo afirma, duas vêzes no mesmo sítio, sem ter visto necessidade de estabelecer rigorosa diferença entre as travessias que praticou. Evidentemente não podia no momento imaginar o que depois de sua morte sucederia por não ter cumprido a promessa de publicar as suas quatro jornadas.

Na continuação da narrativa, diz Vespúcio ter mudado o tempo até então proceloso em favorável, a ponto de permitir tranqüila navegação até onde pensava-se reunir ao resto da expedição. Novamente demorou no sítio por dois meses à espera do capitão mor, sem o encontrar nem sequer obter o mais leve indício do seu destino. Desanimado pela demora prosseguiu em companhia do outro barco ao reconhecimento do litoral por mais umas duzentas e sessenta léguas, até alcançar outro ancoradouro onde elevou um fortim.

Pensam historiadores menos prevenidos contra o nauta tratar-se do Cabo Frio, sem embargo, como diz

Varnhagen, existam nada menos de três contradições nas cartas a respeito das distâncias percorridas pelas singraduras antes de ali chegar, atribuídas pelo nosso historiador ao vêzo dos copistas da época em confundir números, principalmente o 3 com 7 e 8. No "blockhaus" construído com meios elementares, tão-só à guisa de proteção contra ataques da índiada, deixaram os expedicionários 24 homens dos que estavam na outra nau, salvos do naufrágio da capitânia. Esse número de indivíduos num recanto do Brasil, naquela data, assume extrema importância, pois é muito possível que tenham dado alguns dos elementos brancos mais tarde aparecidos em vários pontos do litoral vizinho, no Rio de Janeiro, S. Vicente, Cananéia e talvez mais longe ainda.

Aí demoraram dois meses e meio. Persuadido Vespúcio que não mais encontraria o resto da expedição, perdidas esperanças de conseguir meios para continuar a jornada segundo as ordens que o capitão-mor recebera, velejou de volta a Lisboa, onde aportou depois de setenta e sete dias de viagem. Na capital do reino foram recebidos com manifestações de alegria, segundo o nauta afiança nas cartas, pelo fato de estarem já considerados perdidos. Daí concluíram historiadores portugueses modernos que as demais naus os teriam⁴ ultrapassado no mar, se bem o nauta afirme textualmente não haver no momento notícia dos demais componentes da expedição, o que nos leva a crer estivesse o povo persuadido de que todos não mais existissem, pela deficiência do capitão-mor, "*che costi pagha la superbia*".

Cronistas contemporâneos felizmente consignam a chegada do resto da malograda flotilha, carregadas as embarcações de pau de tinturaria, animais e bugigangas exóticas, colhidas em algum sítio do nosso litoral

enquanto Vespúcio em outro ponto se demorara em esperá-las. Acêrca dos tripulantes remanescidos na casa forte de Cabo Frio nada mais sabemos. Teriam sido recolhidos por Vespúcio no regresso para a Europa? Teriam sido avistados pelo capitão-mor? Ou por alguma outra expedição contemporânea, como a atitude do florentino leva a supor? A carência de dados sôbre a quase totalidade de navegações da quadra dificulta sobremaneira apurar esta e mais circunstâncias, a não ser que intervenha o acaso como succedeu com as "probanzas" de Hojeda, encontro de Bezegui-ché, ou notícias divulgadas pela *Newen Zeitung aus Presilig Landt*, a desvendar num pouco o mistério que as envolvia.

As Certezas e Incertezas das Cartas de Vespúcio

O sábio Duarte Leite cuidadosamente analisou a nomenclatura do nosso litoral aparecida em mapas delineados antes de 1505. No estudo admite a possibilidade de muitas informações aproveitadas nos mesmos provirem da viagem comandada por Gonçalo Coelho onde figurava Américo Vespúcio. Excluída por motivos que já indicamos, a denominação das ilhas atualmente conhecidas por arquipélago Fernando de Noronha e da Bahia de Todos os Santos, provavelmente descobertas entre 1501 e 1503, as outras denominações aparecem sucessivamente em primitivos mapas, no de Cantino e em dois anônimos. Dêstes um seria presumivelmente português e o outro italiano, conhecidos por Kunstmann II e Kunstmann III, nome do eclesiástico que os descobriu no século XIX na Biblioteca Militar de Munique.

Além desse elemento e do calendário romano em uso na época, juntou Duarte Leite na sua lista informações de Duarte Pacheco, de modo a formar rol bastante extenso, ao depois aproveitado nos trabalhos de Levillier. A nomenclatura constante abrange da angra de S. Roque ao norte até abaixo do Cabo Frio, no atual Estado de S. Paulo. Nesse espaço temos menção a Santa Maria da Arrábida, cabo de S. Agostinho, rio das Onze Mil Virgens, rio de S. João (de Tiba?), ilha de S. Bárbara, rio de S. Luzia, serra de S. Tomé, Cabo Frio, todos indicados em 1503 e a partir do ano seguinte, Angra dos Reis, rio Jordão, rio de S. Antão, pôrto de S. Sebastião, pôrto de S. Vicente (a 22 de fevereiro de 1504), Pináculo da Tentação e rio de Cananéia a 24 de fevereiro do mesmo ano de 1504.

Do exposto verificamos a espantosa rapidez com que se estabeleceu o perfil do litoral brasileiro nas primeiras cartas geográficas americanas do século XVI. Aproveitavam os cartógrafos dados recebidos de navegadores e, pelos modos, podemos supor que pelo menos dois deles tenham estado *in loco* como participantes de emprêsas descobridoras, que ao nosso ver seriam Vespúcio e Juan de la Cosa. O mapa dêste último, os de Cantino, Canério, King Hamy, Kunstmann II, Pésaro (o primeiro a trazer o dístico *Mundus Novus* como já mencionamos), provavelmente elaborados por volta de 1502, desenham a forma de lira do nosso litoral e ostentam os nomes de angras, pontais e rios ainda hoje em uso. As ilhas foram menos felizes quanto à longevidade de suas apelações. Mudaram várias vezes de nome, assim como surgiu na parte sul o problema do rio Jordão, mais o de Cananor a se confundir com Cananéia, em tôrno dos quais alguns autores pretendem estabelecer a cronologia dos descobre-

mentos no Rio da Prata e adjacências antes da viagem de Solis. Em grande parte a origem das cartas desenhadas na quadra é portuguesa e espanhola, com mais que provável influxo do florentino, pensamos nós, pois, até veemente adversário seu, como Duarte Leite, admite tenha êle divulgado nas Espanhas o nome do cabo agostiniense.

A de Cantino, por exemplo, tida como a mais antiga concernente ao Brasil, merece particular menção por vários motivos, inclusive o caráter romanesco que cerca tôdas as suas particularidades, desde a sua origem até o seu descobrimento. Traçou Duarte Leite a propósito, com arroubos literários quase inesperados em cientista, descrição que não resistimos à tentação de reproduzir, por tudo que nos diz acêrca de como foi revelada ao mundo a sua existência, fato do maior alcance para estudos da primitiva cartografia americana.

“Vagueando certa manhã pelas ruas de Módena o erudito Giuseppe Boni, diretor da Biblioteca Estense que se conserva nesta cidade, succedeu-lhe passar pela via Farini e demorar-se alguns instantes defronte da loja do salsicheiro Giusti. Aí, como casualmente relanceasse os olhos pelo interior, escuro e pouco asseado, despertou-lhe a atenção um anteparo singular que o enfeitava, separando as traseiras da saleta da parte onde se retalhavam os gêneros. Entrou para mais de perto o mirar, e com pasmo reconheceu que estava forrado com uma grande e velha carta geográfica, desenhada em pergaminho e adornada com brilhantes imagens coloridas. Dissimulando então seu alvoroço, entrou cautelosamente em ajuste, e a trôco de quantia módica conseguiu levá-la consigo, bendizendo o acaso feliz que o trouxera à porta de Giusti e lhe permitira arredar da ignomínia dos salpicões e da marrã o valioso legado de era longínqua.

Chegado a casa, apressou-se a examinar atentamente a aquisição, que em verdade excedeu sua expectativa ansiosa de antiquário. Era um antigo e precioso planisfério manuscrito, acabado com esmero no gosto dos portulanos do XV século, que representava todo o mundo então conhecido: os continentes por vêzes lavados a verde, as ilhas a vermelho, ou azul, os mares esmaltados a espaços com rosas-dos-ventos de côres garridas. Iluminavam-no profusamente magníficas miniaturas variegadas, figurando povoados, castelos, altos montes, florestas densas, uma fauna quase heráldica de grandes animais e aves, personagens diversas e negros dançando, tudo salpicado de bandeiras e flâmulas de diversa espécie. Grandes letreiros em caracteres góticos designavam as partes notáveis, os oceanos e os paralelos principais, tirados a ouro ou a carmim, ao passo que pelas terras se espalhava copiosa nomenclatura em semigótico, ressalvada uma dúzia de denominações em escritura ordinária, que pareciam acrescentamentos. Tôdas as inscrições eram redigidas em português, menos as dos oceanos que o eram em latim, e algumas das Antilhas e regiões circunvizinhas que denunciavam seus descobridores castelhanos.”

Depois de historiar quem era o destinatário da preciosa informação outrora obtida a trôco de doze ducados de ouro pelo embaixador espia, continua Duarte Leite: “No empenho de mostrar a seu amo o alcance do descobrimento dos dois povos ibéricos, ou a expressa instância dêle, esforçou-se Cantino por obter uma carta geográfica que fielmente os reproduzisse”, êsse personagem era representante do Duque de Ferrara e seu espia em Lisboa. Sôbre o momento da elaboração dos mapas, acrescenta o erudito, os dizeres de uma carta remetida pelo embaixador ao Príncipe onde lhe comunica o preço da aquisição com data de 19

de novembro de 1502, de Roma onde êle se encontrava depois de sair do reino, os quais trazem esclarecimentos indubitáveis. A respeito ajunta Duarte Leite: *“Esta valiosa carta, conjugada com o exame do planisfério, fornece-nos os elementos para fixar a época de sua terminação. Efetivamente êle já assinala a ilha da Ascensão, descoberta por João da Nova no correr da sua expedição à Índia iniciada em 1501, segundo rezam os nossos cronistas cujas lições teremos ocasião de corroborar. Tendo regressado êste capitão-mor em 11 ou 13 de setembro de 1502, só então foi conhecido o achado em Portugal; a obra é necessariamente posterior a esta data, pois a designação da ilha não é um acrescentamento. Em setembro estava pois Cantino no reino, mas não tardou em ausentar-se para a Itália onde o vemos escrever ao seu amo, em Roma e pela segunda vez, aos 19 de novembro. Ora o tempo necessário para viajar de Lisboa a Gênova, onde deixou o mapa em poder do ilustre patricio Francesco Catanio, acrescentado com o gasto no percurso de Gênova até a cidade eterna, onde esperou pela resposta do Duque à sua primeira carta, comporta sensivelmente os 19 dias decorridos de novembro. É portanto provável que Cantino abandonasse a capital portugalesa nos fins de outubro, e então aceitaremos que estava ultimado o planisfério.*

Hércules d’Este já o tinha recebido no Natal de 1502, e guardou-o na sua livraria, legada a seus sucessores.”

Nos acréscimos em caligrafia diversa do restante em linguagem italianizada, em número de onze, os sete primeiros referentes a acidentes geográficos se encontram no litoral do Brasil, a saber “cabo de S. Jorge”, “auaresma” (ilha, provavelmente Fernão de Noronha), “S. Miguel”, “rio de S. Francisco”, “Bahia de Todos os

Santos” e “Cabo de S. Marta”. A emenda, porém, se assemelha com a caligrafia da legenda ofertória ao Duque Hércules d’Este, como diz Armando Cortesão, de sorte a serem os acréscimos contemporâneos à feitura do mapa e pertencerem a quem o levou ao Príncipe. Não deixam, entretanto, de sugerir tenham sido apostos ao mapa quando se encontrava terminado, no lapso compreendido entre a chegada do informante da viagem ao Brasil e a partida do diplomata para a Itália em espaço de poucos dias ou horas.

Outro documento da mais alta valia para o período, com a mesma origem e característicos — pitoresco a menos — consiste no mapa conhecido como de autoria do genovês Nicolo de Canério. Pôsto aparente muita semelhança com o de Cantino, principalmente em muitas legendas idênticas nos dois planisférios, as imperfeições existentes no primeiro, que não se encontram no segundo, excluem a possibilidade de cópia. A reprodução deveria ser presumivelmente mais acurada do que o original. Assim, o mais provável, reside em ambos os dois cosmógrafos se terem valido das mesmas informações. Nêles temos indicadas terras ao norte de Cuba divulgadas por Vespúcio e no alto do Extremo Oriente figura uma ilha ausente em o de Cantino. Pela descrição e localização parece indicar o Império do Sol Nascente, “*Chingirina esta ilha he muito rica et sum xpãos e daqui vam as procelanas a mallaqua et aqui a benioim et linalor et almizquer*”, a sugerir conhecimentos posteriores a 1503, possivelmente mais próximos de 1505. Em todo caso, pelo período e têrmos, o trabalho de Cantino, seja dêle ou de algum cartógrafo português, é da maior relevância para o estudo da época.

Deve-se a sobrevivência de muitos dêsses documentos à rêde de espionagem tecida em Lisboa no fim do

século XV pelos agentes de governos interessados em colhêr informações sôbre terras longínquas. Até nações distantes do oceano como Florença, Lorena, Ferrara e outras, voltavam as vistas para o que assumira extremo significado na transformação econômica por que passava a Europa. Pena não dispormos de notícia acêrca do efeito da divulgação de mapas portugueses, ainda nos alvôres do século XVI, quando a Turquia ameaçava submergir o mundo cristão. Seria curioso saber se aquela potência, caracteristicamente conquistadora, no momento desvairada por ambições territoriais, não acariciou planos de expansão marítima, a serem postos em prática depois de vencidos vizinhos considerados indesejáveis pelo seu progresso e diversidade de crença.

Os governos cristãos ligados ao tráfico de gêneros orientais procuravam por todos os meios acompanhar os passos principalmente de portugueses, pôsto não se esquecessem de espanhóis, ao mesmo tempo que êstes e os vizinhos peninsulares mutuamente se espionavam com sofreguidão a que nada escapava em matéria, não só de melhorias técnicas aplicadas à ciência naval, como no terreno pròpriamente de descobrimentos. O *Diário* de Marino Sanuto é demasiadamente conhecido para que tenhamos de nos alongar a respeito. Redigido para informar o conselho diretivo de Veneza, tornou-se precioso repositório de dados sôbre a história e competição em tórno dos monopólios da especiaria.

Outro não menos relevante é o *Diário* de Jerônimo Priuli, que reproduz o pânico dos mercadores venezianos em agôsto de 1501, ao saberem da chegada a Lisboa de especiaria do Oriente. Acrescentava, porém, que se dizia ter sofrido D. Manoel I grandes perdas na expedição de Cabral, no montante de 50 000 ducados, que o tinham desanimado a ponto de talvez êle re-

nunciar a tão aleatório comércio. As notícias não se verificaram em sentido algum. Continuaram os venezianos a importar como antigamente mercadoria do Oriente e o luso a procurá-las por mar no oceano Índico. Ademais, Portugal se contentava em ser apenas corretor do negócio, pelo que autorizara feitorias venezianas em Ormuz, Goa e Malaca, depois de ter comprado êste arquipélago a Carlos V. Paralelamente procuravam os agentes da Sereníssima estabelecer acôrds com árabes e turcos para continuar o comércio através do Mediterrâneo.

Dêsses informantes sobreveio ainda mais um elemento para reconstituir os fastos da época, consistente no retrato do Venturoso por Lunardo da Cá Masser, embaixador de Veneza à côrte de Lisboa. Não é dos mais lisonjeiros. Pelo que nos diz, tratar-se-ia de personagem abaixo do medíocre, dêsses que, acaso não herdassem grande situação dos maiores, encontrariam grandes dificuldades em ganhar a vida. Informa a respeito o veneziano: *“Este Sereníssimo Rei me pareceu de natureza alegre, pôsto de complexão fraca e provido de pouco espírito. É em extremo suspeito em tudo que lhe concerne. Nada resolve por si, sempre a consultar a Rainha D. Leonor sua irmã, mulher felizmente prudente, assim como os grandes da côrte, pelo fato de não confiar muito na sua própria capacidade. Aparenta ser avarento e ávido por dinheiro, máxime nestes últimos tempos, em que, depois de iniciado no trato da mercancia, tomou gôsto pela mesma. Quer participar de tudo onde vislumbra proventos, de modo ganancioso, com descaso pelos outros. Não respeita ao bem público de seu povo, atende apenas os seus interêsses, inclinação aproveitada pelos expertos para o lisonjearem assim como à régia família. No restante demonstra boa condição, capaz de rasgos de bondade. Muito*

católico e devoto, ordenou várias obras, como o monastério de N. Sra. de Belém ainda não terminado e que já custou 150 000 ducados, e muitos mais conventos e outras construções. Nesse ponto merece louvores. Menos feliz se mostra na estabilidade de seus juízos, bastante irresoluto p̄r ouvir demais aos outros, a pecar por crédulo, principalmente quando coincide a opinião alheia com os seus desejos.”

A AÇÃO DE VESPÚCIO NA SUA ÉPOCA

O absurdo das acusações que lhe fazem. A influência das suas viagens sobre a cartografia do começo do século XVI, a repercutir até nos trabalhos de Piri Reis, luminar da ciência náutica turca. Descoroçoado de pouco obter em Portugal, volta o florentino à Espanha, onde espalha os benefícios dos seus conhecimentos e da sua cultura.

A Ação de Vespúcio na sua Época

Em negócios particulares ou de governos, dois princípios avultam, que invariavelmente se repetem em tôdas as latitudes e todos os períodos históricos — a informação e o segredo. Procuravam, daí, os portuguezes, dentro do sistema do estanco, propício ao intento, impedir a evasão de notícias, e, de modo geral, manter sigilo em tôrno de pormenores de navegações, principalmente no que dissesse à da Índia. A competição com a Espanha, em vias de unificar vários reinos sob a égide de Aragão e Castela, igualmente contribuía para suscitar precauções relativas à técnica de descobertas. Outras potências mais distantes, em época de percursos demorados e difíceis, justificavam cautelas por parte do govêrno luso, ante o empenho que demonstravam em se apoderar de informações que lhes permitiriam concorrer com os portuguezes na mercancia do Extremo Oriente.

Dominado pela fobia vespuciana, pretendeu Duarte Leite, apoiado em inconsistentes dizeres de Magnaghi, fôsse o florentino espião a serviço de Castela em Lisboa. E, para melhor alicerçar o juízo, acrescentava acêrca do erudito: *“um dos seus admiradores que, no lance, se lembra de atenuar a acusação, invocando*

exemplos de João da Nova, Dias de Solis e Fernando de Magalhães”, peritos em navegação transoceânica passados a outros senhores a trôco de vantagens pecuniárias. Medeia, porém, grande diferença em alugar serviços de alta valia, dependentes de qualidades a talento próprio, e vender informações reservadas como praticou o cartógrafo português cúmplice de Cantino. Não se pode comparar, pois, vulgar espia, sequioso de dinheiro, disposto aos piores crimes, se preciso, para conseguí-lo e um espírito como o de Vespúcio, capaz de sacrificar invejável situação, tal a de correspondente dos Médicis, a fim de poder participar de navegações em regiões desconhecidas, onde nunca jamais branco estivera, na esperança de verificar a intuição de que encontrara o Nôvo Mundo.

As mercês que mais tarde Vespúcio recebeu dos soberanos espanhóis, depois das viagens ao Brasil, destinavam-se a atraí-lo não só ao reino vizinho, necessitado de técnicos marítimos, como retê-lo junto à marinha castelhana precisada de suas luzes. Pelo caráter dessas dignidades estamos longe de parecerem recompensa a préstimos de espionagem. A coleta de informações proibidas era mais praticada pelo que nos revelam documentos de chancelarias, por enviados diplomáticos com auxílio de diligentes peritos no mister. Diremos ainda, nem sempre mercadores da mesma nacionalidade, solicitados por êstes personagens para que lhes abrissem frinchas no segrêdo da navegação alheia, responderiam satisfatòriamente, receosos de compromissões prejudiciais à sua habitual atividade. Quase invariavelmente nas antigas còrtes os veículos de espionagem eram os próprios cortesãos a circular em tôrno dos degraus do trono. São conhecidos os agentes do serviço informativo de Veneza, Gênova, Florença ou Ferrara, empenhados em conseguir dados

sôbre o que el-Rei D. Manoel I ansiava por ocultar. Poderíamos aduzir mais alguns, menos conhecidos, como se depreende do aparecimento na Alemanha de mapas como o de Kunstmann II e III, delineados logo nos primeiros anos das descobertas americanas, assim como o enigmático episódio da divulgação do *Mundus Novus* simultâneamente em Florença e St. Dié, na Lorena.

Não menos curiosa é a revelação do relatório do chamado Pilôto Anônimo por Nicolò Crético, publicada ao depois por Fracânzio di Montalboddo, ou a presença de mapas dos Reinel em arquivos franceses. Às vêzes incidentes fortuitos se encarregavam de colocar dados geográficos à disposição de grandes potências, como sucedeu com o estranho episódio de Piri Reis. Este personagem dispunha de grande valimento na marinha turca de princípios do século XVI, onde figurava como capitán paxá. Derivava a elevada posição de ser sobrinho do almirante Kemal Reis e de suas qualidades como técnico, à altura dos que esmaltavam grandes armadas européias. Na reforma da antiga residência imperial de Topcapu Serail para adaptá-la a museu, descobriu-se em 1929 um mapa de Piri ofertado a Selim I, sultão de 1412 a 1520. O tempo mutilou parte do cimélio, de que sômente resta pedaço de pouco mais de sessenta centímetros por oitenta. O seu interêsse, porém, é extremo, pelo fato de abranger descobertas marítimas no oceano Atlântico.

Pôsto o autor se diga, consoante costume muçulmano, "*O pobre Piri ben Hagi Muhammed*", mais conhecido por ser sobrinho de Kamal Reis de Galípoli, já falecido no Santo Muharram de 919 (1513), a grandiloquência turca estua nos comentários seguintes, onde afirma ninguém possuir carta igual. Representava todo o mundo então conhecido, resultado da com-

pilação de umas vinte cartas e mapa-múndi árabes, mais quatro de portugueses, “os quais esboçam agora os mares de Sin e de Hind conforme a regra dos engenheiros e também uma carta desenhada por Colombo na região de oeste”. Dessa origem proviriam as informações geográficas sobre as terras descobertas naquelas partes constantes no mapa. Dispunha também o cartógrafo das indicações de um escravo espanhol do seu tio, aprisionado no Mediterrâneo. Era antigo marujo de Colombo. Viajara através do oceano três vezes em sua companhia, a última de volta à Europa em 1500 e no ano seguinte caíra nas mãos dos infiéis. Os seus dizeres coincidiam em tudo com os do *Diário* colombiano até na preocupação de demonstrar que atingira a Ásia, designada no mapa turco a ilha de Espanhola (hoje Haiti) como Cipango (Japão).

Menciona também o meridiano de Tordesilhas como limite das possessões de Espanha e Portugal, de que a região “de Hind e a do sul” pertenciam ao segundo contemplado. Juntamente com o marujo também foram arrecadadas na mesma ocasião diversas curiosidades e documentos de origem portuguesa relativos a estas viagens. O resultado, de grande importância para a cronologia das descobertas na América do Sul, aparece na configuração do estuário do mais tarde chamado Rio da Prata no mapa de Piri Reis datado de 1513. Decorria a menção de carta portuguesa a confirmar o *Newe Zeitung von Pressilig Landt*, que dava o encontro da foz do grande rio conhecido de súditos de D. Manoel I antes da viagem de Solis. Pouco mais tarde Piri publicou em 1521, e pela segunda vez em 1526, grande roteiro ilustrado, sob título *Bariye* (no Mar), com as costas e as ilhas do Mediterrâneo, demonstração do adiantamento da ciência marítima na Sublime Porta em princípios do século XVI, ao depois

entrada em rápida decadência. Na obra aludia o autor à carta antecedente, "*Por trabalho dêste mísero composta e ora por êle reproduzida*". Segundo o alemão Kahle, que recentemente do mapa se ocupou, é primordial a contribuição portuguesa quanto ao setor meridional americano, a que Armando Cortesão acrescenta o reparo de transparecer no turco viva animosidade contra a gente lusa, provavelmente pelo transtôrno que lhe causava a intromissão de portugueses na Índia e no mar Vermelho. Nota-se igualmente marcada influência de Juan de la Cosa no mapa, visível na descaída quase vertical da costa norte da demarcação castelhana, desde o gôlfo de Pária até a linha do equinócio, lembrança da viagem realizada em companhia de Vespúcio, chegada a Piri Reis através de mapas lusos onde a indicação se registrava. A forma triangular do Brasil com a inflexão a sudoeste aí se encontra como nos mapas de King Hamy, Pésaro e Kunstmann II, a denunciar a mesma origem.

A intervenção de Vespúcio, ademais, na elaboração de "pomas" e planisférios dêsse período, é manifesta, para não dizer inevitável. A cena de antropofagia, por exemplo, constante no mapa de Kunstmann II, provém das cartas do nauta onde pela primeira vez se trata do assunto com referência ao Brasil. Temos portanto, no caso, de nos reportar a afirmações suas, pois outro informante na altura não há. Tais informações deviam estar, outrossim, confirmadas pelos demais componentes das tripulações e não eram suspeitadas como hoje sucede por apaixonados exegetas nossos contemporâneos. Na carta de 18 de julho de 1500 dirigida a Lourenço de Médicis, avisa o nauta o envio de um planisfério e uma "poma" ou globo, "*Una carta in figura piana, e di un apamundo in corpo sferico*", que

deviam ostentar as observações feitas com Juan de la Cosa na viagem chefiada por Hojeda.

Na mesma carta dá significativa informação sobre o estado da ciência geográfica na quadra em que havia em Lisboa, St. Dié, Sevilha ou Florença, centros de estudos especializados. Estavam ainda sob a égide de Tolomeu — o pai da geografia desde séculos — que os comentários do florentino iam obliterar. Escrevia a propósito Vespúcio, *“Non manca in codesta città chi intenda la figura del mondo, e che forse emendi alcuna cosa in essa”*, ou seja nos trabalhos que enviava, *“tuttavolta chi mi deve emendare, aspetti la venuta mia che potrà essere che mi difenda”*, ainda não muito seguro antes da viagem ao Brasil do ano seguinte, mas já inclinado pelo que vira na costa leste-oeste da mesma região, a cogitar de nova continentalidade, por completo alheia à Ásia.

A contribuição de Vespúcio na cosmografia acelerou decisivamente o progresso na mesma registrado nessa altura, como se depreende dos mapas aparecidos no começo do século XVI onde constam descobrimentos no Atlântico. Não foi naturalmente o único a difundir notícias esperadas pelos concorrentes de D. Manoel I, porém não só participava através de narrativas o principal de viagens exploradoras na outra margem do oceano, como ainda contribuía indirectamente, nos mapas onde figuravam apontamentos seus, para divulgar dados geográficos revelados ao mundo nos mapas evadidos de Portugal. Nota-se nítida melhoria no perfil geográfico da América Central e Meridional na sua volta à Europa depois das viagens em que tomou parte, desenvolvida nos lustros seguintes por profissionais do tomo do português Diogo Ribeiro, a serviço de Carlos V, ou dos Reinel a serviço de D. Manoel I antes de passar ao de Espanha, produtores

de um mapa como o do Brasil, que examinamos em Paris, na Galeria Mazarina, por ocasião da mostra de quatro séculos de colonialismo francês.

Há grande mérito nesta difusão, quando eram levantadas dentro da doutrina do *Mare Clausum* tôdas as peias possíveis para proteger o monopólio da especiaría em detrimento do progresso das ciências e do bem-estar dos povos. O sistema informativo existente em Lisboa à disposição dos nautas autorizados pelo Estado a tomar conhecimento de dados geográficos, logo se condensou na Casa da Índia ordenada pelo Venturoso. Antes estavam circunscritos a reuniões convocadas pelo Rei quando preparava qualquer expedição, em que técnicos e principalmente veteranos do mar subministravam informações aos comandantes de esquadras. D. João II, que se vivesse mais alguns meses teria assistido à inauguração da rota da Índia, não dispunha de juntas permanentes de pilotos e astrólogos para tratar de assuntos transoceânicos. Contentava-se em reuni-los tôda vez que julgava azado, à guisa de conselho *ad usum* próprio e para industrializar navegantes. Os que não dispunham dêsse meio precisavam obter informações a poder de convívio no cais da Ribeira com os marujos de volta de longínquos mares.

O célebre tratado *Esmeraldo de Situ Orbi* de Duarte Pacheco, um dos teóricos de maior prestígio no tempo, representante de Portugal nos ajustes de Tordesilhas, originou-se do mesmo cuidado. Em igual sentido eram os trabalhos de Gaspar Vaz Bisagudo, como o de 1488, que teria influído nas instruções a Cabral. A respeito dêsse navegador, sabemos que foi acompanhado ao Oriente por Mestre João tradutor de Pomponius Mela, ainda autoridade em cosmografia em princípios de quinhentos. Na ocasião do preparo da

esquadra de 1500, foram vistos por Pero de Alcáçova Carneiro, Vasco da Gama, Cabral e outros, os principais roteiros e portulanos relativos à África, em que se condensava o saber de autoridades no gênero de D. Diogo Ortiz, bispo de Ceuta, matemático e cosmógrafo, assim como outros peritos na arte de navegar.

O mesmo praticavam os espanhóis na Casa de Contractación de Sevilha. Ali estavam os Padrones Reales destinados à informação dos nautas exploradores do oceano. Os pormenores e advertências reunidos nesses modelos só podiam ser conhecidos no arquivo, de onde não era permitido tirar cópias ou levá-los para fora do recinto. Ali deviam permanecer constantemente revistos e aperfeiçoados, conforme as informações trazidas pelas naus transmarinas, e, a partir de certa altura, foram substituídos por outros, o que explica a sua destruição. Escaparam alguns raríssimos desviados pela espionagem ou reduzidos a pedaços na encadernação de livros. Havia mapas de permeio tão luxuosos e decorativos, de origem não oficial, mas de altíssimo preço, tão recamados de iluminuras, esmaltes e realces metálicos, que conseguiram remanescer por certo espaço, como sucedeu ao mapa-múndi comprado por elevada soma por Vespúcio em Maiorca, em 1439, da lavra de Gabriel de Valsequa. O preço dessas cartas, saídas de oficinas particulares apenas providas dos dados porventura obtidos de navegantes pelos cartógrafos, variava no correr do século XVI de cinco a seis ducados ouro, para chegar a oito no seu ocaso. Eram igualmente mais pobres em ornatos e pormenores que as destinadas a soberanos, menos sobrecarregadas de atavios brilhantes, personagens típicos ou mitológicos, enormes rosas-dos-ventos, embarcações com velas enfunadas, animais fantásticos e monstros mari-

nhos, tão formidáveis que eram suscetíveis de infundir terror aos pilotos que as vissem.

A documentação de uns e outros era obtida onde e como fôsse possível, por intermédio de relatórios de comandantes ou indiscrição de tripulantes. A despeito do zêlo português, havia muitas evasões de cartas ou, pelo menos, de informações gráficas de arquivos oficiais. O resultado aparecia no número de mapas dessa origem constantes na Espanha, onde por sua vez eram submetidos a sigilo. Quando em 1503 Juan de la Cosa volveu de Portugal, trazia consigo dois mapas dessa origem. Igualmente Fernando Colombo, filho do almirante, assegurava haver vários mapas portugueses em mãos de súditos espanhóis, provavelmente conseguidos dos elementos lusos espalhados por tôda a península, mormente os empregados nas naus descobridoras. Em capítulo seguinte, dedicado às primeiras explorações do nosso litoral, encontraremos copiosas amostras do astucioso processo. Provocava, daí, D. João II, a poder de precauções de tôda ordem e do emprêgo da violência, obstar indiscrições sôbre a atividade marítima que bafejava. D. Manoel I, chegado ao trono em época menos primitiva, necessitava de recorrer a mercadores e argentários estrangeiros, e procurar além fronteiras os técnicos que lhe faltavam.

De volta do Brasil, Vespúcio, seduzido pelas propostas castelhanas, bandeou-se para o reino vizinho, cansado de esperar mercês do soberano português, miúdo, egocêntrico, pouco grato, tal como no-lo descreve o embaixador veneziano. Prometer não custava a D. Manoel I, mas depois praticava às vêzes sem discernimento, como sucedeu com Vespúcio, a famosa falta de memória que dizem ser característica dos Príncipes.

Ademais, o fato de maior interêsse para o florentino eram experiências científicas que os seus beneficiários intentavam por todos os meios conservar em segredo. Na Espanha o cargo de "Piloto Mayor", para êle criado na ocasião, proporcionava meios de continuar estudos e freqüentar os melhores informadores do momento, situação em extremo favorável a quem devia aperfeiçoar cartas e portulanos cujos erros e deficiências causavam dano à navegação. Cabia ao nôvo titular da repartição náutica coligir dados onde apparecessem, analisá-los, acertá-los e adaptá-los aos roteiros por onde os navegantes deveriam guiar-se. Nesse fim, eram tomados depoimentos de marujos de torna-viagem nos portos de armação, depois de solene compromisso por parte do declarante em exprimir tão-só absoluta verdade no testemunho. Devia também zelar o Piloto Mayor pelos mapas confiados à sua guarda, de sorte a collocá-los à disposição de quem de direito e simultâneamente evitar o quanto possível danosas indiscrições no que envolvesse interêsses do reino.

Ao que parece houve-se com acêrto o florentino na incumbência, se bem se mostrasse por demais liberal a respeito de consulentes. Levado pelo espírito científico, collocava acima de cálculos materiais o zêlo da pesquisa informativa e medidas para auxiliá-la. A consequência foi em 1511 receber aviso de não mais permitir vista de cartas marinhas a quem quer que fôsse sem expressa licença da Casa de Contractación. Aventava o erudito Schuhmacher derivar a medida em parte da anunciada publicação de Pietro Martyr de Anghiera, onde constavam as viagens de Vespúcio. Recrescera no momento a inquietude do govêrno castelhano, em virtude de denúncias de que os portuguezes muito se interessavam pelos comentários do florentino naquelles relatos, assim como acêrca dos seus últimos tra-

balhos. Talvez girasse o incidente em tórno da apregoadá impressão das quatro jornadas a serem dadas à luz depois de revistas e completadas pelo autor. A suspeita atingiu tais proporções, que gravemente cogitou o Conselho dos Reis Católicos em proibir a edição do livro de Pietro Martyr, que se não efetuou pelas dificuldades em efetuar a medida, revelada, por sinal, inútil, pois o livro nada continha de prejudicial para os castelhanos.

Como se verifica, dado o vulto do assunto era primordial o cargo de Piloto Mayor, que vinha a ser o superintendente das comunicações da metrópole com os domínios de além-mar do enorme império em formação. Torna-se, destarte, insustentável a tese dos desafetos do nauta acêrca da sua falta de valor, inda se admita infinita ingenuidade dos que o empregavam e dos seus conselheiros, incapazes a ponto de confiarem um dos principais setores da monarquia a indivíduo despido de requisitos para exercer tão subidas funções.

Entretanto, ao invés de justificar a depreciativa suposição, Vespúcio manteve-se desde o início do instituto marítimo em 1508, até 1512; ano de sua morte, sempre por todos respeitado e acatado, tido como a maior autoridade em matéria de territórios sitos na demarcação de Castela, e, se não houvesse mais depoimentos a seu favor, bastaria o do almirante, suficiente para lhe assegurar definitiva consagração como nauta e técnico em geografia e astronomia. Tamanho era o seu prestígio que ao morrer ainda assegurou a continuação dos mesmos serviços nas mãos do sobrinho e discípulo João Vespúcio, coadjuvado por João Dias de Solis, seu companheiro na expedição de Hojeda. Empossados os sucessores de Américo na repartição, tiveram de elaborar nôvo Padrão Real, requerido pelo progresso da marinheiraria e enorme aumento do seu

âmbito, “*por el qual todos los pilotos se ayan de regir e gobernar a hacer sus viages*”. Deviam para êste fim Vespúcio Júnior e o seu auxiliar, fornecer cópias de cartas e portulanos a navegadores, por êles exclusivamente firmadas, sem mais chancela alguma, sob sua inteira responsabilidade.

Não fôsem quebras de segredo oficial, causadas pelos inúmeros interessados em obter informações proibidas pelos governos ibéricos, pouco saberíamos acêrca de descobertas oceânicas. Na intensa atividade desenvolvida neste sentido, em conseguir o que era defeso, informantes como Lunardo da Cá Masser, dos mais espertos agentes venezianos destacados nas Espanhas, embaixadores como Cantino e Pisani, auxiliados por agentes anônimos e pelas informações de mercadores como os sucessores de Lomellini, tais como Trevisan, Pasqualigo, Rondinelli, Ascaitado, aliás Affaitadi ou La Faitada — pintado por Duarte Leite como negociante e espia — Giovanni da Êmpoli, Sernigi, Canério, e tantos outros que não conhecemos envolvidos no tráfico peninsular transmarino, ao lado dos Marchione, Salvago, Verdi, Giocondo, Vinet, Berardi, Giraldo, Gherardo e mais personagens, relacionados com Vespúcio antes que êle se dedicasse corpo e alma a descobrimentos.

Afigura-se-nos hoje espantosa a rapidez com que no princípio do século XVI se difundiam notícias de navegações em mares ignotos. Espalhavam-se céleres a despeito das dificuldades inerentes da época e peias levantadas por governos a tudo que se relacionasse com política expansionista. Vemos, assim, em espaço curtíssimo, delinear-se o perfil brasileiro com a sua forma de lira na costa leste-oeste de um lado e a meridional de outro até Cananéia, regiões onde Vespúcio estivera em expedições espanholas e portuguesas. Podemos acompanhar

esta progressão nos mapas conhecidos por King-Hamy e Pésaro de 1502 e nos seguintes de Sylvano, Kunstmann III e Maggiolo, para chegar pouco depois a notável exatidão com os de Lopo Homem e os dos Reinel.

As informações das primeiras viagens ao nosso continente eram não só imediata como admiravelmente aproveitadas por cartógrafos baseados em informações onde a falta de aparelhamento técnico era suprida por extraordinária intuição. Os dados seguiam contrabandeados em cartas padrões logo reproduzidas nas mais diversas partes da Europa, na Polônia em 1512 com o mapa de Stobnicza, ou no episódio de Piri Reis, a confirmar um mapa de Colombo de que tínhamos notícia mas nos faltava certeza acêrca da sua existência, trabalhos onde vemos influxo de Vespúcio e dos seus seguidores orientados pelos dizeres das cartas acêrca da noção de continentalidade do Nôvo Mundo. Como esclarecer o enigma a quatro séculos de distância! Sòmente a milagrosa capacidade criada pela ambição humana pode explicar semelhantes prodígios num tempo de escassas comunicações entre povos e de intensos zelos de governos discricionários.

OS FRANCESES E O BRASIL

Aparecem os franceses nos mares do Brasil pouco depois de Cabral. A aventura de Binot Paulmier. Atividade de normandos e bretões. Surge Angô, chefe dos interlopos daquela origem como competidor de D. João III. Periga a posse de portugueses na América do Sul.

Os Franceses e o Brasil

No fim do século XV a marinha francesa, a despeito do dano que lhe infligiam guerras intermináveis, encontrava-se em condições de acompanhar de perto grandes nações marítimas da época. É curioso notar terem sido seus mestres e modelos em grande parte portugueses, com resultados tão rápidos nos mares, que D. João II, alarmado pela afoiteza de normandos e bretões, ordenara fôsem sumariamente sepultos no oceano marujos daquela origem surpreendidos nas paragens atribuídas à Coroa lusa pelos ajustes de Tordesilhas. Quem apparecesse nas partes compreendidas no meridiano demarcatório em direção ao Extremo Oriente, era pelo monarca considerado invasor de seus domínios e como tal justificado.

Nas vésperas de Bartolomeu Dias contornar o cabo de Boa Esperança, incursionaram naus de franceses muito ao sul da África. As veleidades que manifestavam em fundar feitorias no litoral provocaram protestos do soberano português, com exaustivo trabalho de chancelarias e irritação de interessados no caso. Mal se tinham delido aquelas nuvens, sem todavia solução satisfatória, recommçaram em outra zona, tantas eram as causas de conflitos. Nessa altura, encontrava-

se em Lisboa um comerciante de Conneville quando Cabral voltou da Índia. O acontecimento provocou delírio na cidade. Enorme alarido e repiques de sinos, procissões e ações de graças, correrias pelas ruas traduziam a alegria do povo. Impressionado pela euforia coletiva, anotava o veneziano Jerônimo Priuli que a continuação de tais viagens — e lhe pareciam agora fáceis — faria do soberano de Portugal o Rei do Dinheiro, “*porque todos irão buscar especiaria no reino*”. O mesmo partilhou o mercador de nome Binot Paulmier, o qual, ante o espetáculo, tratou de volver a Honfleur para reunir recursos em demanda dos empórios da pimenta e do cravo. Contratemos de viagem o desviaram, entretanto, para o Brasil, na região onde mais tarde se elevou a capitania de S. Vicente. Foi sinal, daí por diante, da ingerência de franceses no litoral brasileiro a ponto de ser lícito admitir que descobriram grande parte do mesmo.

Declarava a respeito Paulmier de Conneville no almirantado da Normandia, em 1505, que estivera dois ou três anos antes na dita costa atarefado na coleta e transporte de lenho de tinturaria, nos sítios onde “*desde algum tempo embarcações de Dieppe e St. Malô costumam resgatar*”. Esses mareantes, considerados “interlopos” pelos lusos, aparentavam mais um aspecto em extremo ameaçador para os concorrentes. Eram bem recebidos pelos nativos, pois se contentavam em comerciar na prática do escambo para obter pau de tinturaria, sem veleidades, pelo menos na hora, de se apossarem da terra.

Para maior efeito de aproximação com tribos litorâneas, deixavam entre a índiada homens destinados a aprender a sua língua, assim como se familiarizarem com as credices, usos e costumes do lugar. A precaução proporcionava notáveis efeitos sobremaneira

úteis para o que os franceses desejavam. Em pouco a ação desses intermediários se tornou cada vez mais profunda graças ao aparecimento de numerosos mamelucos, designação dada pelos portugueses ao produto de brancos com índias, sugerido pela côr e aspecto de guerreiros de crença maometana encontrados nas viagens do Oriente, particularmente nas cercanias do mar Vermelho. Era produto de uma denominação popular de aceitação imediata, como meio século antes sucedera com a genérica apelação dos habitantes do Nôvo Mundo por suposta semelhança com os da Índia e de "negros" estendida aos que não fôsem europeus indiferentemente da América, África ou Ásia, antes da organização em larga escala do tráfico negroiro.

A presença desses indivíduos incumbidos das relações entre o indígena e o branco invasor no meio das tabas permitia-lhes o conhecimento das condições locais e de tôda a região onde se encontravam. No geral, eram compostos de gente aventureira, para a qual viver entre "índios" não era sacrifício. A sua existência no comêço da infiltração branca era de todo primitiva, na mais completa despreocupação de tudo que na Europa delimitava os moradores de cidades e aldeias. Começou a modificar-se na chegada de eclesiásticos cristãos que se opunham à poligamia. Até então a liberdade do intérprete informante intermediário era completa. De primeiro existira nos pontos onde havia madeira corante, em ilhas e bôcas de rios, à espera das naus que o tinham deixado no sítio e que o deviam render. Muitos se fixaram no paraíso e ali se demoraram em meio de mulherio e filharada cada vez mais numerosa. Outros aproveitaram a repetição de outros pontos de apoio a brancos, aparecidos pelas angras e rios, e mudaram-se a léguas de distância, como sucedeu em todo o litoral da Paraíba a muito

além de S. Vicente, em migrações de que a narrativa de Hans Staden é exemplo.

Ocioso destacar os serviços que prestavam aos conterrâneos de Honfleur, Dieppe e St. Malô, em missão de preparar ambiente para rápida realização de trocas que não deviam demorar. Na chegada ao Brasil os barcos cargueiros deviam encontrar tudo preparado para recebê-los, porquanto não podiam perder tempo como sucedera aos companheiros de Vespúcio, em conseguir as boas avenças do indígena para depois iniciar o carregamento dos porões, em trabalho que só podia se processar protegido contra insídias do gentio. Constituíram, destarte, cabeças-de-ponte asseguradoras da posse da terra por êles mesmo descoberta aos franceses, não fôsem as guerras a turbar o reinado de Francisco I, que impediram ao govêrno real devidamente apoiar a iniciativa dos súditos.

As guerras na França não tardariam a juntar-se as lutas de religião. Das duas é difícil saber qual foi a mais nefasta para os interêsses do povo. No comêço do século XVI o govêrno régio de Paris não se manifestava oficialmente em matéria de navegação para o Brasil. Limitou-se Francisco I, nos momentos mais agudos do conflito entre os súditos e portuguezes, a distribuir Cartas de Corso, ou seja, autorização aos súditos para depredarem casa alheia, pôsto continuassem em aparência amistosas as relações com o prejudicado. Não era nôvo o processo prático, cômodo e, até, econômico para o régio erário, livre dêsse modo do espantallo de mais um adversário a unir-se aos outros inimigos. Na circunstância, o progresso da navegação da Normandia e Bretanha registrada no momento permitia ao Rei de França ver-se substituído na emergência por particulares na competição com o govêrno portugês. Na hora surgiu quem ia ser o maior personagem

do drama cujo teatro era o Brasil, causa de o conflito assumir grandes proporções. Tratava-se de Angô, o famoso traficante de Dieppe, talvez financiador de Paulmier de Gonneville, que assim se teria familiarizado com a região vicentina naquele tempo virgem de portugueses.

Êsse potentado do comércio universal era émulo, em matéria mercante marítima e atividades daí derivadas, de D. João II, Fernando e Isabel e banqueiros italianos. Audaz e ambicioso, arrendatário de funções públicas, fomentava emprêsas de todo gênero, inclusive ultramarinas, interessado em locupletar-se com o que os seus agentes roubavam nos outros reinos à mão armada. Em certo momento tornou-se tão poderoso que resolveu sozinho enfrentar el-Rei de Portugal. De há muito sentia-se obcecado pelo que soubera de regiões ultramarinas através das notícias divulgadas pelas cartas vespucianas. Senhor do comércio dos portos da Normandia, onde granjeara enormes haveres, pretendia aplicá-los em empreendimentos progressivamente rendosos, muito além do âmbito tido por acanhado onde até então se tinha exercido a sua atividade. Voltava agora os olhos para o Nôvo Mundo descrito por Vespúcio em narrativas editadas em Paris por Jehan Lambert pouco depois da volta do florentino a Portugal.

Vários motivos o inclinavam para o Brasil. Primeiro, Portugal era aliado de Carlos V contra Francisco I. Segundo, o luso era parceiro dos espanhóis na divisão do mundo. Terceiro, as notícias que das terras de além-oceano chegavam a portos normandos eram de essência vespuciana, portanto, em mor parte relativas ao setor costeiro da América entre as Antilhas e o trópico do Capricórnio. Quarto, na qualidade de interessado em assuntos marítimos, Angô não podia deixar

de contagiar-se pelo surto colonialista em elaboração, consubstanciado por diretrizes muito de sua predileção, como seja, enriquecer à custa de antípodas, absorvente modo de ver despontado naquela altura na Europa.

No argentário fundiam-se sêde de riquezas, vulgar cobiça e instinto criador, a perfazer complexo capaz de más, e até boas ações. Infelizmente, o que até hoje se disse do diepense e de seus pilotos não é muito satisfatório. Tampouco, no relato dos esforços por êles despendidos no recém-descoberto Brasil, continuamos mergulhados nos nevoeiros da sua proto-história. As destruições de arquivos na região diepense, começada desde o século XVI, impedem interessantes verificações acêrca da presença de normandos e bretões no espaço compreendido entre o cabo de S. Agostinho e Cananéia. A multiplicação de curumins de tez alva, olhos garços e cabelos dourados, nesse setor costeiro, era testemunho de crescentes relações entre marujos franceses e silvícolas, muito mais significativo que o resultado de atividade puramente comercial no escambo de bugigangas por toras de lenho vermelho.

Nesta convivência chegavam tripulantes de naus européias a excessos condenáveis. Ao invés de melhorar usos e costumes dos hospedeiros, praticavam imitações dos seus piores hábitos. No afã de lhes captar as boas graças ou contagiados pelo que viam, esqueciam-se da civilização que os formara. O fato era menos aberrante ao se tratar de rústicos, saídos das mais baixas camadas do proletariado das regiões marítimas de França, outros, porém, pertenciam ao que poderíamos chamar hoje pequena burguesia. Todos escandalizavam a Ferdinand Denis, que a respeito dessa assimilação às vêzes espontânea, outras forçada, de costumes indígenas, exclamava, "*on a la certitude que plusieurs d'entre eux pousserent le goût de l'imitation (et ici*

l'esprit frémit d'épouvante) jusqu'à partager les terribles festins des Tupinambas. Si Paez trouva a cette époque un interprète portugais qui s'etoit percé la lèvre inférieure et les joues pour y porter les étranges joyaux formant la partie la plus recherchée d'une parure indienne, on ne sauroit mettre en doute que beaucoup d'interpretes français ne se soient fait gloire de rêvetir aussi les ornements bizarres des Brésiliens".

Esses elementos, saídos do nateiro portuário europeu, beneficiavam de possuir couro duro e escassa repugnância pela existência silvestre. Havia também os que se arriscavam a semelhante vida por não mais suportarem a faina de bordo, assim como também se contavam, entre os primeiros brancos surgidos no litoral brasileiro, náufragos ali atirados, que depois de algum tempo de estada entre indígenas perdiam o desejo de logo tornar à civilização, felizes de se demorarem mais do que o necessário onde reinava liberdade. O fenômeno repetido ao depois no mesmo sítio com imigrantes, em várias épocas e diversas condições, parecia espantoso, e, mesmo, dificilmente compreensível a comentadores de outras eras. *"Il suffit de lire Thevet, Lery, Hans Staden",* continua Ferdinand Denis, *"pour s'initier à la vie désordonnée et à la conduite quelquefois barbare de ces hommes si féroces, qui repoussent parfois jusqu'aux souvenirs de la civilisation".*

Além dos embarcações destinados pelos traficantes a permanecerem entre índios, encontravam-se entre os primeiros povoadores brancos da costa não só doentes de talassofobia, que não suportavam enjôo no mar, como desertores e aventureiros desejosos de continuar em terra pela mesma razão que os levava a se alistar nas naus ultramarinas. Tôdas as nacionalidades, indiferentemente portuguêsã, espanhola ou francesa, deram contingentes de desertores e mais indivíduos

aparecidos nas praias do Nôvo Mundo. As recomendações do Regimento da nau *Bretoa* aconselhavam cautela ao chegar à vista de terra por causa de deserções, ao que parece, muito comuns. O mesmo podemos estender aos apaniguados de Angô espalhados pelo Brasil nos alvôres do século XVI.

Motivos de sobra assistiam ao Conselho del-Rei para inquietar-se com o rápido alastrar de influência francesa nos seus domínios, consequência da harmonia entre indígenas e embarcações daquela nacionalidade. Na imensa orla costeira da terra de que Pedr'Álvares se apossara em nome do Venturoso, não havia nem praças fortes, nem sequer núcleos portugueses bastantes para manter a soberania lusa. Sem tórres, muros, fossos, soldados e bombardas, não era possível conservar territórios. As cêrcas que os portugueses elevaram, de preferência em ilhas, à volta de ranchos construídos à moda indígena pelos próprios índios, serviam apenas para resguardo de mercadorias enquanto era embarcado o lenho vermelho. Entretanto, bastavam as intempéries para em pouco destruí-los.

Nessas condições a ameaça contra o luso na América crescia rápido, na medida que se desenvolvia a marinha francesa. Iam longe os tempos em que dependia dos súditos flamengos de Filipe o Bom, o qual mandara construir por volta de 1438, à guisa de experiência, uma caravela na Ecluse por carpinteiros vindos de Portugal. Meio século depois, porfiavam normandos e bretões na cópia de barcos lusos a fim de também poder aventurar-se no oceano. Da intensa atividade, no afã demonstrado, igualmente surgiam pilotos providos de fama, como o célebre Jehan Alphonse de Saintonge, algum tempo a serviço de Portugal, e os irmãos Parmentier, um dos quais se ombreava em França com os melhores poetas da época.

A região freqüentada de preferência pelos chamados interlopos, ou contrabandistas, na América lusitana, abrangia desde princípios do século XVI a maior parte do litoral. A intromissão francesa obrigou o governo português a tomar medidas drásticas para proteger toda a costa da extrema ponta nordestina às possessões castelhanas que D. João III pensava invadir. Para esse fim não vacilava em aplicar no setor ameaçado o que D. João II ordenara contra franceses na costa da Guiné. Os primeiros gastos da Coroa no Brasil foram de ordem quase exclusivamente militar, ao contrário do sucedido nas primeiras expedições a cargo de particulares, como vemos nas organizadas por Fernão de Loronha e o seu consórcio.

Na presença de competidores cada vez mais molestos, alterou-se o sistema de parceria apreciado pelo governo de Lisboa, apesar de continuar a participação de particulares na exploração de domínios americanos, imposta pelas aperturas do tesouro às voltas com a ruínosa empresa da Índia. A divisão do Brasil em capitanias hereditárias e as insignificantes remessas de brancos colonizadores — geralmente provenientes não da metrópole mas das ilhas do Atlântico em dado momento superpovoadas — foram as principais medidas acauteladoras dos portugueses para resguardo nos anos seguintes da sua soberania na América ameaçada.

A questão de segurança era a única suscetível de forçar o Conselho del-Rei a sair da repugnância em despendar dinheiro em ultramar, por insignificantes fossem as quantias necessárias, diretriz dominante, invariavelmente mantida na monarquia de D. Manoel I a D. Maria I. Dentro de tais princípios, quaisquer despesas, inclusive militares absolutamente indispensáveis, eram tomadas com grande relutância, a não ser

quando surgiam ameaças diretas a obrigar o govêrno a urgentes providências. Até medidas para incremento da produção colonial eram vagarosas, tardas e consentidas de má vontade, entravadas pela rotina e falta de recursos inda depois da perda do comércio indiano, quando o Brasil teve de arcar sòzinho com a esmagadora tarefa de sustentar a metrópole.

A competição no mar por parte de particulares franceses vinha de longe. Datava de antes do descobrimento cabralino, deflagrada em tórno de expedições transoceânicas, como encontramos notícia em Las Casas. Narra o frade o sucesso ocorrido na terceira viagem de Colombo, obrigado o genovês a refugiar-se na Madeira perseguido por corsários normandos. As cartas de Vespúcio, profusamente conhecidas nas côrtes européias e centros de onde partiam os "interlopos", aumentaram o interêsse de estranhos pelos territórios pretendidos pelo luso. Em pouco collocaram-se novos concorrentes à espreita dos empreendimentos dos rivais da margem oposta do Atlântico, que se lhes afigurava compensação ao monopólio da Índia. Um ativo mercador se encarregaria, como início de campanha, de encabeçar a disputa da América portuguesa, que era o empresário. Angô.

ANGÔ E SUA AMBIÇÃO NA AMÉRICA

Angô se torna a maior figura dos negócios marítimos da Normandia. Subvenciona emprêsas com destino ao Brasil. Concorre para acesa competição entre franceses e portugueses. Vive com fausto e priva com soberanos que o apóiam contra rivais. Desperta o colonialismo francês. Festas e solenidades com indígenas nos portos normandos assinalam para os mesmos o advento da era oceânica promotora de impérios coloniais.

Angô e sua Ambição na América

Em Dieppe o armador que pretendia substituir Francisco I na luta pela posse do oceano de que Alexandre VI o excluía, era filho de outro Angô a quem sucedera na armação de navios. Educado por bons mestres, graças à prosperidade paterna, entre outros, Pierre Desceliers, vigário de Arques, matemático, cartógrafo e conhecedor de marinha, o segundo Angô participou do entusiasmo reinante na Europa por empresas de além-mar. Desenvolvera-se a frota mercante francesa naquela altura com o antigo reino da Bretanha, que viera juntar-se à coroa de Francisco I, pródigo de bons marinheiros, circunstância favorável ao surto registrado desde algum tempo nos portos da monarquia a despeito de guerras interminas.

Familiarizado com negócios, provido de fartos haveres herdados e ao depois por êle desenvolvidos, Jehan Angô participava desse progresso de modo a tornar-se simultaneamente um dos maiores beneficiários e impulsionadores. Lembra a propósito La Ronciere a atividade de Honfleur no momento, como ainda nunca se vira igual em portos normandos e franceses, pois representava *“pour nos marins ce que fut Lisbonne, ce que fut Seville pour les conquistadors, le port d’ou lon cherchait à gagner les Indes par l’Orient et l’Occident”*.

O alicerce em que Angô levantava firma capaz de se medir com soberanos, seguia a tradição da época e do lugar na sua invariável evolução. Todo especulador depois de bem sucedido em negócios, lastreado de capitais e de crédito, adquiria apoio do govêrno e quase invariavelmente se dedicava à arrematação de funções públicas nos monopólios do Estado. Na península Ibérica fôra, até, causa de violenta animadversão contra judeus desfrutadores de tais cargos, por falta de burguesia média na sociedade luso-espanhola em condições de exercê-los. Na França, pelo contrário, era privilégio do que hoje se diria de grandes burgueses, aos poucos afidalgados como sucedera aos Angô, gente bem pensante, enaltecida no fim do século XV com patentes de nobreza por Carlos VIII.

Nessa qualidade entravam os exatores em contato com as principais figuras da côrte dos quais necessitavam para realizar certos negócios, e às quais serviam, por lhes trazer não raro solução a prementes aperturas. Angô, protegido pelo cardeal d'Amboise, personagem dos mais influentes em França, patrono seu junto ao trono, ingressara no círculo negociista formado em tôrno do Valois. Não tardaria a intervir, nessas condições, no movimento de finanças promovido pelo Estado com vultoso provento para intermediários. Incidia na sina provocada por governos em apuros, em que quanto mais dinheiro anseiam, mais vantagens dispensam aos corretores incumbidos de encontrá-lo.

Com a prosperidade passou Angô a armar navios e reunir capitães e pilotos. A excepcional condição a que em dado momento chegara trazia-lhe alude de benefícios monetários e políticos. Transparecia a prosperidade nas honrarias que lhe concediam, sucessivamente senhor de vários sítios, e, por fim, erigido a Visconde de Dieppe, que lhe conferia o govêrno do

pôrto e da região circunvizinha. Estava nesta altura lastreado de meios bastantes para se abalançar à luta contra o monarca possuidor de uma parte do orbe.

Disponha de navios de sua exclusiva propriedade, mais outros em que auxiliara a armação, além dos que pertenciam a meros protegidos, de modo a constituir grêmio com acêrto denominado por historiadores modernos "Sindicato Angô". Tornou-se, destarte, verdadeiro pesadelo para a Coroa portugêsa. Possivelmente tenha em comêço do século XVI comanditado a ida de Paulmier de Gonneville a Lisboa, onde o mercador teve oportunidade de assistir ao júbilo geral deflagrado pela chegada da especiaria da Índia. Logo depois também lhe proporcionaria o necessário para organizar a expedição que foi ter à América e marcou o início do interêsse francês pelo Brasil.

Coincidira o surto dos descobrimentos com o despertar de ambições da França no mar e a rápida prosperidade do armador. Chegara Angô em princípios do século XVI ao fastígio da opulência e do prestígio social e político. Podia dar largas dentro de suas vastas atribuições à iniciativa em qualquer terreno de comércio, organização de emprêsas e arregimentação de recursos para ambiciosas aventuras em terra e no oceano. O aspecto da sua residência em Dieppe, onde se encontravam ornatos e mais elementos a lembrar terras longínquas, dá idéia dos recursos do personagem que o Destino colocara ante os passos del-Rei de Portugal.

Na altura em que poderosamente contribuía à defesa de Boulogne contra os inglêses, graças aos recursos de tôda ordem que à praça de guerra remetera, morava em palácio construído com muita madeira, segundo a técnica normanda, em que entravam muitas essências do Brasil para maior brilho da mansão. Das

inovações especialmente para êle introduzidas na obra por engenheiros hidráulicos, constava caixa no alto do telhado abastecida por bombas, de modo a poder distribuir água como sòmente hoje em cidades modernas se consegue. Sequer faltavam no conjunto "*des eaux jallissantes*", como descreve um biógrafo de Angò, junto de bicharia exótica, trazida do Nôvo Mundo, tratada por indivíduos de fisionomia curiosa, "*au costume estrange*", baços, truncudos, trazidos por cargueiros de madeira vermelha.

Constituído chefe dos normandos, deviam-se em grande parte ao poderoso armador as visitas de soberanos à ativa região do reino em pleno desenvolvimento, de quem êles tanto esperavam para se engrandecer como praticavam os vizinhos de além-Pireneus. A grandeza da monarquia foi na ocasião proclamada através de ornatos inspirados pela antiguidade clássica, com motivos da Roma Imperial, tais arcos de triunfo, obeliscos, vasos, templos, estátuas, bustos, altos-relevos a invocar a heroicidade dos tempos a redundar na apoteose da dinastia e da nação. Era direta consequência da presença em plagas normandas de "fuorus-citi" de Florença, em sítio de intensa atividade mercante, e, por sua vez, para a qual traziam os benefícios do esplendor da Renascença toscana.

Esta manifestação de interêsse artístico fundia-se harmoniosamente com lembranças das terras visitadas a centenas de léguas de distância pelos navegadores franceses. O intercâmbio tanto se intensificara entre a Normandia e a costa brasílica, que os normandos pouco se admiravam em ver habitantes do Nôvo Mundo nas ruas de Dieppe, Honfleur ou Rouen. O mesmo não sucedia, porém, com os demais súditos dos Valois. Daí, ocorrer aos organizadores dos festejos oferecidos aos soberanos na visita dos mesmos a Rouen,

a co-participação de índios, meio seguro de interessá-los, e, de certo modo, lhes lisonjear a vaidade, com o expansionismo francês levado até muito longe, à outra margem do Atlântico.

Na ocasião, deparara-se aos organizadores da festa grupo bastante numeroso de índios do Brasil, pertencente segundo alguns autores a importante ramo Tupi das vizinhanças do Capricórnio, em zona freqüentada por franceses, com quem mantinham ativo comércio. Diziam-se Tabajara (assim grafavam os europeus), ou seja, habitantes da taba do setor costeiro compreendido entre S. Vicente e a Guanabara. Estavam chefiados por um morubixaba, cujo nome infelizmente por descaso de cronistas não chegou até nós. Os silvícolas pelo seu pitoresco e novidade foram aliciados pelos festeiros para surgirem ante o Rei e a côrte tal como viviam no seu *habitat*, em matas fabulosas cheias de feras de que êles eram exímios caçadores. No afã de lhes facultar quadro condigno, escolheram os magistrados de Rouen, dirigentes do espetáculo, recanto nas margens do Sena, nessa altura majestoso, perto de uma ponte que poderia servir de tribuna, sítio onde os selvagens deviam reproduzir o mais fielmente possível a existência habitual em aldeia indígena.

Os ameríndios improvisaram na ocasião, ajudados pelos naturais do lugar, bosque pretensamente tropical de acôrdo com os ruanenses que lá tinham estado, em redor de cabanas semelhantes às usadas no Brasil pela tribo a que pertenciam. A taba foi provida, para melhor evocação do ambiente tropical, de elementos exóticos graças aos recursos daquela origem facilmente encontrados à volta de Rouen, como símios, papagaios, araras, tucanos e outros. No quadro constituído por êstes meios decorativos, apresentaram-se, a despeito da estação úmida e fria da embocadura do Seuá no mês

de outubro, os tupis nus ou apenas revestidos de brilhantes cocares e araçóias. O seu número ascendia a cinquenta, numeroso para viajantes daquela época e condição, mas insuficiente para as dimensões teatrais de espetáculo ao ar livre desejado pelos magistrados empresários. Ajuntaram-lhes, então, marujos normandos conhecedores do litoral vicentino, acima de trezentos, de modo a permitir depois de tingidos de côr escura representação de danças guerreiras e bailados, *"tout nuds, sans aucunement couvrir la partie que la nature commande"*, narra testemunha do evento, *"& exerçaient une espèce de guerre les uns contre les autres, parmi les arbres & les brussailles"*, na presença de público enlevado pelo que lhe mostravam.

A boa vontade da assistência lembra caso vagamente análogo presenciado por grupo de turistas: nossos contemporâneos, os quais, algum tempo depois da famosa *Semana de Arte Moderna*, resolveram subir o Amazonas até Quito. Na direção "literária" por assim dizer do conjunto, composto em mor parte de senhoras e senhoritas, viajava o polígrafo Mário de Andrade. Segundo a narrativa que êste fazia da jornada, a tantas tinham encontrado no percurso pelo Rio-Mar, nas proximidades de pequeno arraial, um rapaz em trajes edênicos no alto de barranco sobranceiro ao rio. Parecia estátua do melhor período helênico, digno de figurar na galeria de arte antiga partenopiana. Inútil dizer que provocou sensação nos passageiros estrangeiros da gaiola, principalmente entre o elemento feminino entusiasmado. *"Que maravilha"*, exclamava, *"Índio assim"*, a reproduzir majestosa estátua de bronze, com certos atributos maiores do que os geralmente usados pela estatuária grega, de propósito discreta no assunto, *"jamais se viral"*.

Na hora em que iam mais acesos os comentários, saiu de venda sita no comêço do povoado o botequineiro, italiano, por sinal, napolitano, ali estabelecido desde muito, pai de inumerável prole mameluca, o qual aos berros chamava o filho mais propenso em namorar as passageiras das embarcações em trânsito — talvez movido pela costela lazarônica — do que a trabalhar. A intempestiva intervenção teve dom de promover escândalo entre as passageiras da gaiola, que proferiam horrorizadas “*não é índio, porém homem!*”

A festa de Rouen antecedeu com melhor desfecho o episódio amazônico. O entusiasmo despertado pela encenação da portentosa “*schiamachia*”, ou “*squiamaquid*”, não suscitou zelos de católicos ou de protestantes presentes, que no momento se digladiavam em questões de decência, cada facção julgada dona da virtude pelos seus sectários, a porfiar em manifestações de superciliosa moral, senão na prática pelo menos em teoria. Os habituais padrões de honestidade e modéstia não se manifestaram virulentos na ocasião, graças a momentânea acalmia proveniente do entusiasmo causado pelo acontecimento.

A impressão foi tão feliz, condizente com o alvoroço produzido por expedições oceânicas daí por diante transpostas para o terreno do imperialismo colonial e nacionalismo exasperado, que o espetáculo foi repetido em outras regiões da França com não menor sucesso. A entrada solene de Carlos IX, sucessor de Enrique II, na cidade de Troyes, reproduzida ao depois no pôrto de Bordeaux, em solenidade semelhante, também se efetuou em forma de triunfo romano, com desfile à moda antiga de cativos de vária origem, símbolo do régio poderio a se estender pelo universo. Figuravam supostos vencidos em tôrno do carro do imperator, ta-probanos, egípcios, turcos, mouros, canarins e “Brési-

liens”, que eram os de maior sensação, por recordarem terras ambicionadas pelos franceses. No correr do imponente desfile havia pausas, a fim de que os componentes de cada grupo saudassem o soberano na língua nativa, logo traduzida por intérpretes.

Perdurou ainda por muito tempo em França, antes de finalmente cair em olvido, a entusiástica paixão despertada por espetáculo de bárbaros americanos da região freqüentada por normandos e bretões. Ainda ressurgia muito depois de Francisco I, com grande aprêço, graças a danças de indígenas maranhenses perante Luís XIII menino no Louvre. Semelhantes casos demonstram a que ponto iam os contatos entre tupis (porquanto os indígenas provenientes da zona vicentina e da maranhense pertenciam ao mesmo grupo), e franceses durante largo espaço, de que damos apenas ligeiras amostras ocorridas no solo de França, no plano puramente decorativo, fora do econômico, político e outros.

O ambiente mais artístico e intelectual de nação rica como a de além Pireneus, muito acima em matéria artística aos iberos, mormente em sítio onde desde algum tempo afluíam florentinos das mais altas classes da república à testa da ciência, letras e artes da cristandade, por essas razões mais compreensivo e receptivo, prestava-se melhor ao aproveitamento de sugestões decorativas nas artes plásticas, em que avultavam assuntos brasílicos. Templos e solares normandos exibiam faustuosas sugestões dessa procedência, infelizmente, grande parte desapareceu em calamidades destruidoras, iconoclastia protestante, incêndios, desabamentos, invasões e, acima de tudo, descaso.

Alguns vestígios, todavia, milagrosamente remanescem, segundo nos informam, tais como o friso esculpido na igreja de St. Jacques em Dieppe, a representar índios tupis no ato de cortar e transportar

toras de pau de tinturaria das florestas brasileiras para embarcá-las nos barcos dos seus melhores clientes. O interessante documento foi atingido pelos iconoclastas protestantes mas não chegou a perder-se. Em Rouen perduraram na Rue Malpalu n.º 17, por mais de três séculos, ornatos semelhantes ao da igreja, com o mesmo caráter e personagens. A respeito anotava o sábio La Querinière ao descrever um desses ornatos "*l'enseigne de l'île du Brésil, maison en bois. Elle se distingue par un grand bas-relief, divisé en deus sujets relatifs (seria melhor dizer descritivos de modalidades de escambo) à la decouverte de l'Amérique; des petites figures nues sont sculptées sur les montants, au milieu d'ornements gothiques. Cette devanture, qui n'est pas indigne de l'attention des curieux, date du milieu du XVIe. siècle*". O prédio foi demolido no fim do século XIX, mas a tal *enseigne* foi transportada para o museu de antiguidade da capital normanda. Trata-se de escultura, escreve Gaffarel, em madeira pintada que representa a faina do corte e embarque da ibirapitanga.

Festas como as de Rouen na presença de Enrique II, da Rainha Catarina de Médicis, da favorita Diana de Poitiers e tôda a côrte, eram homenagens excepcionais e interesseiras tributadas por Angô e companheiros à família real. Celebrava os méritos dos Valois, artífices maiores da grandeza normanda, mecenas das artes, protetores da indústria, animadores do comércio, amigos do movimento naval que dia a dia mais relevante significação assumia na atividade econômica da província. A solenidade de Rouen afirmava a crença no progresso da nação sob bafejo de Príncipes excelsos, servidos por súditos laboriosos, todos participantes do mesmo afã construtor e que se valiam da ocasião para contribuir como preito de amor e fidelidade à apoteose da nação a que pertenciam.

No solar de Varangeville Angô também recebia grandes personagens com munificência digna dos Médicis, Portinaris e outros portentos renascentistas enriquecidos nos maiores centros mercantes da Itália de onde provinha a Rainha Catarina. Nêle se notava a ação dos refugiados florentinos espalhados pelas redondezas, com todos os recursos que lhes asseguravam a educação na Toscana tornada fecunda num meio próspero como o normando, para maior bem da população inclinada pela opulência às artes e ostentação. Os restos de Varangeville atestam êste florescer e o apoio que encoitrou por parte do ilustre argentário. Abandonado o solar através do tempo depois da morte e desgraça do chefe, de decadência em decadência viu-se reduzido a serviços rurais, em que, no entanto, a despeito de sucessivos vandalismos, ainda mostrava em começos do século XX restos da grandeza passada.

Arqueólogos e historiadores que nesta altura o visitaram não medem elogios aos vestígios ainda existentes do que fôra o principal remanso do financeiro em terra normanda. Segundo narravam, as tulhas, apriscos, estrebarias, depósitos e mais dependências conservavam *"certain air d'élégance et de magesté. Des fenêtrés encadrées de festons et d'arabesques, des médaillons sculptés et des balcons à jour, conservés çà et là, permettent de juger par ces débris de l'ensemble du château. Ango y dépensa beaucoup d'argent. On y travaillait encore en 1544, car on à retrouvé cette date au milieu d'un fleuron triangulaire sur une couronne qui supporte aujourd'hui une étable à vaches. A l'intérieur il ne reste que deux cheminées, l'une presque en ruines, l'autre surmontée d'une fresque dont les couleurs sont effacées. Dans l'intérieur du chambranle est figuré un vieillard, tenant en main un globe terrestre: c'est peut-être le père d'Ango. Dans un des*

angles de la cour, deux médaillons sont appelés par les gens du pays le portraits de François I et de Diane, mais les traits sont tellement effacés qu'on peut tout aussi bien y reconnaître Ango et sa femme. Les autres médaillons représentent des nègres et des Brésiliens. A Varangeville comme à St. Jacques, Ango avait tenu à l'honneur de perpétuer le souvenir des peuples, auxquels il devait en grande partie sa fortune".

Deviam existir muitos mais motivos ornamentais da mesma espécie esparcos pela província onde se manifestavam tantas recordações marítimas como as visíveis nas residências do armador. A loucura dos homens, expressa em guerras e revoluções causadoras de danos irreparáveis, destruiu veneráveis casas de valor artístico de Rouen, Dieppe, Honfleur, e, na Bretanha, nos portos que também davam vultoso contingente de marujos às emprêsas de além-mar. O bombardeio de Dieppe pelos inglêses no século XVII, em que ardeu a casa de Angô, o de americanos em 1945 por tôda a orla costeira, ou o abandono de Varangeville depois da ruína do armador, acumularam desditas em que se perderam desde móveis e alfaias, até vitrais de igrejas com motivos marítimos e casas e palácios onde se viam lembranças de relações entre europeus e habitantes de outro hemisfério.

Como indicamos, o influxo da Renascença italiana fazia-se fortemente sentir nas manifestações artísticas do momento nas ricas e progressistas terras normandas. Em Rouen contavam-se antigos políticos na Toscana, arvorados em mercadores bem sucedidos no nôvo *habitat*. Traziam consigo para as brumas da Mancha predileção pelas belas artes, como era de esperar de quem representava a nata de velha sociedade aprimorada pela mercancia e opulência. Concorriam igualmente para o progresso do trato comercial, alargamento

de negócios pelo crédito bancário e esplendor do tráfico marítimo, a começar pela difusão de notícias do *Mundus Novus* do conterrâneo, parente e amigo de muitos dêles, veterano de viagens no Brasil.

A Toscana, graças ao seu adiantamento, sempre estivera de olhos fitos nas fabulosas descobertas de além-oceano. Foi nos trabalhos de seus cosmógrafos que o genovês Colombo se inspirara e aventurara pelo mar desconhecido à procura do reino do grande Cã. A atenção de Vespúcio pela mesma região viera de Florença já despertada, apenas à espera de oportunidade para se expandir. Encontrara em Sevilha, Cádiz e Lisboa o mesmo favorável terreno que os Verrazzanos, Rucellais, Toscanellis ou Bruneleschis em Dieppe ou Honfleur. Os trabalhos do erudito livornês Uzielli descrevem a intensa curiosidade dos últimos Médicis por emprêsas colonialistas na América, digna da manifestada um século antes pela Rainha Catarina, de olhos fitos no Brasil para onde enviara o parente Strozzi, o qual também era primo do Rucellai refugiado em Rouen.

Temos, assim, à sombra do poderoso Angô, todo um entrosamento de interêsses e de conhecimentos em tôrno de emprêsas americanas, fértil em provocar expedições à América do Sul, algumas mal conhecidas como a aventura de Verrazzano, muitas quase ignotas como a de Orsini, por longo espaço demorado na zona vicentina, outras ainda por completo desconhecidas, perdidos os seus pormenores em arquivos particulares e públicos onde constavam. Sòmente o acaso nos poderá trazer ainda revelações a respeito, suscetíveis de lançar alguma luz sôbre a nossa proto-história.

A RIVALIDADE FRANCO-LUSITANA

A competição entre franceses e portugueses decorria da doutrina do *Mare Clausum* em choque com o progresso da marinha francesa. Surge na Índia o colonialismo mercante baseado na superioridade das armas, e na América a doutrina de que domínios de além-mar pertenciam a quem primeiro soubesse conquistá-los e defendê-los.

A Rivalidade Franco-lusitana

A prosperidade de que Angô era exemplo estava pela fatalidade destinada a colidir com os interesses lusos. As injunções econômicas e políticas assim o impunham, por mais parecessem distantes geográfica e culturalmente as duas nações, desejosas, para mais, de se manterem em boas avenças, ambas coroas às voltas com o desmedido poderio espanhol.

Uma das maiores dificuldades que se antepõe ao historiador, no período antes do aparecimento na Guanabara de Villegagnon, por exemplo, é a carência de dados sobre expedições de portugueses, espanhóis, italianos e franceses efetuadas na mesma região. Afora o capricho do acaso, que lhes propiciou serem comentadas por vários ao mesmo tempo, através de pleitos judiciários e outros acasos, no geral perderam-se os poucos dados a respeito existentes, pelo fato de não aparentarem interesse qualquer às gerações seguintes, aos herdeiros dos que tão insignes páginas escreveram na história do mundo. Mesmo sem depender dos responsáveis por tais navegações e tê-los em maior parte como gente ignara e rústica, inda pertencessem à pequena e média burguesia da época, desde incidissem em reclamações diplomáticas ou ju-

diciárias, pedidos de indenização, tramóias de governos ou de particulares, alegações de maruja anônima trazida à baila por conveniência de partes litigantes, alcançáramos informações sôbre quantidade de pontos, que do modo como se encontram representam charadas indecifráveis.

Sabemos pela correspondência de embaixadores portugueses em França, por exemplo, que armadores sítos no pôrto de St. Pol de Leon, no antigo feudo dos Rohan na velha Bretanha, reivindicavam o privilégio de “*primeiros ocupantes do Brasil*”, em documento firmado perante notário, redigido, porém, de modo a causar confusões de cronologia, pois talvez se referisse à primazia tão-só sôbre franceses, ou dos naturais de St. Pol, sem implicar outras nacionalidades. Do alegado, entretanto, concluíram apressadamente historiadores, aludirem os reclamantes à qualidade de primeiros descobridores do Brasil. . .

Para nós a pretensão se reportava tão-só aos vagos estabelecimentos, ou feitorias, levantadas no litoral sul-americano deserto de portugueses. Nem por isso o alegado perdia importância. Do século XVI em diante, estabeleceu-se conflito entre duas doutrinas, a do *Mare Clausum* e a oposta, a exigir a liberdade dos mares. Decorriam das bulas de Alexandre VI, que dividira o mundo oceânico entre Portugal e Castela com exclusão de outras monarquias. Os beneficiados pelo exorbitante laudo queriam fechar os mares às demais potências do Ocidente, as únicas que na hora com êles podiam concorrer. Qualquer dessas nações, assim que adquiria meios marítimos, recusava-se admitir o leonino acôrdo, e uma das conseqüências da luta entre normandos do sindicato de Angô e D. João III foi aparecer a teoria de que o primeiro ocupante de uma terra deserta de brancos em territórios distantes da Europa,

comò eram os da América do Sul, pertenciam a quem primeiro os ocupasse.

A superioridade do segundo grupo de nações, de primeiro encabeçado por franceses, depois por ingleses e holandeses, impôs o triunfo dêste ponto de vista sob o eufemismo de "colonização" em pouco degenerado em puro e simples "colonialismo", porquanto não ocorria às potências marítimas em condições de praticá-lo remeter elementos de sua etnia para reproduzir nas mais variadas regiões do globo a imagem da metrópole. A não ser quando despejavam o excesso de prisões superlotadas, como sucedeu na Austrália, contentavam-se em elevar presídios à beira-mar, ou nos pontos-chave de rios caudalosos como os americanos, a fim de exercer o domínio do interior das terras através dos acessos necessários ao comércio interno e externo e escoadouros da produção local.

O início do tráfico europeu em determinada região sempre significou dentro dessa mentalidade emprêsa muito diversa da antiga romana, por completo diferente de tentativas de colonização no rigor clássico do termo. Tinha mais o caráter de tomada de posse a benefício do comércio e indústria de determinado país em condições de manter pela fôrça os presídios que, para poder traficar, elevava. O critério perdurou sem mais contestação desde os pleitos de normandos e portugueses até a guerra de 1939. Nem mesmo ao nosso Rui Barbosa, o "Paladino da Liberdade", ocorreu rebelar-se em Haia contra semelhante prática, propícia à tirania de nações poderosas sôbre as fracas englobadas na depreciativa designação de "colônias", que lhes tolhia qualquer direito à independência.

Os direitos de nações escravizadas eram de todo inconcebíveis antes de 1939, tão arraigado se tornara o conceito colonialista no mundo. Um episódio ca-

racterístico dêsse espírito ocorreu com o incidente conhecido na história diplomática do começo do século XX por “*coup d’Agadir*”, quando a canhoneira *Panther* — a mesma que provocara celeuma nacionalista no Brasil, ao recolher em S. Catarina filhos de alemães para o serviço militar na Prússia — surgiu naquele pôrto norte-africano num momento de aguda crise diplomática. Devia simbolicamente defender os interesses dos irmãos Mannesmann em Marrocos, que os franceses consideravam compreendidos na sua “*zona de influência*”, tal qual os portugueses encaravam o Brasil na América no século XVI. O gesto da chancelaria alemã, por meio dessa canhoneira, precipitou a famosa Entente Cordiale e incendiou o rastilho que pouco depois explodia o paiol de pólvora europeu, primeiro ato da tragédia que se ia repetir em 1939 antes da definitiva liquidação da mentalidade colonialista.

A história certamente não se repete — a imitação apenas reduzida aos historiadores — mas os homens muito se parecem através dos tempos, motivo de flagrantes analogias na gênese e desenrolar de magnos sucessos. Assim, por volta da bula de Eugênio V, liberalizador a Portugal da tarefa de conquistar territórios extra-europeus aos infiéis e nêles impor o domínio da cruz, navegadores diepenses asseguravam ter singrado ao longo do litoral africano que fôra pelo Papa distribuído à gente lusa. Pretendiam mais, terem construído feitorias por volta de 1364 no gôlfo de Guiné, numa das quais *Le Petit Dieppe* perdurou com sorte vária até 1400, quando foi destruído por ingleses. Mais eloqüente ainda, no mesmo sentido, foi a atitude de muçulmanos no mar Vermelho, em que êles e os venezianos seus melhores clientes se viram sucessivamente assolados por turcos e portugueses.

Acêrca da mentalidade que vemos aos poucos dominar europeus, e, no Extremo Oriente, a japonêses que os imitavam, temos eloqüentes aspectos dos seus primórdios nas causas do suposto esquecimento do Brasil, por parte da metrópole, nas três primeiras décadas de quinhentos. Prendiam-se às dificuldades encontradas pelo comércio luso na Índia, turbado pelos maometanos de parceria com cristãos europeus. Conhecemos os pormenores dos conflitos através das relações de cronistas de D. Manoel I e D. João III, mas a interpretação que lhes deram alguns historiadores modernos às vêzes infunde noções menos certas dos seus principais aspectos. Como se trata dos que mais influíram sôbre autores nossos, não só por avultar no que diz à antiga metrópole, como ainda não aprofundarem outros historiadores o problema do colonialismo na sua origem, temos de tecer algumas considerações a respeito.

Ao chegar a Calecut encontraram os portuguezes o comércio dominado pelos árabes, hábeis no trato como todo semita e detentores dos acessos do mar Vermelho por onde a especiaria era dirigida ao Egito e Veneza. Verificaram na ocasião os companheiros de Vasco da Gama que a mercadoria por êles procurada era proveniente de outras regiões, por vêzes muito distantes, concentrada pelos mouros — como eram chamados — nas praças do Malabar para daí serem reexportadas. O antigo panorama mercante da vasta orla asiática não era desconhecido a portuguezes. Pelos cristãos que tinham estado no Oriente por via terrestre e mais canais, sabiam os súditos do Venturoso algumas modalidades dos negócios na península gangética, mormente em setores ante e pós o grande rio indiano. Em 1487 Pero da Covilhã e Afonso de Paiva tinham seguido em caravanas para o mar Vermelho à procura de informes

sôbre o famoso Preste João, soberano vizinho ao Egipto, descendente do grande Salomão, cuja aliança daria decisivo apoio às ambições mercantes lusas. Separados em Aden, desceu Paiva para a Abissínia onde foi morto, ao passo que Pero da Covilhã se dirigia para Calecut. Do relatório que ao Rei mandou com observações sôbre Goa, Cananor e costa de Moçambique, de grande interêsse para portuguezes por se encontrar na zona da passagem marítima pelo extremo sul do continente negro, precipitou-se o apresto da esquadra de Bartolomeu Dias, que pela primeira vez dobrou o cabo das Tormentas e antecedeu a de Vasco da Gama e a mudança de nome do pontal, rebatizado da Boa Esperança (em negócios) pelos sucessores. A chegada, porém, do segundo navegador à côrte do Samorim mudou suposição simples para questão muito mais complexa do que de princípio se supunha.

Os dados colhidos *in loco* pelos expedicionários, no correr de suas entrevistas com o patriarca e mercadores naires e outros da praça calecutiana, proporcionaram ao govêrno luso outra visão do comércio de todo o Oriente, dantes só em parte suspeitado. A expedição de Cabral, castigada por intempéries, deu escasso lucro econômico, mas obtivera do Samorim autorização de construir feitoria em Calecut. Foi o início da desventura da Índia e de todo o Oriente. A concessão do potentado, demasiadamente afoito em estabelecer relações com novos mercadores — talvez até cansado dos árabes — seria o primeiro passo da infelicidade sua e dos vizinhos. Os acontecimentos não tardaram em acentuar o perigoso declive. Sucedeu a Cabral, no ano seguinte de 1501, outra e maior expedição novamente sob comando de Vasco da Gama, experiente do caminho, conhecedor de indianos e acolitado por informantes, como o judeu Gaspar, de há

muito ciente até nos mais ínfimos pormenores da situação da Índia. Magnificamente recebido em Cananor, grande depósito de pimenta, dirigiu-se ao depois a Calecut. Desta feita não dispunha apenas de quatro naus, mas de poderosa frota composta de vinte navios fortemente armados que lhe permitiram enfrentar a soberba do hindu. Dali seguiu para Cochim cujo régulo se mostrava disposto a acolher portugueses, assim como encantado com a desgraça sucedida ao rival. Antes de tornar a Lisboa concertaram ainda os portugueses com Vicente Sodré uma das incumbências da missão, consistente em interditar o tráfico árabe entre Calecut e Aden, chave do mar Vermelho. Bem sucedidos na volta, tornaram com carregamento em condições de proporcionar lucro avaliado pelos agentes venezianos em um milhão de ducados, afluxo repentino de mercadoria que provocou queda da cotação nas praças europeias.

Ante o sucesso envidou Veneza enérgica réplica junto ao Sultão do Cairo no sentido de combater pelas armas aos concorrentes e reduzir a tarifa aduaneira sobre gêneros orientais. Estudou-se igualmente a possibilidade de um canal em Suez. O estágio da engenharia da época não permitiu a segunda parte do programa, entretanto, a primeira foi bem sucedida, estabelecida liga ofensiva entre a Sereníssima, os egípcios e o Samorim que veio a ser a maior associação de cristãos com sectários de Mafoma. A atitude deste último provocou medidas repressivas de D. Manoel I, que envia ao Oriente Francisco de Almeida no cargo de *Vice-Rei do Estado da Índia, com sede em Cochim*, e apoio na ilha de Goa onde os portugueses tinham encontrado acolhida entre mercadores locais. Uma das consequências do vice-reinado, depois do castigo do régulo, foram os feitos de Tristão da Cunha, especial-

mente remetido por D. Manoel I a Socotorá, aguada de navios na embocadura do mar Vermelho, a fim de impedir o reabastecimento de naves cargueiras árabes cuja rota se desviara de Calecut para as Maldivas.

A largueza daqueles mares exigia cada vez maiores esforços. No ano seguinte de 1507 surge na Índia o jovem Lourenço de Almeida, filho do anterior, à testa de vinte e dois barcos. Apodera-se da Anquediva e de Ceilão, constrói fortes e pratica, premido pelas circunstâncias, a temeridade de repartir os seus homens de armas pelas mesmas. Atacado súbitamente pelas forças coligadas do Sultão do Egito, régulo de Guzerat, o de Cambaia e mais adversários, todos dirigidos pelo general Omar Hussein, é derrotado em Chaul. Todavia, enquanto ocorria o revés no sul da península, estabeleciam os lusos na costa oriental africana, em Moçambique, as bases de Mombaça, Sofala, Melinde e Monomotapa, dadivosas em âmbar, ébano, marfim, pó de ouro e principalmente escravos fornecedores de abundante e barata mão-de-obra. O apoio que deram, mais reforços recebidos de Portugal sob comando de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, permitiram que estes cabos de guerra assolassem o gôlfo Pérsico e o mar Vermelho e se apoderassem de Mascate e de Ormuz. Finalmente encabeçado pelo Vice-Rei, ansioso por vingar o filho, arrasam Dabul pertencente ao potentado de Ahmednagar e em número de vinte e um navios derrotam em Diu a frota combinada de Veneza, Egito e Calecut.

Do centro do aranhol em que estavam, descortinavam-se aos portugueses novas empresas dentro do esquema a norte-álos na conjuntura. Sabedores que a melhor especiaria provinha de Malaca, tentaram por várias vezes deitar mão no arquipélago considerado — e neste ponto estavam certos — na demarcação de Por-

tugal. As medidas neste sentido foram contrariadas pela Espanha à vista de divergência em tórno do alcance dos meridianos divisórios. Daí se originou esse pleito entre as duas coroas ibéricas, somente terminado quando D. João III consentiu em adquirir o arquipélago enquanto não se dirimisse a dúvida, com a singularidade de os peritos da parte de Castela se comporem de mercenários portugueses a seu serviço, em que avultava o famoso Fernão de Magalhães.

Envolvido no torvelinho indiano o luso não mais conseguiria salvar-se da voragem. De primeiro a cabeça, depois os braços e finalmente todo o corpo desapareceram no maelstromm irresistível. Em 1510 apodera-se Afonso de Albuquerque da ilha de Goa, extensa, fértil, em condições de nutrir numerosa população, centro de negócios no cruzamento natural das vias comerciais de Bengala, Insulíndia, Indochina e China, onde neste mesmo ano chegaram os portugueses. Perdida a ilha pouco depois de ocupada, foi novamente reconquistada por Albuquerque e, em consequência, a fim de assegurar o tráfico da especiaria, viu-se o general obrigado a conquistar pelas armas o comércio daí por diante inteiramente sob guante português. Estava concluído o monopólio, mas era preciso mantê-lo em luta sempre renovada. Utilizava-se o conquistador da experiência em organização em larga escala comercial de Giovanni da Êmpoli e Leoanardo Nardi, que no momento se estendia além da Índia, nas ilhas da Sonda, e com os régulos do Sião, Pegu, ilhas de Banda e Molucas.

A atividade das naus de guerra lusas não cessava nem para descanso da tropa depauperada pelo clima e más condições em que se via. Os empreendimentos do Albuquerque, crismado o Terribil pelos conquistadores da Índia, provocavam revides de venezianos e

muçulmanos, que não se conservavam inativos ante os progressos do adversário. No mesmo ano em que os portugueses chegam a Bornéu e Java, viu-se o general na contingência de ocupar Socotorá e Aden no mar Vermelho, para definitivamente impedir o tráfico naquella direção. Perdidas as esperanças de escorraçar rivais do oceano Índico Veneza enviou, daí, agentes diplomáticos e comerciais a Lisboa. Mudava de fornecedores para continuar a mercancia, medida equivalente a reconhecer a situação *de facto*, como registava a diplomacia da época, confirmada por igual attitude da Santa Sé ao atribuir Leão X (Médicis) o patronato de tôdas as igrejas construídas e a construir nas Índias aos portugueses.

No ano seguinte transfere Albuquerque a sua capital de Cochim para Goa e anexa Ormuz e as ilhas Barem à coroa para firmar domínio no gôlfo Pérsico. A medida era de fundo alcance no comércio de tôda a região muçulmana. Tributária do luso desde 1507, a nova praça, transformada em presídio fortificado, constituíra-se na maior escala da rota do Oriente, feito imenso caravãçarai de mercadores da Pérsia, Arábia, Turquia e das Índias, os quais, reunidos anualmente em Alep, afluíam de Trípoli e Bassorah em número às vêzes de seis mil, empenhados no tráfico de mercadorias. Nessa altura sofreram os árabes, antigos detentores do comércio levantino, golpe letal, em parte benéfico a portugueses. Em 1516 os mamelucos egípcios são vencidos pelos turcos no auge do poderio no Mediterrâneo. Apoderam-se os vencedores da costa meridional do grande mar interno e logo depois, em 1518, derramam-se pela Mesopotâmia conquistada aos persas, o que lhes facultará mais tarde a posse de Bagdad, coração do comércio levantino oriental. Regista-se na quadra verdadeira calamidade para a eco-

nomia, progresso e cultura árabes. Tôda a antiga organização mercante de imensa zona submetida a Constantinopla é destruída, assim como viridentes produções locais, como a do açúcar, criadas pela agricultura síria e palestina desde o século VII.

O ápice do monopólio português é marcado pela nomeação de Vasco da Gama, nome equivalente a símbolo, para Vice-Rei da Índia. Afluem nos empórios de Lisboa a pimenta comum, noz-moscada, cravo, canela, gengibre, sêdas, porcelana, charão, chita, caschmirs, ébano, ouro, marfim, malagueta e muitas mais coisas da Ásia e da África, pagas em moeda portugüesa ou lingotes de ouro de Sofala. Os régulos da Ásia não mais levantavam dificuldades de vulto e se conformavam até em destruir o excesso de produção segundo ordens do monopolista para evitar queda de preços. Uma das repercussões da situação foi a tentativa dos turcos em 1529 de abrir canal entre o Mediterrâneo e o mar Vermelho, às voltas o Sultão com portugüeses sucessores de venezianos, como os árabes tinham estado com os turcos. Adquirira D. João III as Molucas, aliara-se a antigos adversários, tais o pontentado de Ahmednagar e o Bahadur, soberano do Guzerate. Graças a sábias combinações António da Silveira assola Surate e Damão, ataca Diu e consegue de Bahadur a praça de Bassaim. Embalde enviou contra êle o sultão Solimão, o Grande, uma frota de 76 navios, com 7000 homens de armas. Defende-se Silveira e após memorável resistência em Diu é libertado pelo Vice-Rei D. João de Castro, cujas fôrças frescas não puderam ser enfrentadas pelo turco exausto pelo longo e molesto assédio.

Registram-se outras repercussões da porfia monopolista, germe da colonialista de nossos dias. Chegam portugüeses à China onde pretendem aplicar os mesmos métodos que empregavam na Índia em mercancia e

traficância. Descontentam aos representantes de civilização ainda resplandecente, em muitos pontos superior à européia, mormente a da península Ibérica. Por êsse motivo os lusos são chamados bárbaros e repellidos do território do Celeste Império, pôsto, consigam deitar pé em Macau. Recebe igualmente o Japão a visita de Fernão Mendes Pinto acompanhado de dois companheiros, dos quais, Zamoto, trazia consigo um arcabuz. Tiveram os nipões revelação da arma de fogo, que passaram imediatamente a reproduzir com importantíssimas conseqüências políticas para o país, porquanto o nôvo elemento bélico serviu para o fundador da dinastia Tokungawa assumir o poder e sobrepujar o feudalismo.

Entrara nesta altura o português na fase de esgotamento em conseqüência dos “Fumos da Índia”, que só tiveram uma virtude — proporcionar à coroa lusa a posse do Brasil. Teimava, contudo, com extraordinária constância, que mais parecia cegueira, manter a conquista dos Cunhas, Almeidas e Albuquerque. Multiplicavam-se entretanto os inimigos mas não conseguiam entibiar a constância lusa. Quase nos parece maior o vulto dos “*barões assinalados*” nesta fase, que na anterior, de conquista aureolada de sucesso, a atrair a atenção do mundo sôbre o pequenino reino por momentos considerado como dono do comércio oceânico. Os presídios fundados no primeiro quartel do século pelos agentes de D. João III na China fabulosa, no Cataio embalde procurado por Colombo e Vespúcio, espalhados por Liang-Po, Sancian e ao longo do Tche Kiang, que tinham conseguido resistir a latente hostilidade chinesa, são em meados do mesmo século destruídos, com perda de doze mil cristãos mortos depois de supplicios, dos quais oitocentos portugueses. Inda assim, a despeito da vitória em que trinta e cinco naves por-

tuguêsas tinham sido afundadas, o chino temeroso de revide dos “bárbaros” elevou para proteger-se muro semelhante à grande muralha antitártara no istmo de Macau.

Pouco depois Mahomet, déspota do Guzerate, tenta apossar-se de Diu e sofre completo revés. Procuram, daí, os portuguezes compensações no Japão, aonde em 1556 chega o seu velho conhecido Fernão Mendes Pinto, com luzida embaixada, provida de bicharada do Brasil nunca dantes vista no Império do Sol Nascente. Infelizmente corriam mal os negócios da especiaría, desmoralizados por excesso de adversários, perdas de vidas preciosas em terra e no mar, depauperamento progressivo das finanças lusas enquanto o açúcar pernambucano não as acudia. Em Antuérpia abre falência e desaparece insolúvel a feitoria das Flandres, funesto golpe para a Casa da Índia, repentinamente privada de um dos principais suportes. Não obstante, regista-se na história da occupação militar lusa do oceano Índico o vice-reinado de Luís de Ataíde, de 1568 a 1572, que, pela energia despendida e acerto nos moldes colonialistas, conteve por mais algum tempo a marcha desagregadora. Conseguiram os portuguezes na occasião salvar Goa investida por enorme exército comandado pelo régulo de Vizapur, o qual não teve maior successo que o de Guzerate contra Diu. Nessa altura, as possessões lusas no Extremo Oriente eram compostas de tres seções, a saber: Governo da Índia, ou seja “contrôle” das costas orientais desde o cabo Guardafui até Ceilão, submetido ao Vice-Rei com sede em Goa; segundo, govêrno das ilhas desde Malaca até a China, também dependente do vice-reino, mas que pelas distâncias tinham de ser dirigidas pelos governadores de praças armadas, de modo quase autônomo; terceiro, possessões adjacentes da costa da África em

Moçambique, do cabo da Boa Esperança até o mar Vermelho. Essas designações gerais eram subdivididas em costa da Arábia, costa do gólfio Pérsico até a embocadura do Indo, costa da Índia até o cabo Cormorim, costa de Coromandel e de Orissa até o Ganges, costa da Indochina e ilhas de Malaca. As demais da Melanésia conhecidas, frequentadas por navios portugueses, e, as por conhecer, sitas nas demarcação de Tordesilhas, constituíam outro govêrno.

O vice-reinado de Luís de Ataíde foi o último lampejo do luso monopólio no Oriente. Em meados do século os turcos tomam Aden e Mascate, e, pôsto tenha Ormuz heróicamente resistido a fôrças infinitamente superiores, Portugal perde o contróle do mar Vermelho. O golpe atingiu profundo o estanco da especiaria, que tornou a afluir abundante em Beirute e Alexandria, onde além de italianos os marseheses iam cômodamente buscá-la. Por ironia do destino Camões passa a cantar *Os Lusíadas* no momento exato em que a aventura da Índia se esvaía em fumo. Pouco depois de escrito o poema, os portugueses abandonam Ternate e as Molucas, que tanto lhes custaram em dinheiro e vidas. Era o comêço do fim. Se bem houvesse voltas a antigos feitos, graças ao valor luso sempre vivo, a sorte da emprêsa asiática estava selada. Sem embargo de ainda derrotadas quatro galeras, mais uma galeota, enviadas pelos turcos a Mombaça, nada mais deteria a desintegração de um dos maiores e mais curiosos impérios celebrados pela história colonialista do mundo.

Ante a impossibilidade de manter frota em condições de prosseguir no tráfico cada vez mais oneroso, complicado e turbado da especiaria, viu-se o govêrno luso na contingência de aceitar o oferecimento de mercadores alemães, associados a ativos marinheiros flamengos, dispostos a empresar não só a venda da pi-

menta como ainda do seu transporte. Já se tinham entendido com o gando Carlos V e iam entender-se com os portugueses. O encontro de interesses foi a princípio benéfico para as duas partes. O ajuste deu bons resultados particularmente no Brasil. Favoreceu o desenvolvimento desta peça do colonialismo luso, beneficiada na quadra pela atividade de súditos da coroa muito mais atilados que os conselheiros de Sua Majestade. Merecia o cristão nôvo, absorvido na indústria açucareira da Paraíba, Pernambuco e Bahia, servir de exemplo a govêrno incompreensivelmente deslumbrado pela Índia, mesmo depois dos males visíveis ao mais desprevenido que ao reino lusitano causara. A obsessão a empolgar a gente portuguesa foi de tal ordem, que ainda perdura palpável nos seus historiadores modernos, depois de quatro séculos propícios a balanço objetivo. A atitude é tanto mais espantosa por não haver argumento que lhes demonstre o quanto a falaz emprêsa surge disparatada a partir de quando o luso perdeu o domínio das rotas da especiaria. A união em 1580 das duas monarquias ibéricas, sob o cetro de Filipe II, inimigo das Flandres, pôs tudo a perder. Ao invés de ajudar ao luso, voltaram-se contra êle os flamengos, tomaram-lhe as colônias, arruinaram-lhe o comércio, e, se não tivessem por sua vez entrado na imensa Índia em rápida decadência, teriam para todo sempre varrido os portugueses dos mares.

Compreende-se não estivesse Portugal em condições de acudir ao nôvo domínio que o acaso lhe outorgara, empenhado como se encontrava num torvelinho, que até hoje perturba o sono de seus eruditos e políticos detentores do poder. Em dado momento, logo depois da última viagem de Vespúcio, antes que a Espanha armasse a esquadra de Fernão de Magalhães para as Molucas, muito se preocupava o govêrno de

D. Manoel I com a passagem para a Índia, pelo sul do continente em mor parte explorado pelo grande florentino. O cuidado, entretanto, girava sempre em tórno da especiaria do Oriente e modos de lá chegar e de a proteger da ingerência de concorrentes. Foi preciso que aparecessem ameaçadores os franceses no litoral brasílico, quando não mais havia dúvidas acêrca da continentalidade da América, para o sucessor do Venturoso atentar ao problema da posse do que ia ser o mais belo e dadivoso florão da sua coroa. Intentou, daí, a medida do Brasil repartido em capitânias, distribuídas aos que se tinham locupletado nas campanhas da Índia.

Na emergência não entravam ainda nem cristãos novos — por sinal, excluídos dos negócios do Oriente a despeito do forçado batismo — nem italianos, que apenas conseguiam financiar algumas naus das primeiras expedições no comêço do vice-reinado indiano. No geral os contemplados com as donatarias compunham-se de indivíduos que tinham exercido comandos no Oriente ou estavam relacionados com os negócios, ou melhor, com a inflação produzida pela mercancia indiana. Neste momento, desaparece a nossa proto-história para começar a história pròpriamente dita, antecipada por obra dos normandos e bretões aqui aparecidos à procura de lenho de tinturaria, que aos portugueses impuseram outra maneira de encarar os domínios americanos.

A COMPETIÇÃO EM TÔRNO DO BRASIL

Repete-se na América a luta de portugueses contra competidores na Índia. Começa o interesse francês pelo Brasil com a viagem de Binot Paulmier. Aumenta na volta do viajante a Honfleur. Lendas a que deu origem a propósito da "Terra de Paulmier de Gonneville".

A Competição em Torno do Brasil

Não podemos separar a mercancia do Oriente dos acontecimentos ocorridos na América por todo o século XVI. Enquanto durou a ilusão portuguesa acêrca da Índia, estiveram estreitamente conexas as relações da metrópole com os seus domínios espalhados pelo mundo, através das vicissitudes do tráfico da pimenta. Descoberto o Brasil por efeito da empresa a absorver a monarquia — por “tabela” como diz o vulgo — deflagrou-se em torno da sua posse necessária à navegação portuguesa, competição entre lusos e franceses semelhante à que se feria entre os primeiros e muçulmanos no Malabar. Dêsse modo, decorrente de outros problemas, repercutiam na região vicentina embates registrados muito longe, em terras submetidas a conflitos “colonialistas”. Igualmente nos explicam a razão da atitude do governo de Lisboa perante indivíduos como Angô, político às vêzes em aparência titubeante, a denunciar fraqueza, estranha em quem no mar Vermelho enfrentava Solimão o Magnífico.

Não havia dinheiro e homens que chegassem para a guerra na Índia, característico de toda luta armada prolongada, modalidade a que Portugal não escapava. Via-se, daí, forçado a tergiversar na América ante a

insidiosa ameaça diepense, abertamente insuflada por Francisco I, infenso à partilha do mundo oceânico e pretense amigo de turcos. Nesta fase da nossa história, em que franceses e lusos disputaram o território cuja situação estratégica favorecia vistas ambiciosas em outros continentes e parecia compensar despesas de ocupação com o lenho de tinturaria, reina extrema confusão causada por falta de dados no espaço entre o descobrimento de Cabral e o regime das capitânias. Sabemos que houve muitas mais viagens para o Brasil de portugueses, espanhóis e principalmente franceses, a todo instante encontrados no litoral brasílico pelas primeiras expedições armadas para a América por D. João III. Mas pouco dispomos a respeito pela destruição de arquivos e desídia de rústicos mais ou menos analfabetos das tripulações, inábeis em deixar relação escrita das viagens que realizavam.

A primeira notícia mais precisa que possuímos sobre atividades francesas no Brasil, graças ao fato de partir de comerciante, portanto burguês algo instruído, como era organizador da empresa, foi-nos casualmente revelada por processo perante o fisco. Certa família da região normanda, descendente do Paulmier, outrora estabelecida em Conneville e de quem já tratamos, viu-se ameaçada de taxas sobre estrangeiros, os "*droits d'aubaine*", a recair sobre os estranhos ao lugar. Tiveram, daí, de provar nos autos — por sinal, com facilidade — não incidirem nas leis em vigor. Demonstraram não descender de intrusos comuns, mas de silvícola americano involuntariamente retido em França por excepcional conjunto de circunstâncias. Fazia mais de século e meio que o primeiro ascendente radicado na Normandia aí aparecera em condição equivalente à de refém e não pudera ser recambiado à terra de origem.

As provas apresentadas na ocasião, sob forma de documentos devidamente autenticados, giravam em tórno da viagem ao Brasil do navio *l'Espoir* em 1503, data de excepcional importância, entre outras razões históricas, por coincidir com a discutida quarta expedição de Vespúcio. Tão escassos são os dados a respeito, que semelhante subsídio, de origem insofismável, adquire proporções incomuns de não pequena ajuda para o estudioso da nebulosa quadra. Não fôssem as declarações prestadas no tribunal, remanesceriam dúvidas insanáveis no caso, talvez, até, não saberíamos da sua existência como sucedeu a tantos outros. O processo fiscal se encarregou de autenticá-lo graças aos autos devidamente reconhecidos, discutidos e legalizados segundo a melhor praxe.

Nos extratos do processo existentes na Biblioteca do Arsenal de Paris, Paulmier era mercador em gêneros vários, profissão que o tinha levado a Lisboa no ano de 1500. Imiscuído na mercancia da Casa da Guiné e outras que precederam a Casa da Índia, em contato com a maruja do pôrto e mais informantes, resolveu competir com os portugueses no tráfico da especiaria. Para melhor conseguir o fim, contratou *in loco* indivíduos conhecedores do Oriente, de que a *Relação* dá os nomes de Bastião de Moura e Diogo Cointo, que uns supõem Coitinho e outros Coimbra. Dos sócios de Paulmier um se chamava Pierre le Carpentier e o segundo talvez fôsse insular, pois o designavam por Jean l'Anglais. O resto da equipagem, em número de sessenta homens, era quase somente normandos e voluntários atraídos pelo maravilhoso da emprêsa. Não esqueçamos o predominante da época, a famosa febre a que alude Michelet no seu capítulo sôbre o mar, poderoso chamariz para o recrutamento de marinheiros para esta expedição e outras que lhe seguiram.

Não fôsse a demora dos aprestos, alguns dependentes de elementos lusos e mais causas de perda de tempo, a expedição poderia ter mediado entre as duas derradeiras de Vespúcio. Atrasada em demasia, iniciou-se em fins de junho de 1503, em estação imprópria para a travessia, logo agravada pelos estragos do escorbuto na tripulação. Depois de escalar no Cabo Verde afastou-se Paulmier da costa africana segundo instruções dos portugueses que estavam a bordo, assim como para evitar os seus conterrâneos freqüentadores da Guiné, agora mais numerosos com o descoberta da rota da Índia. Apanhados, porém, por ventos contrários seguidos de calmarias igualmente molestas, quedaram-se surto da África quase imóveis entre céu e água.

Alongara-se extraordinariamente pelos contratempos a navegação, de modo que somente em janeiro de 1504, após inúteis esforços para vencer o cabo da Boa Esperança, chegou o *Espoir* a terra desconhecida numa altura que parece concordar com o setor onde mais tarde se elevou a capitania de S. Vicente, confirmado pela descrição do sítio, mais consentâneo com o litoral entre 23.º e 33.º de latitude sul, do que a costa plana, areenta, sombreada por coqueiros do norte. Acentua-se esta impressão pelo fato de os viajantes julgarem o sítio onde aportaram parecido com a embocadura do Orne. Aí se demoraram bastante tempo, ocupados em consertar o navio e embarcar tôda sorte de curiosidades locais destinadas a europeus. De permeio também veio um rapaz, filho do principal índio da taba onde tinham sido muito bem recebidos, acompanhado de outro mais idoso, que por êle devia velar. Antes de partir levantaram os franceses uma grande cruz de madeira, onde de um lado se via o nome do Papa Alexandre VI, do Rei de França Luís XII, do Almirante da Normandia,

de Paulmier, dos tripulantes, etc. No outro havia dístico latino, obra de Nicolau Lefebvre, de Honfleur, o homem culto da expedição, o qual engenhosamente o compusera de maneira a formar acróstico com a data da permanência do *Espoir* no sítio.

A viagem de volta iniciada em 3 de julho de 1504 foi logo alvo de interminável série de adversidades. Tornou a aparecer o escorbuto que vitimou vários componentes da tripulação, inclusive o aio do jovem índio, que devia ajudá-lo a aprender o manejo de armas de fogo. Forçados pelas circunstâncias, tiveram de se deter na costa não muito distante do Brasil de que embalde se esforçavam por abandonar. Em outubro chegaram a sítio montuoso, recoberto de florestas, onde foram mal recebidos por indiada brava, já familiarizada com brancos, dos quais conservavam vivo rancor. Assaltados pela mesma sofreram várias perdas entre as quais a de Nicolau Lefebvre que, impellido pela curiosidade, se arriscara na praia entre selvagens traiçoeiros.

Do sítio inóspito singraram para o norte em outro ancoradouro, onde desta vez foram bem recebidos. Supõe-se pela distância vencida desde S. Vicente que se trata da Bahia. Apesar de desconfiados, puderam os viajantes cômodamente se abastecer e carregar os porões de gêneros "*que teriam custeado a viagem se a nave chegasse ao destino*". A hipótese do Recôncavo baiano certifica-se por toparem uma semana depois com pequena ilha umbrosa e agradável, que seria a principal do arquipélago de Fernão de Loronha. Executavam, portanto, trajeto ao contrário da segunda expedição de Vespúcio ao Brasil. A respeito não há dúvidas porquanto a única ilhota nas condições descritas por Binot, verdejante e cheia de pássaros, era a indicada. Dêsse ponto engolfaram-se no oceano e

depois de atravessar com dificuldades o mar de Sargaços divisaram as costas de França.

Estuava alegria a bordo quando ao contornar a ilha de Jersey caíram sobre eles como falcões os piratas comandados pelo inglês Edward Blunt, de Plymouth, e o bretão Mouris Fortin. Nas paragens em que se encontravam, cruzavam-se amiúde com barcos com os quais trocavam informações, às vezes remédios, e imprudentemente narravam de onde vinham e as esperanças que nutriam sobre o sucesso da empresa. O resultado foi o assalto. Atacados ferozmente, defenderam-se os do *Espoir* com máxima energia, até darem na ilha onde o casco se despedaçou. Doze tripulantes morreram em combate e mais quatro sucumbiram dias depois em consequência dos ferimentos. Perdeu-se a carga, apenas salvo quase por milagre o jovem Essomeriq, "*qu'audit Honfleur & par tous les lieux de la passée, estoit bien regardé pour n'avoir jamais eu en France personnage de si loingtain pays*".

Perdera-se a carga, a bicharada e os gêneros, e, principalmente, os desenhos de Nicolau Lefebvre, a reproduzir o que os expedicionários tinham visto na longa escala no trópico. Correspondiam aos de Lemoyne na viagem de La Laudonnière ao Canadá, ao depois divulgados com grande sucesso na coleção de De Bry. A perda foi irreparável e nos impediu de saber quantidade de pormenores sobre o Brasil no período que apelidamos proto-história. O desastre teve ainda outra repercussão. Impediu a Binot Paulmier, na situação em que ficou, de organizar novas e custosas expedições ao Capricórnio, em que lhe fôsse possível repatriar o jovem Essomeriq. Ficou-lhe o índio como espinho atravessado na consciência. Na *Relação* alude a numerosos franceses frequentadores do litoral brasileiro, "*Or passez le tropique Capricorne où d'empuis*

aucunes années ença les Dieppois & les Malouins et autres Normans vont quérir du bois à teindre en rouge, cotons, guenons, perroquets & aultres denrées". mas nenhum lhe inspirava bastante confiança para arcar com o cuidado da devolução. Muitos, senão todos, eram gente de "*sac & de corde*". Entregar-lhes o filho do morubixaba, que tão bem o recebera no ancoradouro vicentino, era o mesmo que o atirar na escravidão, num tempo em que indivíduo de côr carregada, fôsse jao, hindu, japonês ou goês, se via designado por negro e tratado como prêsa de guerra.

No correr da viagem do *Espoir* pouco faltara para o jovem morrer juntamente com o outro índio do mesmo mal. Nicolau Lefebvre dispensou o batismo *in extremis* ao moribundo na falta de capelão, de que foram padrinhos três dos chefes, sendo um dêles Binot. No ato o índiozinho tomou-lhe nome e ficou, como era costume, sob sua proteção. A cerimônia causou tanto maior impressão aos presentes pelo fato de o doente entrar em melhoras, "*se guerit & est maintenant en France*". Na impossibilidade de levá-lo pessoalmente ao pai, o normando proporcionou ao forçado hóspede a melhor educação possível e por êle se desvelou a ponto de casá-lo em 1521 com sua filha Susana. Foi um descendente dêste casamento, o abade de Lisieux, Binot de Gonneville, que se desaveio com o fisco e no processo resultante nos legou a prova do acontecido.

Do relato da viagem temos um passo curioso, explicação de um dos motivos por que foram os brancos bem recebidos em certas tribos do litoral. Na povoação de Arosca, o pai do índiozinho mais tarde genro de Paulmier, a acolhida foi das melhores possível. Durante os reparos da nau souberam os visitantes que se formara uma espécie de confederação das tribos daquele setor do litoral contra as do sertão que as hostilizavam.

Os amigos dos normandos pertenciam, assim como os vizinhos imediatos, ao ramo Tupi, que do Paraguai, segundo dizem especialistas, subiram a costa até além de Pernambuco e, com interrupções, atingiram a região amazônica. Entre os briguentos mediava o declive de alcantilada serra, composta de rochedos rodeados de luxuriante selva, outro indício de que os visitantes se encontravam sob o trópico. Do estado de guerra a perturbar a região, consequência da recente marcha dos silvícolas do sul para o norte, em que deslocavam outros indígenas e provocavam lutas contínuas, aparentavam sítios como S. Vicente aspecto de empório de cativos de guerra, a justificar o interesse de chefes como Arosca por estrangeiros, sequioso em possuir armas semelhantes às dos ádvenas para empregá-las contra os adversários.

A sua posse lhes asseguraria completo domínio sobre a região, eventualidade somente possível com auxílio do fornecedor europeu. Quem mais lhe agradasse maiores vantagens obteria na luta contra os concorrentes. Esta foi mais tarde a determinante da formação na mesma zona de facções indígenas em que figuravam de um lado franceses e de outro portugueses. Graças à situação, facilitada pelos elementos brancos encontrados nas tabas, como os mencionados por Jehan de Lery confundidos com os hospedeiros a ponto de se tornarem suspeitos de participar de banquetes antropofágicos, puderam os europeus facilmente penetrar e dominar a faixa costeira turbada por migrações e disputa de territórios.

O episódio do principal Arosca ao confiar Essomeriq a Paulmier a fim de que na Europa se familiarizasse com as armas mais mortíferas e lhe trouxesse o segredo, é elucidativo dessas circunstâncias inteiramente favoráveis ao ádvena ambicioso e capcioso, que

terminava por englobar amigos e inimigos silvícolas no mesmo plano de impiedosa ação, em que primeiro se apossava da terra, depois escravizava o antigo dono.

Casos de rebates de consciência como o de Paulmier de Gonneville perante o filho de Arosca não foram raros. Muitos houve em que brancos menos empedernidos se apiedaram do silvícola ingênuo, crédulo e às vezes afetuoso. Perderam-se, no entanto, no *mare magnum* da conquista, submetidos às mesmas contingências de guerras e sublevações pitorescamente sintetizadas pelo povo da época quando dizia “não se fazem fritadas sem partir ovos”. Por sinal que a história do jovem índio desterrado para a Normandia teve repercussões em décadas seguintes em vários domínios de atividade privada e oficial. O descendente de Essomeriq, cônego de Lisieux, ansiava pôr em prática vasto plano de proselitismo religioso na América do Sul. Na intenção, apresentou projeto ao Papa Alexandre VII, “*Par un Ecclesiastique Originnaire de cette mesme terre*”. Na assinatura ajuntou “*Preste ind.*”, ou seja, “Indigno”, fórmula de humildade cristã em uso no clero, que alguns autores interpretaram “Padre Indiano”. Pensou-se também que uma das inscrições visíveis na casa outrora habitada pelo cônego, depois ocupada pelas Soeurs Pauvres de Lisieux, aludisse ao seu indianismo, “*etiam niger in puritate constans coronatur*”.

Mas a principal consequência dos atos do padre ocorreu a propósito da viagem do avô normando cuja *Declaração* juntou ao processo do fisco. A matéria interessou o governo francês empenhadíssimo em política colonial, ou melhor, colonialista, pois não cogitava de mandar emigrantes a regiões recém-descobertas, porém, tão-só, conseguir bases navais e mais elementos favoráveis a sua expansão marítima. Os pormenores da *Declaração* de Gonneville feriram o zêlo da repartição

da Marinha incumbida de estudar rotas de navios franceses pelo mundo a fora. O motivo dêsse interêsse fôra avivado pela Companhia das Índias — uma das muitas fundadas por europeus para tratar das suas transações em ultramar — desejosa no século XVIII de possuir bases de reabastecimento para seus navios como dera exemplo o *Espoir* durante a sua longa viagem.

Um dos melhores elementos, do corpo de técnicos e especialistas, de nome Bouvet de Lozier, procurou por volta de 1735 as terras que supunha visitadas na América do Sul por Paulmier de Gonneville. Entretanto, procurou-as fora dos domínios de Portugal, muito além do trópico, em direção mais aproximada de Vespúcio em 1501, do que do normando em 1503, de sorte a encontrar em vez de florestas verdejantes habitadas por numerosos silvícolas, apenas ilhotas cobertas de gêlo no meio de nevoeiros. Deu-se então com o francês o mesmo êrro de cálculo ocorrido dois séculos antes com o florentino, pouco mais ou menos pelas mesmas razões.

A despeito do insucesso, consagrava algum tempo depois, em 1752, o escritor e teorista Maupertuis ao aventureiro Paulmier a primeira parte de *Lettre sur le Progrès de Sciences*. Versava o desenvolvimento de descobertas marítimas a serviço do imperialismo colonial, em que a França, cônica do seu poderio econômico e militar, visava a desenvolver não mais em forma de iniciativa privada, como no tempo de Angô, porém, diretamente emanado da coroa. O mesmo defendia o Presidente do Parlamento de Brosse, muito afeito a leituras de Buffon, onde encontramos por extenso na *História das Navegações em Terras Austrais*, aparecida em 1756, o projeto enviado pelo cônego Paulmier de Gonneville com a descrição da viagem do avô e

planos de evangelização entre selvagens, desta vez reexaminada para fins menos inocentes.

Ao que parece, também as expedições de Bougainville e de Surville, que tanta repercussão obtiveram no século XVIII, se destinavam a encontrar a terra descrita por Conneville. Quanto às igualmente conhecidas de Kerguelen e de Marion Dufresne, não há dúvidas de que traziam êste objetivo. Dessas tentativas naturalmente infrutíferas, porquanto procuravam na direção do Cabo de Boa Esperança o que estava no Brasil, na posse del-Rei de Portugal, é sabido que Bougainville, tal como o predecessor quinhentista, depois de longa navegação à procura do que não achava, trouxe consigo a Paris em 1769 um nativo de Taiti. Devia ser recambiado à terra natal por ordem expressa do govêrno, receoso de provocar desconfianças entre os habitantes daquela região. Encarregou-se Marion Dufresne da incumbência, porém o taitiense morreu de varíola na escala de Madagascar. Ante o sucedido julgou-se o navegador desobrigado de seguir a rota preestabelecida em Paris, azado o momento para pesquisar a terra de Paulmier, na altura do meridiano da grande ilha africana, onde se encontrava.

No afã, certo de que não tardaria a descobrir terras desconhecidas, tanto se esforçou que em 1772 encontrou várias ilhas, algumas isoladas outras em grupo, mais tarde redescobertas e crismadas de Príncipe Eduardo pelo navegador inglês Cook. A despeito da repetição de malogros, no sentido de chegar à região entusiásticamente descrita pelo normando, não desanimavam seus conterrâneos de gerações muito posteriores. Permanecia a crença entre franceses de que mais dia menos dia seria encontrada a lendária terra e cairia na posse de Luís XV. Nessa altura

escrevia o capitão Crozet que, se tivesse podido continuar viagem além da região perlustrada por Kerguelen, por certo teria encontrado as almeçadas praias de Paulmier de Gonneville, há tanto tempo em vão procuradas pelo govêrno francês. Com esta expedição terminaram em fins do século XVIII as tentativas de descobrir o sítio onde três centúrias antes tinham os indígenas comandados por Arosca demonstrado suma imprudência em receber de braços abertos ao europeu na esperança de que os ajudaria a destruir inimigos.

Mais práticos, os normandos contemporâneos do malgrado Binot, aproveitaram as informações de seus companheiros, incluídos em possivelmente outras expedições, para melhor chegar à terra da Ibirapitanga. Da volta de Paulmier a Honfleur, começaram, cada vez mais repetidas, incursões de franceses na parte da América, que o Rei de Portugal assegurava ser sua e como tal a proibia a concorrentes. O próprio Binot no-lo diz, ao assegurar "*où d'empuis aucunes années ença*", malúinos, diapenses, honfleursenses, apareciam prêsa de emulação por negócios que se revelaram rendosos e de mais fácil consecução que a pimenta trazida das longínquas Molucas. Logo que se tomaram conhecidas as correntes e ventos da navegação para o Brasil, evitavam os traficantes de lenho vermelho os erros praticados por Paulmier na sua viagem. Mesmo antes de se formar a escola cartográfica de Dieppe, decorrente de Desceliers e companheiros (1536-1566), já atravessavam com relativa segurança o oceano em virtude de conhecimento empírico da rota, facultado pelo número crescente de veteranos do percurso.

No lapso que precedeu o regime das capitánias, poucas notícias existem acêrca de navegações dirigidas ao nosso litoral, seja de portuguezes ou de franceses, com menos incerteza, todavia, quanto a espanhóis. A

condição resultante da evidência do grande número de navios europeus aqui chegados, nos pontos que sabiam ser hospitaleiros e onde podiam traficar com o indígena e o desconhecimento de quantos foram, quais eram seus comandantes e informações que davam da zona freqüentada, produziram confusão propícia a lendas como a de Jean Cousin, também de Dieppe, que teria estado na América antes de Colombo, ou de navegadores normandos conhecedores do Brasil antes de Cabral. Tais rumôres são pouco aceitáveis se bem concedamos haver interlopos diepenses e outros logo após as viagens de Vespúcio, no mesmo sítio onde o florentino estivera e em muitos outros dos quais os franceses foram indiscutivelmente os descobridores.

A presença dêsses traficantes descobridores, êmulos do consórcio de Fernão de Loronha oficialmente bafejado por D. João III para fins de devassamento do litoral sul-americano, é atestada pelos numerosos nomes de angras, ilhas, embocaduras de rios, antigamente muito mais numerosos nos mapas, substituídos em maioria, se bem perdurassem alguns por longo tempo em cartas geográficas, tais como Pôrto dos Franceses, Rio dos Franceses, etc. Semelhantes provas nos parecem preferíveis a informações como a do jesuíta anônimo, intitulada *Primeira Entrada dos Franceses no Brasil*, recentemente atribuída a Cristóvão de Gouveia. Assegura que por volta de 1504 teriam aparecido barcos franceses na Bahia, portanto, simultâneos com Paulmier de Gonneville. O *Relatório* de Anchieta, constante na *Anua*, repete em têrmos quase idênticos a versão, a ponto de lhe ter sido atribuída a autoria de ambos os documentos. Narra um combate havido entre três navios franceses e quatro portugueses na região baiana. Saíram vencedores os segundos, diz o *Relatório*, o que leva a crer tratar-se de encontro idêntico,

porém em época posterior, em período do qual dispomos de melhores informes, já depois da proto-história.

Também se nos afigura algo duvidosa a notícia de índios em Rouen descrita pela continuação da *Crônica* de Eusébio de Cesaréia. Nessa obra impressa em 1518, noticia-se que, nove anos antes, tinham sido exibidos em Rouen sete nativos *da ilha que chamam Nôvo Mundo*, com uma igara, armas, vestimentas, etc. Pelo modo de se apresentarem inferiu-se fôsem do Brasil, pois a versão de que poderiam provir do Canadá é contraditada pelo simples estôjo peniano que os nossos traziam habitualmente à guisa de proteção, ou seja quando não arvoravam ornatos de cerimônias. Tama-nha simplicidade não concorda com a outra proteção necessária ao clima da América do Norte, também exigida pela umidade normanda. Contra esta conclusão intervém, todavia, o reparo de que o barco trazido pelos tais índios era feito de levíssima casca de árvore, que um indivíduo podia facilmente trazer ao ombro, espécie de embarcação muito conhecida ao norte para uso individual, comumente empregadas nas tumultuosas corredeiras canadenses. Parece-nos por êste e outros motivos duvidosa a proveniência brasileira dos indígenas, tanto mais que o "*séptième climat*" de que fala a crônica corresponde na cosmografia da época à região canadense.

Nessa altura deram-se mudanças de extensas conseqüências no cenário político da Europa. Em 1515 sucedia Francisco I de Valois Angoulême ao sogro Luís XII. Quatro anos depois o flamengo Carlos I, Rei de Espanha, se elegia chefe do Sacro Império Romano, depois de intensa luta eleitoral com o precedente, para se tornar o Imperador Carlos V. Decorridos mais dois anos subia D. João III ao trono de Portugal, a completar série de cambiamentos do maior alcance na

vida do Ocidente europeu. Em relação ao Brasil, iam intensificar-se navegações normandas e malúinas no litoral nosso e mais sítios compreendidos nas demarcações de Tordesilhas. Em Fontainebleau o nôvo Rei de França não só admitia como animava essas intromissões em casa alheia, pôsto tivesse desposado a viúva do Venturoso, fôsse cunhado do Imperador, concunhado de D. João III e estivesse em paz com Portugal.

A característica da época era a quebra de fidelidade dos estadistas cristãos com os princípios que (pelo menos teòricamente) deviam aparentar no concêrto das nações quinhentistas. Empregara Carlos V, Baluarte da Fé, na qualidade de Rei Católico das Espanhas, protestantes para invadir os Estados Pontifícios. Cometera mais infrações, deixara saquear Roma pelos mesmos, salvo na emergênciã o Papa tão-só graças à espessura dos muros do castelo Sant'Angelo. Não menos escandaloso era Francisco I, Rei Cristianíssimo, o qual, a despeito do título, não vacilava, na luta contra o Imperador, em se aliar ao Grão-Turco contra cristãos. Do mesmo modo procedia a Sereníssima República de Veneza, mancomunada com egípcios e régulos muçulmanos da Índia em vã tentativa de afastar rivais cristãos do tráfico da especiaria. A estranha mentalidade precursora do colonialismo era de molde a também favorecer a intromissão de franceses no território pertencente, segundo as fórmulas diplomáticas em uso, à zona de influência de uma nação amiga.

COMEÇO E EXPANSÃO DO SINDICATO DE ANGÔ

Prejudicado pelos franceses, funda D. João III feitorias ao norte do Brasil. Encarrega do mister a Cristóvão Jacques. Expedições de vária proveniência que houve por êsse tempo dirigidas ao Brasil.

Comêço e Expansão do Sindicato de Angô

A situação assim constituída, em flagrante desrespeito a tratados, ataviada, para mais, com ostensivas manifestações de afeto desmentidas pelas atividades de súditos açulados por governos, provocou medidas marciais do luso a despeito do pesado sacrifício que representavam para o Tesouro e Marinha assoberbados pelos problemas indianos. A primeira expedição atribuída a Cristóvão Jacques, tido por alguns genealogistas como de origem francesa, não teria outra causa. Efe-tuar-se-ia não se sabe ao certo em que data, acaso tenha o navegador nela figurado. Neste caso seria por voltas de 1514, em que se elevaria o primeiro pôsto mercante do Igarau em Pernambuco, semelhante aos da costa de África. Em 1526 enviou D. João III uma esquadilha comandada pelo dito capitão àquelas pa-ragens, emprêsa verídica sem dúvida alguma, com alusão no Regimento ao feitor Pero Capico, que dese-java tornar ao reino "*por se lhe ter acabado o período de serviço*". Provavelmente êste funcionário veio e voltou do Brasil com o mesmo Cristóvão Jacques.

Supõe-se tenha havido igualmente outra feitoria na região baiana. No geral, êsses estabelecimentos deviam compor-se de simples ranchos construídos pela

indiada, rodeados, por via de dúvidas, de cercas defensivas. Pelo mesmo motivo, davam os europeus, fôsem franceses ou portuguezes, preferência a ilhotas, cuja situação permitia vigilância mais fácil contra eventuais traições de amigos índios e, principalmente, ataques de tribos inimigas. É mais que provável, diremos a propósito dos blocausses-feitorias, dependerem de expedições dirigidas ao Brasil, de que não temos notícia. Dificilmente, outrossim, poderíamos admitir tão grande dilação como a mediante entre cada viagem de Cristóvão Jacques, que, a ser verdadeira, obrigaria o feitor a demasiada permanência no pôsto sem contato com a metrópole por anos a fio. Esta situação, difficilmente concebível para quem devia providenciar acêrca do abastecimento das naus portuguezas, sugere muitas mais incursões portuguezas no litoral brasileiro. A conjectura encontra ainda refôrço no fato de aparecerem na época primeiros povoadores brancos espalhados pela orla costeira, a começar logo após o encontro de Cabral, como afiançavam a patrícios João Ramalho, o Bacharel, Caramuru e outros.

A falta de documentação probante traz confusão sôbre todo o período de 1500 a 1530. Há notícias de um certo Thomas Aubert, que teria estado no Brasil por volta de 1508, mas a destruição de arquivos não permite certificar o feito. Outras da mesma quadra, como a escala de Jorge Lopes Bixorda rumo à Índia na frota do marechal D. Fernando Coutinho em 1509, encontram felizmente comprovante na descrição que faz de "*índios grandes frecheiros*" encontrados numa aguada, que não podem ser confundidos com naires do Oriente. Informações mais desenvolvidas só vamos, entretanto, deparar na viagem da nau *Bretoa*, pertencente ao consórcio de Fernão de Loronha. Partiu de Portugal em 1511, para tornar oito meses depois car-

regada de pau de tinturaria, trinta e seis escravos índios e mais produtos da terra a perfazer jardim zoológico em miniatura. A nau teve o privilégio de transmitir até nossos dias o livro de regimento de bordo. Também nos faculta esclarecimentos sôbre o ponto de escala onde embarcou cinco mil toros de ibirapitanga e a bicharada, no Cabo Frio, já conhecido de navegantes lusos, talvez desde Vespúcio, em que elevou feitoria numa ilha.

Expedições outras, ao norte do Brasil, influíam no setor de que ora nos ocupamos. No trajeto da Europa para o sul a *Bretoa* escalara na Bahia onde recebeu o "feitor" Joham de Braga, qualidade que parece indício de estabelecimento comercial naquele sítio antes de êle se mudar para o Rio de Janeiro depois de permanecer por algum tempo no Cabo Frio. Do mesmo modo, os elementos que se demoravam a negociar com índios nas vizinhanças da Guanabara, também incurSIONavam pelo litoral, e, até, quando lhes parecia conveniente, se transferiam para junto de tribos hospitaleiras, com quem tinham relações ou porque lá se encontrava um predecessor branco.

Temos ainda notícia em requerimentos oficiais acêrca de caravela enviada por volta de 1516 pelo flamengo Cristóvão de Haro ao Brasil. Pela data e outros indícios parece tratar-se da comandada por Estêvão Fróis, que da Paraíba ou Rio Grande do Norte foi ter por ventos contrários a Pôrto Rico. Supõe-se que das informações que depois de prêso por ter invadido — se bem involuntariamente — os domínios de Castela, dera por intermédio de terceiros ao cosmógrafo Schoener, viria a forma piramidal conferida à América do Sul. Varnhagen também alude a navegadores lusos frequentadores das imediações do cabo de S. Roque, sem, contudo, ter conseguido pormenores a respeito.

Vemos depois as expedições atribuídas a Cristóvão Jacques nos anos de 1512, 14, 16 ou 21. Segundos certos autores o famoso capitão esteve duas vezes no Brasil, e, no dizer de outros, como Rodolfo Garcia, mais uma. De qualquer modo é pouco provável navegassem as naus de que se compunham, sob comando de D. Nuno Manoel. Este fidalgo, muito chegado aos degraus do trono, occupava altas funções na côrte, impróprias a lhe permitirem longas incursões por mares ignotos. Tampouco existe certeza sôbre a participação do piloto e cartógrafo João de Lisboa, muito atarefado em Portugal e na Índia. Uma carta do embaixador Vasconcelos a D. João III atribui uma viagem a D. Nuno no ano de 1514, provavelmente realizada por Jacques. Tudo que lhes dissesse respeito encontrava-se em densa obscuridade, até quando a divulgação de um escrito intitulado *Newe Zeitung Auss Pressilig Landt* aludiu a outra expedição de dois barcos fretados pelo mesmo D. Nuno e o já citado Cristóvão de Haro no ano de 1514, sem falar no comandante.

Esta expedição teria descido muito baixo pelo litoral sul, nas vizinhanças da Patagônia, de modo a descobrir no percurso a embocadura do Rio da Prata, como pretende a comunicação de mercador da Antuérpia destinada aos Fuegger, reproduzida na *Newe Zeitung*, portanto antes do ano de impressão da mesma em 1514. Em 1516 reclamava D. Manoel I contra a presença de franceses no Brasil, seguida a queixa apresentada por normandos e malúinos a Francisco I no Louvre de uma expedição de polícia sob comando indubitável de Jacques nesse mesmo ano. Entre esta viagem e a última desse capitão em 1526, igualmente indubitável, mediou a de João Dias de Solis em 1515, por conta do governo espanhol. Este navegante escalou em vários pontos do litoral brasileiro, onde recolheu entre os primeiros po-

voadores brancos encontrados nas escalas informes sôbre o Rio da Prata, de que veio a ser oficialmente o descobridor, se bem tudo leve a crer já se encontrasse a região descoberta. Logo a êste se seguiu em 1519 o célebre périplo de Fernão de Magalhães, também a serviço da Espanha, cujas naves demoraram no Rio de Janeiro.

Houve outras notícias de cronistas do tempo, mas tão repletas de confusões que não convém mencionar na impossibilidade de lhes garantir a autenticidade e datas. Algo confusa mas baseada em melhores informações é a longa navegação pelo mundo a fora de Jehan Parmentier a serviço de Angô, pilôto que nas horas vagas era poeta, elevado pelos contemporâneos à altura de Jean de Meung. Nas *Viagens* de Ramúsio figuram as notas que deixou sôbre o Brasil, acêrca da costa equinocial pouco freqüentada na época. Continua imprecisa a data da viagem, pois o compilador sequer sabia o nome do "*Gran Capitano Francese*", como a Parmentier designa na coletânea. Foi por acaso que o pesquisador de arquivos normandos, Estancelin, conseguiu identificá-lo. Os mesmos documentos que tinham servido de guia, a *Crônica* de Pierre Grignon, para elucidação do nome do pilôto, também ajudam a fixar a data da viagem por êle realizada. Deve ter-se realizado entre 1520 e 1525, mais provàvelmente neste último ano.

O protestante Crespín alude, na sua *História dos Mártires*, à presença de normandos no Rio de Janeiro em 1525, aliados aos indígenas do lugar com os quais mantinham relações amistosas. Nada tinham que ver com a precedente, limitada ao nordeste e norte do Brasil. Os pormenores que o escriba nos transmite visivelmente se referem a marujos familiarizados com a região, mais tarde informantes dos calvinistas interes-

sados em fundar uma colônia na Guanabara. Seriam os que os Tupi do litoral preferiam aos portugueses, motivo de Hans Staden, em apuros com selvagens, alegar parentesco com os brancos "ruivos" como êle, inimigos dos portugueses. A ação desses marujos, pais de inúmeros curumins de tez alva e cabelos dourados, estendia-se além, até S. Vicente, acaso não atingisse muito mais ao sul.

Ainda em 1525 temos a expedição de Garcia Jofre de Loaysa. Saída da Corunha em demanda das Molucas, padeceu travessia inçada de contratempos até se dispersar na entrada do Estreito de Magalhães. Obrigado pelas avarias teve o comandante de uma embarcação de arribar no Brasil. Era D. Rodrigo de Acuña que sucessivamente estêve em S. Catarina, Rio de Janeiro e Bahia, onde encontrou espanhóis, portugueses e franceses. O infeliz comandante se demorou no Brasil até 1527, ano em que por pouco encontrava na América as expedições de Diogo Garcia e de Sebastião Caboto, uma destinada a explorar o Rio da Prata, que se dizia cheio de riquezas, a outra para socorrer no Extremo Oriente os remanescentes da esquadra de Garcia Jofre que tinham prosseguido viagem para a Melanésia. As duas se detiveram nas margens do grande rio, de onde voltaram à Espanha depois de devassar o Paraná e o Paraguai e escalar em Cananéia, S. Vicente e Pernambuco, em que neste último sítio, segundo narravam os expedicionários, dispunham os portugueses de um fortim, provavelmente edificado por Cristóvão Jacques no ano anterior quando fôra enviado ao Brasil para afugentar interlopos franceses.

Há indícios igualmente de incursões inglesas no Brasil por volta de 1530, comandadas por William Hawkins. Pelo que sabemos através de suas próprias narrativas, teria realizado três viagens entre a Ingla-

terra, África e Brasil, sem nos dizer ao certo em que sítio. Tanto se acamaradou com as tribos do litoral, que nelas deixou um tripulante de nome Martim Cokrane, natural de Plymouth, e levou um jovem índio às ilhas. Infelizmente êste morreu, com grande perigo para a vida de Martim, salvo, porém, graças ao prestígio de Hawkins nas tabas litorâneas.

Com estas expedições terminam as mais conhecidas que precederam ou foram contemporâneas à de Martim Afonso de Sousa, destinada a lançar os fundamentos da "colonização" do Brasil e para todo sempre afastar a ameaça dos franceses, o que em parte conseguiu, apesar de normandos e bretões continuarem a freqüentar a região proclamada sua pelo luso, ali embarcarem madeira de tinturaria e procriarem mame-lucos pelas tabas indígenas.

Portugal figurava no jôgo de ambições deflagrado nas maiores potências do Ocidente como elemento "geográfico", se nos é lícito usar desta expressão, semelhante ao da Itália nas duas recentes conflagrações mundiais de nosso tempo. O motivo era limitar, tanto na Europa como na América e outras partes do mundo, com os Estados do Imperador. Contava na hora a monarquia portuguesa com a solidariedade de Carlos V contra os franceses enquanto não se acirrara nas colônias a competição entre as duas coroas ibéricas, e, pelo jôgo das circunstâncias, teria depois de 1530 procurado apoio dos Valois, não fôsse a ambição dos mesmos sobre o Brasil, que obrigou o luso a defender-se a poder de capitânias enquanto os competidores se enfraqueciam em interminável porfia na Europa.

Em dado momento permitiu a situação que Portugal mantivesse neutralidade perante os dois contendores, em extremo vantajosa, motivo del-Rei de Portugal considerar a embaixada em França quase tão impor-

tante como a da Espanha. Nesse ponto de vista, diligenciou D. João III substituir pelo elemento que lhe parecia mais indicado, a Jácome Monteiro, agente seu em Fontainebleau desde 1516, o qual, chegado ao térmo da missão, desejava regressar à terra natal. Necessitava o soberano não só de pessoa de tôda confiança, como ainda conhecedora do que ia ser o principal problema da enviatura. Recaiu a escolha sôbre João da Silveira, veterano da Índia, sítio em que os funcionários de alta categoria tinham de se trespobrar em guerreiros, mercadores e diplomatas no trato com potentados locais. Além dessa qualidade, útil para quem teria de discutir questões relativas a escalas no trajeto para o Extremo Oriente, possuía experiência da côrte francesa onde estivera alguns anos antes adido à embaixada lusitana.

A sua principal tarefa consistia ostensivamente em obter a devolução de naus portuguesas e respectivo carregamento, aprisionadas por corsários bretões, normandos e bidassoenses, as quais na Madeira e Canárias operavam contra o comércio marítimo português e espanhol. Constantemente se viam perseguidos os iberos por corsários que mais pareciam simples piratas, no gênero de Jehan Fleury, quando voltavam da América, mormente das Antilhas, carregados de preciosa carga angariada no Peru. Rogara Carlos V ao cunhado português guarida para êsses navios na Madeira, onde reunidos em comboio protegido por naus de guerra, podiam com maior segurança velejar para Cádiz. A anuência ao pedido comprometera a navegação portuguesa e, a despeito da precaução, muitas unidades eram apanhadas de surpresa por flibusteiros conhecedores eméritos daquela parte do oceano, habilíssimos em aproveitar-se do menor descuido ou contratempo

causador do desgarre de um barco dos seus demais companheiros.

Outras comissões trazia, entretanto, o diplomata, segundo-se depreende do Regimento que lhe impusera o soberano. Versavam as crescentes atividades de Angô em Honfleur, em tórno do qual se formara autêntico sindicato, composto de armadores e capitalistas normandos, naquele momento perigosamente interessados em formar no Brasil bases para o tráfico de madeira corante. Pretendiam obter, como medida preparatória, maior número de pontos de apoio para mercadejar, de acôrdo com tribos litorâneas, em sítios onde nunca outros brancos tinham estado. Enquanto os portugueses se absorviam no Oriente, êsses núcleos, favorecidos pela mestiçagem em rápido aumento, facilitariam a posse de tôda a região costeira, inclusive a conhecida pelos lusos, e, mais tarde a conquista do sertão, almejada pelos índios amigos molestados pelos adversários provenientes do interior. As vistas do grupo sôbre o território em aprêço partiam da aceitação pela indústria européia da essência produtora de "*magnifique couleur pourprée*", como dizia um francês, e cujo preço nas Flandres — o grande centro consumidor e distribuidor da época — ultrapassava de dois e meio a três ducados o quintal, altamente remunerador graças ao modo econômico como era conseguida na América, em florestas à beira-mar, colhida e embarcada nas caravelas por índios que trabalhavam a trôco de bugigangas.

A escolha de João da Silveira para substituir Jácome Monteiro coincidiu com a viagem dos irmãos Parmentier ao Brasil. Diferia esta expedição das demais de mesma origem que a tinham precedido. Desta feita, era empreendida por pilotos bem informados, gente, ademais, esclarecida que hoje chamaríamos intelectualizada, em condições de cuidadosamente relatar o

decorrer da jornada aos que a tinham custeado. De volta ao ponto de partida, narravam aos do "sindicato" o abandono do Brasil por parte dos supostos donos. Chegavam, destarte, no momento mais oportuno para as intenções dos armadores, motivo do maior obstáculo a ser enfrentado pelo nôvo embaixador. Narravam que *"Le long de cette côte (equinoxiale) et vers le couchant, les Portugais n'ont élevé aucun chateau ni forteresse; seulement on trouve dans un lieu dit Pernambuco, situé après le cap Saint Augustin, une petite forteresse de bois, qui sert d'asile à quelques Portugais exilés. La partie la plus fréquentée par les Français et les Bretons est située entre le cap de Saint Augustin et le Port Royal, qui est placé au 12e. degré; c'est aussi dans cette partie que se trouvent les meilleurs bois du Brésil et en plus grande quantité"*.

O comentário final designa muito provavelmente a região da Paraíba, próxima do cabo de S. Agostinho e produtora do melhor pau-brasil procurado pelos traficantes. No momento da substituição de embaixadores multiplicavam-se as incursões de franceses e bretões, como diz Parmentier (pois não tinha ainda Francisco I conseguido a anexação da Bretanha à França), motivo crescente de discórdia entre as duas Coroas. Não seria esta circunstância alheia ao rôgo de Jácome Monteiro, já velho e cansado, de pedir rendição, se bem fôsse sedutora a vida numa côrte como a do Valois, fastuoso amigo de luxo, arte e divertimentos, inspiradora do *Roi S'amuse* de Victor Hugo, mais tarde vertido em ópera famosa por Verdi. As dificuldades criadas pela situação envenenavam o ambiente para portugueses a ponto de lhes suscitar saudades da terra natal e precisão de repouso em quinta remansosa.

Naquele ambiente, segundo experiência própria e indicações que antes de partir lhe tinham subministra-

do, devia Silveira obter o apoio de personagens influentes. Para o fim foi lastreado de quantias enormes para a época, fornecidas pela Casa da Guiné e Feitoria das Flandres com tal prodigalidade, que se podia garantir jamais até então agente diplomático dispusera na bagagem de semelhante "nervo bélico". Na hora deu-se fato curioso. O futuro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho, também veterano da Índia e comandante de navios guarda-costas de Portugal, incumbido da vigilância da rota do Extremo Oriente, informara o antigo colega de que encontraria na missão boa vontade por parte do Duque de Nemours, parente do soberano. Também influía no momento, para maior bem de Silveira, o projeto de Francisco I em casar a sua filha Carlota com D. João III. O matrimônio, porém, não convinha ao Aviz, cada vez mais propenso à política de condensação dos laços de parentesco com a dinastia vizinha, expediente que não tardaria contra as intenções do soberano a unir a península Ibérica sob o mesmo cetro de Filipe II. Um desastre vitimara tempos antes D. Afonso filho de D. João II e da Infanta Isabel, que devia herdar todos os tronos das Espanhas e permitiu que o parente D. Manoel I chegasse ao poder, primeiro passo para justificar a antonomásia de Venturoso, assim como o belga Carlos se tornou na mesma ocasião Rei de Espanha e Imperador do Sacro Império Romano.

A recusa do Aviz não foi de molde a arrefecer a atividade dos portos franceses contra as possessões lusas. Armavam-se em Dieppe e vizinhanças navios para o Brasil, Canadá, Terra Nova, Extremo Oriente. As tentativas de Jacques Cartier que deram em resultado a fundação de colônia francesa ao norte da América, prendiam-se também ao anseio de Francisco I de encontrar uma passagem para o celeiro da especiaria. Por

sinal que, segundo documentos recentemente descobertos, a esposa deste navegador foi madrinha em Rouen da impròpriamente chamada Paraguaçu, esposa do lendário Diogo Álvares, daí por diante conhecida pelo nome da madrinha. Demonstram semelhantes atividades as ligações entre emprêsas da mesma origem, pôsto de finalidades diversas, em que se destacava o bafejo obtido pelas mesmas do estímulo e crescente poderio de Angô e respectivo sindicato.

A OBRA DO SINDICATO

Desenvolvimento geral das empresas marítimas da Normandia. Acirra-se a competição de Angô e companheiros e a Coroa de Portugal. Intensa ação diplomática dos lusos para contê-los. Os embaixadores de Lisboa revelam-se eméritos corruptores no Louvre e em Fontainebleau. Italianos e franceses associados. A expedição de Verrazzano.

A Obra do Sindicato

Encontrava a desmedida ambição de Francisco I, logo seguida pela da nora Catarina de Médicis, apoio de argentários interessados em emprêsas marítimas tidas no século XVI como fonte de riquezas. Traziam gêneros vários, inclusive os procurados pela indústria da época necessitada de lenho de tinturaria e, principalmente, condimentos para conservação de víveres. Proporcionavam igualmente, a partir da conquista do Peru e adjacências, metais preciosos a afluir com abundância que relegaria a ínfima categoria o cobre dantes procuradíssimo para cunhar moedas. A diferença entre o conceito colonial quinhentista e o das centúrias posteriores foi a importância dada no primeiro à importação da matéria-prima e no segundo ao escoadouro da indústria metropolitana necessitada de mercados para os seus excedentes, até se tornarem as principais causas da produção, esteio de impérios.

A fama das descobertas de jazidas argentíferas e auríferas da América viera ajuntar-se aos supostos lucros proporcionados pela especiaria da Índia. Da expansão marítima comercial daí decorrente, surgiram as preocupações da venda de produtos industriais a grande distância do centro produtor, causadora do apa-

recimento das fórmulas colonialistas, que ao chegar o século XIX foram estendidas a tôda a escala de alto a baixo da produção de um país, desde a intelectual que alimentava as universidades até tecidos que as populações coloniais eram forçadas a endorsar. Não foram, entretanto, nesse movimento os iberos os primeiros e únicos a assim proceder. Encontramos ao norte da Itália, então uma das regiões mais adiantadas e ricas da Europa, juntamente com as Flandres e o centro da Alemanha, exemplos característicos da elaboração do que nos séculos seguintes avassalaria a imaginação de Reis, Imperadores e regimes liberais saídos da Revolução Francesa.

Entre os elementos extra-ibéricos, aventureiros, mercenários ou apaixonados por descobertas geográficas, ou que fôsem tudo isto reunido como na época era muito comum, temos a família Centurione, de Gênova, em fins do século XV e começos do XVI. Os feitos da ativa grei, especializada na mercancia do Mediterrâneo, passaram a outro teatro com preocupações transoceânicas e transcontinentais depois da viagem de Vasco da Gama. As novas perspectivas que os portugueses abriam a negócios na Europa e a descrença em transações com árabes, à vista do poder turco dominador do Levante, infenso à civilização cristã em geral e ao comércio com o Ocidente em particular, voltaram-lhes a atenção para regiões de além-península. Um dos seus componentes propôs com a experiência de que dispunha, a Vassili IV, Grão-Duque da Rússia, constituir uma via mercante simultâneamente marítima, terrestre e fluvial, a começar na Índia, continuada através do Indo, mar Cáspio, planícies meridionais regadas pelo Volga, em direção à Moscóvia, onde a certa altura bifurcava de modo a formar outro ramo até Riga, no Báltico.

O atraso em que então se encontravam os moscovitas, impediu a realização do projeto, todavia, mais procedente do que poderia parecer, porquanto, acaso fôsse levado a cabo, transformaria tôda uma parte da Europa ainda sob influxo asiático, proporcionando-lhe meios de ombrear e competir com os centros da cristandade. Este Centurione dispunha do auxílio de outro membro da família, de nome Mateo, especialista em negócios com a Índia antes que os portugueses lá chegassem. Era o mais rico dos Centurione e ao falecer deixou os bens a outro irmão chamado Gaspar. A atividade no Oriente colocou a firma em contato com o Nôvo Mundo, quase forçado, em virtude da convivência estabelecida com o luso em princípios do século XVI, nos empórios da especiaria. Impressionara-se êste Gaspar com o que os feitôres do Venturoso lhe contavam da região escala obrigatória dos navios da Índia e desejou elevar engenhos de açúcar pelas bandas do Capricôrnio, onde a cana medrava melhor do que no seu *habitat* de origem.

Para êste fim armou a nave *Santo Antônio de Pádua*, em que reuniu todo o necessário à empresa: tijolos, maquinaria, panos de linho para estender o melado, utensílios vários, barris de pregos para as caixas de transporte e assim por diante. Por infelicidade, a sua terra natal Gênova, onde fôra buscar a herança fraterna, aderira ao Imperador Carlos V, motivo de o navio em que ia ser aprisionado por franceses e trazido para o Havre. Acompanhou-o Gaspar a fim de disputá-lo perante a justiça aos corsários normandos estipendiados por Angô. Demorou o processo até 1523, quando finalmente o genovês obteve ganho de causa. Do incidente resultou Centurione habituar-se à vida da ativa Rouen, centro de negócios, especialmente dos que mais o interessavam, os do comércio transoceânico.

Naturalizou-se cidadão ruanês, chamou para junto de si os sobrinhos Vicente e Jerônimo di Negro e abriu nova casa comercial na praça onde já estavam numerosos conterrâneos, a começar pelo ilustre Verrazzano.

A falta na península Itálica de poderosa monarquia a enfeixar os pequenos Estados dispersos ao longo dos Apeninos, impedia o indispensável auxílio à iniciativa de seus filhos, que lhes permitisse participação mais intensa e direta na epopéia dos descobrimentos. Eram os italianos obrigados a se colocar, por força das circunstâncias, a serviço de coroas estrangeiras, quando não compelidos a renunciar a vocações marítimas pela divisão do oceano em zonas de influência. A despeito, porém, dos obstáculos encontrados, transformada a península Itálica em campo de batalha pela ambição de Carlos V e de Francisco I, foi decisiva a presença de italianos nos movimentos comerciais e marítimos do fim da Renascença e começo da era moderna. Brilhavam nas ciências, indústrias, artes, comércio, letras e infelizmente também nas guerras que assolavam a Europa em terra e no mar.

Óbvio dizer que no estágio em que se encontravam, vênetos, lombardos, emílios, genoveses e toscanos não podiam permanecer alheios ao que transformava o mundo. Os mercadores daquela origem, estabelecidos em França, participavam, e não raro o estimulavam, do movimento marítimo colonial considerado com acerto dos mais promissores para o futuro das grandes nações européias. A confusão estabelecida pelos turcos em torno da região do mar Roxo, veio duramente golpear aos peninsulares. Ainda demoraria o momento em que Veneza, a poder de hábil política, pertinácia e oferta de vantagens comerciais; alcançaria algum lenitivo pela perda do acesso terrestre ao tráfico do Oriente, depois da fragorosa derrota dos egípcios ante os turcos em

1516, verdadeira catástrofe para o comércio mediterrâneo. Tinham os que antigamente o exerciam de se voltar para outras rotas, não mais no mar interno, mas além das colunas de Hércules, através do Atlântico.

No findar da Renascença a Itália do norte ainda era, entre outras coisas, o maior centro financeiro e econômico do Ocidente, a distribuir além fronteiras os benefícios da sua atividade e as sobras de seus técnicos. Formara-se, daí, não longe da Sabóia, na próspera cidade de Lião, sindicato de mercadores italianos, relacionados com patrícios, como os residentes nos portos que enviavam da França navios para o Novo Mundo. Entre os principais do grupo contavam-se banqueiros florentinos como Guilherme Nazi; Roberto Albizzi, credor do resgate do Duque de Longueville, aprisionado pelos espanhóis juntamente com o Rei de França; Juliano Buonaccorsi; Antônio Gondi, depois arrematador do impôsto de sêda da região lionesa e outros de menor importância. O principal, porém, era o famoso Tomassino Guadagni, credor de Francisco I. Tal como sucedera a Centurione, um acaso de guerra os radicara em França, para onde tinham levado os seus negócios. Outra semelhança consistia em Leão X, chefe da casa de Médicis, ter abandonado o Valois a favor do competidor Carlos V. Ameaçados em virtude da resolução do Santo Padre de confisco, preferiram prestar obediência ao soberano francês, não só à guisa de resguardo dos bens, como para continuar num país que suplantava a Itália em todos os terrenos, mormente no econômico.

Outros com os quais mantinham relações também se interessavam por emprêsas marítimas. O fato de Verrazzano ser o mais conhecido marujo peninsular depois de Vespúcio como descobridor e de André Dória como militar, criou psique particular aos patri-

cios residentes em França. Os de Lião, por exemplo, acompanhavam de perto as expedições enviadas ao Brasil, por causa do lenho de tinturaria de que necessitavam, grandes apreciadores da “magnifique couleur pourprée” de que fala em francês, obtida com aquela essência. Com os recursos que possuíam e entusiasmo por emprêsas ultramarinas que os dominava, mormente pela região de onde provinha o lenho vermelho, decidiram organizar expedição devassadora sob comando do nauta conterrâneo destinada a explorar a América do Sul.

Todos com os quais mantinham negócios se prontificaram a acompanhá-los nas contribuições. Destacava-se no rol o prestigioso messor Cipriano Relia, Principal do Colégio dos Lombardos de Paris — como era designado o “consortio” ou “sindicato” que formavam — especializado em negócios de câmbio, manuseador de grandes capitais seus e de clientes. O personagem, mercê do prestígio financeiro a enaltecê-lo, por si só bastava para assegurar todo apoio ao empreendimento. Providos de tais recursos não tardaram os aprestos a terminar para a segunda incursão de Verrazzano na América, desta vez não mais ao norte à procura de passagem para Cataio, mas ao sul, provavelmente em busca do Rio da Prata, pôsto, o motivo da viagem também fôsse pesquisa sôbre itinerário para o Extremo Oriente.

A esquadra composta de cinco unidades levantou ferros ao que parece em 1528. Levava como voluntário um foragido de Florença, o político Brunelleschi, inimigo dos Médicis, apoiado em França por Zenóbio Buondelmonte, Luigi Alemanni e João Baptista della Palla, os quais foram a Rouen para assistir à partida da esquadra. Existem presunções de que igualmente Angô entrava na organização da viagem, muito rela-

cionado com florentinos, associado que fôra de outras incursões do navegador, em constante contato com o mesmo, que lhe fornecia cartas marinhas. Um dos escopos da emprêsa era, ademais, completar para franceses a descrição geográfica do Nôvo Mundo, de modo a esclarecer o que fôra realizado no Canadá, ou Nova França, como lhe chamava o florentino.

O destino da viagem era secreto. Desvelaram-se os incorporadores em proceder com a maior discrição, mas, a despeito dos esforços, notícias chegaram até interessados em conhecer pormenores da emprêsa. Temeroso o embaixador Silveira de que se propusesse contrabandear gêneros do monopólio luso, visto o contingente de mercadores italianos nela incorporados, fomentou através de agentes seus desordens entre tripulantes, a fim de infligir tropeços à expedição. Malogrou o intento sem embargo dos conflitos registrados na ocasião, pois, a despeito da sua violência, conseguiu a flotilha levantar ferros e sem maiores novidades alcançar alto mar, seguro Verrazzano da rota planejada. Divulgara naquela altura Pigafetta o périplo de Fernão de Magalhães em obra oferecida a Luísa de Sabóia, mãe de Francisco I, e que rapidamente se difundira em tôda parte onde se falava italiano, nos portos da Normandia inclusive.

O cronista Oviedo, mal informado acêrca de tentativa francesa e florentina, realizada longe da Espanha, atribui-lhe como destino a Venezuela. Hoje não há mais dúvida de que se trata da América meridional, meta do interêsse do nauta e dos incorporadores da emprêsa, sequiosos de informações melhores acêrca da região freqüentada por marujos anônimos de Bretanha e Normandia. Talvez, até, provenha, a confusão do cronista, de precauções tomadas pelos organizadores contra espias. As perigosas investidas de agentes lusos

nos portos de embarque, continuadas eventualmente além-mar por polícias como Cristóvão Jacques, encarregados de afugentar de águas coloniais traficantes de outras nacionalidades, eram advertências que precisavam ser levadas em conta.

Malograra o embaixador na tentativa de impedir a partida da expedição; encontrou, porém, auxílio, ao pouco católico desígnio, nos incidentes que depois enlutaram a jornada. A região para onde se dirigia Verrazzano, fôra pouco antes antevista por Solis, a serviço de Carlos V. Do feito, por sinal trágicamente coroado, pois o florentino fôra morto pelos naturais do lugar, espalhara-se pela Europa com fantástica rapidez a lenda de enormes riquezas encontradas nas margens do grande rio sulino. Eram procedentes quanto à existência de amostras de metais nas mãos dos indígenas ribeirinhos, todavia, expedições subseqüentes, como as de Caboto e Garcia, verificaram, ao subir o Paraná e Paraguai, que eram apenas prêsas de guerra ou resultado de escambos com povoados sitios muito mais ao norte, no âmago do continente, protegidos por altas serranias, onde se encontravam as enormes jazidas de prata conquistadas por Cortez e Pizarro, desembarcados na América Central e que dali se dirigiram por terra ao Peru e Potosi.

Não somente nestas condições Verrazzano não afetou com as suas descobertas os domínios de Portugal, como ainda encontrou triste fim nas mãos de indígenas, talvez os mesmos que tinham tão mal recebido Vesúcio. O desastre era de molde a desanimar italianos e franceses responsáveis pela aventura, pois os principais incorporadores eram lombardos e florentinos, e o maior contingente da tripulação — pilotos e capitães, normandos. Entretanto, instruído pela alternativa de êxito e insucesso deste gênero de expedições, teimou

Angô em repetir as tentativas de chegar ao estreito de Magalhães. Associado desta vez a sócios de além Normandia, tais como o antigo regente da Escócia Stuart d'Albany, mais o vice-almirante de Moy, outro vice-almirante, La Meilleray, e o fidalgo gascão Mombrun, personagens influentes na côrte, voltou a organizar nova expedição, onde também aparecia contribuição de italianos.

Para maior sucesso do empreendimento a direção da empresa foi oferecida a um tal Giovanni natural de Veneza. À vista da sua recusa voltaram-se os organizadores para Leone Pancaldo, de Savona, que estivera na expedição de Magalhães como comandante da caravela *Trinidad*. Oferecera o sindicato ao dito piloto promessa de renda de trezentas libras francesas anuais em caso de bom resultado, a serem pagas pelo Rei, prova da conivência do Valois com tais empresas altamente prejudiciais aos portugueses. No momento estava o soberano empenhado em construir frota de guerra, pelo que contratara técnicos de Gênova para a construção da mesma, na impossibilidade de recorrer a espanhóis e lusos. A maior parte dos que empregava eram naturais de Savona, explicação de como o veterano do périplo de Magalhães viera ter à Normandia e conhecer o sindicato de Angô. Novamente soube o embaixador Silveira de tais planos. Mais que depressa mandou oferecer mil e seiscentos ducados ouro a Pancaldo (provavelmente da mesma maneira como tinha afastado Giovanni), pagos "cash", com pleno sucesso, de modo a arredá-lo da empresa, porquanto o savonês preferiu um pássaro na mão a vários de Francisco I no ar, consoante o provérbio que dizia "em negócios um judeu vale por cinco cristãos e um genovês por dez judeus". Convencido pelo argumento voltou Leone para Savona depois de assinar solene escritura em que se obrigava

a não mais operar em expedições transoceânicas sem expressa licença del-Rei de Portugal. O trato, porém, não o impediu de participar logo depois em viagem às Molucas, baseado no parecer de que o arquipélago não se encontrava no meridiano português. Ademais, a sua cooperação era de certo modo desagravo pelos prejuízos sofridos por Pancaldo quando, de volta à Europa na expedição de Magalhães, fôra aprisionado em África pelos portugueses. Só conseguiu lograr a liberdade a poder de rogos para que o Imperador interviesse a seu favor. Não foi, porém, feliz na segunda tentativa. Contagiado por moléstias veio a falecer no Rio da Prata em meio do trajeto para chegar ao Oriente.

O maior trabalho, entretanto, na missão do embaixador, consistia em se manifestarem Francisco I e súditos inconformados com a partilha do mundo oceânico por Espanha e Portugal. No estágio de desenvolvimento, poderio e riqueza a que a França chegara, era custoso jugular-lhe a natural ambição. Manifestava-se em tôda parte, na Borgonha, Itália, no Mediterrâneo, Atlântico, Canadá e Brasil. Para combater o surto que o ameaçava, recorria D. João III a artimanhas de saloio, naturais no herdeiro de monarquia onde, não fazia muito, os soberanos distribuíam justiça a camponeses e pescadores debaixo de árvore frondosa, tal patriarca da Bíblia dedicado ao povo e ao bem comum. Fôra, todavia, infeliz na mor parte dos manejos. Redundavam em completo insucesso as tentativas de se inculcar medianeiro entre o Valois e Carlos V na luta demasiado longa e aleatória para todos em tórno da hegemonia do Ocidente.

A contínua ingerência de franceses no Brasil provocava medidas como as rondas policiais de Cristóvão Jacques, culminadas na expedição de "limpeza", como

hoje se diria em linguagem militar, causa de verdadeiro levante de interesses feridos, pundonores abespinhados, e de indignação contra as crueldades exercidas pelas correições, tanto no ânimo do monarca francês como nos súditos em geral dos portos e do interior da monarquia. De uma feita, teria em consequência ocorrido clamoroso episódio noticiado por cronistas franceses, porém pouco aceito de historiadores luso-brasileiros. Pensa o nosso Gomes de Carvalho, tenha sucedido com algum ocasional substituto de João da Silveira, à vista da completa omissão a qualquer notícia a respeito constante na correspondência da enviatura com o govêrno de Lisboa.

Seria o teatro do successo a solene entrada de Francisco I em Bordeaux no ano de 1526, quando o representante português tentara preceder o embaixador do Rei da Inglaterra. Interveio o mestre de cerimônias da Côrte, "*qui le fit geter hors du cortège par quatre hal-lebardiers*", enquanto exclamava o Rei, "*Eh quoil Un diplomate apothicaire voudrait précéder le représentant du Roy d'Angleterre! Vraiment, il fera mieux d'aller à Calicut et d'y donner des lois au commerce des épices, car ici il n'en donnera pas!*". A frase tal como se encontra reproduzida parece exprimir a inveja e travo do Valois contra o destino que o impedia de imitar os cunhadòs ibéricos. Mas, como indicamos, a notícia deve ser aceita com precaução.

Em todo caso, os ecos de refregas entre franceses e lusos no Brasil concorriam para justificar semelhantes rumôres. Na altura do episódio verdadeiro ou exagerado de Bordeaux, ainda pioraram as hostilidades entre franceses e portuguezes no Brasil. Surpreendera a flotilha de Cristóvão Jacques, destinada em 1524 a novamente policiar as costas da América Lusitana, três navios de St. Pol de Leon na Bahia de Todos os Santos.

Entre os barcos franceses estava o *Leynon* em companhia dos que de princípio tinham auxiliado a D. Rodrigo de Acuña, depois com êle contendido por fortuita rixa de embarcações, ou plano de capitães, degenerada em luta geral entre normandos e espanhóis. Como sabemos aquêlê capitão partira para as Molucas via estreito de Magalhães, mas uma das formidáveis tempestades da região impedira o projeto e obrigara o navegador a se refugiar na ilha de S. Catarina.

As notícias de tais sucessos chegavam a Lisboa no momento em que João da Silveira informava ao governo a formação na Normandia de esquadra para o Brasil, a pretexto de vingar as crueldades praticadas por Jacques contra marujos franceses apanhados no ato de contrabandear ibirapitanga. A situação dêste modo súbitamente se agravara com ameaças ao domínio de Portugal na América do Sul e travo para a missão do diplomata ao Louvre. Por felicidade de uns e infelicidade de outros, os desastres que no momento atingiram os franceses valeram aos súditos de D. João III. O desfecho da batalha de Pavia colocara o Rei de França em deplorável situação. Caído nas garras do Imperador, tinha de pagar enorme resgate para reaver a liberdade, o que o forçou a pedir auxílio em tôda parte, até do Aviz, em desesperada procura de remédios para o mau passo.

De volta a Fontainebleau graças aos extraordinários e bem sucedidos esforços da Rainha-mãe, a notável matrona que foi Luísa de Sabóia, recomeçou Francisco I a mesma política expansionista que o norteava antes da descida na Itália, em que vemos as relações do soberano com o corsário Jehan Fleury, useiro em assaltar naus de Espanha e Portugal na altura dos Açôres. Em 1527 assumia êste flibusteiro o comando da esquadra de Angô, para interceptar os navios de volta da Amé-

rica, mas, surpreendido pela matilha que o Imperador iscara em sua perseguição, foi aprisionado no cabo de S. Vicente e executado em Golmenar, indignado Carlos V pelo roubo do tesouro dos Astecas que Fleury praticara quando Hernan Cortez o enviara ao amo como alvíssaras do Nôvo Mundo. Outros, porém, logo o substituíram. Caçava Angô pilotos e capitães em tôda parte onde podia encontrá-los para dirigir expedições ultramarinas. No planejamento das mesmas, não vacilava em despender grandes somas na importação de cartógrafos portugueses, tal como praticavam os espanhóis, acompanhados da família e providos de tudo que desejassem, a fim de elaborar cartas e portulanos para os franceses. Esta primazia lusa no domínio técnico empírico é deveras impressionante na época, a concorrer para reforçar a atual tese do Prof. D. J. Zukernik, de Leningrado, sôbre o vulto conhecido e, principalmente, desconhecido da navegação portuguesa do fim do século XV.

O resultado da iniciativa privada, intensamente bafejada pela coroa, favorecia todos os setores da atividade dos portos normandos. Incidia, até, nos refolhos da espionagem em terra alheia, capítulo igualmente mal conhecido, que, no entanto, indubitavelmente assumiu enormes proporções, correspondentes no século XVI ao que os russos realizaram nos E.U.A. e Inglaterra no XX, em tórno de pesquisas atômicas. Na península Ibérica pululavam espias em tôda parte, na côrte dirigidos por embaixadores, nos portos pelos participantes de emprêsas ligadas ao surto colonial. Conhecemos o nome de um deles, célebre nos anais dos "informantes" pagos por potências estrangeiras para coligir dados sôbre assuntos proibidos pelo govêrno do sítio onde se encontravam. O português Martins Ferreira mantinha serviço nesse sentido sôbre expedições espanholas e

portuguêsas em condições de atender na melhor das expectativas, com o maior rigor e honestidade, a quem recorresse a seus préstimos.

As nações atingidas pelo mal retorquiam, contudo, da mesma maneira aos que as prejudicavam, além de organizar a contra-espionagem, tal qual sucede hoje dos dois lados da Cortina de Ferro. Certa vez, caiu nas malhas desta organização uma carta do dito Ferreira remetida de um pôrto espanhol para Lisboa. Indagava o espião pormenores sôbre “demarcações” de terras ultramarinas pertencentes ao Aviz, cuja divulgação era de todo proibida fora de Portugal. O assunto era dos que mais afetavam os escaninhos secretos da Casa da Índia, pois tocava em planos expansionistas à custa de vizinhos, como sucedia na costa leste-oeste e ao sul do Brasil, onde o luso largamente ultrapassara os limites de Tordesilhas. Provavelmente o pedido do espia se relacionava com o fato e se destinava a inteirar os castelhanos a respeito. Solicitou, daí, D. João III, em virtude do estado de paz existente entre as duas monarquias, fôsse o perigoso súdito imediatamente encarcerado e pôsto incomunicável à sua disposição. Verificou-se na hora tratar-se de sobrinho de Rui Fernandes, enviado fazia tempos à côrte de França no mesmo mister de espionagem, mas por conta de Portugal. O parente, Martins Ferreira, era indivíduo desclassificado, foragido da justiça lusa por malfeitos, que o tinham levado ao depois a oferecer serviços escusos aos adversários e concorrentes de Sua Alteza. Era tão má rês como o parente. Talvez pior e ignoramos que fim levou, se conseguiu escapar na emergência à justa cólera de D. João III acobertado pelos que o empregavam, ou se passou a serviço dos patrícios, como muitas vêzes sucedia, incumbido de funções em campo oposto, no mesmo gênero de mister.

O sistema de recorrer a indivíduos tidos como peritos em navegação oceânica era comum na época, praticado, até, pelos países que maior número de técnicos marítimos possuíam. Portugueses, espanhóis, italianos, franceses e outros alugavam-se em qualquer profissão a quem mais desse. Pouco depois do caso de Martins Ferreira, apareceu em Antuérpia outro português de nome Pero Fernandes, que se blasonava de entender de feitorias ultramarinas. Também fugira do reino por delitos lá cometidos, causa de condenação para degredo em África. Escapo do presídio, rumara para as Flandres onde oferecia informações a interessados nas empresas dos iberos. Não tardou a ser visado por agentes de Angô e a se tornar alvo de suas solicitações. O convite imediatamente chegou ao conhecimento da ativa espionagem lusa na França e terras flamengas, que se propôs raptá-lo. Hesitou, todavia, o embaixador ante o risco de escândalo, tanto mais grave depois de inúmeros casos semelhantes. O momento era, ademais, de tensão aguda entre os dois países, de sorte que qualquer nôvo incidente poderia ter graves conseqüências. A primeira condição para manejos de espionagem e contra-espionagem darem bom resultado residia na maior discrição possível no emprêgo de meios sonantes e estrebuchantes, ao invés de violentos, invariavelmente contraproducentes.

Num plano superior, relacionado com experiência em matéria de travessias intercontinentais, dava-se outro fato comum, no aliciamento de técnicos estrangeiros por governos interessados neste gênero, de que Vespúcio é magnífico exemplo, sucessivamente reconhecida, por florentinos, espanhóis e portugueses, a sua extraordinária capacidade de estudo e observação. Houve, desde fins do século XV, intenso intercâmbio de navegadores, pilotos, astrônomos, matemáticos, cartógrafos, por tôda

a cristandade a abranger a Europa Meridional, de modo a sugerir a não de todo desrazoada tese da universalidade dos descobridores quatrocentistas, como defendemos nas Comemorações Enriquinas recentemente celebradas em S. Paulo.

No rol dos mercenários de origem francesa que se destacavam no momento, temos, segundo cronistas antigos da Normandia, o piloto Jean Alfonse, cuja naturalidade é atribuída a vários lugares, tais como Saintonge (como êle mesmo indica) ou Sables d'Olonne e mais sítios, como querem outros, inclusive os que lhe emprestam nacionalidade portuguesa. Este navegador, veterano de longas travessias, residira longo tempo em Portugal, onde foi confundido com portugueses de nome semelhante. Evidenciara-se graças aos conhecimentos obtidos na proveitosa estada como cosmógrafo, ou astrólogo na linguagem do tempo, antes de viajar na América. A sua maior glória, porém, consiste em figurar sob o nome de Xenomanes nas *Viagens de Pantagruel*, de Rabelais, de quem era conhecido assim como Jacques Cartier. Os dois marujos forneciam dados ao escritor sobre navegação, insertos de quando em quando na famosa obra. No fim do Livro II encontramos dizeres sintomáticos do ardente desejo de Francisco I em descobrir passagem para Cipango e Cataio pelo norte do Novo Mundo, razão das expedições de Cartier e da fundação do Canadá, "*Car l'avis sien et de Xenomanes aussi fut... ne prendre la route ordinaire des Portugalois, lesquelz, passant para la ceinture ardente (equador) & le cap de Boná Speranza*", iam ter junto "*de l'oracle de la divine Bacbuc... près le Cathay, en l'Inde supérieure*", tal como Angô recomendava a seus pilotos, fôsem Cartier (o Jamet Brayer em *Pantagruel*), Verazzano, Pancaldo ou Jean Alfonse.

De retôrno à Normandia alardeou o cosmógrafo-astrólogo seus conhecimentos sôbre regiões distantes, com tanta felicidade para si, que logrou despertar interesse nos pretendentes à sua exploração. Foi tamanho o rumor, que os portuguezes, impressionados, quiseram novamente empregá-lo, no pôsto de capitão de um dos navios destinados às Molucas, recentemente adquiridas por D. João III. O nauta prestou ouvidos de mercador às miríficas propostas, indiferente às vantagens de figurar na esquadra. Inútilmente expedira el-Rei Carta de Seguro, com que, daí por diante, o marujo se livraria da pecha de ter-se passado ao serviço de outras nações. No teor da mesma ficava isento de penas por incursionar em domínios lusos onde estrangeiros não podiam ir, "*expertus in viagiis ad Brasiliaris insulas*", quando navegara em mares antárticos por conta do cristão nôvo Duarte da Paz. Antes de morrer, supõe-se em combate com espanhóis, escreveu Jean Alfonse volumosa obra sôbre as viagens que realizara, acompanhada de abundantes observações científicas. No entanto, demasiadamente extensa e mal escrita — o autor era nauta e não beletrista — permaneceu esquecida até um mercador de Honfleur, interessado no assunto, solicitar ao poeta Mellin de Saint Gelayes resumo da obra. Deturpada, fantasiada, transformada na ocasião, representava vagamente o pensamento do autor, a ponto de sugerir reparos de Marc Lescaobot, "*si les voyages de Jean Alfonse avoient peu esté aventureux pour quelqu'un, ce n'avoit certes pas esté pour le marin*". Mais tarde, redescoberto o manuscrito por Pierre Margry, foi em parte impresso com notas e comentários analíticos, onde ocorre descrição do Brasil tido por ilha e de seus habitantes.

Foi, em suma, o Alfonse vítima de copistas e reprodutores como quase invariavelmente sucedia na época.

Sugere o descaso pelo autor, manifestado no ciclo dos descobrimentos em matéria de relações de viagens, de modo voluntário e involuntário, como parece ter sido o caso de Jean Alfonse, impressão que se tratava quase de regra a constituir dificuldades insuperáveis antepostas ao trabalho do exegeta hodierno. Quando o texto original não era alterado ou mutilado, desaparecia para apenas deixar cópias ou reduções imperfeitas. A começar por Colombo, vemos o vêzo demolidor a repetidamente se manifestar para maior confusão de interessados no assunto. O *Diário* da primeira viagem de 1492 desapareceu, assim como a cópia que os Reis Católicos tinham mandado escrever. Restou somente o resumo do dominicano Bartolomeu de las Casas, esquecido por décadas a fio em arquivos, descoberto em 1791 por Navarrete e publicado anos depois cheio de erros paleográficos. O mesmo sucedeu à carta do navegador, de 1493, a Santangel e Sanchez único documento com a assinatura de Colombo. *"Todavía"*, escreve recentemente o erudito D. J. Zukernik, da União Soviética, *"a carta apresenta uma série de deformações intencionais e de invenções grosseiras"*, que se prestam às mais arriscadas interpretações. Não admira, pois, que o sábio professor atribua, através dessas alterações, a descoberta da América a supostos navegantes lusos anteriores ao genovês, o que alvoroçou aos historiadores, principalmente portugueses, pelo inesperado apoio da tese tão do agrado do saudoso Jaime Cortesão.

Dos escritos de Vespúcio nem convém falar. Em capítulo precedente tivemos de nos deter a respeito, dada a extrema importância das alterações constantes no que resta do texto florentino. Encontra-se, como vimos, de tal forma deturpado, que gerou suspeita da inexistência do original. Das viagens que o padrinho da América diz ter realizado, somente são admitidas por

ortodoxos gênero Magnaghi, longe de contrários ao autor, as travessias do oceano que encontram provas fora do texto, como as “probanzas” de Hojeda e o relato do encontro de naus cabralinas em Dacar, de volta da Índia. As demais, desprovidas desse apoio, são negadas, como também seriam tôdas não fôsse o providencial acaso. Nesse ponto, no plano dos resultados do descaso a entenebrecer conhecimentos sôbre navegações descobridoras, causa da ignorância em que nos encontramos acêrca de inúmeras a tocar no litoral das Américas antes de 1550 e, mesmo, depois, não intervêm de modo preponderante a política do segredo. O maior responsável pela situação é antes de tudo o estágio ainda embrionário da cultura individual naquele tempo e escasso alcance da tipografia. Juntados êstes fatôres a desígnios de tôda ordem, em que entravam inconfessáveis, temos a razão do ingrato problema.

É, pois, fora do relato individual, do próprio assunto, que devemos procurar dados. Obtivera na Espanha, por exemplo, o português João Pacheco, considerado por Carlos V dos maiores cosmógrafos e cartógrafos da península, ou seja da cristandade, a incumbência de ir *“desde las costas del mar del Sur de Nueva España al descubrimiento de las islas y tierra firme donde hallase especeria”*. Apertado por dificuldades financeiras, ainda em início as remessas de ouro e prata da América, voltava-se o Imperador para a especiaría, persuadido, como o vizinho luso, de ali encontrar lucros enormes. Recorria, daí, a perito no mister com sofreguidão que despertou a cobiça do rival francês, o qual resolveu também empregar Pacheco. Eram tão sedutoras as propostas do Valois pôsto obtivesse o luso bom agasalho em Madri, onde entre outras mercês recebera a comenda de Alcântara, que se bandeou para o nôvo amo.

Règiamente pago — é caso de dizer — aboletou-se em Fontainebleau com mulher e filhos para melhor servir o monarca. Nessa altura, mandou Francisco I o galeão *Saint Philippe* ao Brasil, emprêsa de caráter oficial na América do Sul, não mais dependente de sindicatos particulares, porém, da própria Coroa, olvidados com a maior desenvoltura tratados de paz, protestos de amizades, alusões a parentescos, acenos a vantagens materiais e mais fórmulas diplomáticas abundantemente empregadas na hora entre França e Portugal. Pensa a respeito La Roncière, que as secretas e repetidas instruções dadas ao capitão Belanger des Biserets acêrca do litoral brasílico relacionavam-se, sob disfarce de tráfico de tinturaria, à procura de "*certain beaume des forêts américaines*", necessário ao tratamento da régia saúde, pois o guáiacó era tido como eficaz na terapêutica da sífilis.

A versão é muito aceitável, mas supomos haver junto da necessidade do remédio a de dinheiro. A hipótese parte de certa vez, estante o Valois em La Rochelle, por sua ordem foi adquirida partida de ibirapitanga dos corsários que lá se encontravam, mais "*du gayat ou palme sainte*". Por sinal, que lusos historiadores entenderam ao traduzir o passo, tratar-se de "pau-santo", que seria o nosso jacarandá assim chamado em Lisboa, lenho duríssimo de muito emprêgo na construção de móveis, casas e navios, sem nada que ver com o suposto remédio antilúético. Em todo caso, através dessas desencontradas notícias, conseguimos informações sôbre aspectos da época relacionados com política expansionista marítima, mais seguras quando se apóiam em relatos oficiais, do que narrativas de viajantes deturpadas por copistas e mais fatôres de adulteração.

Com a direta intervenção dos poderes públicos avolumava-se o contrabando de franceses nos domínios lusos. Soberanos como Francisco I e particulares como Angô encontravam-se no caso associados. Outros pretendentes surgiam de olhos fitos nos lucros do pau de tinturaria. A maluínos, rochelenses e diepenses, veio reunir-se o marselhês Bernard d'Ormezan, barão de Saint Blancard. Era personagem considerável nos escaninhos franceses de navegação, diretamente ligado à governança do reino no pôsto de general de Galeras, com acesso aos meios onde se cuidava de terras exóticas de tanta sedução para soberanos e conselheiros.

Este d'Ormezan, além da posição oficial, dispunha de grandes capitais — amealhados nas ditas funções — a que fazia jus pela sua fé de ofício na confusão gerada pela luta no Mediterrâneo entre Francisco I e o Imperador. Por ocasião do desastre de Pavia, pretendia raptar o Rei quando fôsse transportado prisioneiro à Espanha e sòmente por série de circunstâncias desfavoráveis não conseguira o intento. Em todo caso, os esforços que despendera eram conhecidos do Valois, assim como os serviços prestados nos comandos que exercera, razão do prestígio que desfrutava na côrte, bem visto do Rei e conselheiros. Fácil, nessas condições, lhe foi contratar os serviços do pilôto Jean Duperret, velho freqüentador de mares americanos. Mandou-o por sua conta e risco por volta de 1530 ao Brasil no navio *La Pèlerine* por êle inteiramente armado e equipado. Era um barco português antigamente chamado *S. Tomé a Estirada*, tomado por corsários nas ilhas do Atlântico.

Rumaram os franceses sob comando de um tal Debarreau, bretão também conhecido do litoral brasileiro, em direção a Pernambuco, que devia ser a primeira escala. Iam prevenidos para o que desse e

viesses. No momento reforçavam os portugueses o policiamento da costa com auxílio de tribos amigas, adversas das que apoiavam os normandos, condição propícia a incidentes. A previsão realizou-se como esperavam. Ao chegar a um ancoradouro frequentado por interlopos, foram acometidos por portugueses apoiados em numeroso gentio. O ataque foi dos mais violentos; conseguiram, entretanto, resistir e para melhor se defenderem e mais seguramente carregarem ibirapitanga, construíram tranqueira na ilha de S. Aleixo, conhecida por feitoria, cuja importância provocou mais tarde recrudescimento de medidas ofensivas por parte dos lusos.

Na ocasião puderam, auxiliados pelos índios amigos, abarrotar os porões de *La Pèlerine* de lenho de tinturaria, além de ajuntar amplo jardim zoológico para ser vendido e presenteado em França a clientes e amigos. Foi, até, esta, a causa do desastre da viagem. Na volta para o Mediterrâneo, souberam em Málaga da presença de piratas muçulmanos nas proximidades. O capitão de *La Pèlerine* cometeu na conjuntura a temeridade, e ingenuidade, de pretender seguir viagem em companhia de dez caravelas portuguesas também surtas no pôrto. Havia paz entre França e Portugal a justificar o intento, mas também proibição absoluta a estranhos de comerciarem nos domínios luso-americanos. Tinham os tripulantes das caravelas suspeitado do carregamento da nau por causa da bicharada exótica a se expandir rumorosa e denunciadora no seu convés. Recebeu Debarreau ordem de comparecer a bordo da capitânia da esquadra comandada por Antônio Corrêa. Prêso assim que pisou no navio, foi carregado de ferros e a *Pèlerine* confiscada com a carga de lenho vermelho, fardos de algodão, sementes, peles de onças, uma centena de micos e seiscentos papagaios.

O jardim zoológico não era parte menos preciosa do manifesto. Apreciadíssimos em tôda a Europa os representantes da fauna brasileira alcançavam vivo sucesso de curiosidade e alto preço. Encontrava-se preciosa coleção no castelo de Aspremont, do almirante Brian Chabot, presenteados pelos interlopos que frequentavam as angras do nosso litoral. A procura era tanta, que o poeta Clement Marot, dos mais ilustres da côrte, publicou um entremês a respeito da aceitação de tais bichos na França, com grande sucesso e enlêvo "*des Belles dames*", encantadas com as alusões recitadas pelo escudeiro Fripelipes ao que se tornara moda.

A ARMA DOURADA

Intervém em França a corrupção em grande estilo. Distribui o embaixador português na côrte de Valois ouro a mancheias, recebido com prazer e com excelente resultado para quem o despendia.

A Arma Dourada

Acentuara-se de modo assustador para Portugal, no segundo quartel do século XVI, a ingerência de franceses nos seus domínios americanos. Se dermos crédito à maviosa lenda de Santa Rita Durão, iam no auge por volta de 1528 as boas relações entre malúinos e indígenas da costa luso-americana. Com a descoberta da certidão de batismo da companheira do Caramuru em St. Malô, adornada com o nome Catarina da madrinha, espôsa de Jacques Cartier, adquire a fantasia do poeta valor de autenticidade. A cerimônia demonstra sem dúvidas a multiplicidade de relações sob os mais diversos aspectos, desde comerciais até sociais e inevitavelmente políticos, existentes dos dois lados do Atlântico, com repercussões no Louvre, Chambord, Fontainebleau e outras mansões da côrte.

O perigo era atentamente acompanhado pelo govêrno portuguez, informado não só por diplomatas e espias, como também por homens eminentes da estatura de Diogo de Gouveia, erudito, dotado de grandes méritos, erigido pelos franceses reitor do Colégio de Santa Bárbara, o principal de Paris. Era de parecer, êste notável súdito, eclesiástico e conselheiro de D. João III, que os patrícios contemporizassem em ma-

téria colonial. Via no assunto mais uma questão a ser resolvida pelo tempo do que pelas armas portuguesas. Através do que presenciava das janelas colegiais, o Rei de França e Carlos V, o poderoso adversário que o envolvia por todos os lados, no Escalda, Pireneus, Reno, Alpes, Atlântico e Mediterrâneo, além da Suíça, onde o Valois tinha de lhe disputar a pêsso de ouro o auxílio ou a neutralidade dos cantões de Uri e de Unterwalden, fornecedores de soldados. No seu entender, a melhor atitude era não se imiscuir na contenda e esperar o desfecho dos acontecimentos, tanto mais favoráveis aos lusos quanto mais enfraquecidos se tornassem os contendores. A traça inspirada pelos sucessos a um espírito agudo, familiarizado com o meio e admiravelmente advertido, não tardou a se evidenciar acertada.

Aconselhava na emergência o padre a fundação de povoados no litoral brasileiro, na zona mais procurada pelos interlopos, como meio seguro de afastá-los, preferível a incertas tentativas de intimidação contra adversários tão animosos e dotados de meios, e que, a despeito da hostilidade de Castela, continuavam temíveis. Ademais, os portugueses também se encontravam abarbados com o implacável sorvedouro de vidas e de recursos representado pela Índia. Preconizava, daí, Gouveia, o que julgava mais procedente na hora. A presença de régios funcionários em feitorias rodeadas de tranqueiras e de tabas indígenas aliadas, que levantassem dificuldades ao tráfico dos concorrentes, em número de sete ou oito em sítios-chave, *“pera defender aos da terra, que não vendam brasil a ninguém”*, plenamente asseguraria a soberania lusa pelo desânimo causado aos interlopos, pois *“o não vendendo as naos não hão de querer la ir pera virem de la vazias”*, palavras sábias, dignas da prudência do varão que as proferia.

Se bem lhe assistisse tôda razão, a medida era demorada de organizar e era necessário, enquanto isso, distrair Angô, pouco entibiado por bombardas e muito capaz de levar a ferro e fogo quantas tranqueiras no Brasil lhe opusessem. As medidas a serem postas em prática deviam abranger vários expedientes, inclusive, até, ajustes diretos com Angô, que também padecera graves prejuízos em homens, navios e capitais. Aconselhava lhe oferecessem subvenções anuais e mais vantagens, à guisa de tributo para não importunar aos lusos na América. Deslocava-se assim a questão do terreno armado para o de manejos diplomáticos, e, em vez de pólvora, seriam empregados amenos argumentos.

O insucesso do Rei de França na Itália pareceu mudar o aspecto da questão. A desdita em que se viu repentinamente lançado mudava os termos do problema. Mandou na adversidade o Valois emissários a D. João III com pedido urgente de quatrocentos mil cruzados ouro de empréstimo para satisfazer parte das exigências do resgate impôsto pelo Imperador. Era a oportunidade que se apresentava — supôs D. João III — para resolver a pendência colonial. Tão afobado se sentiu, que desprezou os conselhos de Diogo de Gouveia. Pretendia aproveitar o revés de Francisco I para lhe extorquir o máximo de concessões. Propôs emprestar apenas cem mil cruzados, além de receber em troca quinhentos mil de Angô pelos danos que o diepense lhe infligira. A exigência, profundamente irritante pela semelhança com a do abutre em circunstâncias parecidas, ofendia e exasperava. Soberbo de natureza e cômico de sua fôrça, casualmente toldada pelos acontecimentos, mas longe de destruída, repeliu Francisco I a acintosa oferta e, assim que voltou ao trono e retomou a direção dos negócios públicos, passou a hostilizar de modo ostensivo a Portugal nos mares. A consequência

foi Angô beneficiar-se do caso. Não só deixou de indenizar ao Aviz como ainda recebeu do Valois a carta de corso que Diogo de Gouveia tanto temia.

O efeito foi imediato para o comércio português. Servira de pretexto para o decreto a captura efetuada em Lisboa de dois navios franceses ali arribados em consequência de temporais. Inspeccionados no pôrto pelo fisco descobriu-se carga proveniente de roubos praticados na América contra espanhóis. A atitude dos portugueses no caso foi acoimada de parcial a favor dos castelhanos por Francisco I. Em outra circunstância haveria processo por parte dos prejudicados, discutidas as razões perante competentes tribunais, limitada a intervenção diplomática aos interesses privados dos armadores. Desta feita, antes de qualquer reclamação processual, como era comum em casos semelhantes, autorizava o Rei de França a Angô a tomada de bens portugueses até 260 000 ducados, cifra enorme para a época.

Neste mesmo ano de 1531 falecia João da Silveira, no momento em que a sua experiência e habilidade eram mais necessárias aos negócios portugueses. Piorava a situação de Portugal, ao passo que se expandia magnífica a dos adversários, a despeito de reveses momentâneos, de que se levantavam mais poderosos que nunca. Era o inevitável reflexo de solos providos de fertilidade e abundância de produções, em contraste com outros delimitados a poucos vales aproveitáveis entre serranias agrestes, uns imunes a efeitos de maus governos, outros forçados a procurar, pela pobreza da terra, melhoras de vida além fronteiras. A regra encontrava demonstração insofismável na euforia dos portos normandos ante as aperturas da Casa da Índia ou da Feitoria de Flandres. Uma dessas manifestações consistiu na festa ocorrida em Rouen em 1531 para comemorar as pazes

de Francisco I com Enrique VIII de Inglaterra. Chamavam na Normandia “*momerie*” ao gênero, que atraía multidões das vizinhanças e mesmo de Paris. Compunha-se de representações ao ar livre, bailados, recitais, desfiles, comedeiras e bebedeiras, em que encontramos freqüentes alusões ao surto marítimo intensificado na hora e a terras longínquas cuja lembrança era a consequência.

Um dos carros alegóricos fôra dedicado à “*Astronomie a Renommée, Par le Vertueux Ptolémée*”, como proclamavam dísticos alusivos ao destino da homenagem visivelmente inspirada pelos progressos náuticos. Havia também menções ao Extremo Oriente num passo a apontar, “*Sa Simarre brillante & fine, Vient du Royaume de la Chine*”. O principal do desfile era, porém, a parte triunfal composta de trono carregado por oito negros, com escolta esplendorosa de cavaleiros ricamente vestidos. Sobre o dito, havia dossel trazido do Brasil, trançado de penas de côres vivas e sob o qual estava um pajem “*orné de petites plumes des Indes méridionales, qui se présenteoit a demy nud avec une espée entre ses deux mains*”, preocupação decorativa a denunciar o aprêço da arte plumária dos Tupi na Normandia. A festança, de que damos apenas ligeiro extrato, era símbolo da situação de momento, tão ingrata para o luso a ponto de obrigá-lo a recorrer, em nunca vista escala, à arma da corrupção.

O encarregado do mister, sucessor de Silveira, era D. Antônio de Ataíde, valido de D. João III pelo desvêlo e inteligência que demonstrava em negócios públicos. Prudente e avisado, partilhava o futuro Conde da Castanheira as vistas de Diogo de Gouveia. Também via, nas condições em que se encontrava Portugal, melhor caminho em contornar o obstáculo levantado pela ambição do Rei Francisco e de seus normandos,

a enfrentá-lo pelas armas. Ademais, nas instruções que recebera constava a recomendação de eventualmente, acaso se mostrasse o Valois irreduzível em revogar a calamitosa carta de corso, procurar acôrdo com o próprio Angô. Antes, porém, desta última solução, alcançou-se o intento graças à inconfessável cumplicidade de um dos mais altos personagens da administração marítima francesa.

Tratava-se do almirante Chabot, companheiro de infância de Francisco I, indivíduo dissipador e leve de escrúpulos, sempre às voltas com dívidas e à procura de meios de conseguir dinheiro. São por demais conhecidas suas intrigas cortesãs para que tenhamos de lembrá-las a fim de situar o homem. Pertencia aos parciais da duquesa de Étampes, amante do Rei, na competição política contra Diana de Poitiers, amante do Delfim. Nessas condições era o ideal para pescadores em águas turvas, como no momento apareciam Diogo de Gouveia e Antônio de Ataíde, apoiados pelo que traziam na burra da embaixada. Com tais recursos alcançavam, até, abrandar a agressividade dos diepenses, os quais, na qualidade de bons mercadores, se inclinavam a aceitar ofertas tentadoras às vêzes preferíveis a porfias incertas. Na ocasião resolveram os prejudicados pela alfândega de Lisboa aceitar negócio seguro a problemáticas esperanças dependentes de soberano sempre atenuado por dificuldades. Resolveram, daí, aceitar os sessenta mil cruzados de indenização, em vez de esperar pela captura de navios lusos até a quantia estipulada pelo Rei. No negócio, o dito almirante, que igualmente comandava os portos normandos, recebeu dez mil cruzados, além da riquíssima tapeçaria encomendada pela feitoria portugêsa nas Flandres, mais tarde prova no processo intentado pela Coroa a Chabot quando, momentaneamente desprovido por intrigas do régio vali-

mento, teve de responder a malversações praticadas no governo da Borgonha e alhures.

Outros contratemplos infelizmente sobrevinham incessantes a perturbar relações entre portugueses e franceses. O pleito de *La Pèlerine*, cuja origem mencionamos há pouco, prosseguia virulento nos tribunais com lamentáveis repercussões no público e nos escaninhos oficiais. Reclamava Saint Blancard a enorme soma de um milhão e setenta e três mil escudos de indenização, à guisa de "*domâges intérêts*", encastelado no pôsto de almirante do Mediterrâneo, situação muito incômoda para quem quisesse manejá-lo como se praticara com simples mercadores. Saint Blancard não admitia tratamento idêntico, e, para melhor alicerçar pretensões, desandou em prender quanta nave lusa lhe aparecesse ao alcance. Estavam sem sorte os portugueses, os quais depois de se verem às voltas com flibusteiros normandos no Atlântico, tinham de se haver com outros no Mediterrâneo. O resultado foi o apresamento da nau *S. Maria de Monserrate*, surta em Toulon, e mais violências se aprestavam quando D. João III, ciente do perigo e prejuízos em perspectiva, resolveu carregar nas medidas sonantes.

Delegou como refôrço da embaixada em Paris, sob pretextos especiosos, outro fidalgo do maior valimento e posses, de nome Bernardim de Távora. Seguiu o diplomata, com enorme séqüito e gericos de carga colmados de presentes da mais alta valia, no intuito de incentivar subôrno na côrte francesa. A cada um dos filhos do chanceler Duprat, ao grão-mestre Montmorency (tido por um dos mais gananciosos figurões de Fontainebleau, pertencente à facção de Diana de Poitiers), ao seu inimigo Chabot, da facção da duquesa de Étampes, e mais personagens prometia pensão de quatro mil cruzados anuais. Desenvolvida a distri-

buição de peitas segundo informações colhidas *in loco*, modificou o agente del-Rei as quotas, estendida para seis mil cruzados a parte de Chabot e diminuída a dos companheiros. Simultâneamente, em Lisboa, era apresentado o embaixador de França Honorato de Caix — apelido a denunciar origem normanda — com soberbo diamante das Índias, dos mais belos até então descobertos no Oriente.

Tais manejos não passavam em branca nuvem perante Angô e companheiros de sindicato. Na qualidade de armador em Dieppe não podia atacar de frente ao superior, mas dispunha de outros meios para chegar aos fins. Começou por associar às suas emprêsas contra lusos a Charles du Bec, vice-almirante, pôsto logo seguinte ao de Chabot, com direito à parte das tomadas sôbre iberos. Para influir no chanceler Duprat, que expedia cartas de marca, conseguiu recomendação de Margarida de Navarra, filha de Catarina de Médicis, futura Rainha de França, também muito acessível a propinas. Isto feito, a fim de conter Chabot, apresentou-o com magnífico diamante não menos valioso que o de Honorato de Caix. Dêste modo conseguiu excepcional situação a poder de seus barcos e dos pertencentes ao sindicato e mais mercadores da região, voltados contra a navegação que tanto sacrifício custava a Portugal manter.

Nos planos que gizara constavam assaltos indiferentemente contra espanhóis e portugueses, a serem efetuados nos pontos de reunião e de abastecimentos das frotas daquelas nacionalidades. Ia, entretanto, juntar os adversários, estreitamente unidos D. João III a Carlos V, irritados pela audácia do sindicato, temerosos de maiores prejuízos. Delegou, daí, o Imperador mais um representante junto à côrte francesa, para reclamar a revogação das cartas de marca, como lhe assis-

tia direito em virtude do estado de paz vigente, segundo praticou sob forma de embaixador especialmente enviado à França para tratar do assunto. Ante a situação, não perdeu Antônio de Ataíde oportunidade para intensificar suborno numa côrte onde até Príncipes de Sangue Real se ofereciam para receber dádivas de inimigos do seu país.

Valeu a Portugal nova crise deflagrada pela luta entre Francisco I e Carlos V, recomeçada mais encarniçada que nunca depois de pequena trégua, tão-só intencada para recuperar fôrças e recomeçar com maior intensidade. As aperturas daí decorrentes para o Valois o levaram a contemporizar com o Aviz. Açaimado pelas circunstâncias, necessitado mais que nunca de dinheiro, admitiu em 1535 um tribunal de prêsas para dirimir daí por diante as questões pendentes e futuras entre as duas nações. Decretou mais, proibição de franceses incursionarem no Brasil, o que implicava o reconhecimento do monopólio português, o *Mare Clausum*, a abranger a região.

Não duraria, entretanto, muito tempo o ajuste assim estabelecido. A mesma necessidade de dinheiro que sugerira as medidas lenitivas por parte de Francisco I, logo depois lhe havia de sugerir apoio a normandos e bretões, que se não conformavam com a perda do vasto campo de ação onde exerciam frutuosa atividade. São conhecidas as queixas por êles apresentadas, consignadas na *Crônica* de Pierre Grignon. Segundo um dos pilotos de Angô assegurava, caso o govêrno francês desse autonomia de ação aos negociantes dos portos marítimos em relação ao Brasil, não tardaria a posse do litoral, onde podiam contar com decisiva ajuda dos indígenas, "*sans autres armes que la persuasion et les bons procédés*".

Nessa altura deu-se o ápice do poderio e valimento de Angô. Em 1535 recebeu com o maior esplendor ao soberano no solar de Dieppe. Prendia-se a presença do soberano na Normandia à imitação dos romanõs em formar legiões para combater Carlos V. O presidente do sindicato ambicionava o cargo de Governador militar de Dieppe, de sorte que se ofereceu para receber o Rei à sua exclusiva custa e esmerou-se em hospedá-lo do mais esplendoroso modo possível. *“Reçu en grande pompe”* pelo súdito, escreve Eugène Guénin, proporcionava ao mesmo, *“L’occasion de faire sa cour à son bon maître”*. A vantagem foi explorada ao máximo pelo ambicioso e atilado argentário. *“François I etait fastueux”*, continua o comentador, *“aimait les arts, s’intéressait à la navigation et aux explorations lointaines; Ango sut lui ménager dans sa bonne ville un accueil vraiment royal et lui offrir dans sa splendide habitation de la Pensée au milieu de ses richesses artistiques en grande partie dues aux maîtres italiens, une hospitalité qui devait plaire au monarque”*, além do mais, adornada por lembranças do Brasil a todo instante vistas na mais considerável e rica mansão da cidade.

Não admira que, possuídos da psicose, a estender-se desde o Visconde governador até o mais ínfimo sócio do sindicato, tomados de certo modo de espírito de rebelião, persuadidos de que as peias opostas à sua atividade derivavam de intrigas palacianas promovidas por agentes portugueses na côrte, teimavam Angô e parceiros em dirigir navios para as possessões portuguesas, a exemplo do que tinham praticado outros, dispostos, até, a colocar Chabot na sociedade. Na mesma época tinham celebrado G. d’Agingcourt e Huet, mercadores em Rouen, contrato com o dito em que, a trôco de licença e mais favores do almirante, se obrigavam a *“bailler et livrer audit Chabot tout ce Brésil*

(lenho de tinturaria) *qu'ils rapporteront*", caso tivessem na ida ou volta da África de arribar na América do Sul e embarcassem gêneros para se ressarcir de prejuizos. O mesmo praticavam os do sindicato, como sucedeu com o navio *La Michele*, que recebeu carga na Guiné, composta de pimenta, almíscar, prêsas de elefante e animais exóticos. Na volta para o pôrto de armação, escalou no Brasil, como em geral faziam os barcos de Angô, a fim de completar a carga, num tal "*havre d'Aster*". Era dos ancoradouros visitados por normandos, onde era possível contar com o auxílio da indiada para conseguir ibirapitanga. Acontece que, desta vez, foram atacados e aprisionados pelos portugueses. Na Guiné repetiu-se o revés com outros dois companheiros do precedente, a saber, a *Alouette* e *La Musette*, ambos investidos por fôrças superiores quando pretendiam seguir para o nosso litoral.

Almejava vivamente Francisco I revidar tais golpes, insidiosamente vibrados pelos mesmos que no Louvre se apresentavam blandiciosos. A guerra com o Imperador lhe empecia no entanto o desejo. Em todo caso, no intuito de preparar as coisas neste sentido assim que estivesse de mãos livres, solicitou ao Sultão de Marrocos base na costa da Berbéria, destinada a receber gente fornecida pelos súditos armadores normandos, bretões e guyenenses, a fim de assolar os mares nas proximidades das Colunas de Hércules. Em 1533 partiu a galé *St. Pierre* da Normandia sob comando de um pilôto de Savona, dos muitos estabelecidos no Havre para dirigir construções navais, auxiliado por um antigo comandante de aventureiros gascões erigido em embaixador junto a muçulmanos. O resultado da tentativa foi medíocre a despeito das dez mil libras que o Valois lhe concedera. Desinteligências entre os componentes da embaixada puseram tudo a perder, todavia, o interessante do caso

consiste na relação dos presentes enviados por Francisco I ao soberano do Magreb. Compunha-se, segundo os termos da lista ainda existente, "*de choses exquises: monstres dorés, petites horloges sonnantes les heures, estuictz doréz de peignes d'ivoire, javelines du Brésil, les fertz doréz et enrichis de perles, etc...*". Desperta curiosidade saber que seriam as tais javelines do Brasil. Flechas de Tupinambás? Ou zargunchos adornados de vistosas penas pertencentes à arte plumária tupi apreciadíssima por europeus da época?

Tentativas de perturbação do *status* laboriosa e custosamente conseguido pelos agentes portugueses à côrte de França, perduravam, destarte, sempre prontas a deflagrar logo que o monarca francês celebrava tréguas com o seu principal adversário. Registrada uma dessas acalmias em 1540, imediatamente recomeçou efervescência entre adversários de Portugal. Sofrera Chabot eclipse nos favores régios, resultado de intrigas de seus inimigos encabeçados pelo condestável de Montmorency, pelo menos tão ganancioso e inescrupuloso quanto êle, pois, todos os cortesãos do Louvre pareciam obedecer a um molde só. Os acontecimentos alvoroçavam normandos e bretões para maior angústia dos representantes de Lisboa, agora dirigidos por Rui Fernandes, substituto de D. Antônio de Ataíde promovido a ministro da Fazenda.

Revogara o régio conselho o decreto que obstava a ida de franceses ao Brasil. Não sem grande custo precisava o nôvo embaixador de acudir à nova crise justamente quando o luso tinha de se haver na Índia com a frota de 76 navios enviados de Constantinopla para apoiar o Sultão de Guzerate contra D. João III. Redobrou de esforços o embaixador a poder de dádivas que iam desde jóias, a dinheiro sonante, distribuídos à Rainha, ex-soberana de Portugal, viúva que fôra de D.

Manoel I, à duquesa de Étampes favorita do Rei — gananciosa a ponto de ser empregada como espia por Carlos V, situação que lhe permitia auferir gordos proventos dos dois adversários; ao condestável do reino e ao cardeal de Lorena, além de muitos outros figurões. O próprio soberano recebia presentes para se predispor a abandonar os interesses dos súditos, e, se acaso aparecia na congérie palaciana alguma voz discordante, como a do chanceler Poyet, encarnizado de mãos dadas com o condestável, em provocar a queda de Chabot, provinha tão-só de rivalidades escusas, em que discussões em tórno do tráfico de tinturaria não passavam de mero pretexto. Graças ao recurso, conseguiu Rui Fernandes amainar a efervescência do sindicato e dos seus parciais na côrte e, à guisa de comêço para melhores negociações, delimitar, com ajuda da duquesa de Étampes, determinada zona, onde os normandos a título precário podiam colhêr pau-brasil.

Entre os incidentes ocorridos na ocasião havia característicos da maneira como se desenrolavam tais intrigas. Insistiu o chanceler Poyet junto do embaixador luso para que revelasse a natureza de suas relações com o almirante Chabot, vilania repelida por Rui Fernandes. Vedava-lhe semelhante deslize a sua hombridade, demonstrada desde quando fôra feitor nas Flandres, motivo, por sinal, da sua escolha para embaixador em Paris, assim como o velho princípio de que representante de govêrno em atividade no exterior jamais denuncia agentes escorreitos ou duvidosos que emprega. O eclipse, por outra, do almirante Chabot, de tanto auxílio para os lusos, poderia causar graves estorvos ao diplomata. Mas assim como o favorito de Francisco I sofreu rasteira do partido contrário, pouco depois chegaria a sua vez de retribuí-la aos inimigos e recuperar o valimento anterior, sacudidos os paços de França, em

Paris e Fontainebleau, pelos escarcéus políticos próprios de crises profundas e sem remédio. Do mal que produziam, beneficiavam-se os concorrentes tanto no Brasil como nos demais sítios onde apareciam como perigosos competidores.

A Providência velava sôbre Portugal. As dificuldades do Tesouro francês depois de guerras infundáveis, com resultado aleatório para os contendores, desencadeamento de ambições favorecidas por dinastia sem virtudes para dominá-las pela razão, fermentos de dissensões religiosas a transbordar no terreno político, conseguiram empecer os recursos produzidos pela prodigiosa riqueza da França, a maior da Europa, origem do secular provérbio alemão "*Gluck wie Got im Frankreich*" causa de outras guerras e invasões. As oportunidades que aos concorrentes da coroa proporcionavam, permitiram que os portugueses, a despeito do báratro indiano, instituíssem e sustentassem o regime das capitânicas no Brasil, destinado a afastar normandos e bretões do seu litoral. A morte de Francisco I, em pouco seguida pela de Angô, velho, arruinado, desanimado, reforçaram a situação do luso no oceano e territórios ultramarinos. Completaria a obra o terrível fator de dissolução constituído pelo cisma religioso que ia dividir os franceses, principal causa do malôgro da empresa de Villegagnon, derradeira e mais perigosa tentativa colonialista da França contra lusos no setor costeiro sulino do Brasil.

No correr da longa competição é indubitável que os franceses devem ter descoberto largos tratos do nosso litoral. Desde 1503, talvez antes, começaram a palmilhar os seus contornos do cabo S. Roque a Cananéia, em tão demorado e completo devassamento à procura de lenho vermelho, que ancoradouro algum em ilhas ou terra firme deve ter-lhes escapado das vistas, fato muitas

vêzes sucedido antes de lá aportarem outros europeus. Por mais de meio século normandos e bretões, estimulados por Angô e sócios, empreenderam sucessivas viagens às regiões onde, no dizer de um armador, encontravam junto ao gentio amizade que por si só asseguraria o domínio francês desde conseguisse o govêrno conter os portuguezes. Pena não deixassem mais testemunhos dessa freqüentação, além dos restos de ornatos existentes em Rouen, Dieppe ou Varangeville. Encontra-se ainda alguma notícia em pleitos e reclamações diplomáticas e outras, mas desapareceram inestimáveis cimélios iconográficos como sucedeu a Paulmier de Conneville na faixa do trópico onde veio a conhecer Essomeric.

Na indigência de documentação temos neste período, em grande parte compreendido na proto-história, de nos orientar por indícios que, a despeito de conjecturais, são, entretanto, muito admissíveis. Em nosso entender a maior demonstração dos descobrimentos franceses no Brasil consiste na declaração, perante tribunal, de Angô, ou de algum parceiro de sindicato, em defesa do direito conquistado pelos marujos normandos, "*onques chrestien n'estoit encores allé...*", digno de registro nos anais históricos da diplomacia colonialista.

O SUCESSO DO DOMÍNIO LUSO

Firma-se Portugal na América com o enfraquecimento dos franceses. Cogita D. João III de medidas de polícia para defender o Brasil. Amadurece a idéia da sua divisão em capitánias hereditárias.

O Sucesso do Domínio Luso

Vencera D. João III o passo mais aziago do seu reinado ao assistir à morte de Francisco I em 1547. Conseguiu ainda viver dez anos depois de desaparecido o maior obstáculo à sua política americana expansionista. Sobejava-lhe agora tempo para dedicar vistas solícitas ao maior domínio da monarquia, em pouco o seu arrimo, fonte de recursos, compensação às perdas na Índia. Não fôsse o Brasil, como já dissemos, desvanecer-se-ia no século XVII a lusa Coroa esgotada pela aventura no Extremo Oriente, falta de recursos financeiros, sem elementos humanos bastantes para manter a posse de imensos territórios. A América surgia como provável fonte de contribuições metalíferas semelhantes às que tinham permitido a Carlos V levar a melhor contra o Valois. A esperança despertou o interêsse do conselho del-Rei pela enorme extensão de terra que possuía além-Atlântico e, inda depois de promissora-mente iniciado o surto açucareiro, continuavam os delegados reinóis no Brasil a indagar por ordem do govêrno pelo ouro que devia existir no âmago do sertão.

A obra dos primeiros povoadores brancos espalhados pelo litoral, principalmente nos sítios de embarque de lenho vermelho, continuava a frutificar para maior

facilidade da conquista. Simplificava planos ambiciosos, aproveitado o desejo do silvícola em obter utensílios metálicos dos ádvenas e expectativa de armas para empregá-las contra os adversários locais. Por sua vez, o branco aproveitava-se da ingenuidade do hospedeiro para conseguir a bom preço a ibirapitanga e preparar a posse definitiva da terra. Perturbou a posse dos portugueses a competição normanda, mas assim que arrefeceu com falta de apoio oficial, seguido pelo descalabro financeiro de Angô, melhorou consideravelmente a situação do competidor, de mãos livres para organizar possessão por completo, diversa da emprêsa do Oriente.

Ao invés de complicadas transações com régulos de custoso e ingrato convívio, dificultado para mais pela intriga muçulmana e à testa de enormes populações, de cultura demasiado desenvolvida para permitir outro domínio além do proporcionado pelas armas, encontrava o luso no Brasil fértil orla costeira, recortada de rios onde as naus da Índia podiam refrescar e o reinol refugiado nas tabas cuidar de início de culturas com as sementes e mudas que os patrícios lhe traziam, auxiliado por gentio extensamente dividido entre si. Não podia sonhar a monarquia melhor terreno para reproduzir a sua imagem além-Atlântico, em desdobramento de províncias e população. Infelizmente interveio nesse momento a alma rapinante do europeu dominada por incoercível cobiça. Cego como se encontrava, aturdido pelos "fumos da Índia", não percebia a vantagem oferecida pela dádiva dos céus de que Pedr'Álvares fôra o portador. Seria de muito preferível para êle, português, comprimido pelo espanhol na Europa, decuplicar-se livremente na América, a alimentar esperanças de se arredondar à custa do poderoso vizinho, como sòmente por acaso quase sucedera no curto espaço da vida do Infante filho de D. João II.

O colonialismo em plena gestão na Casa da Índia opôs-se terminantemente ao que proporcionaria ao pequeno reino a grandeza procurada no Extremo Oriente. O europeu não via fora de seus pagos outra coisa mais do que terreno de exploração imediata, intensiva, levada a cabo com a maior brutalidade, obediente ao impulso mais objetivo, utilitário e rapace de que há memória nos anais da humanidade. A psique assim constituída manteve-se, por espantoso pareça, inalterável até nossos dias. Não teve outro motivo a ruptura de 1822, em que entraram em conflito a intuição política do último soberano absolutista e o chamado espírito liberal da estúpida assembléia legislativa de Lisboa, composta de pequenos burgueses, animada de inconcertável colonialismo, apoiada pelo sentir unânime de todo o povo, incluídos intelectuais e mais figurantes da sociedade lusa do século XIX. A despeito da impossibilidade de voltar atrás, de "recolonizar" o Brasil, continuou o vêzo opressivo na mente do luso até a primeira conflagração mundial de 1914, sòmente passado de ocupação militar do litoral a hegemonia mercante parasitária nas cidades. Isto perdurou, pôsto debilitado, na antiga metrópole até estourar a segunda guerra em 1939, quando para todo sempre desapareceu. Como vemos, acompanhou o espírito colonialista luso, a se manifestar nos mais variados setores da vida material e intelectual, o modo de pensar comum do europeu de qualquer longitude e latitude, igualmente fenecido na mesma data. Trata-se, portanto, de sentir generalizado, a abranger os representantes da antiga cristandade, causador da dobrez ética do europeu, não raro perfeitamente escorreito, digno e pundonoroso no trato com outros europeus na Europa, mormente com os da própria nacionalidade, e partidário do roubo qualificado nas relações com antípodas. Onde houvesse riquezas, pertenciam por direito

ao ocidental melhor armado, monstruosa aberração ainda presente em estadistas ingleses, franceses, holandeses, belgas, etc., da atualidade, se bem tenham mudado os tempos e diminuído o alcance espoliador do homem do Ocidente.

O primeiro ensaio do drama impôsto pelo destino e que se desenrolaria no Brasil, começou com o ingresso do branco na taba índia. A missão do mesmo dependia, porém, do apoio que lhe daria aos poucos, com enorme atraso e dificuldades, a metrópole. Este auxílio, consistente em lhe conceder meios de elevar povoações, dependia de intrigas diplomáticas tecidas a centenas de léguas de distância, nos corredores e antecâmeras de palácios reais. Do que inferimos do episódio, navegou D. João III com rara habilidade entre os parcéis semeados na sua rota pelas circunstâncias. Soube rodear-se de valores como D. Antônio de Ataíde, ex-embaixador em França, e mais assistentes do mesmo naipe, aos quais prestava ouvidos e estendia inteiro apoio no que solicitassem. Grande parte das vantagens que Portugal auferiu no momento de nações poderosas devem ser atribuídas à pertinácia, acêrto e descortínio, que o pintam diferente do avantesma fanático, obtuso e incapaz, apresentado por Alexandre Herculano e outros, pelo fato de o Rei acreditar na aventura da Índia.

Em certo momento a situação se entenebrecera para Portugal na América quando Francisco I prestou maior auxílio ao sindicato de Angô. Coincidia com o recrudescer de agitação no Oriente e demonstrações de Carlos V em participar do tráfico de especiaria na região que o luso considerava sua, inda antes da aquisição das Molucas. A conquista das Filipinas pelo Imperador deixava claramente transparecer a intenção, pois o arquipelágo se situava na indubitável zona por-

tuguêsa. Nessas condições, sem defesa permanente no litoral brasileiro a sua perda era questão de pouco espaço, melhor recebidos os concorrentes franceses que os portugueses nas tabas, onde em muito maior número afluíam.

Por êste motivo, alegavam os normandos reunidos em tórno do Visconde de Dieppe, nos pleitos contra D. João, terem direito aos territórios onde pela primeira vez apparecera homem cristão. Descobertos por navegadores franceses, diziam normandos e bretões possuir mais direito aos mesmos do que concorrentes apenas estribados numa concessão de Pontífice espanhol, sem valor para os súditos do soberano francês esbulhado na repartição do mundo. A tese se tornava irretorquível quando apoiada pela fôrça. Sobejavam-lhe requisitos além da voz dos canhões, para argumentar em transações diplomáticas, tanto mais na hora do esvair da doutrina do *Mare Clausum* defendida pelos iberos unânimamente repelida pelos inúmeros concorrentes que nas colônias despontavam. A certa altura, não teve remédio o embaixador Rui Fernandes, devidamente aprovado pelo govêrno de Lisboa, senão admitir a pretensão francesa garantida pelos navios de Angô e parceiros. Com grande mágoa e apreensão pelo futuro, viu-se compelido a conceder *Mare Liberum* aos súditos de Francisco I, em largo setor brasiliense onde era encontrada a ibirapitanga.

A capitulação assumia aspecto de calamitosa derrota, cujas conseqüências na hora ainda não era possível avaliar em tóda extensão. Pôsto não manifestassem no momento os franceses intenções de se firmar por meio de estabelecimentos estáveis no litoral brasileiro, a enorme desproporção de recursos entre a França e Portugal agourava próxima absorção de todo o território

pela primeira. Difícilmente poderia D. João III resistir ao apetite dos concorrentes, empenhado como se via em duas frentes, demasiadas para suas escassas fôrças. Valeram na circunstância, deveras ameaçadora, para as desmedidas ambições do pequeno reino, fatores inesperados, de todo estranhos aos habituais computados nos cálculos em uso no concôrto de nações, que beneficiaram aos portugueses na América, como outros completamente diversos mas não menos ponderáveis os beneficiavam no Oriente. As dissensões entre adversários figuravam em primeiro lugar. O avanço dos turcos na região do mar Vermelho e a desesperada resistência dos árabes à despótica absorção, assim como a divisão, subdivisão e fracionamento dos régulos na Índia, prolongavam o tráfico da especiaría ao monopólio luso do mesmo modo que as lutas religiosas iam debilitar os franceses com maior e mais funda intensidade depois de Francisco I do que no seu reinado as guerras contra Carlos V, e a conceder completa liberdade aos portugueses na conquista do Brasil.

O estabelecimento das capitánias fôra paulatinamente preparado pelas sucessivas expedições devassadoras que tinham surgido no litoral doado ao luso por ajustes com o castelhano e por um Pontífice da mesma origem. No imenso trabalho preparatório, verifica-se que quase tanto se beneficiaram os agentes de D. João III da ação de franceses nas tabas, como de súditos portugueses em iguais condições. Todos familiarizavam o índio a tratar com brancos, e, inda quando êstes se mostravam desavindos entre si, os vestígios que deixavam nas tabas mais tarde redundariam em benefício do dono definitivo do lugar, fôsse luso, fôsse gaulês.

Mencionamos em capítulo anterior, em rápido resumo, as principais viagens conhecidas que estiveram

no Brasil do comêço do século ao regime das capitánias. Temos de enumerá-las agora mais detidamente para avaliar melhor o seu alcance no período que antecedeu a promulgação do decreto assegurador do domínio luso da bacia do Amazonas à do Prata, no território conhecido por Estado do Brasil, antes do emprêgo da palavra "*colônia*" na acepção moderna, que no final de contas vem a ser a mesma coisa.

DEPOIS DE VESPÚCIO

Viagens de exploração, escalas para o Oriente e para carregamento de madeira corante. Tentativas do govêrno português em se estabelecer no Prata. O espanhol não consente, de primeiro interessado no acesso da Índia pelo sul da América, depois na riqueza americana de que o grande rio seria escoadouro.

Depois de Vespúcio

Acêrca das primeiras navegações no Brasil depois de Vespúcio, dispomos de escassas notícias fidedignas. O florentino, como vimos, contornou em 1493 não só os cabos de S. Roque e de S. Agostinho, como teria subido algumas milhas do chamado Mar Doce, mais tarde Rio das Amazonas. A seguir temos a expedição também de Vespúcio, “sòmente para explorar” o acesso pelo sul da América a Cataio, a preceder as navegações atribuídas ao contrato de Fernão de Loronha e consócios com a Fazenda Real, em que se obrigavam a mandar todos os anos navios explorar trezentas léguas de costa da Terra de Santa Cruz a trôco do monopólio do lenho vermelho.

Não sabemos como funcionava o dito ajuste, nem como foi iniciado, desenvolvido e terminado. Conhecemos apenas algumas de suas conseqüências, por sinal, confundidas com as de outras expedições, segundo carta de mercador italiano estabelecido em Lisboa. Pela missiva infere-se que o prazo do contrato começaria em 1502 para terminar em 1505, entre as duas últimas viagens do florentino. A mesma política financeira alude el-Rei D. Manoel I no texto do decreto que especifica os privilégios concedidos a mercadores alemães de Lubeck e da Hansa (são os têrmos do mesmo)

estabelecidos em Portugal. A respeito do ajuste não existem dúvidas; onde começam é quanto aos feitos em matéria de descobertas praticados pelo chefe do consórcio arrendatário. A maioria dos estudiosos do assunto é de parecer jamais ter sido Fernão de Loronha judeu, como diz o tal relatório de Lunardo da Cá Masser, nem sócio exclusivo de cristãos novos, nem, tampouco, explorador por conta da firma. Era personagem demasiado importante no comércio lisboeta para poder dissipar longo espaço de tempo em aventuras incertas, como eram as travessias do oceano em cascas de noz. Nem todos os mercadores grandes e pequenos, chefes de casa ou simples agentes, eram providos da curiosidade científica e espírito de aventura de um Américo Vespúcio. Assim, quando encontramos referências a descobertas do armador, devemos entender que foram obras de seus marítimos e não realizadas por êle em pessoa.

As providências intentadas nesta altura pela coroa portuguesa não se destinavam a auferir proventos imediatos — que significavam alguns quintais de pau-brasil e umas poucas arrôbas de algodão para quem dispunha de toneladas de especiaria da India! — pareciam, até, no rol, mais valiosos papagaios e micos que outras produções além do lenho de tinturaria. Mais importante se lhe afigurava a passagem para o Oriente, anunciada por Vespúcio. Não tardou a se verificar certa a teoria do florentino. Precisou, daí, o govêrno, cogitar da sua defesa, tanto mais quanto surgia estonteante a lenda de riquezas nas mãos dos índios do Paraná, mais alimento para o braseiro de ambições a caracterizar a época, prêsa da idéia de rápida fortuna garantida pela goela de bombardas.

A falta de dados não nos permite conclusões seguras acêrca dos pormenores das emprêsas marítimas

que nesta quadra precederam as coloniais pròpriamente ditas. O máximo a se inferir do existente em matéria de documentação se delimita em entender as determinantes da mal conhecida atividade, nada mais. Podemos através do conhecido, quanto à régia política, seus recursos, anseios, necessidades e diretrizes, nos aproximar das causas e dos efeitos, mas não da maneira como evoluíram. Logo na primeira notícia sôbre incidentes provocados por choque de ambições que tiveram por palco o Brasil, caímos em plena incerteza. Noticiam cronistas antigos combate naval ocorrido em 1504 entre normandos e navios supostamente do consórcio Loronha, em setor da costa onde se colhia ibirapitanga. Certos indícios, tais como analogias e repetições entre êste episódio e outro registrado não muito depois, levam a crer em confusão de datas, comum num tempo de copistas omissos e dificuldade de impressão, e, acima de tudo, quando havia pouco interêsse de publicidade por parte do dono em tórno de possessões indefesas.

Em 1506 firmou-se nôvo contrato com Fernão de Loronha, o qual nos traz mais alguma notícia, sempre, porém, de forma lacunosa, sôbre novas emprêsas comerciais no Brasil. As expedições a que deram causa, alternam com a visita das naus da India no litoral, antes de rumarem para o cabo da Boa Esperança. Outros acertos entre govêrno e consórcio devem ter existido em continuação a êste. A presença de João de Braga na Bahia, na qualidade de "feitor" do estabelecimento lá existente, pertencente à espécie de cercado de preferência em ilhotas, batizado feitorias, deve relacionar-se com as cláusulas do mesmo, pois Loronha e Cia. eram os únicos que por privilégio podiam arrecadar pau-brasil para os portugueses. A seguir, por volta de 1509 e 1510, consta atividade de igual gênero de

alemães, possivelmente os de Lubeck e de Hamburgo, sócios, concorrentes ou sucessores do primeiro consórcio.

No ano seguinte, em 1511, ocorreu a viagem da nau *Bretoa*. Prendia-se a mais uma tentativa de Fernão de Loronha no Brasil. A aceitação do lenho corante na Europa industrial do comêço do século XVI justificava a teimosia do conhecido incorporador de negócios e negociantes. Entre os seus parceiros contavam-se mercadores italianos, rivais e predecessores dos alemães em Lisboa, tais como o famoso Bartolomeu Marchione, de sociedade com Francisco Martins e Benedetto Morrelli. A nau partiu de Lisboa no dito ano para a América do Sul e devia escalar primeiro na Bahia pelo fato de lá haver feitoria de portugueses. No trajeto, deu-se roubo a bordo, de facas e facões muito apreciados pelos índios, portanto, excelente mercadoria para escambos. Aberto inquérito a respeito, designou o capitão ao feitor João de Braga, encontrado *in loco*, para investigar a irregularidade. Integrado por assim dizer no pessoal de bordo, o feitor acompanhou a expedição, que se demorara quase um mês no Recôncavo baiano, até o Cabo Frio, sua meta no Nôvo Mundo.

Naquela altura a ibirapitanga era encontrada abundante nas matas tropicais, a vicejar até próximo das praias onde os europeus aportavam. O sítio desperta certa curiosidade, porquanto tudo leva a crer se situasse onde Vespúcio mais se demorou na América, e erigiu uma dessas feitorias na viagem de 1501. Seria a escolha do sítio causada pela narrativa do florentino? Ou por haver na região vestígios dessa viagem junto de náufragos aparecidos na época pelas vizinhanças? Fato é que desde os primórdios do devassamento aí tinham os súditos de D. Manoel I um dêsses pontos de resgate numa ilha, espécie de blocausse rudimentar, construído pelos carpinteiros de bordó auxiliados pelos

índios amigos. Pertencia à série mencionada no contrato de Fernão de Loronha com a Fazenda Real, em que o mercador se obrigava a construir e zelar no espaço de três anos por êsses galpões. Não passavam, porém, de ranchos de madeira cobertos de sapé ou palmas, rapidamente deteriorados como no momento talvez estivesse o da Bahia, razão do seu abandono por João de Braga, que passou a habitar o Cabo Frio e Rio de Janeiro até 1519, quando embarcou na esquadra de Fernão de Magalhães.

Não seria estranha a êste processo de elevação de “feitorias”, ou melhor, pontos de arrecadação de lenho vermelho, a presença de João Dias — aliás Lopes — de Carvalho entre os mestres de equipagem da *Bretoa*. Não sabemos por que motivo foi abandonado na região pelo comandante da nau a despeito das instruções recebidas em Portugal antes da partida, para que atentasse e cuidadosamente obstasse a possíveis deserções de tripulantes, eventualidade condenada por el-Rei. Ordenava o *Regimento* atenção para o fato “... *como algumas vêzes já fizeram, que é causa muito odiosa ao trauto e serviço do dito Senhor*”.

Inúmeras podiam ser as determinantes do procedimento da maruja, no geral atribuíveis a maus tratos por parte dos capitães, pesada disciplina de bordo, enjôo incoercível de certos indivíduos impròpriamente embarcados em naus instáveis, a jogar terrivelmente na menor agitação das ondas. Também podia intervir em muitos o espetáculo da poligamia indígena, muito diverso das peias multiplicadas na Europa cristã pela crença em extremo superciliosa a respeito de sexualidade. O que era considerado crime nas Espanhas era, pelo contrário, útil e aconselhável na América, onde o mestiço alicerçava a conquista da terra.

O fenômeno, ademais, abrangia a todos os brancos aparecidos no Nôvo Mundo, fôssem normandos, bretões, florentinos ou genoveses. Assim, passou-se João de Carvalho do Cabo Frio para o Rio de Janeiro, em companhia de João de Braga e lá se amasiou com uma índia de quem teve certo filho. Não sabemos se tornou ao reino antes de embarcar na expedição de Magalhães ou se novamente mudou de *habitat* no Brasil. Certo é, pelo que narram Martinho de Ayamonte e Gínez de Mafra, cronistas da viagem, que, ao chegar Carvalho ao Rio de Janeiro, trouxeram-lhe os naturais do lugar um mestiço, o “*niñito*”, ou “*higito de Juan el Piloto*”, de nove anos de idade, ou pouco mais, o qual se juntou ao pai. Ignora-se o fim que teve. Morreu de moléstia na viagem o genitor e o mameluco foi ao depois aprisionado com outros tripulantes por selvagens da ilha de Bornéu. Talvez escapasse, pelo seu aspecto mongólico, da morte que não poupou aos companheiros. Tudo isso é possível mas nada temos de seguro a respeito.

A feitoria de Cabo Frio, onde traficavam êstes elementos, estava, como a de S. Aleixo em Pernambuco, situada numa ilhota descrita por Alonso de Santa Cruz no *Islario*, “*Junto al Cabo Frio está una isla con otros isleos a la redonda. La isla mayor tiene algunas casas de indios por causa de las pesquerías que entre aquellas islas hay. Pasado el Cabo Frio va la costa al occidente por veinte leguas y más hasta una habra dicha de Genero, en la qual y en la costa dicha hay muchas islas y todas las más deshabitadas, aunque en la bahía hay algunas que tienen algunas casas porque es esta parte de tierra tan habitada de indios quanto otra de todas las Indias Occidentales, los cuales son comedores de carne humana*”. Data a descrição de poucos anos mais tarde, mas serve para o período

anterior porquanto insignificantes foram as modificações sofridas pela região no lapso de tempo.

No Cabo Frio embarcou a *Bretoa* cinco mil toros de pau-brasil, cortados e transportados até a bordo pela índiada vizinha, mais trinta e cinco de seus cativos de guerra para serem negociados na metrópole. Também resgatou coisas mais inocentes, tal como bicharada da terra, micos, papagaios, tucanos, araras e mais curiosidades, baratíssimas na América e de bom preço na Europa. Iniciada a viagem de volta entre fins de julho e fins de outubro, chegou a Lisboa ainda no ano de 1511. Esta operação comercial parece ter sido a última levada a cabo por Fernão de Loronha e sócios no Brasil, muito provavelmente daí por diante turbada a atividade dos mercadores lisboetas pela crescente ingerência de franceses na colônia americana. Em todo caso, o episódio da *Bretoa* denota haver muitas mais expedições de europeus de qualquer origem para o nosso litoral norte e sul, que o escasso conhecido a respeito. Demonstra igualmente com a chegada de moradores brancos no Cabo Frio, sito na zona do Capricórnio, a marcha para o sul de portugueses à procura primeiro da passagem para o Oriente como anunciara Vespúcio, depois, atraídos para o Rio da Prata pelas notícias de riquezas propaladas pelos brancos que as expedições deixavam na orla costeira do Cabo Frio à ilha de S. Catarina.

COMEÇO DO COLONIALISMO NA AMÉRICA

Ambições do colonialismo luso na América. A nau *Bretoa* do consórcio de Fernão de Loronha prefere o Cabo Frio ao Norte para recolher pau-brasil. Pretendia angariar informações sobre o sul. Surge no comércio lisboeta Bartolomeu Marchione, dos maiores organizadores de consórcios para explorar colônias. Sucedem-se expedições portuguesas e espanholas para o sul do continente americano.

Comêço do Colonialismo na América

No consórcio da *Bretoa* também encontramos dados preciosos sôbre o comêço do colonialismo da época nas Américas. Apresentava esta parte do mundo territórios suscetíveis de proporcionar gordos proventos a 'quem soubesse' desfrutá-los. A constituição do consórcio armador é típico acêrca do escopo a presidir semelhantes emprêsas, primordial o vulto dos seus componentes no reino lusitano em princípio de quinhentos, associado Loronha a Bartolomeu Marchione, prestigioso chefe da comunidade mercante italiana em Lisboa. Conjeturase, até, que, por obra sua, teria Vespúcio participado de aventuras marítimas em benefício de D. Manoel I.

Ignora-se, todavia, quando Marchione teria chegado à Ribeira das Naus para tomar parte nos negócios das Casas de Guiné e Mina, precursoras da Casa da Índia. Não conseguiram historiadores portugueses saber grande coisa a seu respeito. Calcula-se teria surgido em Lisboa por volta de 1486, e em pouco era a sua firma tão poderosa, que forneceu por conta da Fazenda Régia recursos a Pero da Covilhã e Afonso de Paiva para tentarem por via terrestre descobrir o lendário reino do Preste João. Empréstava-se grande importância à emprêsa junto ao monarca fabuloso,

descendente do Rei Salomão e da Rainha de Sabá, cristão de crença e suposto possuidor da chave de ricas regiões ainda virgens de comércio com europeus.

A firma não se limitava ao trato comercial como procediam rotineiramente as suas concorrentes. Também pretendia o maior número possível de informações sôbre terras novas pouco conhecidas, ou antigas deturpadas por lendas, em condições de se tornar campos de atividade para o comércio europeu. A difusão de mapas e portulanos escapos da censura lusa, que puderam chegar às mãos de êmulos de D. João II, D. Manoel I e D. João III, provinha da espionagem de agentes diplomáticos e de mercadores familiarizados com marujos. Querem alguns historiadores que a fraudulenta edição do *Mundus Novus* se origine em parte de indiscrições de uma dessas firmas, parecidas com a dos Médicis — provavelmente a de Marchione — que teria tido conhecimento do teor das cartas de Vespúcio, antes ou depois da sua remessa para Florença. O Sr. Luís de Matos é de parecer que o compilador das ditas, delas se inteirou e as completou com informes de outros expedicionários ou dos que lhes reproduziam os dizeres, *“escritas quer por um participante da expedição, quer por algum dos numerosos mercadores italianos estabelecidos em Lisboa. O Mundus Novus não é o único documento impresso no comêço do século XVI nessas condições. A composição da Cópia di una Lettera dirigida pelo soberano luso aos Reis Católicos é absolutamente idêntica. Publicada em 1505 em Roma e Milão sob o nome de D. Manoel I versa uma compilação em que foi utilizada uma indubitável longa carta de el-Rei de Portugal de mistura com outros documentos contemporâneos”*.

Na Guiné, então no apogeu da fama de produtora de ouro, igualmente comerciava a firma Marchione.

desfrutadora a título excepcional de isenção no decreto que vetava a estrangeiros comércio em regiões compreendidas no *Mare Clausum*. Alude o *Diário* de Marino Sanuto ao grande mercador, sem, contudo, lhe citar o nome. Na carta que escreveu a Aloisius de Priuli, escrita na volta de Flandres, informa ao conterrâneo haver em Lisboa determinado florentino tão bem sucedido em negócios, que possuía mais de cem mil ducados de capital. Além disso, era também arrendatário das minas de parceria com outro banqueiro, também conterrâneo, assim como em emprêsas marítimas se associara a Jerônimo Sernige, cujo nome vamos encontrar em numerosas armações de navios para o Brasil. Também o vemos no rol dos armadores de esquadras mercantes de parceria com os maiores fidalgos do reino, tais o conde de Portalegre e D. Álvaro de Bragança.

Nessas emprêsas figuram florentinos junto ou separadamente de outros personagens da praça ou da côrte — os aposentos del-Rei sôbre os armazéns e balcões da Mina e da Guiné — como também vemos suceder entre outros a Fernando Vinet, talvez o tal banqueiro associado a patrícios de que fala Marino Sanuto. Organizavam-se em Lisboa, em continuação a combinações muitas vêzes principiadas em Florença, Cremona, Gênova ou Veneza, comanditas para importar gêneros exóticos, explorar terras desconhecidas e desfrutar conhecidas. Na armada de Cabral havia uma embarcação de Marchione e sócios. Na seguinte, com o mesmo destino, comandada por João da Nova, constava um barco de Vinet. Na segunda expedição de Vasco da Gama, encontramos novamente uma nau de Marchione, depois mais uma de sua propriedade na esquadra de Afonso de Albuquerque. Temos, outrossim, notícia de mais dois navios seus de volta da Índia em

1506 carregados de especiaria. Contudo, o maior empreendimento de Marchione, em ultramar, registrou-se na ida para o Oriente da grande nau *Anunciada*, das maiores da carreira, no ano de 1508 na esquadra de Diogo Lopes de Sequeira.

Figurava na casa comercial do florentino o sobrinho Benedetto Morelli, armador de uma das primeiras caravelas do tráfico da especiaria a escalar em ancoradouros do Brasil, a iniciar o sistema tornado daí por diante usual no trajeto de ida e volta do Extremo Oriente, motivo mais tarde de inveja de outras nações colonialistas que surgiam desprovidas das mesmas bases, da maior utilidade para longos percursos marítimos. Nos negócios coloniais e nos realizados na Europa, associava-se temporariamente Marchione aos maiores personagens da monarquia, assim como também empreendia transações a pedido do próprio govêrno. De uma feita, pagou por conta da Coroa vultosas indenizações devidas na Bretanha e outros sítios pelo apresamento de barcos mercantes. Muitos dos seus comanditários eram fidalgos de alta linhagem, detentores de capitais, dos raros a possuí-los no momento num país onde as maiores fortunas eram constituídas pelos bens de ordens monásticas, donas das mais extensas e férteis glebas, mas que pelo caráter religioso não podiam imiscuir-se no comércio.

Com êsses recursos formavam-se as sociedades privadas em tórno do monopólio da especiaria e outras atividades mais ou menos correlatas, enquanto não entrava em cena o cristão nôvo ainda na fase da reconstituição de capitais por ter sido recentemente despojado dos haveres na fronteira, ao se transferir para Portugal, pelos agentes de Fernando e Isabel. Não tardaria, entretanto, a refazer-se rapidamente graças à intensa atividade nas províncias e nos portos,

à volta da Casa de Guiné e Mina, proibido de passar às colônias, mas inda assim, em condições de participar dos seus proventos sem arrostar perigos, fadigas e prejuízos.

Também iam concorrer com Marchione na cobrança de impostos. Nas muitas atividades da firma entravam pagamentos aos produtores de quantias devidas pelo Rei e recebimento de taxas cobradas pela Fazenda. Além de exportadora desdobrava-se igualmente a Casa em importadora. Eram negociados por seu intermédio tecidos da Toscana e mais produtos desta origem. Em 1511 expediu D. Manoel I ordem para permutar com Marchione pimenta no valor de 8 500 cruzados, a trôco de sêdas, brocados e panos de lã. Óbvio acrescentar que o mesmo sucedia com o lenho de tinturaria e mais produtos do Brasil, pagos em espécie ou escambo quando havia falta de numerário, ou melhor, de “divisas”, como hoje se diria, circunstância bastante comum para o Tesouro luso da época.

Acêrca da firma, que tanta importância assumira nos negócios do reino, participante e animadora das primeiras expedições que se dirigiram para a América, a constituir por si só organismo equivalente às principais repartições públicas da máquina administrativa portuguesa, traz Antônio Baião interessantes informações do vulto que alcançara e de pormenores íntimos dos seus dirigentes. O principal, Bartolomeu Marchione, mercador, banqueiro, armador, especulador, traficante, hábil em se beneficiar com as agruras financeiras da monarquia onde habitava, sutilíssimo no aproveitar-se da ambição do monarca e aparentar grandes serviços no afã de satisfazê-la. Extremamente prolífico deixou numerosa descendência lisboeta. A seu pedido legitimou D. Manoel I uma filha sua havida de mulher solteira. Algum tempo depois nôvo pedido do floren-

tino no mesmo sentido, desta vez para legitimar bastardo, filho de outra mulher. Decorridos mais alguns meses, vieram mais solicitações semelhantes a favor de mais três filhos do dito Marchione, a denotar o harém que o cercava.

A seu respeito tece Malheiro Dias considerações sôbre a ação que desenvolvera na chefia de consórcios financiadores dos navios enviados aos domínios lusitanos. Ter-se-ia valido de Vespúcio como informante das verdadeiras possibilidades e mais característico do Nôvo Mundo, bem servido por quem se jactava de ser como "S. Tomaso", desejoso primeiro de ver para creír. Segundo o historiador, também seria a causa da presença do nauta e mais conterrâneos na expedição ao Brasil de 1501, destinada, no dizer do florentino, a sòmente descobrir terras novas. A propósito assevera Malheiro Dias: "*O florentino teria figurado entre os passageiros da esquadra de 1501 no mesmo pôsto subalterno em que acompanhara Hojeda, ou teria embarcado num navio mercante por conta dos comerciantes italianos em Lisboa... Se o arquivo da casa comercial dos Marchiones tivesse sido preservado da destruição do tempo, como o dos Fugger, lá encontraríamos, talvez, a solução dêste enigma. O florentino Giocondo deve ter falado ao florentino Vespúcio em nome dos florentinos Marchiones... Na esquadra de Cabral figurava já um navio de que era armador Bartolomeu Marchione... Tudo parece indicar que nesta pequena frota mandada a Santa Cruz, e que precedeu o contrato com Fernão de Loronha, figurou também um navio dos opulentos armadores florentinos*".

O interêsse do mercador pela região descrita por Vespúcio tornou-se patente na expedição da nau *Bretoa* expressamente enviada ao Brasil, ao invés de por aqui aparecer de passagem, no percurso de destino mais

distante. Aparentemente devia saciar a curiosidade registrada na época entre europeus por novas regiões que não cessava de aumentar. O Regimento outorgado ao comandante do barco revela particularidades da empresa. Devia seguir direto para o Cabo Frio, com apenas escala nas Canárias, ponto obrigatório, como outras ilhas atlânticas, de abastecimento dos navios que deviam atravessar o equador. Temos, porém, quanto à finalidade da viagem vários enigmas. Por que escolher sítio tão meridional da Terra de Santa Cruz de preferência a outros mais indicados a empresas comerciais intentadas por mercadores desejosos de lenho de tinturaria? Melhor se haveria em relação ao principal gênero de exportação do domínio, caso fôsse ter à Paraíba, por exemplo, tida como produtora da melhor e mais abundante qualidade de ibirapitanga, além de se encontrar a menor distância do reino. Era esta superioridade corrente nos meios comerciais, causa de mudança do nome da possessão lusa para Brasil aparecida no mapa de Girólamo Marini neste mesmo ano de 1511. Teríamos, daí, explicação na presença de franceses ao norte, de modo a tornar aconselhável a procura de outras paragens mais ao sul livres de ingerência caracterizada pelo açulamento de indígenas contra concorrentes. Outra seria o contrato de Fernão de Loronha com a Fazenda Real, em virtude do que, depois de anualmente exploradas cêrca de trezentas léguas de costa, chegariam os seus barcos à região do trópico, onde, antes da *Bretoa*, estiveram Vespúcio e Binot Paulmier de Gonneville, além de outros denunciados pela presença na região de brancos provenientes de naufrágios e mais causas.

Poderíamos ainda aventar interêsse de mercadores e do govêrno em conhecer melhor o sul da nova colônia ainda praticamente desconhecido. Nêle se encontravam

vastos tratos virgens de europeus, a alternar com os acessíveis às escalas de naus por ali casualmente de passagem, os tais sítios onde se encontravam naufragos e desertores. Uma feitoria como a de Cabo Frio tornava-se em pouco centro de vasta rêde de informações obtida de individuos familiarizados com o litoral, como João de Braga e semelhantes, assim como da indiada pertencente à grande família Tupi recentemente subida da bacia do Prata. As lutas entre tabas, inda fôsem do mesmo ramo, também concorriam para informar aos alienígenas sôbre vastas regiões de onde provinham os cativos de guerra que lhes vendiam. A nau *Bretoa* levava trinta e cinco dêses prisioneiros quando zarpou para a Europa, os quais deviam relatar aos donos particularidades do sítio de onde provinham.

Pouco depois de chegada a embarcação em fins do ano ao pôrto de partida, organizou-se outra viagem destinada ao sul do Brasil. Atrasada por vários supervenientes, pôde finalmente zarpar em 1514 rumo a paragens ainda mais meridionais que a devassada pela *Bretoa*. Ambas tinham caráter estritamente comercial, destinavam-se tão-só ao nosso litoral e pretendiam angariar o maior número de dados possível sôbre a faixa que já começara a ser disputada por lusos e castelhanos. Talvez contassem, até, na tripulação elementos comuns conhecidos do Nôvo Mundo.

Durante muito tempo a emprêsa foi considerada duvidosa quanto a datas, finalidade e pormenores. Considerava o almirante Pedro Casal inadmissível documentos desprovidos do nome do comandante da viagem e dos que iam a bordo. A única notícia que se conhecia limitava-se a folheto descoberto por Humboldt, impresso em Dresden no século XVI, sob título *Neue Zeytung Auss Pressilig Landt*, a reproduzir os dizeres de um alemão da ilha da Madeira na corres-

pondência com outro de Antuérpia acêrca dos sucessos da viagem. Não trazia data, apenas aludia a certo piloto português escolhido para dirigi-la por conta do fidalgo D. Nuno e do comerciante Cristóvão de Haro, pertencente aos flamengos envolvidos em trato marítimo em Antuérpia, Lisboa e Sevilha. Discutiram eruditos a autenticidade do documento, alguns favoráveis aos seus têrmos, como Clemente Brandenburger, outros inclinados a considerá-lo mais fantasioso que exato, como Rodolfo Schueller ou Sophus Ruge. Aceitava-a Varnhagen, mas a confundia com a expedição de Solis ao Rio da Prata, de sorte a não chegarem os historiadores a acôrdo, quando descobriu Konrado Haebler em 1895 no arquivo dos Fuegger, em Augsburg, o manuscrito original, que rezava *“a doze de outubro de 1514 aqui arribou um navio da terra do Brasil com falta de mantimentos, que havia sido armado por D. Nuno e Cristóvão de Haro. Tinha seguido para a terra do Brasil com régia licença, e descobriu cêrca de 700 milhas da costa, além do que dantes se conhecia”*.

O achado confirmador da autenticidade autorizou novas hipóteses referentes à participação financeira de D. Nuno Manoel e a do mercador flamengo Cristóvão de Haro. O primeiro, muito provàvelmente, jamais tomou parte em viagens transoceânicas. Era personagem muito chegado ao trono, de fartos haveres, imiscuído em tôda sorte de operações financeiras relacionadas com emprêsas marítimas. Nessas condições difficilmente poderia ausentar-se por longo tempo da côrte, mormente para tomar parte em expedições em terras ignotas. Entretanto teimaram, durante longo espaço, muitos em lhe attribuir a chefia de expedições ao Brasil, visível equívoco entre a sua participação na parte econômica com a exploradora. Segundo Estêves Pereira a expedição de 1514 estava sob comando de

João de Lisboa, de acôrdo com o testemunho de Gaspar Correia, que não só indica o seu pôsto na expedição como ainda lhe confere a descoberta do cabo de S. Maria, na região do Rio da Prata, antes, portanto, da viagem de Solis, geralmente considerado descobridor do grande curso sulino.

O autor do *Newe Zeytung* dizia-se amigo do piloto, o qual lhe contara a crença por êle alimentada, de não se distanciar o “cabo do Brasil”, onde estivera nesta travessia, mais de 600 milhas de Malaca, a indicar, como se infere, passagem por ali para o Extremo Oriente. Acrescentava mais, que o trajeto nesta direção daria a el-Rei grande vantagem, pois, transposta a ponta extrema do continente, tal como sucedia na África no cabo de Boa Esperança, era fácil chegar à Melanésia sem os inconvenientes do outro percurso estabelecido por Vasco da Gama. Os têrmos do missivista naturalmente não eram êstes, mas o que dava a entender era no mesmo sentido. Da viagem também procederia a descrição da costa do Brasil, da embocadura do Rio Maranhão à do Rio da Prata, levantada com informações obtidas pelos navegadores, origem provável dos nomes e pormenores geográficos dos mapas de Pilistrina e Leonardo da Vinci de 1515, assim como os de Jorge e Pedro Reinel de 1518, 1519-22.

As confidências do piloto foram a razão da carta, expedida, supõe-se, para informar conterrâneos do missivista em Antuérpia, talvez igualmente aos Fueggers. Era o nôvo e seguro acesso ao Oriente que surgira, o motivo de alvoroço para mercadores interessados em especiaria, com forçada repercussão em todos os meios mercantis do Ocidente. A façanha foi atribuída pelos mesmos a D. Nuno Manoel, confusão já feita na época, como vemos no documento mencionado pelos irmãos Armando e Jaime Cortesão, mas que não modifica, pelo

modo confuso como se apresenta, a nossa persuasão de que outro fôsse o comandante da emprêsa. Entre os que levantam as mesmas dúvidas está o Visconde de Lagoa, apoiado em apreciáveis documentos.

Em todo caso, seja qual fôr o capitão da esquadra, as aquisições para a nomenclatura dos mapas do tempo continuam de pé. Comenta a propósito Levillier, "*Así es el viaje de la Neue Zeytung habria repercutido en los globos por la fantasía del paso, y en quatro cartas del segundo período* (partes em que êste autor divide os mapas quinhentistas da América do Sul) *por la introducción de los nombres Cananea, Cabo Frio y Cabo Santa Maria. . . El echo de que un memorial o un mapa sea anónimo, no le quita valor o utilidad, a ponto de anularlo. Lo rodea de interrogantes, nada más, pues al cotejarlo con otras revelaciones de la historia se advierte cuáles son sus novedades, sus aciertos y sus errores*".

Quase contemporâneamente a esta viagem, ou ao mesmo tempo — são muitas as incertezas sôbre datas — temos a primeira atribuída a Cristóvão Jacques em missão de estabelecer feitorias em o nosso litoral. A confusão sôbre o período é tamanha, que se poderia arriscar ser o comandante mencionado pela *Neue Zeytung* simplesmente o dito Cristóvão, muito mais provável na expedição do que o improbabilíssimo D. Nuno, e que o famoso machado de Prata encontrado na ocasião entre os índios do Paraná teria sido oferecido por Jacques ao empresário da viagem. Mais clara se torna, todavia, a participação do navegador em outras emprêsas. Documentos de vária procedência mencionam de modo inequívoco a sua presença neste período no Nôvo Mundo. Arquivos franceses aludem particularmente a seus feitos através de reclamações e protestos das barbaridades por êle cometidas no Brasil contra bretões.

Infelizmente todos são omissos ao número de viagens que na América teria realizado.

Há historiadores que aventam expedição de Jacques ao nosso litoral antes de 1514. Outros admitem esta, prolongada até 1515, e mais duas em 1516 e 1519. Rodolfo Garcia deteve-se no caso e acreditava em três viagens cumpridas pelo mesmo por conta do governo luso entre 1517 e 1521, excluída, por conseguinte, a descobridora do Rio da Prata antes de Solis. A respeito veja-se também a tese de Pedro Calmon nas comemorações do IV Centenário da Bahia. Em discordância, porém, com tão abalizados autores, estamos inclinados a crer em repetidas viagens do nauta, a começar na data indicada pela *Neue Zeytung auss Presillig Landt*. Pelo mesmo motivo, a incerteza de datas admite a presença do famoso piloto João de Lisboa numa dessas expedições, se bem logo a seguir tenha tomado parte em outra na Índia. Vimos, retro, Américo Vespúcio contratado para nova empresa no mesmo ano de sua chegada a Lisboa de volta do Brasil. O mesmo pode ter-se dado com o citado navegador, à vista da escassez de profissionais em condições de prestar serviços ao governo na sua expansão colonial. Em todo caso, quanto a Jacques, não vemos outro capitão além dele, em condições de se enquadrar no personagem aludido pela missiva da Madeira, pois, na data, João de Lisboa fôra contratado para ir ao Oriente e D. Nuno Manoel continuava na corte por nunca ter saído de Portugal.

Admitido o que vai acima, teríamos três viagens para o nauta a partir de 1514 ou antes, baseadas, porém, em frágeis dados. O mesmo felizmente não acontece com a de 1515 empreendida para a coroa de Espanha por João Dias de Solis. Era experimentado nauta, veterano de viagens no Atlântico, antigo companheiro de Vespúcio e Pinzón no devassamento da

América Central. Parece que teria nascido no reino português, mas de pais asturianos. Cedo dedicara-se a navegações onde adquiriu rápida nomeada. Passou por esta razão a ser disputado pelas duas coroas ibéricas, que, no anseio de dispor de seus préstimos, lhe perdoavam delitos e fechavam os olhos ante deslizes e infrações que cometia. O resultado foi representar a sua figura outra sombra lendária nos imprecisos informes sôbre sucessos do tempo. Personagem mal definido, pior conhecido, confundido com homônimos, de incerta nacionalidade, herói de aventuras em mor parte obscuras, muitas deturpadas, outras contestadas, aparenta difícil elucidação tudo que lhe diz respeito. Inúmeros esforços foram envidados por eruditos de vária procedência para esclarecer seus passos, dada a importância dos feitos por êle praticados e vulto dos sucessos em que estêve envolvido. Foi dos maiores pilotos e geógrafos do tempo, dos que mais contribuíram em fornecer a el-Rei D. Fernando informações na disputa das Molucas. Também conta entre os navegadores que mais alimentaram a crônica "policia" da época e do meio fôsse por obra da fatalidade ou pelo sestro consubstanciado na alcunha que lhe davam.

A primeira vez em que públicamente o seu nome aparece às voltas com a justiça, prende-se a episódio de roubo em alto mar relacionado com contrabando e pirataria. Certa caravela lusa, de volta da costa de Mina com muito ouro no bôjo, viu-se repentinamente assaltada no ano de 1492, pouco antes de chegar a Lisboa, por corsário de Honfleur ou St. Malô. Alançado pelo roubo, na hora em que mais precisava de dinheiro, ordenou D. João II fôssem apresadas tôdas as naus francesas aparecidas em águas portuguesas ou surtas em portos do reino. No correr do inquérito instaurado na ocasião para apurar os pormenores do

assalto, verificou-se, entre os principais autores e planejadores do mesmo, o mareante de nacionalidade portuguesa de nome João Dias de Solis. O delito em que participara dera prejuízo de mais de 20 000 dobras de ouro em pó à Fazenda Real, de que boa parte ficara com o dito piloto, foragido em Espanha.

Reclamou D. João II a apreensão do roubo e extradição do autor. Baseava-se o pedido em acórdos existentes entre as duas monarquias para atender a este gênero de eventualidades. Infelizmente necessitava el-Rei Católico de bons marujos, de sorte que a justiça castelhana entibiu no caso. Houve inquérito para atender o pedido do monarca luso, averiguou-se de sobra a procedência da queixa, mas, ao que parece, não foram além as autoridades espanholas. Supõe Toríbio de Medina que, apesar das provas contra o piloto, não o castigaram pelo fato de João Dias, pôsto nascido em Portugal, alegar qualidade de asturiano, filho de habitantes de Oviedo. O mais provável, no entanto, residia na falta de navegadores padecida por el-Rei de Espanha.

Era tanta a necessidade em matéria de gente experimentada em coisas do mar, que justiça, polícia e governos ibéricos, engrossavam, pela Razão de Estado, as vistas quando se tratava de profissionais requeridos pela ambição da coroa. Pelo mesmo motivo vemos mais tarde no Brasil os cristãos novos, especializados na indústria açucareira, se beneficiarem da indulgência do Santo Ofício até sobrevir a guerra holandesa. Aproveitava-se, daí, Solis das circunstâncias, livre do processo e convidado por D. Manoel I, sucessor em 1498 de João II, para participar da expedição de Tristão da Cunha enviada à Índia. A partida das naus foi, porém, atrasada em 1506 por novos incidentes policiais provocados pelo navegador mais conhecido nesta altura pela

alcunha de "*Bofes de Bagaço*" tal o abuso que praticava do líquido extraído do mosto de uvas. Afinal, de tanto êle se demorar, partiu a esquadra sem a sua participação, fugido outra vez para Castela por ter morto a mulher quando em delírio alcoólico.

A presença do piloto no reino vizinho não tardou a sugerir o seu aproveitamento, visto planejar el-Rei Fernando V expedição para a América Central. Um dos navios foi confiado ao veterano Pinzón e o outro ao Bofes de Bagaço. Decorreu, porém, inçada de incidentes e alterações entre os dois comandantes a ponto de malograr nas finalidades. Ao chegarem as naus em 1508 a Sevilha, na prestação de contas perante a Casa de Contractación de Índias, segundo a praxe em navegações transoceânicas, apurou-se a procedência das queixas contra o porfioso homem. Encarcerado por ordem de D. Fernando, foi em pouco pôsto em liberdade e indenizado pelos prejuízos causados pela detenção. O motivo de tão escandalosa indulgência provinha da infausta morte de Américo Vespúcio, que deixara vago o cargo de Pilôto-Mor do reino, para o qual foi nomeado Solis.

Não pararam aí as mercês a desabar sôbre o técnico navegador. O régio interêsse levou o govêrno a propor-lhe o comando de outra expedição no Oriente para dirimir dúvidas acêrca da demarcação das Molucas com Portugal. Assim que soube do plano, chamou o embaixador luso na Espanha, João Mendes de Vasconcelos, ao piloto para convidá-lo a se passar ao serviço português. Mostrou-se na conjuntura Solis queixoso das autoridades portuguêsas, que lhe deviam ainda oitocentos cruzados, mais trezentos ao seu irmão, sem poder recebê-los a despeito de contar com três alvarás favoráveis ao pagamento. A dilação, entretanto, provinha das terríveis agruras do Tesouro, independentemente

de qualquer má vontade causada pelo irregular procedimento do reclamante. Na mesma entrevista deu mostras Solis da sua importância em materia colonial. Exibiu ao diplomata carta composta de três fôlhas de papel referentes às “*marcações e grados e linhas*”, por êle recebidas de Malaca, onde se evidenciava pertencer o arquipélago a Castela, revelação que o embaixador se apressou em comunicar a D. Manoel I.

As notícias do gênero das divulgadas pela *Newe Zeytung* logo se difundiam. Alastrara-se a noção de continentalidade da América, mormente com a presença de João Vespúcio, sobrinho do descobridor, nos centros orientadores de expedições espanholas no mar-oceano. A missiva expedida da Madeira espalhara nas Flandres o que os companheiros do capitão (muito provavelmente Cristóvão Jacques) divulgavam nos portos lusos. Por vários canais os dizeres chegavam aos ouvidos dos castelhanos. A passagem do Oriente lá estava, ao sul dos domínios dos portugueses, no estuário — supunham — mais tarde denominado pelos portugueses Rio da Prata, reconhecido nôvo acesso à especiaria.

Em 1515 começou-se a cogitar de uma expedição às Molucas a despeito do zelo e oposição dos vizinhos. Incumbiu el-Rei D. Fernando V a Solis da empresa, entretantes, porém, ocorreram as incursões de Nuñez de Balboa ao norte do Chile, zona por completo desconhecida, sem menção nas cartas da América do Sul, em branco por êsse motivo o perfil da outra costa sobre o Pacifico. Mudou nessa ocasião o interêsse do monarca voltado para aquêle setor dos seus domínios americanos. Ordenava em 1514 fôsse Solis por mar onde no momento se encontrava em jornada exploradora terrestre Pedrarias d'Ávila, a fim de devassar a costa por mil e setecentas léguas, ou mais, “*si pudierdes*”, até chegar à demarcação de Portugal. Terminados os

aprestos no ano seguinte no maior segredo, devia partir o nauta à testa de três embarcações. No intuito de disfarçar os propósitos da viagem, uma apenas pertencia ao governo, as outras eram de particulares, de modo a conferir caráter comercial à expedição. Começou, entretanto, sob mau signo. A principal caravela, carregada em excesso, afundou no Guadalquivir pouco antes de lançar ferros no pôrto de Lepe onde Solis residia com a sua segunda família. Interessado D. Fernando V na pronta realização do projeto, tratou de armar com a maior urgência outra embarcação e finalmente a 8 de outubro de 1515, já um pouco adiantada a estação, pôde a flotilha desferrar rumo a Tenerife.

Pouco se sabe sobre a viagem, cujo destino era ciosamente oculto. Tudo se reduz a informações reproduzidas por Herrera, hauridas em algum diário que se perdeu com outros documentos da empresa. Rezavam as régias instruções não tocasse o capitão em territórios pertencentes a el-Rei de Portugal. No seu contexto demonstravam, ademais, persuasão de que era possível passar pelo sul do continente "*para las islas de la especiaría*", como ajunta o cronista. Não obstante, imposições da viagem obrigaram os expedicionários a tocar no Cabo Frio depois da partida de Tenerife. É provável fôsem neste ponto informados de que encontrariam mais recursos logo ao sul, na vasta baía em que Alonzo de Santa Cruz nos diz haver "*muchos bastimentos*", em poder dos índios afeitos ao trato com europeus, no meio dos quais se encontravam brancos, como João de Braga e João Lopes de Carvalho. Querem alguns autores, teriam nesta ocasião, os expedicionários lusocastelhanos, batizado o local Rio de Janeiro, por ali chegarem neste mês de 1516, nome que depois da volta da esquadra figura no mapa de Jorge Reinel delineado entre 1519 e 1522.

Continuaram a derrota e depois de avistarem Cananéia, tocaram em S. Catarina, depois na ilha dos Lôbos e entraram no ancoradouro de N. S. da Candelária, onde tomaram posse da terra para a coroa de Castela. Desceram a seguir até o rio dos Patos e em meados de fevereiro avistaram enorme massa de água doce. Nas incursões levadas a cabo nos arredores eram os expedicionários atentamente vigiados pelos índios. Sem medir o perigo, os forasteiros induzidos por enganosas aparências, descuidaram-se das mais elementares precauções. A tantas, o comandante, talvez embriagado, desceu a terra na intenção de agarrar um índio para leva-lo à Espanha. Foi-lhe fatal a imprudência. Os selvagens esperavam apenas que os invasores chegassem ao seu alcance. Envolvidos os espanhóis pelos guerreiros da taba próxima, foram mortos e, à vista dos demais tripulantes que tinham permanecido a bordo das caravelas, assados e devorados. Assim terminou o mais famoso nauta da Espanha, de quem Pedro Ruiz de Villegas dizia *"aquele gran Piloto que se emborrachava, cuyo nombre non me acuerdo"*.

A notícia do descobrimento do Rio da Prata pelos espanhóis, conhecido no momento por Rio de Solis, provocou intensa comoção na côrte portugêsa. Era indisfarçável desejo do Rei e de seus conselheiros de apoderarem-se daquele setor costeiro, prova da nossa asserção de que não desprezara a metrópole o Brasil nos trinta anos seguintes ao feito de Cabral. Assoberbadá pela aventura da Índia não conseguira recursos em dinheiro, casais e armamento para povoar o domínio de maneira a garanti-lo contra a cobiça de concorrentes. A tarefa, ademais, era imensa. Estendia-se o litoral brasílico por léguas entre limites arbitrários, que a coroa pensava em seu proveito dilatar. Consistia, daí, a missão do portugês, aparecido de qualquer maneira

na América, não só povoá-la de filhos mestiços com quem Portugal pudesse contar, como ainda alicerçar bastiões conquistadores, de onde o luso pudesse acrescentar as dádivas de Tordesilhas.

Nas condições em que se encontrava a monarquia não era fácil realizar plano satisfatório correspondente aos dois principais propósitos a orientá-la na América. Supunha-se no momento que o cobiçado rio do sul era a passagem para o Oriente que Vespúcio assinalara. A posse da margem direita, lindeira com os domínios lusos, representaria para a coroa o mesmo que mais tarde foi Gibraltar para a Inglaterra. Levantaram então a tese de que a boa regra em matéria de partilha de territórios desconhecidos de além-oceano entre as duas monarquias que o tinham recebido do Santo Padre para estender no orbe a fé cristã, era cada uma permanecer de posse do que descobrisse. Ora, antes de Solis fôra encontrado o grande estuário por portugueses, versão apoiada pela carta da Madeira divulgada sob título *Newe Zeytung*, descoberta de que o provável autor Cristóvão Jacques não se vangloriava por saber que se encontrava na demarcação de Castela.

Simultaneamente com a viagem de Solis existem, pois, notícias positivas, firmadas no prelo, profusamente espalhadas pelos grandes centros comerciais da época, acêrca de navegadores lusos na mesma região, onde se encontravam um pouco antes de Solis tomar posse em nome de Castela das terras em tórno do ancoradouro de N. S. da Candelária. Teriam, assim, precedido, sob provável comando de Cristóvão Jacques, ao malgrado Solis, morto sem poder explorar o que lhe mandavam descobrir, e demorado no litoral depois de o resto de sua esquadilha voltar à Andaluzia. O mesmo Jacques seria o autor da captura na Baía dos Inocentes, na região vicentina, dos tripulantes da nau espa-

nhola pertencente à malograda expedição que ali naufragara, pelo fato de se encontrarem na demarcação lusa. As demais unidades de Solis foram mais bem sucedidas. Continuaram viagem para o norte, aportaram na costa à altura do cabo de S. Agostinho, cortaram pau-brasil para se ressarcirem dos prejuízos sofridos ao sul e zarparam para o ponto de partida sob protestos indignados da côrte portugueza por lhe terem invadido os domínios e carregado madeira de tinturaria.

As peripécias do fim da tormentosa expedição demonstram repetir-se na América, com as pretensões portuguezas, o que praticava no Extremo Oriente o Imperador quando se apossava das Filipinas pertencentes à demarcação do vizinho. Esta atitude era refôrço para a tese dos rivais, se bem todos, gregos e troianos, ou melhor, lusos e espanhóis, continuassem a zelosamente defender os princípios da repartição entre êles do oceano. Segundo abalizados historiadores, estabelecia D. Manoel I no ano de 1517 a doutrina do *Mare Clausum* nas partes que lhe cabiam nos meridianos demarcatórios, do mesmo modo que os castelhanos afirmavam igual intenção nas suas, como mostravam ao aprisionar os dez companheiros de Estêvão Fróis na ilha de S. João, hoje Pôrto Rico, lá arribados pelos ventos e correntes da costa leste-sueste brasileira. Serviram na ocasião para escambo com os tripulantes de Solis, depois de longos e trabalhosos tratos diplomáticos, em que se evidencia reduzir-se em última análise o direito praticado pelas respectivas chancelarias, em pura conveniência de momento em matéria de conquistas territoriais pelo mundo a fora.

Assevera Varnhagen, fundado em documentos que compulsara em arquivos portuguezes, que nomeara D.

Manoel I por alvará, no ano de 1516, a Cristóvão Jacques para na qualidade de “governador” (marítimo? o cargo às vêzes aparecia, na época, sob rótulo “governador das partes do mar”), com poderes para elevar feitorias na costa do Brasil. Recebia ajuda de custo das almandravas (pescarias) do Algarve, a fim de pagar gentes e pertences destinados à construção de engenho de açúcar — não se sabe se em Pernambuco ou Paraíba — de que um tal Pero Capico devia ser o feitor. Parece referir-se a êstes auxiliares a carta de João Melo da Câmara a el-Rei, muito desfavorável, por sinal, aos mesmos, descritos como *“homens tão pouco ciosos do serviço de Vossa Alteza e de suas honras, que se contentam em ter quatro índias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra”*. Escandalizava-se o missionista, na qualidade de bom europeu e cristão, do desregramento dos funcionários, além do mau gosto em matéria gastronômica, de aceitarem farinha de mandioca, ou de pau, como diziam os portugueses, à guisa de alimento. Inda bem quando não se tornavam antropófagos...

A esta viagem de Cristóvão Jacques, melhor comprovada do que a primeira que lhe atribuem, emprestam Antônio Baião e Malheiro Dias duração de mais de dois anos, de junho de 1516 a maio de 1519. Mais circumspecto, Estêves Pereira sugere haver talvez alguma confusão de datas, pelo que deve ler-se 1526 e 1529, datas averiguadas sobre viagens do capitão à América do Sul, em que teria aprisionado os companheiros de Solis em Santos, depois de executar a incumbência de elevar feitoria no Nordeste, além de outra mencionada pela carta, ou *Newe Zeytung*, muito anterior anunciadora em 1511 do descobrimento do Rio da Prata. O motivo da dúvida é sempre o mesmo, relacionado

com a persuasão nas duas viagens ao sul, de invadir seara alheia.

Pela informação de cronistas antigos como Gaspar Correia, temos notícias do aventureiro espanhol D. Luís de Gusmán, que entre as duas viagens de Cristóvão Jacques, teria chegado ao sul de S. Vicente. Reza a respeito a Crônica: "*Neste numero devemos contar em 1519 o navio castelhano de D. Luiz de Gusman, que em vez de seguir de conserva para a India com Jorge de Albuquerque, veio desertar e pirata ter aos nossos mares; mas nem sabemos (e quasi preferimos não saberlo) em que porto meridional buscou abrigo, para refazer-se de leme, deixando nelle cincoenta e tres da tripulação sacrificados pelos indios*". A notícia pertence, pois, à lúgubre série de iniquidades provocadas por cega ambição, os abandonados na praia, mais tarde mortos pelo silvícola, provávelmente vítimas de quezílias com o aventureiro que se apossara do barco em má hora a êle confiado.

A vinda da nau *S. Jerónimo*, de Gusmán, arribada no Brasil em sítio indeterminado, que tanto podia ser no centro como ao sul da extensa orla costeira onde navios da carreira da Índia podiam procurar refúgio, foi precedida dois anos antes pela nau *Piedade*, de que, segundo os interessados no assunto, pouco se apurou. A poder de dádivas conseguiu o espanhol que os índios do lugar consentissem em que tripulantes se aventurassem no interior da terra à procura do necessário para reparos e reabastecimento. Não se sabe bem como sucedeu a matança, se por insídia da indiada ou por abandono do comandante. O mais provável é a primeira hipótese, pôsto também seja duvidosa a cifra de

mortos na ocasião, porquanto, a ser verdadeira, deixaria o barco quase sem marinhagem.

Nessa mesma data temos outra expedição menos inçada de incertezas, a de Fernão de Magalhães, que representa o maior esforço até então realizado pela coroa castelhana para assegurar o acesso da Oceânia às suas frotas pelo sul do continente americano.

A EXPEDIÇÃO DE FERNAO DE MAGALHÃES

Descoberta da passagem para a
especiaria pelo sul da América. Auxílio
que recebeu dos portuguezes no Rio
de Janeiro. Comoção que despertou
na Espanha.

A Expedição de Fernão de Magalhães

A grande expedição que deu volta ao mundo, coisa tão fantástica como o feito do astronauta Yuri de nossos dias, era o resultado do empenho do nôvo soberano de Espanha em dilatar os seus domínios de além-oceano para conseguir mais meios de alimentar guerras na Europa. Coincidiu por infelicidade o desejo com aguda falta de peritos navegantes no momento em que Portugal dêles precisava com premência no Oriente e outros soberanos também se arvoravam em conquistadores do oceano. Teve o espanhol de recorrer ao meio de sempre, em rapinagens no reino vizinho, que tantos capitães, cartógrafos e pilôtos já lhe tinha concedido.

Um incidente fortuito, dimanado de choque de suscetibilidades, pôs à sua disposição um dos melhores marítimos da nação lusa. Desaviera-se em Portugal Fernão de Magalhães com os dirigentes da Casa da Índia responsáveis pela navegação do Oriente, razão de êle ouvir as propostas vindas do outro lado da fronteira onde havia necessidade de pareceres abalizados na questão das Molucas. Era o primeiro passo na sua colaboração com as repartições castelhanas rivais da causadora de seus desgostos. O segundo consistiu na organização da maior expedição oceânica de todos os

tempos até àquela data. Tratava-se de chegar ao disputado arquipélago, mas por via desconhecida, que poderia influir decisivamente na navegação da época. Na falta de Solis teve Carlos V de se dirigir a veterano da Índia de comprovado valor, hábil no mar, entendido em cartografia e observações técnicas. Em a nova atividade Fernão encontrou auxílio de antigo conhecido seu, Cristóvão de Haro, ligado a personagens da côrte e banqueiros internacionais. Apresentado pelo patrono ao feitor Aranda, superintendente da Casa de Contractación de Sevilha e ao arcebispo Fonseca, presidente do Consejo Supremo de las Índias, de todos recebeu bom acolhimento, assim como do Imperador recém-vindo das Flandres.

Entusiasmaram-se os espanhóis com as possibilidades de novo acesso às riquezas do Extremo Oriente, acenadas por Fernão e outros, com apoio, ademais, financeiro de Haro e sócios flamengos. Da entrevista que o navegador cosmógrafo teve com o soberano em 1518, ficou o primeiro encarregado de preparar grande expedição às Molucas por trajeto previsto, mas ainda incerto. Imediatamente entrou o protetor, o flamengo Cristóvão, a reunir capitais necessários à empresa. Personagem opulento, pertencente a família de há muito especializada em comércio marítimo no grande centro mercante de Antuérpia, provido de largo crédito, não fazia muito, ainda em Portugal, resolvera favoravelmente, graças à boa vontade das autoridades espanholas, o caso de uma embarcação sua arribada por volta de 1516 do Brasil na América Central, onde fôra apreendida. A lenidade do castelhano na ocasião e agravos que veio contemporaneamente a sofrer da administração lusa o convenceram de se passar à Espanha. No momento estava, como se entende, nos melhores têrmos com a Casa de Contractación.

Associou-se na ocasião com outros mercadores e capitalistas, tais os famosos Fuegger; “los Fúcares”, como lhes chamavam os castelhanos; mais um tal Alfonso de Gutierrez e Duarte Barbosa, outro refugiado português, ricaço que ia tornar-se sogro de Fernão de Magalhães. Também figurava entre os incorporadores Juan de Carthagená, homem de confiança do soberano, erigido em comandante de uma das naus da esquadra, assim como observador dos demais chefes, segundo adiante veremos. Por sinal que se saíram com prejuízo da empresa, pois o Tesouro espanhol, completamente falido, não só recusou mais tarde pagá-los, como ainda, devedor relapso e capcioso, lhes intentou processos e sobre êles deflagrou perseguições, a ponto de, vinte anos depois de concluído o périplo de Magalhães, ainda se arrastar a cobrança dos Fuegger nos tribunais onde eram severamente censurados pela audácia de cobrar o que lhes era devido.

Técnicos em náutica foram mobilizados para acompanhar o chefe da expedição. Além de Rui Faleiro, “astrólogo” português que na Espanha se refugiara em companhia de Magalhães, constava o italiano Nuno Garcia, o qual, a despeito do apelido espanholíssimo, era originário de Turim. Constavam, mais, entre os que deviam participar da viagem, o espanhol Bernardino del Castillo e o português Diogo Ribeiro, discípulo dos Reinel — os grandes peritos em cartas marinhas da época — promovido no fim da viagem a cosmógrafo oficial da Casa de Contractación. Faleiro era tido como grande cientista, autor de tratado sobre determinação de longitudes, mas, repentinamente atacado de distúrbios nervosos, foi substituído pelo espanhol André de San Martín, bom conhecedor do sistema faleirano e das *Tábuas* de Giovanni da Monte Reggio, que, imperfeitas

e erradas, ia corrigir através de observações durante a viagem.

Semelhantes preparativos não passavam despercebidos a D. Manoel I, ao qual provocavam grande ansiedade. Ignoramos em que data promulgara êste Rei a *Ordenação* contra a presença de pilotos, mestres e marinheiros portugueses a serviço de outras nações. Apenas sabemos que enunciava penas severíssimas tais como confisco de bens móveis e de raiz e degrêdo para a ilha de S. Helena, predestinada, como vemos, a ergástulo, tornada ao depois famosa pelo hóspede que recebeu. O embaixador extraordinário de Portugal, D. Álvaro da Costa, especialmente enviado à côrte vizinha para negociar o consórcio de D. Manoel I com a Infanta D. Leonor, tentou, segundo ordens recebidas antes de partir, convencer Magalhães a abandonar o serviço de Espanha. Intervinha igualmente junto ao Imperador, apoiado pelo valido belga Guilherme de Croy e outros personagens, para que prescindisse dos préstimos do nauta, *“odioso ao parente e amigo, em vésperas de ainda mais estreitar parentesco”*.

Não apetezia de modo algum aos portugueses empenhados em aguda competição com os castelhanos, perderem sucessivamente elementos nacionais e estrangeiros, como os cartógrafos de fama universal, os Reinel, cujos serviços eram pagos a pêso de ouro, argentinários do porte de Cristóvão de Haro, astrônomos da proficiência de Rui Faleiro, pilotos da habilidade de Solis e capitães do prestígio de Fernão de Magalhães, o qual, para mais, carreava consigo quantidade de técnicos e marujos experimentados de Portugal. Nada menos de quarenta súditos especialistas de D. Manoel I iam figurar na expedição nos postos desde o comando

supremo, até inferiores de comitres e condestáveis, todos, porém, de absoluta valia à emprêsa.

Foi tanta a insistência naquelas transações do enviado junto ao Imperador, que motivou pronunciamento do arcebispo Fonseca, presidente do Consejo de las Índias. Declarou o prelado implicar fato há muito existente, sem importância para o seu soberano a nacionalidade daqueles portuguezes empregados pela Espanha. Não tinham sido nem raptados nem escravizados. Ali estavam porque lhes convinha, ademais, tidos pelos reclamantes, segundo diziam, "*como homens de pouco valor*", além de que el-Rei de Portugal também se servia de espanhóis.

O parecer do Consejo, através do seu maior responsável, veio ainda mais azedar a pendência. Sabiam os reclamantes o valor do nauta, de onde a grande difusão, entre cronistas antigos, do rumor de tentativas de morte contra Fernão de Magalhães havidas em Saragoça durante a permanência da côrte naquela cidade. Era reprodução da lenda a atribuir a mesma vilania a D. João II contra Colombo em circunstâncias parecidas. Tanto num como no outro caso não se justificava o crime, por inútil e oprobrioso, mais prejudicial que benéfico para quem o cometesse. No primeiro caso sabia D. João II depender de semanas o descobrimento da rota das Índias, principalmente depois da façanha de Bartolomeu Dias ao contornar o Cabo das Tormentas. Não menos absurda e passível de ignomínia se afigurava o segundo, atribuído a D. Manoel I, crime monstruoso se fôsse perpetrado contra súdito em evidência, que de modo algum impediria o conhecimento de passagem pelo sul do continente para os mares onde se encontrava a especiaria. Melhor do que ninguém estava o Rei lusitano informado dêsse acesso por Cristóvão Jacques e tripulantes de Solis,

uns e outros persuadidos de que o grande estuário mais tarde denominado Rio da Prata representava o acesso, a ser em pouco reconhecido por algum português ou espanhol.

Maiores dificuldades encontrou o capitão suscitadas pelos funcionários da Casa de Contractación. Não só surgia a cobiça e falta de escrúpulos dos mesmos como empecilhos, ansiosos por se locupletarem com as despesas da expedição, como ainda levantavam por cálculo e estupidez zelos nacionalistas. Mostravam-se vexados pela demasiada quantidade de lusos contratados e, mais ainda, de ser português o chefe da esquadra. Foi intensa a pressão nesse sentido desenvolvida por tais elementos para impressionar o govêrno, por fim atendidos pela real cédula de abril de 1518 a favor de Juan de Carthagená, a qual rezava, *“convenia que fuese un tercero con los dichos portugueses para en caso de muerte ó para tanvien si los dichos portugueses no seguisen la derrota que deben para acabar el viage que van hacer y por ventura no tuviesen buen fin para las cosas de nuestro servicio”*.

As suspeitas e remédios aventados contra possíveis abusos a ocorrerem durante a viagem eram comuns num tempo em que em tôda parte se empregavam mercenários. Recrescia ainda ante a necessidade de o Imperador recorrer a estrangeiros para completar tripulações o fato de os súditos das províncias marítimas sentirem repugnância em atender aos chamados dos armadores de emprêsas oceânicas. Se bem auferissem vantagens consideráveis, pagos adiantadamente partes dos soldos, no geral quatro mesadas a fim de os embarcações deixarem algum dinheiro com as famílias, os perigos eram tantos, as condições de viagem tão agrestes, que escasseavam candidatos. Assim, o piloto João Rodrigues de Mafra, português morador em Palos, dos que se tinham homi-

ziado na Espanha, obteve acréscimo de vencimentos nas vésperas da partida, exemplo da generosidade com que eram tratados. Teve, no entanto, Magalhães de se valer de agentes recrutadores, para completar efetivos com a escumalha dos portos, proveniente das mais diversas origens.

Havia de tudo. Viam-se no rol espécimes dos mais variados centros de navegação do Mediterrâneo e do Atlântico. De mistura com portugueses e castelhanos dos portos afeitos à navegação transoceânica, encontravam-se gregos, sicilianos, romenos, lombardos, venezianos, savonenses, genoveses, ingleses, flamengos, irlandeses, picardos, bretões, narbonenses, bolonhenses, gascões, vasconços, alemães, etc. Eram tão numerosos os genoveses quanto os portugueses, naturais propriamente da *Superba* e também dos arredores de San Remo, Savona, Sestri Levante ou Sestri Ponente. Os naturais da ilha de Rodes também contavam em grande número, em todos os setores da navegação, inclusive nos postos de comando.

Dos espanhóis os mais numerosos eram os andaluzes, por se encontrarem nos pontos mais em contato com as empresas de navegação. Todavia, também se notavam muitos galegos, biscainhos, sicilianos, navarreses, vasconços de França e de Espanha e castelhanos, igualmente súditos da coroa. Os bombardeiros eram quase todos alemães, a não ser um francês por acaso perdido entre eles. Pertenciam a uma especialidade que se prolongou por muito tempo, até o século XVIII, entre exércitos e frotas européias necessitados daqueles profissionais. Nós mesmos tivemos em S. Vicente o artilheiro Hans Staden e mais tarde constaram numerosos patrícios seus nas forças holandesas na Bahia e em Pernambuco.

O mais curioso, porém, da lista, era já figurarem nos alvôres do século XVI, no início dos impérios coloniais ibéricos, dois grumetes negros, um malaio escravo de Magalhães, um mestiço índio chamado Andrés de la Cruz e o filho mameluco de João de Carvalho embarcado no Rio de Janeiro, consequência do alastramento de mestiços na América, a serviço dos brancos invasores.

A expedição em que iam compunha-se de duas naus de maior porte, das quais a principal era a *Trinidad*, acolitada pela *S. António* sob comando de Juan de Carthagena. Outras três de menor arqueação as acompanhavam, a *Concepción*, a *Vitória* e a *Santiago*, esta a menor, respectivamente sob a chefia de Gaspar de Quesada, Luís de Mendoza e João Serrão. A tonelagem desses barcos variava de 160 para a *Trinidad* (outros lhe atribuem apenas 120) e muito menos para a *Santiago*. De qualquer maneira o vulto das embarcações parece irrisório ante as proporções da viagem. Disponha, no entanto, Magalhães de apoio que faltara ao seu predecessor Vespúcio na mesma região. Podia contar com auxílio de povoados euro-americanos espalhados pela orla costeira do Novo Mundo, revelados ótimos pontos de apoio como sucedera com Juan Dias de Solis, que aí encontrara provisões, auxílios vários e preciosos informantes.

Entre os oficiais contava-se o que havia de superior no reino em matéria de técnicos e de gente experimentada. Ia como piloto da *Trinidad* o português Estêvão Gomes, outro refugiado luso em Espanha, considerado dos melhores nautas do tempo, muito cobiçado por D. João III, o qual em 1523 enviava instruções ao seu embaixador em Castela para que não poupasse esforço em reavê-lo. Preferiu, contudo, Estêvão continuar entre espanhóis, onde desenvolveu intensa ativi-

dade em todos os setores navais, inclusive no preparo da incursão ao Labrador para descobrir passagem à terra de especiaria pelo norte do Canadá. Como prêmio a seus serviços, galardeou-o Carlos V com escudo de armas, *“especialmente”*, rezava o decreto de 1534, *“quando fuistes en el armada en que fue por capitán general hernando de magallanes al descubrimiento de la especeria de las islas del maluco”*.

Outros oficiais de destaque iam na dita expedição, que decorreu inçada de incidentes, maculada por insubordinações inevitáveis nas longas navegações de vela, onde se destacaram Gonçalo Gomes de Espinosa, igualmente enobrecido pelo Imperador por serviços excepcionais prestados na ocasião; Leon Pancaldo, aliás, Pancado, o que vimos celebrar contratos com franceses, também necessitados de técnicos e veteranos conhecedores do mar; Duarte Barbosa, português, parente de um dos incorporadores da flotilha e por afinidade de Magalhães, indivíduo bulhento, motivo de preocupações do primo, ao depois, entretanto, útil, quando colocou a sua experiência no Extremo Oriente à disposição do sucessor do capitão-general no comando da esquadra; Miguel de Rodas, assim chamado porque era natural da ilha de Rodes, também enobrecido por serviços excepcionais, meio de Carlos V prender em tórno de si profissionais quase insubstituíveis; o mesmo sucedeu a João Rodrigues de Mafra, elevado a cavaleiro pouco depois de zarpar a esquadra de portos espanhóis.

Davam-se na conjuntura casos comuns na velha navegação, em que elementos de passado pouco recomendável, aparentemente prejudiciais pela turbulência e indisciplina manifestadas na viagem, a certa altura, podiam revelar-se providenciais pelo denôdo e acêrto que demostravam. Um dêsses foi Sebastião del Cano, ou de Elcano, vasconço espanhol, alistado como volun-

tário na qualidade de mestre de equipagem, mais tarde enobrecido pelo Imperador pelos serviços à expedição depois da morte de Magalhães. A seguir tomou parte na de Loaysa e voltou a escalar no Brasil como adiante veremos. Os espanhóis lhe atribuem a maior glória da expedição. Outro digno de reparo foi João Serrão, português, indivíduo difícil de identificar como seria desejável pelo excesso de homônimos coevos. Sabe-se que possuía grande saber e experiência tanto nas coisas de mar como nas do Oriente. Era de tal modo acatado que foi eleito substituto de Magalhães pelos companheiros, confiança a que plenamente satisfizes até o infeliz combate de Cebu onde encontrou a morte.

Muitos mais poderíamos citar, mas nos limitaremos em aludir à figura bem característica da época, que foi João Batista de Punzozol. O apelido sugere localidade no reino de Nápoles, não fôsem outros nomes que lhe conferem, copiosamente estropiados por escribas castelhanos, vezeiros em espanholizar nomes estrangeiros, assim como a sua indubitável origem constante nos livros de arrolamento de tripulantes. Era natural da "Riviera" de Gênova, como muitos da expedição, na qual figura a princípio como simples mestre. Fôra encarregado por Magalhães de recrutar embarcações em Cádiz. Experiente do oceano, oferecia para mais ao comandante da esquadra o interesse de tê-la adquirido em barcos portugueses. Cronistas coetâneos consideravam-no dos melhores técnicos em lides marítimas, da maior utilidade depois da morte do capitão-general. Igualmente lhe conferem o merecimento de pilotar a esquadra até as Molucas depois do desastre de Cebu. Aprisionado pelos portugueses quando se passou a Ternate, aí permaneceu algum tempo, depois passou ao continente asiático. Faleceu em Áfri-

ca após recuperar a liberdade, na altura de Moçambique, de volta à Europa no ano de 1526. Contava cinqüenta anos de idade ao se alistar em 1518 na esquadra magelânica e não sabia ler nem escrever.

Antes de iniciada a expedição com os recursos e colaboradores acima descritos, enquanto se preparavam as naus e se recrutava a tripulação, Magalhães, matemático e cartógrafo e auxiliado por Rui Faleiro, elaborava para mais de 32 cartas, delineadas na oficina de Nuno Garcia de Torreño, em Sevilha. Também os Reinel trabalharam neste setor, sem que Magalhães e Faleiro de todo admitissem os seu cálculos. Diz a propósito Denucé, *"Pedro e Jorge Reinel, il faut le croire, durent adopter les modifications du capitaine général, qui prétendait prouver que la distance de Malaca aux Moluques, dans toutes les cartes existantes, avait été écourtée sciemment et que personne ne s'entendait mieux que lui aux longitudes de l'Extrême Orient"*. Dêsses trabalhos dois planisférios de Pedro Reinel foram, segundo Castanheda, descobertos pelos portugueses no barco espanhol aparecido à procura de auxílio nas Molucas e por êles aprisionado.

Recebeu Magalhães na hora da partida instruções extremamente pormenorizadas sôbre a viagem. Quanto mais importante a expedição, mais extensas eram as recomendações, a fim de que não se perdesse o sacrificio do Tesouro e a empresa não deixasse de redundar em benefício do mesmo. Desciam a todos os particulares dos aprestos e do rumo da viagem, inclusive o comportamento do comandante ante eventualidades possíveis, prováveis e improváveis. Em primeiro lugar, ordenavam que não tocasse nas possessões portuguesas, item cominatório invariável nas ordens emanadas dos governos ibéricos e invariavelmente infringido pelos navegadores lusos e espanhóis. Indicavam a seguir

segundo o sistema em uso, impôsto pela experiência, como navegar, instruções do general aos demais capitães, precauções várias, modo de proceder com populações nativas, tomada de posse de territórios sitos na demarcação de Castela, trato com potentados das *“yslas y tierras adonde ay las especerias”*, cuidados em ciosamente guardar *“todo que se hallare de oro e perlas e pedreria”*, tudo bem escriturado para evitar prejuízo ao régio serviço. Também especificava ponto em extremo importante, que era a porcentagem da officialidade e embarcações nos lucros porventura trazidos pelas mercadorias existentes nas embarcações destinadas a escambos com povos orientais.

Aparelhada a esquadra, levantou ferros de San Lucar de Barrameda a 20 de setembro de 1519. Como de costume, zarpou em direção às Canárias, de onde sem mais novidades seguiu para o Brasil a despeito de o *Regimento* proibir escalas nos domínios del-Rei de Portugal. No dia de Santa Luzia chegaram a um pôrto, mais tarde denominado, provavelmente por Pedro Reinel, como Rio de Janeiro, pôsto não fôsse a foz de grande curso mas uma baía cercada de montanhas. O engano proviria de informações dos companheiros de Solís, que ali se tinham demorado naquele mês, origem mais provável para a designação, do que a semelhante indicada por Varnhagen em relação a Vespúcio. No sítio puderam descansar, tratar dos doentes, banhar os corpos, lavar roupa, fartamente reabastecer os navios de água, víveres e lenha. Também se deparou aos tripulantes oportunidade de conhecer índias no sentido... bíblico. Era também momentânea trégua a preocupações acrescidas em todos os tripulantes à medida que mais tempo se encontravam no mar e se afastavam do ponto de partida.

Muito facilitou os trabalhos empreendidos na ocasião o fato de reinar boas avenças entre os navegantes e as tribos locais. Nas relações havia de influir o caso narrado por Ayamonte, como no dito pôrto vieram índios trazer a Carvalho o filho mameluco havido de uma cunhã na sua primeira estada no pôrto depois de descer da Bahia até à Guanabara, com intervalo em Cabo Frio. A harmonia entre indígenas e alienígenas era tão perfeita que basta atentar para um episódio narrado por Pigafetta. As duas missas celebradas em terra foram acompanhadas pelos índios com admirável docilidade, cordialidade, ou curiosidade, ou tudo a um tempo, *“de joelhos, erguendo ao céu as mãos postas com tanta contrição que era enorme prazer contemplá-los”*, persuadidos os europeus que já os tinham em sujeição.

No sítio encontraram os viajantes abundância de galinhas, batatas, ananases, carne de anta *“parecida com carne de vaca”*, cana doce e muitas mais coisas. Convém notar na lista os resultados do contato do silvícola com as naus de passagem, visíveis no aparecimento de aves dantes desconhecidas no lugar, além de mais recursos, como sucedia com a cana logo aproveitada nas várzea do Paraíba do Sul, provavelmente trazida pelas tripulações das Canárias e da Madeira.

O bom entendimento entre visitantes e visitados também transparecia na facilidade de escambo por vêzes altamente pitoresco. A trôco de anzol ou de faca, recebiam os visitantes cinco ou seis galinhas. Por um pente, um casal de gansos. Em retribuição a um espelho ou tesouras davam os pescadores índios peixe bastante para saciar dez homens. Com um guizo ou uma fita conseguia-se um cêsto de batatas, *“cheson certe ra-*

dice lunghe come i navoni ed hanno il gusto della castagna. Per un redi danari (rei de jôgo de cartas) mi diedero sei galline, e ancora credeano d'aver fatto un buon negozzio", motivo de Pigafetta considerá-los "*creduli e buoni*", fàcilmente conversíveis ao cristianismo. A vista de tanta docilidade certos expedicionários, consoante a mentalidade do europeu comum, pensaram em aprisionar alguns, mas o capitão-general só admitiu coleta de lenho vermelho e proibiu sob pena de morte a captura de indígenas.

Não se sabe quanto se demoraram os expedicionários no Rio de Janeiro. As notícias de coevos são contraditórias a respeito. Parece que não ultrapassou de uns quinze dias, bem aproveitados graças à quietude da escala. Uma das consequências da serenidade foi permitir observações de Andrés de San Martin para determinar a longitude, e, a 17 de dezembro, uma conjunção de Júpiter com a Lua, relatada pelo cosmógrafo e pelo cronista Herrera. A acessibilidade dos naturais, favorável aos empreendimentos dos europeus, induziu a certo Duarte Barbosa (que alguns querem seja o mesmo feitor de Calecut em 1515, muito versado em línguas orientais) escrever obra, atribuída erradamente por D. António Blazquez y Aguilera a Fernão de Magalhães. O mau gênio dos dois personagens, do filólogo e do feitor, assim como a tendência de ambos em se interessar pelos usos e costumes dos indígenas, autorizam a hipótese. No Rio de Janeiro Duarte foi pôsto a ferros pelo capitão-general, "*en grillos, en el puerto de Santa Lucia, que és en la costa del Brasil, que se queria ir a los indios deste dicho puerto*", informa Medina no seu relato, "*y despues que puesto en la nao Victoria por capitan della, y della se huyó à los*

indios en la isla de Zebú", a muito custo de volta ao navio a despeito dos apelos de Magalhães.

Refeitos os expedicionários da travessia do oceano puderam prosseguir derrota para o sul, com informantes da costa e línguas do gentio a bordo. Depois de feliz viagem depararam com a embocadura do grande rio, cujo conhecimento era uma das incumbências da viagem. Mandou o capitão fôsem exploradas as margens e ilhas. A respeito incendiou-se a fantasia de Pigafetta, que lhes empresta grandes riquezas. Assegura o cronista serem as ilhas e ilhotas em número de sete, na maior das quais havia muitas pedras preciosas. Não menos estranha foi a visita aos navegantes de gigantesco guerreiro índio, provido de voz trovejante, delegado pela taba para saber as intenções dos alienígenas. A descrição do seu aspecto coincide com a dos patagões mais tarde vistos por navegadores no extremo sul da América, pertencente ao mesmo gênero de fantasias, como a lenda das Amazonas no outro imenso curso do norte. Igualmente avantajados eram os companheiros do mensageiro. Em terra os tripulantes da esquadra tentaram aprisioná-los, sem sequer poderem dêles se aproximar, pois, tão largos eram seus passos que, por mais corressem os embarcações, sempre se viam facilmente distanciados.

Mais interessante e verídica é a notícia referente às instruções do *Regimento* do Imperador acêrca de pesquisas para achar passagem pelo rio à terra da especiaria. Era o grande motivo da expedição. Urgia reconhecer o que ainda se encontrava envolto em incertezas e que o desastre de Solis não permitira aclamar. Naquela altura, apenas dispunha o govêrno espanhol de vagas referências de companheiros do malogrado nauta, sem mais idéia a respeito do restante da costa,

que se supunha ali terminar, completamente desconhecida à cartografia, assim como o *hinterland* e o perfil do outro litoral, banhado pelo oceano, que a partir de Magalhães se tornou conhecido por Pacífico.

A comoção despertada pelas descobertas da expedição ia avolumar dois pontos de discórdia entre as duas coroas ibéricas, a questão das Molucas e a posse do Rio da Prata.

AS EXPEDIÇÕES SUCESSORAS DE MAGALHÃES

O interêsse causado pela viagem do grande navegador provoca novas expedições para as Molucas e o Prata. Contratempos perseguem a de Garcia de Loaysa. Desgarra da mesma o *S. Gabriel* e padece espantoso fadário no litoral brasileiro.

As Expedições Sucessoras de Magalhães (D. RODRIGO DE ACUÑA)

Assim que chegaram à côrte "*de los Áustrias*" notícias da expedição de Magalhães, entraram governos e particulares em febril atividade no preparo de novas expedições destinadas a confirmar os feitos do prodigioso périplo. Fôra o descobrimento da passagem pelo sul da América para o oceano impròpriamente denominado Pacífico, o complemento final da descoberta do acesso pelo cabo da Boa Esperança para o oceano Indico. Ocioso seria descrever o alvoroço que se apoderou na ocasião da Casa de Contractación e outros escaninhos da coroa. Confirmavam-se as previsões de Vespúcio logo no comêço do século, acêrca da almejada passagem a significar para Castela o mesmo que a africana para Portugal. Imediatamente, começaram as reuniões de interessados no tráfico do Oriente com agentes de govêrno assim como entraram em doba-doura oficinas cartográficas dos Reinel ou de Nuno Carcia e desandaram os conselheiros do Imperador a cogitar da escolha de capitães e tripulantes.

A despeito das habituais aperturas do Tesouro, recrescidas naquele momento pela nova guerra contra a França, a se desenvolver simultâneamente nos Pi-

reneus e em Flandres, vários barcos foram enviados à América do Sul ao mesmo tempo que assim procediam os portugueses. Mandava o embaixador espanhol de Évora comunicação ao seu govêrno, em que participava, a 27 de julho de 1524, a descida de duas caravelas pela costa sul-americana e que, ao passar por Santa Catarina, encontraram 9 náufragos da expedição de Solis no ano de 1521. A imprecisão dos têrmos não deixa bem claro os pormenores da viagem. Parece tratar-se de Cristóvão Jacques, o qual teria alcançado o grande estuário e na volta retido os companheiros de Solis. A dúvida ainda é aumentada por outra comunicação de embaixador, êste português, em funções na França, e que a 24 de dezembro de 1527 aludia ao grande "*rio creio que he o que achou Christovam Jacques*", em data bastante anterior ao comunicado à vista das lentas comunicações do tempo.

De positivo sabemos, entretanto, que em julho de 1525 partia da Corunha a flotilha de Garcia Joffre de Loaysa, em que se contavam na tripulação elementos de precedentes viagens para o mesmo destino. Entre os principais figurava João Sebastião del Cano, que brilhara fazia pouco em insubordinações, e, fato mais apreciável, pelo modo como, simples mestre de equipagem voluntário, substituiu no comando da nau *Vitória* a Gonçalo Gomes de Espinoza, aguacil-mayor da esquadra, aprisionado em Ternate pelos portugueses. Na conjuntura, portou-se admiravelmente. Atirado no Cabo Verde na accidentada volta à Europa, após perder dezesseis homens na viagem por moléstias e privações, viu ainda mais reduzida a minguada equipagem com a perda de mais onze marujos que tinham ido a terra procurar víveres e caído nas mãos da guarnição lusa. Precisou levantar ferros precipitadamente e rumar para mar alto. Não tinham, contudo, terminado os accidentes. Teve

a infeliz *Vitória* de atravessar mares infestados por piratas barbarescos que, se a alcançassem, levariam a equipagem para as galés de Túnis, Alger ou Tetuã.

Chegado à Espanha Elcano foi ter com outros tripulantes à presença do Imperador em Valladolid. Entre os companheiros do improvisado capitão estavam o rodense Albo (cujo nome os espanhóis estropiavam para Calvo), autor do *Roteiro* da viagem, a princípio contramestre da *Trinidad* e a seguir piloto da *Vitória*; Hernando de Bustamante, barbeiro da *Concepción* no comêço da viagem, depois com outras funções no mesmo navio. No tempo havia dessas mutações, em que um indivíduo acumulava officios e passava de um para outros às vêzes com resultados surpreendentes. A profissão de barbeiro, ademais, se desdobrava em sangrador anexo à de curandeiro mata-sanos. O nosso Hernando era ainda contador ou coisa parecida, muito da confiança de Elcano a quem acompanhou na expedição seguinte. Como êle, era também habilíssimo em alardear serviços, minguado de escrúpulos e em extremo ambicioso. Estimulado pelo companheiro e acolhida de Carlos V, ambos multiplicaram pedidos. As pretensões foram, entretanto, julgadas excessivas e como tais indeferidas.

Inda assim receberam invejáveis mercês. A Elcano deu o Imperador nobreza com brasão em que havia entre outros atributos "... *un campo dorado sembrado en él la dicha especeria, que es dos palos de canela en aspa y tres nueces moscadas y doce clavos de especeria sembrados, y encima dél una figura de mundo, y encima dél dicho mundo un rotulo que dice Primus Circumsedisti Me, el qual dicho escuto sostiene dos reyes ... y en las manos sendos ramos, en uno de clavos y el otro de nueces moscadas, que son los reys que en las nuestras islas de la Especeria señoreaban*", armas muito

apropriadas a quem por interêsse se colocara a serviço do tráfico de especiaria.

Na esquadra de Garcia Joffre de 1525 embarcou Elcano no pôsto de guia, piloto-mar e capitão do *Sancti Spiritus*, galardão que lhe compensava até certo ponto o indeferimento da pretensão ao comando supremo da mesma expedição. Este fôra confiado a Garcia Joffre. Joffre ou Jufre de Loaysa ou Loaisa, segundo a grafia de copistas, comendador da ordem militar religiosa de San Juan, comissionado Governador-Geral das Molucas. A expedição custara pesadas somas ao desmilinguido tesouro de Carlos V, mas devia o quanto antes partir à conquista do Velocino de Ouro. Em uma palavra, era para o Imperador, depois da precedente expedição de Magalhães, o mesmo que Pedr'Álvares para a rota da Índia na esteira de Vasco da Gama. Esta expedição tem para nós, graças a um de seus elementos, o excepcional interêsse de se encontrar estreitamente associada à história dos primeiros núcleos de povoadores brancos aparecidos no litoral brasileiro.

Compunha-se de seis naus, respectivamente, de 300, 200, 170, 130 e 80 tonéis, mais um galeão (aumentativo a significar no caso diminutivo) de apenas 50. Como vemos, aumentara consideravelmente o porte das embarcações, muito maior que o da empresa magelânica. Na armação novamente figurava como financeiro Cristóvão de Haro, não muito mais feliz na Espanha do que fôra em Portugal, pois, em 1538, ainda se arrastavam nos tribunais pleitos entre êle e a Fazenda por não lhe pagarem as despesas com as expedições de Magalhães e de Loaisa. Esta sua contribuição concorera, entretanto, para sanar dificuldades na organização daquelas emprêsas, como se nota no indeferimento, por parte do Imperador, de pretensões no gênero das expressas por Diogo de Covarrúbias e Alonso de Almotar.

Apresentavam oferta de ir às ilhas de “*Maluque y Vandán*”, a trôco de imposições pouco interessantes para o governo, mormente pela pouca confiança nos meios à disposição dos pretendentes. Mais prático e seguro lhe pareceu tomar dinheiro emprestado a Haro, e Covarrúbias seguia na flotilha no cargo de feitor-geral do arquipélago, incumbido de organizar o trato da especiaria na região.

Começou a viagem pelas Canárias, escala por assim dizer obrigatória para os navios que iam atravessar o equador. Prosseguiu rumo à América do Sul e sem maiores novidades, a despeito de ir já adiantada a estação, as naus avistaram a região de S. Tomé, nas vizinhanças do Rio de Janeiro. Infelizmente, pelo fato de não ser muito propício o tempo pela demora da flotilha em Corunha antes da partida, começaram temporais a partir de S. Catarina. Perto do estreito de Magalhães desabou tal tempestade sôbre o S. *Gabriel*, onde ia por capitão D. Rodrigo de Acuña, que a nau voltou a S. Catarina açoitada por ventos e vagalhões.

O sítio do ancoradouro onde se refugiou é dos mais lindos do litoral sulino brasileiro. Provido de clima ameno, em paisagem ridente banhada por águas piscosas e emoldurada por matas de boa madeira, devia causar efeito de paraíso aos que acabavam de passar por tremenda provação. Acrescia mais uma dádiva dos céus para a tripulação, necessitada de víveres e a nau de reparos. Encontraram brancos da expedição de Solis, em meio de farta prole mestiça; “*casados*”, com índias, escrevia pudicamente o embaixador Zuñiga; que lhes asseguravam auxílio seu e das tribos onde se tinham estabelecido. Fôra, destarte, providencial o encontro de conterrâneos a um tempo intérpretes junto ao gentio e informantes sôbre a terra.

Graças ao seu auxílio obtiveram os do *S. Gabriel* tudo que as redondezas podiam dispensar-lhes. Alguns tripulantes, impressionados pela fartura do paraíso, inclinaram-se a permanecer junto aos povoadores brancos. Afigurava-se-lhes resolução de muito preferível a continuar viagem para o Extremo Oriente. Recrescia a tendência o fato de oferecer perigo o *S. Gabriel* nas condições em que se encontrava, além de exigir desmedidos esforços dos tripulantes. A poder de muito rôgo conseguiu D. Rodrigo de Acuña que renunciassem ao propósito. Sofreu, porém, perda sensível com o naufrágio de um batel construído *in loco*, sinistro causador de muitas mortes. Temeroso, ante o desfalque da tripulação, de continuar viagem com pouca marinhagem, apressou o comandante a partida para escala mais ao norte, que foi Rio de Janeiro.

Segundo vimos nas relações da expedição de Magalhães, êste ancoradouro estava mais relacionado com a Europa do que outros pontos do litoral sulino. Eram abundantes e variados os recursos que oferecia a barcos de passagem, motivo de aí se demorarem para melhor exame do *S. Gabriel*. Reunida a oficialidade em conselho verificou-se não ser possível tentar viagem às Molucas ante o estado da nau. Era preciso desistir, decisão por todos apoiada, e, como oferecessem os índios madeira corante das matas vizinhas, embarcaram grande carga, se bem constituísse temeridade encher os porões roídos de gusano com tão pesada mercadoria. Pensavam, destarte, ressarcir-se dos prejuízos até então sofridos e recuperarem em parte a perda de supostos lucros obtidos nas Molucas.

Nem de longe imaginava D. Rodrigo que estava apenas no início de temeroso fadário encarniçado contra êle e companheiros. Do Rio seguiram para a Bahia onde foram ter a sítio perigoso, irritados os índios do

lugar contra europeus, ou pelos mesmos açulados contra alienígenas. Perdeu D. Rodrigo nessa ocasião mais nove homens, desertores ou mais provavelmente devorados pelos selvagens. Teve, daí, de refugiar-se em outra angra, perto da embocadura do rio de S. Francisco. Por desventura encontrava-se o *S. Gabriel* em plena zona freqüentada por franceses, no momento tão inimigos dos lusos como dos espanhóis. Não podia, portanto, ser mais inoportuno o encontro que tiveram com interlopo francês, que a princípio simulou socorrê-los. A propósito, não se sabe ao certo se ocorreu por qualquer motivo rusga entre os embarcações dos dois navios, ou se o francês queria simplesmente se apoderar do barco espanhol. De certo, conhecemos apenas ter o contrabandista repentinamente atacado o adversário ainda em consertos. Pôde, entretanto, safar-se o *S. Gabriel*, mas com tanta e compreensível precipitação, que o comandante e mais alguns companheiros ficaram em terra.

Em alto mar os remanescentes elegeram para chefe Juan de Pilola, tido como o mais capaz de tirá-los daquela situação. Entretanto, sem condições de poder ultrapassar o cabo de S. Agostinho, duramente ressentidos por não terem terminado os reparos da nau, tiveram de aproar de nôvo para o litoral baiano. Tencionavam concluir os consertos indispensáveis para a longa travessia do oceano, quando surgiu outro navio francês, não menos ameaçador que o precedente. Tiveram os do *S. Gabriel* apenas tempo para desferrar e tornaram a descer a costa à procura de onde encontrassem índios menos ferozes na falta de brancos que os amparassem. No afã prosseguiram até o Cabo Frio e outro pôrto mais ao sul, onde finalmente conseguiram ultimar aprestos da viagem e chegar a Baiona em 1527, dois anos depois de encetada a deplorável jornada.

Encontrava-se a equipagem reduzida a um quinto do seu primeiro efetivo! Quanto a D. Rodrigo permaneceu com os companheiros cêrca de dezoito meses nas imediações do rio S. Francisco, em crítica situação não fôsse providencial harmonia conseguida com a indiada local. Do outro lado do rio estavam portugueses, talvez gente do suspeito Cristóvão Jacques, que os vigiavam com maus olhos. Ao receberem reforços da metrópole aprisionaram os castelhanos e os conservaram em custódia até receberem ordem de embarcá-los para Portugal. Assim terminou a expedição do S. *Gabriel* que devia firmar a posse da Espanha nas Molucas.

As Expedições de Sebastião Caboto e Diogo Garcia

Enquanto o mal-aventurado D. Rodrigo peregrinava pelo Brasil, apresentava Sebastião Caboto ao Conselho do Imperador proposta para ir às Molucas. Este nauta de origem veneziana, filho de outro do mesmo nome, pouco antes tomara parte, como técnico em cartografia e matemática, nos ajustes de Badajóz-Elvas para dirimir a questão do arquipélago moluquense entre Espanha e Portugal. A oferta depois de modificada foi aceita pelas autoridades competentes, mais a incumbência de quando chegasse ao Rio da Prata, reconhecê-lo e mandar depois do estreito de Magalhães uma nau explorar a costa do Pacífico ainda desconhecida. Consistia no setor da América do Sul desde a Terra do Fogo até as Espaldas de Castilla del Oro onde por via terrestre já se encontravam exploradores castelhanos provenientes da América Central. A flotilha sob seu comando compunha-se de três unidades, em uma das quais ia o ilustre cosmógrafo Alonzo de Santa Cruz, que tão interessantes descrições deixaria do Brasil. Segundo sugestão do

general, da tripulação constava certo número de estrangeiros, a que o govêrno impusera exeção de franceses, por se encontrar em guerra o seu país contra o Imperador.

Simultâneamente partia de Corunha outra expedição sob comando de Diogo Garcia, piloto espanhol muito conhecido por viagens anteriores, com o mesmo destino da precedente, e incumbência de explorar o Rio da Prata. O capitão era conhecedor do trajeto, pois acompanhara Solis na malograda viagem em 1516. Segundo uns, teria partido a 15 de janeiro de 1526, outros, entre os quais Medina, preferem 15 de agôsto, o que impossibilita saber se precedeu Caboto no mesmo ano. De certo, sabemos que esta expedição também contou com o concurso financeiro de Cristóvão de Haro. As naus à sua disposição eram pequenas, de cem a cento e cinquenta tonéis apenas de porte, mas representavam no momento o máximo que era possível conseguir.

Pouco interessa agora se Caboto teria ou não precedido a outra expedição. Fato é que partia o veneziano a 1 de abril de 1526 para a América. Das Canárias os expedicionários vieram ter a Pernambuco em derrota executada de modo a causar espécie aos subordinados do capitão-general. Apesar do adiantado da estação desceram até a altura do arquipélago do Cabo Verde, em percurso na aparência enigmático, de modo a suscitar suspeitas de mais se interessar o comandante pelo Brasil do que pela Oceânia. A recusa do mesmo em revelar aos demais capitães as instruções recebidas na partida confirma nutrir Caboto desígnios muito diversos do compromisso assumido com o Imperador. Sucediã-se de sua parte subterfúgios desde a partida de San Lucar, a fim de esconder verdadeiros planos dissimulados sob aparência de dificuldades na travessia que o obrigavam a arribar em Pernambuco, flagrante

infração às disposições de Carlos V infensas a qualquer escala na demarcação de Portugal. O procedimento do mercenário no resto da viagem não fêz senão confirmar as suspeitas de que mais se interessava por um continente onde desde pouco eram descobertas minas preciosas, do que perder-se no imenso Pacífico para acudir tripulantes de Loaisa e firmar pretensões de Castela sôbre ilhas da Indonésia.

A três de junho de 1526 chegavam os expedicionários à vista do cabo de S. Agostinho onde se demoraram dois dias. Dificuldades com ventos e outros óbices de navegação os forçaram a retroceder "*en un lugar que se dice Fernand buco, adonde el serenissimo Rey de Portugal tiene una casa fuerte con un factor e doce personas*". A presença de brancos no sítio foi providencial para os navegadores. Necessitavam de urgentes refrescos depois da travessia alongada pelo desvio em direção à África, além de um bergantim para a capitânia, mais um bote pequeno e reparos em cinco âncoras. Mas a maior contribuição a seus projetos conseguiu Caboto na emergência com notícias sôbre o sul do continente.

Assim que se chegara perto do lugar onde se elevava a feitoria, aproximou-se batel com um português chamado Jorge Gomes, que deu tôdas as indicações desejáveis sôbre a terra e europeus que a habitavam. Depois conheceram o feitor Manoel de Braga e os demais portugueses da feitoria, todos muito solícitos em atender os visitantes, cujo comando, ao invés de estar nas mãos de um concorrente ibérico, pertencia a elemento neutro, habilidoso, esperto, ambicioso, provido de sedutoras aparências de quem provinha da civilização veneziana então no auge do esplendor. Em tudo era diverso do arrogante castelhano do reinado dos Áustrias, infeliz nas atitudes e competições que armava com de-

masiada freqüência com indivíduos de outras nacionalidades, além de com os próprios espanhóis. Pelo contrário, sutil e percuciente, sabia o filho da Sereníssima o modo de conseguir o que desejava. Os da feitoria, encantados com o visitante, desvelaram-se em atendê-lo e aos companheiros — a atitude do chefe sempre repercute na dos subordinados — e, no dizer de um dêles, o fidalgo Casimiro de Nueremberg, *“les ficeran a este e a otros de la dicha armada muy buen tratamiento y les dieran lo que habian menester”*. Nessa altura notaram os oficiais da flotilha a demasiada presença de Manoel de Braga na capitânia e os estranhos conciliábulos que tinha com o general e o seu sócio Miguel de Rifos, também agente a bordo de financiadores da emprêsa.

Tinham razão de suspeitar infrações do veneziano ao *Regimento* que recebera. A certa altura procurou Caboto a Gregório Caro, capitão do *Santa Maria del Espinar*, e, com grande assombro do oficial, disse-lhe dispor de notícias de muitas mais riquezas de ouro e prata na América do Sul, do que supusera no início da viagem. Perguntado pelo dito onde se encontravam, respondeu Caboto que era em direção do estreito de Magalhães. No momento lembrou Caro as ordens do soberano e manifestou escrúpulo em infringi-las, tanto mais por serem terminantes, ao que Miguel de Rifos o interrompeu e declarou que seria degolado por recusar descobrir o ouro de que S. M. tanto necessitava. Houve por êsse motivo acesa discussão e por fim disse Caboto, *“espero en Dios de ponerlos em un padacico de tierra que nunca hombres de España salieran se pusieran en tan rico, é que no perdamos nuestro viage sino lo sigamos”*.

A resolução do comandante foi definitivamente conhecida na entrevista que teve com a officialidade

reunida em sessão conjunta. Participou Caboto aos presentes as informações que obtivera do feitor Manoel de Braga e companheiros acêrca de riquezas existentes ao sul, e que poderiam encontrar guias com os castelhanos moradores "*en la bahia de los patos*", revelação de como naqueles primórdios, ainda em plena proto-história brasileira, estavam cientes os povoadores brancos espalhados pelo nosso imenso litoral, do seu número e condições, onde se encontravam europeus em meio de índios e os seus característicos. Alguns dos ouvintes protestaram, principalmente os que estavam a serviço dos armadores, que deviam atender tão-só aos produtos do Extremo Oriente, das regiões "*de Maluco, Társis e Ofir*", como rezavam as *Reais Cédulas* de Carlos V. O capitão Rojas — por essas e mais razões em pouco desavindo com o general — alegou feito porta-voz dos discordantes que se não devia confiar nos dizeres de portugueses, pois, à vista das diferenças surgidas entre Portugal e Espanha por causa das Molucas, era muito possível pretendessem desviar a flotilha do seu verdadeiro rumo. Além disso, tinham recebido ordens cominatórias del-Rei, e, inda tornassem as naus carregadas de ouro até as gáveas, tinham de cumprir antes aquelas determinações. Não logrou, entretanto, demover o comandante, e a oposição de Rojas apenas conseguiu aumentar ainda mais a antipatia por parte do veneziano, a ponto de em pouco destituí-lo do comando da nau sob pretexto de traição.

Depois de demorarem quase três meses em Pernambuco, partiram Caboto e companheiros em direção ao "*puerto ó rio que dicen de los patos*". O tempo lhes corria tão favorável que no mesmo dia transpunham o cabo de S. Agostinho e, ao anoitecer, passavam diante da ilha ou rio de S. Aleixo, onde cruzaram com nau francesa. A viagem decorria sem maiores incidentes

quando, depois do rio de S. Francisco, foram apanhados por tremenda tempestade que os forçou a procurar abrigo numa angra atrás de ilhotas, que Medina supõe, contrariado por outros autores, entre o Cabo Frio e o Rio de Janeiro, hoje a principal delas denominada ilha Rasa. Melhorado o tempo prosseguiram a derrota para o sul até nôvo temporal os levar a ancoradouro sito entre morros recobertos de densas florestas, os quais sugeriram ao comandante a construção de um batel para a capitânia a fim de substituir o que fôra destruído pela tempestade.

Os índios do lugar pareciam pacíficos. Afluíram para junto das naus em canoas, receberam alguns presentes e deram a entender por sinais que nas imediações havia gente semelhante aos recém-chegados. No dia seguinte apareceu outra canoa de silvícolas em que estava um branco, o qual contou que pertencera à flotilha de Loaisa e supunha estivesse ela perdida no estreito de Magalhães. Ali estava havia mais ou menos três meses em companhia de quatorze tripulantes do *S. Gabriel*. Sabia mais, que não muito distante, na mesma região, se encontravam naufragos de Solis. Incontinenti, sem mais suportar a impaciência, ordenou Caboto fôsse um marujo buscá-los. Na volta o enviado lhe trouxe Enrique Montes, o qual, depois de apresentado ao general e de com êle conversar, plenamente confirmou os dizeres dos outros brancos acêrca das tais riquezas.

Os seus dizeres eram tão positivos quanto impressionantes. Narrava como estava no sítio havia treze ou quatorze anos (em realidade desde fins de março de 1516), portanto, conhecedor das coisas da terra. Nessa condição aconselhava ao general subisse pelo Paraná acima, pois, o rio era confinante com uma serra aonde os índios iam constantemente e voltavam com

metais de vária espécie, principalmente cobre, ouro e prata, fáceis de obter dos donos a poder de escambo. Logo depois, chegava outro companheiro do precedente, de nome Melchor Ramirez, que soubera da chegada de Caboto e o viera visitar. Também confirmava a existência de riquezas e acrescentou que fazia pouco estivera no Paraná, como língua de uma esquadra de Portugal, notícia provavelmente causadora de alvoroço aos espanhóis. Tudo leva a crer que se tratava da última expedição de Cristóvão Jacques ao Brasil, a que se referem entre outros o embaixador João da Silveira e o cosmógrafo Alonzo de Santa Cruz.

Mais ansiosos ainda se tornaram os expedicionários ao saberem pelos embarcações de que companheiros seus moradores, nas vizinhanças, tinham estado na região das minas, no alto Paraná, e trazido muitas amostras de ouro e prata mandadas ao depois à Espanha.

Ao saber daqueles dizeres novamente convocou Caboto aos oficiais para que ouvissem dos antigos tripulantes do *S. Gabriel* a perda da esquadra de Loaisa, sinistro que os desobrigava de seguir para as Molucas a fim de socorrê-la como ordenava o Regimento outorgado por Carlos V como principal incumbência da sua missão. Estavam, portanto, livres de procurar as riquezas do Paraná. Na ocasião não escondia o semblante do general o júbilo que dêle se apossara. Era comunicativa a euforia, partilhada pelos ouvintes, com exceção de Rojas, cada vez mais desavindo com o chefe e os que o apoiavam. Não obstante, teve ganho de causa o general, como era de esperar, e ficou resolvida a exploração do grande rio no máximo de sua extensão.

A fim de melhor se prepararem para a jornada mudaram-se do sítio onde estavam, que era na ilha denominada por Caboto de Santa Catarina em louvor ao dia e nome de sua espôsa, para o lugar habitado

por Montes e Ramirez, aparentemente mais próprio ao propósito. Os índios amigos daqueles refugiados prontificavam-se em ajudar os trabalhos, e assim procederam, com tanto proveito, que em mês e meio construíram galeota adequada à navegação fluvial. Infelizmente o sítio estava próximo de alagadiços produtores de febres na estação, de sorte a contagiar muitos tripulantes. Entre os que faleceram estava o menor Herman, irmão de Martin Mendez. Pior ainda foram as contendas entre Rojas e os principais colaboradores do general, causa de desordens e mais perturbações para o prosseguimento da jornada, como logo depois se evidenciaram. Entretanto, pronta a embarcação, embarcados na flotilha mantimentos, Montes, Ramirez, filhos mestiços dos ditos, mais os antigos tripulantes do S. *Gabriel*, ordenou Caboto a 15 de fevereiro de 1527 a partida para o Rio de Solis. O general passara para o navio dantes comandado por Rojas, o qual foi abandonado no sítio com o grego Rodas e Martin Mendez, o mesmo que pouco antes perdera o irmão mais môço. Alegara o veneziano que não podia levar consigo a este último por motivo da saúde, "*enfermo de calenturas*", como estava. Na verdade queria dêle se livrar, obrigado a trazê-lo na flotilha muito contra seus desejos, indicado Mendez pelo Imperador para substituir o capitão-mor em terceiro lugar nas vias de sucessão em caso de necessidade.

Chegados ao grande rio souberam por índios que no delta da sua foz havia antigo grumete da expedição de Solis, milagrosamente escapo do morticínio no qual o capitão perecera. Chamava-se Francisco del Puerto, que, ao saber da chegada dos brancos, se apressou em comparecer à sua presença, e, nas práticas que teve com os mesmos, confirmou as "*grandíssimas nuevas de la riqueza de la tierra*". Animados pela esperança de se

apoderarem das mesmas, subiram o Paraná sem de longe imaginar o desfecho da tentativa. Depois de se aventurarem no rio através de tôda sorte de malogros, desentendimentos de brancos, assaltos de índios, moléstias, e, principalmente fome, reduzida por mortes parte dos expedicionários, descrente o restante de encontrar riquezas no Paraná e no Paraguai, vieram a saber da chegada à embocadura dêsses cursos de uma esquadilha espanhola. Era a comandada por Diogo Garcia, que da Corunha alcançara o confrade, desafeto e rival na América, quando o supunha nas Molucas.

*Espanhóis, Portugêses, Franceses,
Venezianos e Florentinos no Sul do
Continente*

O curioso da situação, nesta altura, consistia no fato de simultâneamente navegarem nos mesmos mares, litoral e rios, expedições de portugêses, espanhóis e franceses, comandadas por venezianos, florentinos e outros, a pouca distância entre si e de que sòmente duas se encontraram acima do Rio da Prata.

Mandara um ano antes dêsses acontecimentos, o embaixador João da Silveira, aviso da França sòbre aprestos de expedição armada por Angô e seu sindicato para o Brasil. Estava sob comando do florentino Verazzano, auxiliado por outros conterrâneos estabelecidos na Normandia. Diligenciou o govêrno luso em despachar o mais ràpidamente possível Cristóvão Jacques, bom conhecedor do litoral brasílico, a Pernambuco com um barco grande e quatro caravelas menores, guarnecidas por gente de armas e forte artilharia. De conserva trazia mais um navio com destino à Guiné a fim de protegê-lo no percurso entre a Europa e as ilhas

atlânticas, onde enxameavam corsários normandos e muçulmanos, mas no correr da navegação o dito se apartou dos demais, causa de logo ser capturado por franceses. Os companheiros tinham justamente a tarefa de policiar nossos mares, espantar corsários normandos e maluínos, explorar a costa na parte menos conhecida, que era o sul, e render a Pero Capiquo, ou Capico, "*Capitam de uma das capitánias do dito Brasil*". A antiga feitoria lusa localizou-se nos Marcos ou no Igarçu, ou sucessivamente nesses lugares, e teria sido fundada por Cristóvão Jacques em viagens anteriores, quando aprisionou companheiros de Solís na Baía dos Inocentes, nas proximidades da atual Santos. Pelas mesmas paragens estêve por longos meses D. Rodrigo de Acuña, inclusive num sítio que ficou chamado Baixios de D. Rodrigo.

Cristóvão Jacques por sua vez se dirigiu para o sul na investida devassadora do Prata em que se serviu dos préstimos de Melchior Ramirez. Com a sua partida de Pernambuco não tardou a ali surgir um corsário francês, que atacou e destruiu a feitoria que ficara sob direção do nôvo feitor Diogo Dias, o qual pôde fugir da sanha do assaltante graças a uma embarcação portuguesa por acaso por ali de passagem em trânsito para Sofala. Diremos, a propósito, demonstrar o episódio a freqüentação de barcos de tôda origem existente já naqueles alvôres, não só destinados ao Brasil para recolher lenho de tinturaria como para se reabastecer no trajeto para Índia ou África. Infelizmente as tripulações não deixaram relação do que porventura tivessem presenciado na viagem.

O seu êmulo Diogo Garcia rumou de Corunha para as Canárias e nas vizinhanças da ilha de Gomera divisou nau francesa. O estado de guerra entre Carlos V e Francisco I o autorizou a tomá-la, deixado o produto

do saque em depósito junto de habitantes do lugar. Depois seguiu para o Cabo Verde a fim de se prover de refrescos, e atravessar o equador. A despeito das ordens do Imperador que proibiam escalas nas terras del-Rei de Portugal, ou porque julgasse terminadas em S. Sebastião, entrou Diogo Garcia no pôrto de S. Vicente, recebido por misterioso "bacharel" e seus genros. Um dêles ia representar papel decisivo na conquista da bacia do Prata pelos espanhóis. Era português e se chamava Gonçalo da Costa, dos muitos desta nacionalidade que desveladamente auxiliaram Castela a formar o império "onde o sol nunca se punha". Havia outros portuguêses e castelhanos em tôrno do primitivo núcleo formado pelo enigmático personagem, o qual dizia ali estar "*hacia bien treinta años*", o que pode ser interpretado como êrro comum a indivíduos isolados no êrmo, sem muita noção do tempo decorrido no destêrro.

Os genros seriam os companheiros de suas filhas mamelucas, a respeito das quais, contudo, nada temos de explícito. Tampouco, de permeio estariam naufragos mais recentes, pôsto se possa conjecturar assim acontecer. Ao certo sabemos apenas que os expedicionários ali encontraram "*mucho refresco de carne, pescado y vituallas de la tierra, agua y leña y todo lo que hubo menester*". E, como então sucedia, muitos dos hospedeiros, senão todos, antigos e recentes, entendiam o idioma tupi o que lhes propiciava percorrer os meandros da costa. Outros teriam naufragado distantes de S. Vicente e depois para ali se mudaram atraídos pela presença do bacharel e filhos. Nessas condições tratou de se entender o capitão-mor com Gonçalo da Costa a fim de contar com o seu auxílio na descida para o sul.

Os recursos locais obtidos através de brancos e índios, foram utilíssimos. O arraial formado pelos naufragos assumira aspecto de baluarte bélico, como

demonstra a quantidade de prisioneiros de guerra oferecidos pelos habitantes à tripulação. Negociaram os espanhóis os que estavam disponíveis e a construção de um grande bergantim para lhes ser entregue quando passassem por S. Vicente de volta à Espanha. Feito isto, embarcaram víveres e guias e velejaram rumo ao Pôrto de Patos, perfeitamente conhecido de Gonçalo da Costa. Novamente foram bem tratados, desta vez pelos índios Carioces acessíveis aos brancos. Outra vez abastecidos recomeçaram a derrota para o Rio de Solis, aonde chegaram em fevereiro de 1528.

Segundo parece, como não tocara a esquadilha de Caboto em S. Vicente, ignorava Diogo Garcia a presença do veneziano no Prata. Foi, portanto, com a maior surpresa que veio a saber que teve notícias suas no rio, quando o supunha na Melanésia. Nutria, por sinal, escassa estima pelo mercenário, mais tarde tornado juiz severo da travessia de Caboto, considerada por êle absurda, prova da incapacidade daquele vangloriador de dotes excepcionais, tido por si mesmo como marujo experiente e técnico muito acima do comum de navegantes espanhóis. Apontava erros que o outro talvez praticara premeditadamente e o qualificava sem reboços de simulador de talento e impostor, fato que a ser verdadeiro o tornaria modelo dos atuais pretensos críticos literários, artísticos e outros a pulular em os nossos meios.

O primeiro elemento da flotilha cabotiana avistado por Garcia foi Antón de Grajeda, lugar-tenente do veneziano, o qual lhe narrou as peripécias da exploração dos rios Paraná e Paraguai, onde embalde tinham procurado riquezas e apenas encontrado desgraças. À vista de informações tão ingratas, reuniu o capitão a officialidade e depois de examinar a situação, decidiu por via de dúvidas despachar a maior nau da flotilha, a *Santa*

Maria del Rosário, de volta a S. Vicente rumo à Europa. Seguia sob comando de Diogo de Árias e possivelmente levava a Gonçalo da Costa, pois, deveria recolher antes de volver à Espanha no pôrto vicentino os índios ali resgatados. No meio tempo escreve Medina, “*Llevaban, ademas, la misión de dar cuenta si le ofreciese la oportunidad de que por San Vicente aportase alguna embarcación, de avisar en España como Sebastián Caboto, lejos de seguir viaje à las Molucas, se hallaba en el interior del Plata*”.

Sem embargo de zelos e desconfianças, acordaram, depois de encontrados os dois chefes, em unir esforços numa derradeira tentativa de descobrir riquezas. No intuito de dar informações ao Imperador — acondicionadas por cada capitão ao seu modo — partiram emissários dos dois desafetos. Levou vantagem o primeiro por já ter despachado o *Santa Maria del Rosário*, mas foi seguido de perto pelo mensageiro do rival. Num ponto estavam de acôrdo: ambos propalavam descobertas de metais preciosos, origem do nome do maior rio. Todavia, pouco conseguiram juntos ou separadamente. Malograram os esforços conjugados naquele sentido por quase total falta de meios em região desolada, afligida de alagadiços maleitosos, constantemente as tripulações vítima de febres e hostilidade dos índios ribeirinhos. Desfalcou-se-lhes, daí, a marinhagem, e, a tal ponto, que se tornou motivo de apressarem a partida.

Esta agressividade dos índios e o mau estado das naves obrigaram Caboto a deixar o concorrente sòzinho no Rio da Prata. Queimou o *Trinidad* e embarcou-se com a maior parte dos companheiros no *Santa Maria del Espinar*, sem mais detença nem interêsse pelos que poderiam ter ficado em terra. No pôrto de Patos para onde se dirigiu a fim de obter víveres, soube pelo espanhol Durango, desertor do S. *Gabriel*, e por um

negro (ou índio pois assim então lhes chamavam os europeus) da expedição de Solís, que Rodas e Mendez, ao tentarem passar à ilha de S. Catarina, tinham perecido numa tempestade. O capitão Rojas também partira para S. Vicente. Inda assim, sem o atrativo da presença de seus principais habitantes, permaneceram no porto Diogo ou Francisco Garcia, clérigo da esquadriha, mais um marinheiro. E por mais que os conterrâneos insistissem para que os acompanhassem, recusavam terminantemente, tal o horror que o veneziano lhes inspirava.

O caso é sintomático do caráter do chefe da expedição. Mais ainda se define em desenvolvimentos posteriores. Para se vingar teria Caboto, a conselho, pretende Medina, de Enrique Montes, tomado seu braço direito desde S. Catarina, recolhido quatro filhos do principal do lugarejo, *“en la persuasión de que estos airados matassem a los dos desertores”*. Em S. Vicente encontrou-se Caboto com Rojas, o qual lhe exprobrou em têrmos veementes o procedimento que tivera com os pobres índios. Na objurgatória aparece referência por parte do espanhol a bases navais no percurso da navegação para o sul, segundo Medina, *“Y no contento con afearle su conducta respecto de Montoya y sus compañeros y de darle la lección que se desprendía de sus palabras, Rojas le enrostraba todavía lo que acabava de hacer robándose aquellos indios, hijos de los caciques del Puerto de los Patos, ofreciéndose à irlos él en persona à dejar à sus hogares, porque los navios de Su Majestad hallen el socorro é refrigerio que vos hallastes, porque cumple al servicio de Su Magestad que aquel puerto se torne à asegurar, por quanto es grande escala para los navios y armadas que Su Magestad envia para Maluco y enviará para la conquista del Rio de la Plata”*. Também aparece no incidente o

nôvo nome do antigo Rio de Solis por parte de quem participava de expedição devassadora.

A questão dos índios surgiu mais tarde nas demandas em que o veneziano negava o que lhe imputavam. Nas suas declarações disse "*Que los dejó encomendados (Rojas, Mendez y Rodas) à un indio principal que se llama Topavera, diciendolé que porque Enrique Montes, lengua, que habia estado en aquella tierra catorce años, é que eran sus parientes, que los tratase bien fasta su vuelta, porque los dejaba en trueque del dicho Enrique Montes é de su gente*". O mesmo Enrique levou para a Europa, segundo testemunho de outros tripulantes, duas índias fôrras, além de um cativo. As cunhãs eram guaranis trazidas do Prata e o escravo comprado a portuguezes em S. Vicente. Uma das infelizes levou Montes a Portugal e a outro deixou em Espanha, na vila de Cantillana.

A chegada dos prisioneiros silvícolas nos portos europeus causou escândalo na côrte, pelos mesmos motivos que tinham levado Rojas a exprobrar o procedimento do general. Comoviam-se consciências cristãs com tais abusos e assustavam-se os conselheiros del-Rei Imperador com a possibilidade de provocarem dificuldades ulteriores com o gentio das possessões ultramarinas. Mandou a Imperatriz Regente, na ausência de Carlos V em guerra contra os franceses, fôsem recolhidos três dos indiozitos do Pôrto dos Patos a monastérios, para aí receberem a doutrina cristã e o melhor agasalho possível. Nessa altura Caboto, finalmente condoído da sorte dos míseros, ou para se inoventar perante os amos, insistiu junto à Rainha para que também o quarto indiozito, "*que andaba perdido e maltratado*" pelas vielas de Sevilha, partilhasse as mesmas vantagens. Mais tarde tentaram aproveitá-los como intérpretes na esquadra de D. Pedro de Mendoza em

que ia Gonçalo da Costa, a fim de servir de aproximação com o gentio quando fôsem recambiados à taba de origem.

Os outros silvícolas, os brasileiros comprados em S. Vicente, de primeiro calculados em oitocentos, foram reduzidos por dificuldade de acomodação a muito menos, quase todos falecidos em viagem e dias depois de chegados a S. Lucar de Barrameda, de modo a não proporcionar o esperado lucro ao “negreiro” Gonçalo da Costa. Em defesa da barbaridade, alegou o português que não infringia as leis espanholas contra o tráfico de nativos em seus domínios de ultramar, porquanto os índios eram portugueses. Ademais, assim procedera ao comprá-los em S. Vicente porque se lá continuassem seriam devorados pelos vencedores índios — os Tupi daquela região — useiros de antropofagia. Por sinal, que o cosmógrafo Alonzo de Santa Cruz, talvez pelas mesmas razões, resgatara quatro cativos cujo destino é ignorado, e fôra incumbido pelos de S. Vicente de receber o produto da venda dos miseros remetidos à Espanha. Este argumento, referente ao canibalismo, é preferível ao outro, pois, os espanhóis, Santa Cruz inclusive, julgavam S. Vicente na demarcação de Castela.

Chegados separadamente Caboto e Garcia em 1530, ao terno da viagem, desandaram em mutuamente se acusarem de toda sorte de abusos ocorridos no seu decurso. Intentou o segundo processo ao primeiro, no qual enumerava os prejuízos que lhe causara, assim como à Coroa. Acusava a Caboto de o ter retido com a sua gente no Prata, de que se vangloriava ter descoberto, quando em realidade a região já o estava há muito tempo. Além disso era ignorante das coisas do mar e jamais navegava. Retorquiou o veneziano, apoiado em testemunhos de companheiros de viagem, possuir

competência que a outros faltava. Chamado a depor declarou João Griego "*Sabe quel dicho Sebastián Caboto ès muy sabio y astuto en las cosas de la mar porque lo vio asi è lo oyò decir ansi à los pilotos que iban a la dicha armada*". O cirurgião-mestre Juan também o considerava, "*persona más astuta è sabia*". Alonzo de Valdiveso disse o mesmo, porém, eivado de suspeição por ser inteiramente a favor do veneziano. Em todo caso, repetia o que muitos diziam de modo geral, entre os tripulantes da flotilha.

As denúncias, entretanto, contra Caboto foram muitas por se basearem nas contínuas infrações que êle cometera contra ordens expressas do Imperador. A despeito de sustentadas com o calor e pertinácia do ódio, como sucedia com as levantadas por Rojas e outros inimigos do veneziano, recrescidas pelo despeito contra estrangeiros existente em Castela, não surtiram o desejado efeito. A principal razão seria, como sempre, a falta de técnicos em matéria de navegação que a soberanos e conselheiros atenazava, assim como é possível que o acusado se inocentasse da maioria das acusações.

Em todo caso, aparecem contribuições cabotianas à cartografia daquela época, expressa pelas novidades insertas nos mapas de Diogo Ribeiro, português a serviço de Carlos V, o primeiro de 1527 e o segundo de 1529, onde vemos, tanto no exemplar de Weimar como no romano da Propaganda Fide, bem delineada a costa sul-americana do Atlântico. A do Pacifico continuava omissa por lá não terem comparecido elementos de Caboto como ordenava o Imperador. Na primeira parte constam de Cananéia para baixo nomes de rios e portos dantes desconhecidos, cuja origem deve ser atribuída ao veneziano como o mais qualificado para fazê-lo da expedição.

Poderiam igualmente os dados terem sido fornecidos ao cartógrafo oficial pelos tripulantes das naus de Caboto e de Garcia enviadas do Rio da Prata à metrópole com pedidos de socorro. Mas ao veneziano "*astuto en las cosas de la mar*", se atribui o mapa que appareceu contemporâneamente à expedição de Mendoza, em tese continuadora da de Caboto. Neste constam nomes errados, provenientes, porém, do Dr. Granjales, que o teria divulgado sem passar por correções do verdadeiro autor. Supõe-se igualmente que existem mais trabalhos do gênero e da quadra da lavra de Caboto, tido e havido por companheiros de viagem e técnicos da Casa de Contractación como hábil e experiente em náutica.

Do interêsse, seja dito de passagem, também países vizinhos participavam. Não foi Caboto o único a se beneficiar das circunstâncias. Também Gonçalo da Costa, o empresário das vendas de escravos, recebeu aliciantes propostas tanto de Espanha como de Portugal, para se passar ao seu serviço, em novas expedições à região argêntea. No chegar à Espanha em uma nau de Garcia, providenciou o português para que a sua família branca, "pendant" da mameluca deixada no Brasil, passasse a fronteira e viesse ter com êle. Na mesma ocasião foi procurado por emissário de D. Manoel I que lhe participou a expedição de carta de seguro a seu favor, a fim de que pudesse avistar-se com o soberano malgrado tivesse servido a estranhos. Curioso de saber quais as propostas, seguiu Gonçalo para Lisboa onde na Casa da Índia foi longamente interrogado por el-Rei acêrca do Rio de Solis. No fim da entrevista pediu-lhe o monarca que participasse duma esquadra prestes a partir para a América. Tratava-se da expedição de Martim e Pero Lopes de Sousa para policiar a costa, explorá-la e estabelecer pontos de apoio nos limites dos domínios lusos com os castelhanos. Gon-

galo pareceu inclinado a aceitar a oferta, mas, como pretendessem impedi-lo de ir à Espanha buscar a família, suspeitosos de sua lealdade, fugiu de Lisboa e foi ter a Sevilha, disposto a abandonar contato com os patricios. Nessas ocorrências também se verifica ponto elucidativo da origem da designação do grande rio sulino. Na carta do embaixador espanhol a respeito dêsses incidentes, temos a frase "*Su Alteza le preguntó particularmente por las cosas del Rio de Solís, que los portugueses llaman el de la Plata*".

À expedição de Martim Afonso destinada a fundar pontos de apoio à posse e penetração lusa no continente, correspondia a de D. Pedro de Mendoza, que celebrara com Carlos V contrato para "*conquistar e poblar las tierras y provincias que hay en el Rio de Solís, que llaman de la Plata*". Demorou-se, porém, em partir, como sempre sucedia por falta de recursos num país às voltas com guerras incessantes. Foi somente no ano seguinte que a flotilha mendocina conseguiu zarpar da Andaluzia, onde constava no rol da oficialidade Gonçalo da Costa, considerado perito "*en las cosas de Indias*" e por êsse motivo nomeado em 1530, pela Rainha Imperatriz Regente, capitão com trinta e seis marevedis de sôldo. No Prata, entretanto, não correram bem os esforços de D. Pedro de Mendoza, a despeito de grandemente auxiliado pelo português, pois tinham-se revelado insuficientes as fôrças que trouxera, que mais pareciam fraquezas na imensidade sul-americana, habitada por índios hostis que os expediçionários deviam submeter. Na emergência, teve de mandar ao reino Gonçalo da Costa, à guisa de colaborador mais em condições de dêscrever a situação e discriminar os socorros necessários para levar a bom têrmo a emprêsa.

Concedidos, não sem inúmeras delongas e dificuldades, inicialmente malogrou ainda em Espanha a remessa de meios pelo naufrágio do barco onde iam, mais o mercenário que os solicitara, afundado "*en el mismo rio de Sevilla*". Novas delongas intervieram antes de os recursos serem reunidos à expedição de Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que partiu de Cádiz em 1540 com o português no pôsto de "*Piloto Mayor e Guia Principal de la armada*". Não menores serviços prestou Gonçalo da Costa ao chegar à costa sul-americana, tanto na primeira tentativa de fundação de Buenos Aires, como depois na exploração do Paraguai. De volta ao reino com Álvaro Nuñez, após quatro anos de trabalhos, foi novamente convidado por Filipe II para volver ao Prata, na esquadra de Senabria, igualmente na qualidade de pilôto e mais funções. Possivelmente regressou em 1556, porquanto logo no ano seguinte el-Rei o mandava ao Paraná na expedição de Resquin, a qual, depois de algumas dificuldades por falta de verbas, conseguiu partir em 1559. Temporais açoitaram a flotilha no oceano a ponto de dispersá-la na altura da ilha de S. Domingos e daí por diante nada mais sabemos de quem tanto valeu a castelhanos na conquista do Rio da Prata.

A Expedição de Martim Afonso

A expedição de 1530 foi ordenada por D. João III para defender dos franceses suas possessões da América, e, se possível, alargá-las à custa de Carlos V, enquanto êste parente se encontrava engolfado em nova luta com o Valois. A segunda incumbência parece prevalecer sôbre as demais que trazia o fidalgo comandante. Acaso assim não fôsse, teria Martim Afonso fundado de preferênciã povoações, fortês e feitorias ao norte, em

Pernambuco, Paraíba ou Bahia, mais ameaçados pelo sindicato de Angô do que o sul dos régios domínios. Desenhava-se destarte a competição declarada na mesma data entre as duas coroas ibéricas e que ia perdurar sob várias formas até depois da independência do Brasil e das nações do Prata.

A escolha dos comandantes demonstra a importância atribuída à empresa pela côrte de Lisboa. Figuravam os irmãos Sosas nos mais altos círculos da fidalguia lusa da era quinhentista. Juntavam a linhagem ao valimento, de sorte que não padecem da obscuridade a envolver outros grandes vultos da história da navegação da época. O principal da irmandade, que mais se evidenciou pelos dotes e pelos cargos em boa hora a êle confiados, foi o mais velho, Martim, filho de Lopo de Sousa, nascido no ano em que o Brasil foi descoberto, como se o destino quisesse marcá-lo para grandes feitos na mais vasta extensão territorial pertencente à Lusitânia. Amigo de infância de D. João III, era próximo parente do valido D. Antônio de Ataíde, antigo embaixador em França onde se mostrara tenaz adversário de Angô e Cia. No retôrno à Espanha da Rainha viúva D. Leonor, acompanhara Martim o cortejo entre fúnebre e político e na demora que teve na ocasião em o reino vizinho, conheceu e desposou D. Ana Pimentel. Nesta fase de sua vida foi honrosamente convidado pelo Rei Imperador a tomar parte na guerra contra Francisco I, na fase em que os interesses das duas nações ibéricas se conjugavam ante o inimigo comum.

Não podia, entretanto, demorar muito Martim Afonso fora do serviço de Portugal. Vimos no capítulo da Casa da Índia como funcionava a máquina administrativa lusa, a congregar todos os elementos disponíveis da monarquia para empregá-los segundo a respectiva

capacidade nos negócios públicos. O comando da expedição ao Brasil representava um episódio da história da expansão imperialista, onde depois de estarem unidos — confundidos no tempo do Infante D. Afonso, consorte herdeiro das Coroas de Portugal, Castela e Aragão — os dois países passavam a cada vez mais se separarem por antagônico “colonialismo”. O mesmo sucedia com o irmão Pero Lopes (ou filho de Lopo, o “es” final derivado do “sohn” visigótico dos antigos nomes hispânicos), tido pelos técnicos da régia navegação como notável marujo, “a quem”, dizia D. João de Castro, “*devemos dar obediência no mister e ofício do mar*”. A qualidades adequadas ao que dêle se esperava, Pero Lopes ainda unia instrução que lhe permitiu redigir o Diário onde registrou os fastos da célebre navegação, vazado em têrmos que suscitaram reparos de Jaime Cortesão, “*o estilo sóbrio, direto e sêco dêste livro, sem quaisquer notas subjetivas, que não sejam rápidas referências à beleza das mulheres indígenas e o pasmo cândido perante a natureza das margens do Rio da Prata, condizem com o português navegador e soldado de Quinhentos e o homem do Renascimento*”. Também se justificavam com tais predicados os elogios do parente valido del-Rei, pela condição do mesmo equivalente a gabos de serviços por parte do govêrno e nos têrmos mais desvanecedores.

Perdeu-se infelizmente o Regimento outorgado a Martim Afonso para se desincumbir da tarefa, mas como diz o historiador luso, é possível reconstituir as instruções através das Cartas Régias expendidas a respeito por D. João III. Estas não deixam a menor dúvida sôbre o verdadeiro escopo da expedição, mui diverso de mera descida no litoral americano para afugentar interlopos. Inicialmente recebia o fidalgo o pòsto de Capitão-Mor e Governador “*de tôdas as terras*

que achar", note-se bem "*achar*", que seriam as menos conhecidas de portugueses por se encontrarem além da demarcação, assim como nelas dispor padrões de posse del-Rei, nomear funcionários, deixar povoadores, "*escolher a governança do Brasil*", de modo a organizar a colônia de forma inédita em tão larga escala no império luso, diferente do que até então se praticara na África e na Ásia. Mais se parecia nas intenções e pormenores com o *status* das ilhas atlânticas do hemisfério norte, setor a parte no conjunto ultramarino. Este Regimento, como sempre dentro das régias instruções, recomendava respeito aos limites coloniais. Mas onde se encontravam?

Depois dos ajustes de Tordesilhas houve ainda em 1524 o congresso chamado de Badajoz-Elvas, em que se reuniram os mais conhecidos cosmógrafos e geógrafos da península para dirimir as incertezas deixadas pelas bulas de Alexandre VI. Destinavam-se principalmente a esclarecer a questão das Molucas, por fim resolvida — pôsto em caráter precário no entender dos portugueses — pelo tratado de Lérida em 1529, em que Portugal pagava à Espanha 350 000 ducados de ouro pela cessão do arquipélago. Em consequência recuou-se o meridiano divisório para dezessete graus a leste de Ternate. Entretanto, sem efeito para impedir a Espanha de permanecer com as Filipinas. Este procedimento e a reserva lusa em aventar a restituição da quantia acima paga pelas Molucas, caso investigações geográficas mais tarde demonstrassem o acerto da tese portuguesa de que a zona disputada se encontrava na demarcação de Portugal, como realmente estava, demonstram a incerteza involuntária e voluntária sobre os limites de Tordesilhas, e a questão do Prata era nova amostra desses ardis a aparecer no sul do continente americano.

A advertência a Martim Afonso de outorgar concessões de sesmarias a quem desejasse nas "*ditas terras viver e povoar*", respeitados os limites com os domínios de Castela, torna-se bastante ambígua depois da carta enviada de Lisboa em setembro de 1532 por el-Rei ao súdito que se encontrava no Brasil. Comenta a propósito Jaime Cortesão "*as maiores preocupações do monarca visavam o "acento da terra", a exploração do Rio da Prata e a busca de qualquer coisa que êle não declara mas que bem podemos imaginar se trate das minas de metais preciosos*", supostas nas margens do dito curso. Por sinal, devia estar D. João III particularmente interessado e informado a respeito da região. Difundira-se na Europa a lenda de um Rei branco, ou seja de tez clara diferente da côr dos súditos, que teria sido visto em Cuzco, por aventureiro português ou espanhol que lá estivera antes de Pizarro. Crê-se seja Aleixo Garcia, indivíduo de origem lusa, o qual à testa de numeroso grupo de índios do litoral pertencente a portugueses, teria alcançado entre 1522 a 1524, ou mesmo depois, o reino do Peru. As expedições marítimas ao grande rio sulino confirmavam a existência de metais na América do Sul pelas amostras encontradas entre os índios ribeirinhos, demonstração de que o rio devia ser o acesso às suas minas.

Outros pensam fôsse Aleixo um dos moradores de Cananéia ou adjacências, encontrado pelos navegantes de que já falamos, talvez ali morador antes dos tripulantes de Solis, familiarizado com os meandros da costa e índios em contato com regiões muito distantes, no âmago do continente. A respeito do enigmático personagem circulavam as mais desconhecidas lendas. Narra Ruy Dias de Gusmán, na *Argentina*, como o aventureiro teria persuadido aos indígenas entre os quais vivia, em número de dois mil ou mais ainda, a acompanhá-lo

numa incursão rumo ao norte, nos altiplanos de onde provinham as amostras de metais preciosos. Diremos, antes de prosseguir, que a sua existência é indubitável como se verifica pela repetição de notícias a respeito, provenientes das mais variadas origens, assim como não se pode inquirar de crédulos destituídos de motivo os que propalavam a existência de metais na região desde as primeiras expedições de Cristóvão Jacques ao sul, pois muitos dos navegantes partilhavam do cepticismo de Vespúcio, o qual se proclamava desejoso antes de mais nada *“de ver para depois crer”*.

Acicatado pela ambição de se apoderar de tesouros, Aleixo Garcia e companheiros chegaram a Misque e Tomina, que saquearam conforme era sua intenção. Na volta para o sul carregados de despojos, foram por sua vez surpreendidos pelos Charcas, silvícolas ferozes, cobiçosos do que traziam consigo. Vencidos pela desigualdade de número, a lutar um contra dez, tiveram de se refugiar nas florestas, onde Aleixo teria sido morto pelos próprios companheiros, também desejosos do que ele roubara. Nem tudo da lenda seria fantasioso. A favor da sua veracidade existem indícios e alguns dados acêrca da invasão do Peru por guaranis do Paraguai, nos últimos anos do Imperador Uaina Capac, seguidos de outros índios cuja origem é ignorada, e que depois de assolarem o território por onde passavam estabeleceram-se ao sul da Bolívia, o que parece concordar com o percurso dos companheiros de Garcia. Todos êstes acontecimentos se prendiam à ambição dos alienígenas brancos aos poucos aparecidos nas praias de S. Vicente e imediações, que não se quedavam inativos entre as tribos hospitaleiras, e tanto se agitavam, que os ecos de suas aventuras chegaram ampliados e embelezados aos ouvidos dos monarcas das Espanhas.

Em Elvas-Badajoz acirrava-se por estas e outras razões a competição entre lusos e castelhanos, empenhados os primeiros em incluir o litoral da América do Sul até o Prata na demarcação de Portugal. Queriam à viva força que a linha divisória passasse da margem direita da embocadura do Amazonas para terminar além do sítio onde mais tarde se elevou a Colônia do Sacramento disputada anos a fio por lusos e espanhóis. A pretensão logo se evidenciou insustentável em direito, mas podia estribar-se em outros terrenos. Nada mais percuciente a respeito que as considerações de Jaime Cortesão, autoridade em antigas questões coloniais, ilustrativas dos esforços dos peritos a serviço de régias ambições, empenhados em torcer o perfil do litoral sul-americano a fim de incluí-lo nos limites lusos de Tordesilhas. *“Poderá contestar-se”, diz o historiador, “que, naquela época, se ignorava qualquer processo científico, cotidianamente praticável, para calcular as longitudes. A esta observação exata responderemos que os portugueses da primeira metade de Quinhentos eram mestres na avaliação de distância por simples estimativas; e que Duarte Pacheco, o melhor cosmógrafo português dos começos do mesmo século, já em 1505 definia o meridiano divisório, no seu Esmeraldo de Sítus Orbis, como passando a 30° de lat. S., pela ilha de Marajó, na foz do Amazonas, e a 28° 30’ lat. S., pela ilha de Santa Catarina ou alguns dos ilhéus que se lhe seguem até à Laguna. Esta singular revelação do conhecimento real dos contornos do Continente é muito mais exata do que deixa a entender o debuxo fraudulento da cartografia oficial.”* No mesmo estudo acrescenta Jaime Cortesão que o mapa atribuído a Lopo Homem com provável data de 1519, pertencente à Biblioteca Nacional de Paris, é *“Documento oficial, viciado por inúmeras fraudes, (que) ilustra com eloquência a política secreta*

de D. Manoel, em relação aos seus domínios coloniais e, em especial, ao Brasil.”

O procedimento de Martim Afonso na América obedecia inteiramente a semelhantes intenções. Embarcado em Lisboa a 3 de dezembro de 1530, pouco depois da chegada com estardalhaço de Caboto, Garcia e Gonçalo da Costa à Espanha, partiu quase subrepticiamente para a América do Sul. O motivo da discrição não custa a atinar. Mais do que a qualquer outro fim destinava-se a flotilha a explorar os limites da costa leste-oeste e a do extremo sul dos domínios portugueses com os castelhanos. Ao chegar ao Brasil devia cindir-se em duas, remetidos navios da altura de Pernambuco para o Amazonas, e o resto da esquadra prosseguiria rumo ao Prata. Nos dois pontos visados iam colidir os trajetos das naus com as disposições de Tordesilhas sôbre as quais não havia as mesmas dúvidas que subsistiam quanto às Molucas, razão de D. João III manhosamente aventar que as fronteiras coloniais seriam delineadas pela ordem cronológica dos descobrimentos, de sorte que quem primeiro chegasse a uma terra desconhecida seria o dono da mesma, e, caso no Prata os espanhóis tivessem precedido os portugueses, não vacilaria em renunciar ao território em questão.

A controvérsia das Molucas e a repentina fama de riquezas existentes na América geraram ponto nevrálgico na diplomacia ibérica. Tôda dissimulação era pouca na emergência, segundo no-lo mostram as informações remetidas à côrte castelhana pelos seus agentes de Lisboa. Por mais se esforçasse D. João III por dissimular o caráter da expedição estavam a postos os vigilantes do Imperador, de modo que o enviado Lope Hurtado de Mendoza logo se inteirou do assunto e informou com notável exatidão o teor das ordens del-Rei a Martim Afonso, como se tivesse lido o *Regimento*. Tampouco

lhe escapara a estranha celeridade, deveras sintomática e singular em casos análogos, com que se faziam os aprestos da expedição. Em consequência da perfeita espionagem recomendava ainda o diplomata que, sem perda de tempo, fôsse consultado o Consejo de Indias sôbre os limites no sul da América, pois destinava-se a esquadra dos Sousas a descobrir, ou melhor, explorar o Rio de Solis, pertencente à Espanha.

O alvorôço da côrte castelhana foi intenso ao receber o aviso. Consultado o conselho como sugeria o embaixador, êste respondeu a respeito de limites e de explorações ter sido solicitado por Caboto e Diogo Garcia, que se mostravam desejosos de empreender nova viagem ao rio. Estavam convictos das riquezas das suas cabeceiras, opinião contrária à do conselho, que não se inclinava em conceder os auxílios pedidos por julgar "*ser aquella terra inutil e sin provecho*". Mas, por considerar coisa mui prejudicial ao serviço do soberano qualquer ingerência do Rei de Portugal na demarcação de Castela, descobertos os territórios de que se compunha havia anos por súditos de S. M., "*como es notorio*", julgava útil e mesmo imprescindível repelir semelhantes tentativas. Aconselhava, outrossim, fôsse enviado àquela região o comendador Herrera, alcaide de Pamplona. Êste personagem manifestara, alguns dias antes de chegar o aviso do embaixador, desejo de se passar às Índias Ocidentais. Estava, portanto, indicado para missão de descobrimento, conquista e povoamento das províncias em questão. As fôrças que devia levar consigo orçariam por mil e duzentos homens, efetivo mínimo a ser empregado segundo informações dos oficiais de Caboto e Garcia, à vista da quantidade e ânimo das populações indígenas ali existentes, consideradas "*muy trabajosas de pacificar*". Mostrava-se o comendador entusiasmado pela emprêsa e alardeava

possuir meios e apoios de vária espécie que lhe permitiriam levar o intento a bom termo.

A resposta de Carlos V às ponderações dos conselheiros é um modêlo da diplomacia no momento, em que se refletem os aspectos da política dominante na côrte imperial. Julgava aceitável a proposta, porém havia mister primeiro de tratar com el-Rei de Portugal, e, por intermédio da Imperatriz, irmã de D. João III, "*sin que parezca que se me ha hecho a mi saber, ni que yo lo he escrito de acá*", pois não havia dúvida de que o Rio de Solis estava na demarcação castelhana. Convinha, por conseguinte, ordenar ao embaixador Lope de Mendoza para, simultâneamente e com tôda diligência, obstar de "*buena manera*" a ida de portuguezes ao Rio da Prata.

De acôrdo com a orientação, em 1530 a Imperatriz escreveu de Ocaña, ao agente de Lisboa, officio em que aludia à prática del-Rei seu irmão com Gonçalo da Costa, na qual procurara obter informações sôbre o "*rio que los portuguezes llaman el de la Plata*". Lembra igualmente que na dita expedição de Martim Afonso deviam ir Gonçalo da Costa e Enrique Montes e que o seu destino era S. Vicente, de onde por terra desceriam ao tal rio. Cumprida esta primeira parte da missão, voltariam para o norte do Brasil a fim de explorar "*el rio de Marañon, porque dicen que entra en su demarcación*". A esta missiva seguiu-se outra no mesmo mês ao embaixador, onde se vê o empenho da côrte espanhola no assunto, a recomendar "*que luego que esta recibais*", procurasse a D. João III, "*y le hableis de mi parte y le pidais que no envie armada ni gente alli*". Nessa altura, porém, Martim Afonso navegava em alto mar e na carta que no decurso da viagem lhe mandou D. João III, depois de receber os pedidos dos vizinhos, nada havia a favor de tais pretensões.

Pelo contrário. Instigava ao comandante, nas manhosas entrelinhas do Regimento, para que investigasse onde se encontravam as apregoadas riquezas do grande rio e estabelecesse bases de penetração para êste fim onde melhor lhe parecesse, tudo confiado ao seu exclusivo critério. Na Europa, inversamente, o soberano aparentava estar tão-só desejoso de contentar os parentes. Mostrava-se, até, acomodaticio na entrevista que teve com o embaixador Lope de Mendoza. A impressão deixada na conjuntura ao diplomata fôra a melhor possível. Assegurava o português em nada querer prejudicar aos vizinhos, apenas desejava fôsse averiguado por quem e em que tempo fôra descoberto o grande rio ao sul da América. Acaso o primeiro devassador fôsse súdito seu a região passava a pertencer a Portugal, mas, se fôsse espanhol, não teria dúvidas em reconhecer o direito alheio. “*El Rey lo dice con tan buena voluntad, que parece que no piensa otra cosa*”, escrevia Lope Hurtado, e, à vista da conversa, pedia nova consulta ao Conselho de Índias para saber em que data Solis teria alcançado o rio a arvorar o seu nome.

Temos no episódio mais uma esperteza do homônimo e imitador de D. João II, o qual costumava dizer que para soberanos havia tempos de Rapôsa e de Falcão, norma de ótimo efeito em negócios régios. Estava persuadido de que a armada fretada por D. Nuno Manoel, possivelmente comandada em 1513 ou 1514 por Cristóvão Jacques — talvez mesmo antes com João de Lisboa — teria precedido a de Solis no rio que os portugueses tinham rebatizado da Prata. Preparava em consequência a tese de a posse pertencer ao descobridor, como expôs ao seu enviado junto à côrte espanhola nesta ocasião. Por sinal que a mesma tese foi defendida por franceses a respeito de territórios por eles descobertos no Brasil. No momento, porém, en-

contrava o soberano disfarce para a expedição de Martim Afonso na apregoada missão de combater franceses, adornada ainda com recomendações de não tocar na demarcação de Castela, manter tôda amizade com castelhanos e com êles não discutir sôbre o que possuíam...

Martim Afonso no Brasil

A flotilha sob comando dos dois irmãos era constituída pela nau *Capitânia* (parece que êste era o seu nome), em que ia Martim Afonso como capitão-mor, a nau *S. Miguel* comandada por Heitor de Sousa, galeão *S. Vicente* comandado por Pero Lôbo Pinheiro, caravela *Princesa* comandada por Baltasar Gonçalves e a caravela *Rosa* comandada por Diogo Leite, que era dos mais importantes oficiais da flotilha depois dos Sousas. No trajeto para o Brasil Martim Afonso ainda ajuntou mais uma caravela encontrada por acaso, à esquadra.

Depois de escalar em ilhas do Atlântico chegou em fins de janeiro de 1531 ante o cabo de S. Agostinho. Nessa altura não tardou o português a ver navios franceses. Surpreendeu perto do cabo de Percaari, onde mais tarde se elevou Olinda, normandos e bretões cujas tripulações fugiram para terra. Aumentada a flotilha com mais três unidades, pôde o comandante general remeter a Portugal uma das naus apresadas com cartas a D. João III, sem demasiadamente desfalcar as suas fôrças, pois, de Pernambuco devia dirigir, segundo instruções que trazia, embarcações para o rio chamado Marañon pelos espanhóis a fim de melhor conhecer a costa leste-oeste e os limites com os domínios castelhanos naquele setor americano. Nesta intenção seguiram as caravelas *Rosa* e *Princesa* sob comando de Diogo Leite

e o restante continuou derrota para o sul, depois de refrescar no litoral pernambucano.

A segunda escala foi na baía de Todos os Santos. Lá estava o famoso Diogo Álvares Caramuru, bem conhecido de lusos e de franceses por ali se encontrar havia mais de vinte anos em consequência de um naufrágio. Aceito pelos índios entre os quais passara a morar, prestava com honrada imparcialidade serviços a todos os brancos sem exceção que na Bahia vinham ter. A tão prestante povoador, rodeado de farta prole mameluca, Martim Afonso deixou dois tripulantes, para se informarem acêrca da região, "*a fazer experiência do que a terra dava*", e auxiliar o conterrâneo a poder de sementes e outros ajutórios à guisa de espécie de muxirão para lhe melhorar as condições de vida, ou mais exatamente, as possibilidades de atender as naus portuguesas que ali viessem reabastecer-se.

Da Bahia seguiram os expedicionários para o Rio de Janeiro onde se demorariam três meses em cumprimento da missão que lhes tinham dado cuja maior incumbência era relativa ao sul. Já naquele tempo parecia setor importante da costa, quanto a condições de apoio a portugueses, no espaço compreendido de Cabo Frio a S. Catarina, a menor parte na demarcação de Portugal, a maior na de Castela, mas tudo sob hegemonia lusa graças aos povoadores dessa origem por ali radicados. Com os recursos do sítio Martim Afonso construiu dois bergantins depois de elevar tranqueira onde os trabalhos pudessem prosseguir em segurança. Tão calma, porém, era a Guanabara, tranqüilos os índios e ausentes os franceses, que se tornou possível organizar bandeira para conhecer o interior.

É de estranhar que a carta da Imperatriz ao embaixador contenha menção ao plano de Martim Afonso de dirigir por terra descidas nos domínios de Castela.

Ao que parece, a côrte vizinha estava perfeitamente informada dos desígnios da missão exploradora, pois, segundo a tese espanhola, o sul do Rio de Janeiro era castelhano e qualquer bandeira que se dirigisse naquela direção passaria dos limites entre as duas possessões. De acôrdo com a previsão do ponto onde se estabeleceram Martim Afonso, num recanto da Guanabara, saíram quatro tripulantes para explorar a terra além das montanhas que circundavam o estuário. O relato de Pero Lopes não nos diz se estavam acompanhados de indígenas para lhes servir de guias e de escolta, mas é mais que provável assim acontecesse, encarregados os silvícolas de transportar mantimentos e armas para se defenderem de ataques de contrários. Calculava o autor do *Diário* que no percurso de ida e volta teriam percorrido cento e trinta léguas através de campinas, morros e rios. Conjetura a maior parte dos modernos historiadores ter-se efetuado êste percurso nos atuais Estados do Rio de Janeiro e de S. Paulo, pelas margens do Paraíba até os Campos de Piratininga.

Narravam os expedicionários que a caminhada se efetuara por sessenta e cinco léguas em extenso vale, entre altas serras e cinquenta por descampados, descrição condizente com o aspecto do território entre o estuário e a futura cidade de S. Paulo. Nesse lugar encontraram "*um grande Rei*", senhor da região, o qual seria com bastante probabilidade o famoso Tibiriçá amigo dos portugueses de S. Vicente. Não teve dúvidas êste personagem em acompanhar os excursionistas até o Rio de Janeiro a fim de conhecer o principal dos portugueses. Recebido com interêsse fácil de imaginar na tranqueira afonsina, retribuiu o índio com amostras de cristais e, por intermédio de um língua conhecedor do idioma tupi da costa, deu informação fantasiosa ou de boa fé sôbre jazidas de metais preciosos pelas

bandas do Paraguai. Pensa Orville Derby que os dizeres do chefe correspondessem às futuras Minas Gerais, o que se nos afigura bastante incerto, pois, nesse caso, torna-se improvável prosseguisse Martim Afonso a derrota para o sul em vez de pesquisar na direção apontada pelo morubixaba.

No Rio de Janeiro demoraram-se os portugueses apenas o suficiente a fim de se preparar para a jornada devassadora do Prata. A maior demora consistiu na construção de bergantins necessários à navegação fluvial, que não tardariam a encontrar emprêgo. Saída a flotilha do estuário guanabarino a 1 de agosto, doze dias depois chegava à ilha do Abrigo em Cananéia, onde se deteve para nova provisão de água e estabelecer comunicação com os brancos do lugar, a fim de que servissem de guias e intérpretes no sul. O bergantim mandado à sua procura, dirigido por Pero Anes, conhecedor da língua do litoral, trouxe de volta a Francisco de Chaves, mais alguns companheiros de Solis (o que não significa fôsem castelhanos, dada a extrema mistura de tripulantes a bordo das naus espanholas, como, ademais, sucedia a tôdas as expedições da época), e o misterioso personagem conhecido por "Bacharel". Dizia ser morador do sítio havia mais de trinta anos, pretensão que o faria mais antigo no Brasil do que o descobrimento de Pedro Álvares Cabral. Teria em realidade desertado da nau de Vespúcio? A respeito nada se pôde averiguar, nem tampouco acêrca do seu nome, perdido pela desídia de viajantes.

O mais provável era ter naufragado ou desertado de alguma das primeiras naus que no setor meridional da América estiveram e de que não temos notícia, perdidas na proto-história brasileira. As informações dêste misterioso bacharel sôbre riquezas do Rio da Prata corroboravam as do chefe índio de Piratininga. No

estado de espírito em que os portugueses se encontravam, certos de que não tardariam a deitar mão em prodigioso tesouro, ficou resolvida expedição por terra à região tida como cabeceira dos cursos que desaguardavam no Prata. Com êste fito organizaram incursão, que de Cananéia tentaria chegar ao reino dos monarcas dourados. Escolheu Martim Afonso para cabeça da bandeira a Pero Lôbo, comandante do galeão *S. Vicente*, acompanhado de oitenta homens armados, metade com arcabuzes, o resto com bestas, mais índios flecheiros, índios de carga, guias, línguas, informantes, etc., a per-fazer caravana de vulto.

O animador da aventura, Francisco de Chaves, coligira desde a sua chegada ao litoral informações sôbre existência de metais nas mãos de indígenas das margens dos grandes rios do sul. Os dados de que dispunha a respeito eram bastante exatos. O prazo por êle pedido de dez meses, para alcançar as jazidas de onde provinham tais amostras e de lá trazer, como assegurava, quatrocentos escravos carregados de ouro e prata, indica conhecimento do trajeto e o tempo necessário para chegar às vizinhanças do Peru. Nessas condições também avaliava os perigos da aventura em caminhadas através da vigilância de tribos protetoras do tesouro como o dragão da lenda.

O espaço acertado para a operação dava ensejo ao remanescente dos expedicionários de continuar a sua missão ao sul e voltar a Cananéia em tempo de receber os companheiros e as riquezas que trouxessem. Zarpou a flotilha do pôrto após quarenta dias de permanência, durante os quais sempre tiveram céu encoberto. Acêrca do fato comentava Varnhagen constituir aquilo "*circunstância pouco para admirar aos que saibam que ainda hoje (sic) raras vêzes o céu se mostra radiante aos habitantes dêsses contornos*". O mesmo autor considera

como provenientes da viagem de Martim Afonso os padrões de mármore de Lioz (local próximo de Lisboa) adornados de quinas reais, mais tarde descobertos no pontal vizinho de Itaquaruçá. Estes vestígios da passagem dos irmãos Sousas pelo local foram encontrados em 1767 pelo coronel Afonso Botelho de Sampaio e Sousa, que os recolheu e de que um dêles pelo menos se encontra no Museu do Ipiranga.

Continuada a viagem a 26 de setembro, foi a capitânia em que figurava Martim Afonso envolvida por tremendo temporal na altura de Maldonado, causador da perda da nau e morte de sete tripulantes. Escapou o capitão agarrado a uma tábua e um dos bergantins construídos no Rio de Janeiro foi ter ao Pôrto dos Patos. Reunido depois da tempestade o conselho de guerra dos oficiais da expedição, ficou resolvido que somente Pero Lopes e Pero de Góis, com alguns homens, explorariam num bergantim as margens do Paraná. Durante a espera em terra dos demais, não permaneceria o irmão inativo. Procedeu Martim Afonso com outros técnicos da esquadra a observações várias, inclusive astronômicas graças aos conhecimentos de que dispunha em navegação e cosmografia. Dêsse trabalho, mais tarde comunicado ao insigne Pedro Nunes, firmaram-se as convicções do mesmo a respeito da chamada "*linha de rumo*", rebatizada "*loxodrômica*" pelo geômetra Snellius no *Typhys Batavus* de 1624 e assim conhecida daí por diante no mundo científico.

Pensava Varnhagen que "*das freqüentes observações astronômicas sôbre a latitude e longitude do lugar lheraria a convicção de que aquela costa, e, com mais razão, todo o Rio da Prata, já se achavam fora, isto é, mais a loeste da raia até aonde se estendia, pelo tratado de Tordesilhas, o domínio português naquelas paragens*", o que seria causa do arrefecimento das pretensões de

D. João III às mesmas. Entretanto, em que pese à conjectura do historiador, Pero Lopes continuava a exploração de rios tidos por acesso às minas, motivo de subir o Paraná até o esteiro dos Carandins, na latitude de 33° e 45 minutos, na indubitável demarcação pertencente ao Imperador. Fêz mais. Chantou no sítio padrões com as armas de Portugal à guisa de tomada de posse em nome del-Rei e o mesmo praticaram os outros portugueses antes de partir de Maldonado a despeito dos dizeres de Varnhagen. Nessa altura, segundo o nosso historiador, *“Pero Lopes se compraz em nos transmitir informações muito mais minuciosas do que costuma. Ainda mais, são justamente tôdas alheias à nossa história, e mais poderão interessar à dos Estados limítrofes do Brasil pelo sul”*, sem os ambicionados pormenores de S. Catarina ao cabo de S. Agostinho, que os nossos autores haviam de preferir.

Nessa atividade demorou-se o lugar-tenente pouco mais de um mês, depois seguiu para o Uruguai e S. Vicente, pôrto considerado pelos expedicionários como em melhores condições para recebê-los e servi-los nos planos da emprêsa que ainda restavam por realizar. Ali habitavam vários portugueses em contato com índios do interior, talvez com o chefe que visitara Martim Afonso, do que advinham evidentes vantagens fâcilmente intuitivas, mas de que não temos dados pela perda de documentos e, mesmo, descaso por parte das testemunhas em mencioná-las. Dessa base subia o capitão-mor ao planalto enquanto esperava por Pero Lôbo Pinheiro. Finda a exploração dos rios do sul, tomada posse da região em nome del-Rei de Portugal, ia começar a parte mais importante da viagem. Principiara a grande obra com a expedição que do Rio de Janeiro devassara o vale do Paraíba, continuara com a de Cananéia e ia

completar-se com a subida do capitão-mor aos Campos de Piratininga.

Os trabalhos envidados na ocasião por um dos mais eficazes artífices do imperialismo luso, eram a consequência, senão desfecho, do encadeamento de esforços de Vespúcio, dos capitães do consórcio de Fernão de Loronha, de Cristóvão Jacques e outros de que não temos notícia naquele período proto-histórico, reflexo da universalidade do surto encabeçado pelo Infante D. Enrique em Sagres, auxiliado pelo irmão incumbido de conseguir na Europa tratados sobre navegação e cosmografia, que ao português permitiria com a ajuda de técnicos judeus, árabes, genoveses, pisões, franceses, venezianos, ingleses, florentinos, alemães, flamengos, gregos e muitos mais, a conquista do bátratro-oceano.

No correr desta cronologia encontramos a presença dos mais diversos colaboradores, da mais variada origem e condição nas expedições ao sul do Nôvo Mundo. A lista dos tripulantes da esquadra de Fernão de Magalhães, português a serviço de Castela, acolitado por grande número de patrícios na emprêsa ordenada por Carlos V, comandante de marujos, homens de armas, cartógrafos e pilotos dos principais portos da época, nos mostra o caráter universal daquelas emprêsas devassadoras de mares e terras apenas suspeitados. Na expedição de Martim Afonso, que marca a concretização da América Lusitana, continua a mesma universalidade. Ocorre em certo passo do *Diário* de Pero Lopes, infelizmente, como disse Varnhagen, mais dedicado às partes de Castela que às de S. Vicente, a descrição dos exploradores à terra dos Carandins, que depois de tristes areais costeiros lhes produziu visão do paraíso — *“he a mais fermosa terra e mais aprazivel que pode ser. Eu trazia comigo alemães e italianos, e homẽs que foram à India e franceses — todos espantados da fermosura*

desta terra, e andavamos todos pasmados que nos nam lembrava tornar”.

Demoravam, porém, notícias da aventura de Pero Lôbo, de sorte que, terminados os trabalhos de Martim Afonso no planalto e aprestos da jornada de volta da flotilha no pôrto, primeiro partiu Pero Lopes para o Rio de Janeiro, seguido pouco depois pelos demais na Guanabara, a seguir Cabo Frio e o norte, de onde finalmente velejaram para Lisboa. Só mais tarde souberam os tripulantes o triste fim de Pero Lôbo, que não tinham podido esperar como desejavam à vista do alarmante estrago causado às naus pelo gusano. Infelizmente perdera-se a bandeira como nas décadas seguintes sucederia a muitas outras vicentinas assaltadas pelo gentio. O revés, entretanto, ia permanecer por longo tempo na memória de brancos, índios e mestiços do sertão platino. Por volta de 1542, dez anos após o sinistro, viajantes espanhóis que atravessavam “*región muy poblada*”, receberam ainda ecos do ocorrido através dos habitantes do lugar. Ao alcançarem as barrancas do rio Iguaçu, foi-lhes dito pelos línguas e guias que o sítio aonde tinham chegado distava oito dias de marcha da junção do dito curso com o Paraná, “*y que entre ambos rios habian muerto los indios a los portugueses que Martin Alfonso de Sosa embió a descubrir aquella tierra, al tiempo que pasaban el rio em canoas*”.

A perda do capitão e companheiros foi mais tarde largamente compensada pelas incursões da gente de Piratininga em tôdas as direções, indiferentemente nos domínios de Castela e de Portugal com absoluto desprezo pelos ajustes de Tordesilhas, em tenaz tentativa de aproximação do reino do Rei branco de além-cordilheiras, onde a prata e o ouro afluíam à flor da terra.

PRIMEIROS POVOADORES DO LITORAL SUL

Quando começaram a aparecer moradores brancos do litoral sul? Em declarações a navegantes dizia o Bacharel estar cêrca de trinta anos no Brasil. Quem eram os seus companheiros em S. Vicente e Cananéia e os vizinhos do sul. Os náufragos de Solis. Os embarcadiços de Caboto e os aventureiros de Martim Afonso.

Primeiros Povoadores do Litoral Sul

Conhecidas as primeiras expedições da América meridional, podemos atentar aos contatos da sua tripulação com elementos autóctones dos pontos em que surgiam. O mais antigo encontro conhecido no Brasil foi o verificado na escala em Pôrto Seguro da flotilha de Pedro Álvares Cabral. Esta viagem, ao deixar embarcações em terra, realizava o simbólico gesto da posse da mesma pelo homem branco. Iniciava a conquista do sul do continente como pouco antes o genovês Colombo começara a do centro e do norte, sob o mesmo signo da cobiça infrene do europeu, razão muito mais ponderável do que a conversão de infiéis à Santa Madre Igreja capciosamente alegada por soberanos e apregoada pelos seus cronistas historiadores.

Depois dêste acontecimento é de parecer o americano Harisse, baseado na carta do espia diplomata Alberto Cantino ao Duque de Ferrara, que teria ocorrido naufrágio por volta de 1501 de nau portuguesa no Brasil antes da viagem de Vespúcio. A ser verdadeira a conjectura, explicar-se-ia o aparecimento de alguns dos misteriosos europeus vistos no litoral logo nos princípios do século XVI. Prefere, porém, Duarte Leite, estribado em longo estudo da questão, atribuir a pre-

sença dos primeiros portugueses no litoral sul-americano às deserções de marinheiros da nau de André Gonçalves, ou da comandada por Gaspar de Lemos, numa das quais, no dizer de Gaspar Corrêa, levou ao reino a notícia do descobrimento da ilha de Santa Cruz enviada por Cabral. Nesse caso, teríamos cinco embarcações desertores em vez dos quatro, a saber, dois marujos e dois grumetes, fugidos da esquadra cabralina de que fala Pero Vaz, atraídos pela terra virgem, onde nas várzeas costeiras os silvícolas acolhedores ofereciam rapigas aos visitantes.

De averiguado nesses primórdios só temos, no entanto, o mesmo contato muito mais lato, entre índios do sítio e os componentes da guarnição deixada por Vespúcio em 1502 na tranqueira do Cabo Frio. Aí teriam permanecido por certo espaço, até alguma nau do consórcio de Fernão de Loronha ou outra qualquer os recolher, cêrca de 24 homens, cuja missão consistia em aprender a língua dos silvícolas e travar conhecimento com a terra. Outros são de parecer que todos, ou parte do grupo, constituiriam o pugilo de brancos mais tarde encontrados em outros pontos do litoral, onde diziam aos conterrâneos estar na costa desde o princípio do século.

O importante no caso reside nas relações que êstes brancos tiveram com as tabas acessíveis a contatos com europeus. No correr do tempo apresentavam a mais variada origem, se bem de comêço, na ilha do Cabo Frio, Rio de Janeiro, ilha de S. Sebastião, ilha dos Porcos, S. Vicente, Cananéia ou Pôrto dos Patos, predominassem portugueses e espanhóis. De qualquer nacionalidade que fôssem êstes primeiros elementos, perfaziam, com os seus mamelucos, pontos de apoio para

os navegantes aparecidos no litoral à procura de água, víveres e possibilidades de reparo para as naus com auxílio do silvícola, enquanto a marinhagem convalescia de moléstias de carência causadas por longas travessias.

Que melhores condições para sanar o terrível escorbuto, espantallo da navegação antiga, que as apresentadas pelo remanso das tribos hospitaleiras, onde a indiada construía cabanas para os hóspedes, carregava da mata a madeira necessária a concertos, fornecia a farinha de mandioca sucedânea do biscoito de bordo, a lenha, as frutas vitaminosas e as mulheres de que os visitantes necessitavam!

Nesta fase, o branco ainda sem veleidades de se apoderar da terra e escravizar todos os seus ocupantes, o entendimento era perfeito entre hospedeiros e hóspedes. As boas avenças chegavam a ponto de persuadir a muitos brancos permanecerem nas praias e várzeas em vez de tornar à civilização depois do terrível sacrifício da travessia do oceano. A vida era fácil nas tribos amigas onde o ádvena representava acervo de preciosas aquisições técnicas, daí as recomendações del-Rei, já no primeiro quartel do século XVI, aos comandantes, para que evitassem deserções por demais repetidas ao tocarem com as naus em o Nôvo Mundo. Inúmeros casos houve em que náufragos, desertores ou degredados encontraram oportunidade de tornar ao reino, muitas vêzes com perspectivas de recompensas e mais vantagens por parte do govêrno e de aliciantes ofertas de particulares interessados em conhecer as produções de novas conquistas. Entretanto, preferiam continuar onde estavam, sòmente acessíveis a solicitações de patrícios quando se tratava de serviços prestados na América, no sítio onde habitavam e adjacências.

O Bacharel

Pelo que se infere dos parcos dizeres dos navegadores que o conheceram, parece português o personagem com êste título encontrado por Diogo Garcia em S. Vicente. Outros o preferem habitante do litoral próximo da ilha de Cananéia, como quer Varnhagen, fato muito admissível num tempo em que certos povoadores de índole inquieta demoravam sucessivamente em diversos sítios, segundo conveniências de momento, sob rebates ambiciosos ou sêde de aventuras. A propósito, diremos que duvidamos haver por êsse tempo degredados por malfeitos no reino entre êles. Pelos informes de viajantes vistos nos precedentes capítulos, no que diz composição dos efetivos das naus, destino das mesmas, incidentes de viagem e mais pormenores, pode-se concluir compor-se a mor parte, senão a totalidade dos brancos aparecidos no litoral do Brasil nos trinta anos depois do descobrimento cabralino, de náufragos, desertores e punidos por conflitos com os principais durante a navegação, segundo succedeu ao capitão Rojas. Degredados só havia de modo positivo, de que existe notícia em *Regimento* de bordo, na emprêsa de Cabral. Entretanto, nenhum dêles foi deixado na Terra de Santa Cruz pelos navios de outras esquadras quando prosseguiram derrota para a Índia. As referências aos brancos encontrados no Brasil são sempre como náufragos, possíveis desertores ou coisa semelhante — houve casos de tripulantes que se perderam das naves sem intenção de abandoná-las — nunca como degredados, pois, neste lapso, não houve, tampouco, tentativas de colonização.

Dúvidas semelhantes aparecem quanto à verdadeira categoria do “bacharel”. Se dispusesse de algum título havido em estabelecimentos de ensino, incorreria, daí,

em suspeita de degrêdo por delitos na metrópole, de outra maneira custosa a explicação de sua presença no êrmo americano logo depois da descoberta de Cabral. Igualmente não se compreende a relutância que demonstrava em volver ao meio onde lhe seria lícito exercer profissão liberal sem préstimo no Brasil. A primeira menção a êste estranho indivíduo consta no relato de Diogo Garcia que o encontrara em S. Vicente. A segunda no de Martim Afonso na escala de Cananéia. Indultado depois de tantos anos de castigo, teria podido agregar-se com vantagem a qualquer das duas expedições. Entretanto, continuou *sponte sua* no litoral vicentino.

Acontece que na época existia no povo das Espanhas o costume de assim designar indivíduo desenvolvido e bem falante, sem título algum universitário. "*Bachiller... el que habla muncho y fuera de propósito ó de tiempo*", reza o *Diccionario de la Lengua Castellana* da Academia Española, o mesmo que ostenta na portada o lema *Limpia, Fija y dá Esplendor*. Poderia, à vista disso, ser o bacharel considerado, até, espanhol, não fôsse a declaração em contrário de Diogo Garcia. Não seria, pois, graduado em Coimbra ou Salamanca o homem visto pelas primeiras expedições no Brasil meridional, em meio de numerosa filharada mestiça e genros europeus. Mais provàvelmente se trataria de mero carpinteiro, embarcadiço, marujo ou calafate, todavia, esperto e loquaz, passível da variante "*Bachille-rejo*", ou *Garrulus, Loquax*. Assim sendo, preferia aquêles longínquo povoador, como muitos outros nas mesmas condições, em tôda parte onde naus européias deixavam tripulantes, arvorar-se em rei caolho no meio de cegos, num sítio ameno, rodeado de numeroso harém, no gôzo da maior liberdade de corpo e espírito,

a ser marinheiro a bordo de naus infectas em mares procelosos.

Por sinal, mesmo depois, em todo o século XVI, foram poucos os degredados trazidos para os arraiais costeiros, como, ademais, quaisquer outros elementos vindos de Portugal. O desfalque produzido na população do reino pelo tráfico da Índia era tamanho, conjugado às pestes e enorme mortalidade infantil, que até a criminosos desfalcava e impedia de serem atirados em presídios ultramarinos. Tudo escasseava em matéria de elementos humanos, fôsem emigrantes espontâneos, ou subvencionados pelos donatários, funcionários civis, eclesiásticos e militares, aventureiros e mais elementos, em número quase irrisório. Isso mesmo quase sômente ao norte, pois, nas capitâneas do sul, eram ainda mais insuficientes para o que dêles se esperava. Pelo menos em Pernambuco, Paraíba e adjacências, afluíram, durante mais de meio século, numerosos judeus, solteiros ou com as respectivas famílias, coisa que nunca sucedeu nas capitâneas sulinas, cuja condição econômica pouco interessava ao cristão nôvo.

Acêrca da longa estada do bacharel no Brasil não há dúvidas; onde surgem é quando passam a confundir-lo com outros moradores do mesmo setor costeiro. A primeira notícia a seu respeito ocorre no relato de Diogo Garcia, o qual declara ter encontrado em S. Vicente, ali morador, "*hacia bien treinta años, à un bachiller portugués é unos yernos suyos*". Diremos a propósito que também eram assim designados no tempo os médicos, como se verifica, entre outros casos, com Juan de Morales, vizinho (habitante) de Sevilha, mata-sanos da nau *Trinidad* de Fernão de Magalhães na expedição de 1519. Um dos genros seria Gonçalo da Costa com o qual às vêzes é confundido o sogro. Outro é o famoso João Ramalho, igualmente cedo aparecido na região,

que Varnhagen quer habitante de Piratininga para onde teria subido em 1508. Alonzo de Santa Cruz e Oviedo mencionam náufragos refugiados na ilha dos Porcos, hoje Anchieta, não muito distante de Santos, em ano correspondente à chegada de João Ramalho. Segundo o cronista pertenceriam à nau de Simão de Alcazaba ali perdida. Contudo, temos de permanecer no terreno das conjeturas. Outro ainda confundido com o bacharel é Duarte Peres, suposto degredado, de onde talvez adviesse a mesma atribuição ao pretenso universitário.

Tôda a confusão deriva de estragos produzidos em cartapácios pela traça que destruiu o nome do bacharel. Acaso dispuséssemos dessa indicação, possivelmente encontraríamos algum dado em Portugal ou Espanha cêrca do lugar de seu nascimento, como quase milagrosamente sucedeu com João Ramalho. Ocorre ainda a respeito outra singularidade muito de estranhar. Dá-nos ensejo a tôda sorte de suposições a sua mudança de Cananéia para S. Vicente, ou vice-versa, em meio de numeroso gentio local. Constituía a possibilidade de convivência pacífica entre brancos e índios o maior problema daqueles primeiros povoadores. Envolveria o entendimento do idioma do gentio, compreensão de suas crenças, usos e costumes, situação das tribos entre as demais amigas ou inimigas das vizinhanças e assim por diante. Como podia tão facilmente um indivíduo, como o bacharel, passar de um para outro *habitat* com tôda a família e bens que porventura portasse, sem sofrer peias do silvícola?

A explicação seria ter a presença de outros povoadores brancos, seus predecessores em um dos sítios, aplainado a mudança. Outra mais difícil verificação e exame consiste no parentesco e harmonia de tribos esgalhadas pelo litoral desde o Pôrto dos Patos até além

do cabo de S. Agostinho, meio de acesso para europeus que as conhecessem. Muito provavelmente pertenciam à mesma família Tupi dispersada do seu centro, presumivelmente no Paraguai, estendida pouco antes do descobrimento do Brasil pela orla costeira do sul para o norte. Nessa mobilidade, sucedeu que muitos grupos, inda da mesma origem, se distanciavam, perdiam contato entre si, e, mais tarde, ao novamente se encontrarem ao acaso de êxodos voluntários e involuntários, tornavam-se inimigos. A chamada “Confederação dos Tamoios” parece exemplo desses casos, primordiais quanto à permanência de brancos entre indígenas, bem ou mal recebidos nas tribos segundo as condições de paz ou de guerra em que estas se encontravam. Poder-se-ia então aventar a hipótese de que a indiada de S. Vicente se entendia com a de Cananéia, assim como a do Rio de Janeiro com a dos Campos de Piratininga, como indicam as informações que o gentio guanabarino deu a Martim Afonso a respeito de um Rei de serra acima, conhecido e talvez mesmo aliado de vicentinos e cariocas.

Infelizmente são tão escassas as informações sobre o gentio visto pelos primeiros povoadores, tão lacunosas as que encontramos nas primeiras viagens ao Brasil, que teríamos de enveredar pelo terreno das suposições mais nocivas que úteis para o assunto, razão de não podermos dedicar maior espaço ao índio do período, se bem muito o desejassemos.

Os Vizinhos do Bacharel

Persiste a mesma escassez de dados sobre relações de índios e europeus nas primeiras viagens ao sul da América entre a de Paulmier de Gonneville alternadamente bem e mal acolhido pelas tribos da costa, tal

como acontecera a Vespúcio, e a da nau *Bretoa*, que se demorou na feitoria do Cabo Frio para recolher pau de tinturaria. O relato da viagem desse barco, realizada no ano de 1511, pouco adianta quanto a pormenores de relações entre a tripulação e os fornecedores de ibirapitanga. Dá-nos completa composição da marinhagem, em que havia dois grumetes negros, dos quais um era escravo (convém atentar que gente de côr poderia não ser africana, visto o costume de os portugueses da época assim designar a jaus, indochineses, polinésios, etc.), porém nada diz a respeito de silvícolas brasileiros.

Com pouca diferença de data temos a viagem narrada pelo *Newe Zeytung auss Presillig Landt*, ocorrida em 1514, de que o português Cristóvão Jacques nos parece o mais provável comandante. Pelo menos, o preferimos, por motivos já expostos em capítulos anteriores, a D. Nuno Manoel e João de Lisboa. Os sucessos narrados na *Zeytung* e as consequências das revelações dos tripulantes de volta à Europa, tiveram grande repercussão entre os cartógrafos da época. São-lhes atribuídos os nomes de Cabo Frio, Cananéia e cabo de Santa Maria (no Prata), que aparecem em Schoener e no atlas de Leonardo da Vinci de 1515. Mas sobre índios são de todo omissos. Nem nestes dizeres ou no relato da *Zeytung* consta algo a respeito.

Finalmente encontramos no ano de 1515 a expedição de Solis completamente diversa das outras quanto ao assunto. É de tanto interesse para as relações entre índios e brancos através de suas aventuras no sul do continente como a viagem de 1501 de Vespúcio. Delegado secretamente ao sul da América, devia esclarecer os rumores deixados pela expedição relatada na *Zeytung* acerca de um grande rio além do cabo de Santa Maria, onde os portugueses diziam haver prata e que êles supunham passagem para o Oriente. Tanto estavam

persuadidos dêsse acesso na Espanha que incumbiram ao capitão-mor explorar dêsse ponto a costa do outro oceano ou seja o litoral hoje chileno, até chegar a “las espaldas de Castilla del Oro”, acima do Peru num percurso de mil e setecentas léguas marítimas. Ali se encontraria a gente de Pedrarias Dávila, continuadores de Vasco Nuñez de Balboa, cujas pesquisas deviam completar-se com as informações da nau companheira de Solís.

Desconfiavam os espanhóis do navegante tanto como os portugueses. Em capítulo anterior tratamos da estranha personalidade do capitão, cosmógrafo e piloto de nacionalidade luso-castelhana, disputado pelas duas coroas ibéricas pelo valor que possuía, a ponto de obliterar as queixas provocadas pelos seus malfeitos. Sòmente a falta de marujos experientes, cujo conhecimento prático se completava com o técnico, podia justificar a escolha para o comando de flotilha encarregada de tantas missões, algumas suscetíveis de criar embarços com a còrte de Portugal. Por êsse motivo, foram juntados à oficialidade Francisco de Marquina, como feitor da expedição, e Pedro de Alarcón como contador da mesma, a fim de mais perto vigiarem o comandante. “*De tal modo*”, diz Medina, “*que el piloto no podia dar un paso sin que le sugetase el exámen de aquéllos*”.

A narrativa da viagem divulgada pelo cronista Herrera parece originar-se da narrativa de algum sobrevivente da expedição, que descrevia principalmente os acontecimentos da jornada de volta à Espanha. Felizmente outros pormenores são conhecidos na ida para o estuário, que durante certo tempo foi conhecido pelo nome de Solís. Iniciou-se a travessia do pôrto de Lepe rumo ao sul em número de 3 caravelas a 8 de outubro de 1515. Depois de passar por Tenerife, avistou a flotilha o cabo de S. Roque e a seguir o de S. Agostinho.

Desceu a costa e daí por diante passou pela altura do Cabo Frio, Rio de Janeiro, Rio dos Inocentes (Santos), cabo de Cananéia, baía dos Perdidos (Santa Catarina) até chegar ao estuário pelos tripulantes chamado do Mar Dulce, tal a largura e volume de águas fluviais do mesmo quando se engolfavam no oceano.

Na baía de Maldonado os expedicionários tomaram posse da terra em nome do Rei da Espanha. O deplorável fim do comandante e dos seus principais companheiros em 1516, súbitamente atacados por guerreiros índios que os espreitavam à espera da primeira oportunidade de os atacarem, deixou a expedição acéfala. Tão precipitadamente levantaram as naus ferros para se afastar do perigoso sítio, que se viram atrás de si tripulantes abandonados à sanha dos canibais. Por milagre escapou o grumete Francisco del Puerto, talvez poupado pela sua pouca idade, que lhe dava aparência de escassamente agressivo, o contrário do aspecto truculento do bêbado Solis, vulgo Bofes de Bagaço.

Separadas as unidades por violento temporal, uma delas naufragou na baía dos Patos, que alguns como Medina pensaram ser o Estado do Rio Grande do Sul, mas outros preferem S. Catarina. Não se sabe bem qual o número dos que escaparam nessa ocasião. Em certos documentos constam sete, outros preferem nove, dez ou onze, mais tarde passados a Santa Catarina onde os encontraram expedicionários de outras esquadras. A razão da mudança vinha de lá haver brancos vistos por Solis na vinda, o qual denominaria o lugar Bahia de los Perdidos. Acêrca dêsses embarcações a carta de 1521 do embaixador Zuñiga os dá como casados no sítio onde havia a melhor gente (índios) da costa, segundo Diogo Garcia. O mais certo seria tê-los por amancebados com índias das tabas locais, cujos filhos foram posteriormente batizados pelo capelão de D. Rodrigo de Acuña. De

qualquer maneira não é crível que houvesse naquele tempo mulheres brancas no sítio.

Esses europeus espalhados no Pôrto de Patos, ilha de S. Catarina e arredores, compõem o grupo dos mais antigos brancos moradores no extremo sul do Brasil. Parte dêles foi aprisionada na baía ou rio dos Inocentes por Cristóvão Jacques, o que motivou protestos do embaixador Zuñiga, pois a angra se encontrava na demarcação de Castela, de onde a procedência da reclamação. Das duas outras naus de Solís que volveram à Espanha, a menor ficou sob comando de Diogo Garcia. Conhecedor do sul, pleiteou êste navegante a direção de nova emprêsa no rio do malogrado pilôto, a fim de lhe explorar as margens e a parte do continente fronteira ao mar ainda desconhecido, que pela morte do capitão-general não pudera ser devassada. Para conseguir o intento alegava a existência de metais na região, com tanto alarde, que Herrera lhe atribuiu a primazia no descobrimento de riquezas na região, a despeito de seus numerosos antecessores e imitadores, a principiar por portuguezes. Não obstante, escrevia o cronista, *“También Diego Garcia hubo alguna plata de los indios, desde donde se llamó este rio de la Plata, porque fué la primera que se traxo à Castilla de las Indias, y era de la que los indios guaranis traían en planchas y otras piezas grandes de las Provincias del Perú”*.

Antes dêle, porém, houve a expedição de Fernão de Magalhães, que não tocou nos pontos onde se encontravam brancos depois do Rio de Janeiro, ou pôrto de S. Luzia como lhe chamavam os companheiros do portuguez, por terem ali chegado no dia desta santa. A seguir, consta terem aparecido em S. Catarina duas naus espanholas, o que mais nos parece confusão com as de Cristóvão Jacques quando êste navegador estêve no Rio da Prata e aprisionou náufragos de Solís em

Santos. As delongas a emperrar por falta de recursos as resoluções dos conselheiros de Carlos V, demoraram a partida de Diogo, que se viu mais uma vez precedido pela viagem de Garcia Jofre de Loaysa, continuador de Fernão de Magalhães, e, como êste, destinado às Molucas. A expedição em que ia D. Rodrigo de Acuña, semeou, como foi dito, elementos seus nos pontos onde êles podiam contar com o auxílio de brancos que os tinham precedido entre índios. A indicação de Diogo Garcia acêrca da “melhor gente”, que êle chama “carioces”, ou seja a tribo onde os náufragos de Solis e outros se tinham refugiado, adquire no caso extrema importância, porquanto foi nesses grupos em que entravam índios, portuguezes e catelhanos, que as expedições seguintes aproveitaram no Prata.

O S. *Gabriel* foi o último marco espanhol dêsse período a escalar no Rio de Janeiro, ademais, forçado pelas circunstâncias na sua acidentada viagem de volta à Europa. Os navios de Garcia e Caboto estiveram em Pernambuco, S. Vicente, Cananéia e S. Catarina sem tocar na Guanabara nem no Cabo Frio, a despeito dos recursos que lá havia, mais tarde largamente aproveitados por Martim Afonso. A não ser por motivos escusos como praticou o veneziano ao se demorar na feitoria de Cristóvão Jacques contra expressas determinações do Imperador, ou outros espanhóis quando na mesma região embarcaram pau-brasil para se refazer de prejuizos da navegação, os castelhanos preferiam demorar-se nos portos do sul, nos limites entre as possessões das duas coroas.

No vaivém de naus nos sítios indicados, alguns antigos moradores, como Gonçalo da Costa, se agregavam às de passagem rumo sul, outros volviam em sua companhia à Europa. Acontecia, como vimos no capítulo anterior, que tais expedições às vêzes deixavam

tripulantes nos mesmos ancoradouros de onde recolhiam náufragos ou desertores. Quando Caboto partiu para Sevilha levou consigo a Enrique Montes e suas concubinas, duas índias fôrras e índios cativos. Deixava em compensação em S. Vicente doze ou quinze tripulantes que, na informação de alguns autores, depois se teriam passado para o pôrto dos Patos. A êstes elementos brancos espalhados na ocasião nos portos de S. Vicente para o sul, temos de acrescentar doentes deixados pelas naus em meio de patricios por não se encontrarem em condições de viajar. No setor do Rio de Janeiro para cima teríamos ainda os que, por qualquer motivo os franceses deixavam.

Os resultados da convivência dos brancos e índios, que supomos em maioria do ramo Tupi esgalhado pelo litoral do cabo de Santa Maria ao de S. Roque, proporcionavam acolhidas como a de Magalhães no Rio de Janeiro, de que Pigafetta nos deixou relação, ou a de Caboto na ilha de S. Catarina, na sua descida para o Prata. Sabedor das dificuldades de abastecimento nas margens do grande estuário, pelas informações que a respeito lhe davam os europeus da costa, demorou-se o veneziano em recolher víveres para a jornada assim como consertar as naus e encomendar batéis para navegação no Paraná e afluentes. Para êsse fim, a mor parte da tripulação passou a viver em cabanas para êles levantadas pelos índios contratados por Enrique Montes. Êste antigo companheiro de Solis, há muito tempo estabelecido no sítio, servia de intérprete e intermediário de escambos e encomendas junto aos naturais. Erigido a provedor da esquadra deixou contabilidade dêsses trabalhos, que apresenta o maior interêsse para conhecimento da contribuição dos indígenas às expedições do primeiro quartel do século XVI no sul do continente.

A lista é extensa e dela vamos dar apenas alguns extratos do que de novembro de 1526 a fevereiro de 1527, “yo, Enrique Montes, he recebido para gasto con la gente desta armada y en facer la galera llamada Santa Catalina”.

No rol temos por exemplo a entrega de duzentas e setenta e três cunhas e duzentos e setenta e três anzóis médios para duzentos e setenta e três veados. A trôco de setenta cunhas, quarenta facas e trinta anzóis médios, obteve trezentas e noventa e oito galinhas. Por duas antas pagou Montes duas cunhas grandes e quatro pares de tesouras, e, aos vinte homens que as transportaram, vinte punções, além do pagamento aos donos das ditas antas. As outras compras, sempre a trôco de utensílios metálicos, consistiram em patos; cabaças de mel cru, ou seja, nos favos; porcos comuns e monteses (do mato); feixes de milho; lotes de carvão de lenha; canoa para serviço da esquadra; pás ou remos para a mesma; “cavalos armados” (ou cilindros de madeira); quantidade de barro, ou argila pegajosa, para vários fins inclusive fornos; cargas de pescado moído e provavelmente moqueado; palmitos para “ensalada, para comer en la mesa de su merced”; lote de ostras; inhames (ou cará); cabaças de manteiga (provavelmente toucinho de porco porquanto no sítio parecia ainda não haver gado); arcs para prender “botas” (recipientes para líquidos), etc.

Mas o principal da mediação de Montes, representante dos compatriotas junto ao índio, consistiu na segurança que o povoador conseguiu para garantir o trabalho dos carpinteiros e mais profissionais europeus, que puderam trabalhar sem ser inquietados na construção do bergantim e mais necessidades da flotilha, não só graças ao sossêgo, como também providos do inestimável auxílio do gentio, presente desde o abastecimento dos bran-

cos até a escolha da madeira necessária aos trabalhos e o seu transporte às tercenas. Pelo rol das despesas podemos acompanhar passo a passo o vulto da cooperação. Assim, pagara Montes com a mesma moeda — facas, contas (cristalinas, como anotava), tesouras, cunhas, punções, espelhos, pentes, etc. — o serviço de dezesseis principais artífices índios construtores da coberta (ou “tarazanas” especificadas na lista), sob a qual se construía a “galera”. Provavelmente Montes se referia à armação do rancho, quase sempre coberta de palma, reforçada por sapé, ou “palha”, como registra, se bem também se refira a madeira por descuido ou melhor razão em outro passo do registro. Menciona igualmente “casa” nas mesmas condições destinada aos serradores. Outra para guardar os “vinhos” (talvez o “cauí” preparado pelas índias, daí a necessidade de “botas”), outra para a igreja, ou seja capelinha, comvente manifestação de fé naqueles primórdios de civilização na terra apenas arranhada pelos brancos.

O vulto das construções era vário. Consta de algumas como o rancho (casa, lhe chama Enrique) para a pólvora, talvez umedecida durante a viagem; despensa “de su merced”; casa “de la herreria”; moradia dos carpinteiros; açougue; capoeira, etc. Era mister armazenar gêneros para a viagem, para os trabalhadores, índios auxiliares, tripulantes descidos em terra e doentes da esquadra. O barro, por exemplo, para compor a frágua das ferrarias, viera de longe, cêrca de quatro léguas, trazido a dorso de silvícola. Havia ainda os naturais ocupados no corte de madeira nas montanhas que também era preciso alimentar. Teve Montes de ceder, para alimento dêsses índios, quatro veados, dois porcos e duas cargas de “*pescado molido*” ou moqueca, além de vinte pentes às mulheres que preparavam “*vinho*”, ou cauí para os ditos trabalhadores. As mesmas índias

também confeccionavam pão, provavelmente o beiju de farinha de mandioca para os serradores da madeira da “galera” e mais artífices. Por sinal, que os tais “pães” eram recurso alimentar a bordo, oportuno sucedâneo do biscoito europeu.

Não menor cuidado recebiam dos autóctones os enfermos da esquadra, que do provedor obtiveram, juntamente com a mesa do capitão-general, quarenta cêstos dos chamados inhames, ou carás, que lhes eram servidos depois de diversamente preparados, em sopa, à guisa de pão, como complemento de carne, etc. Na mesma ocasião, e para o mesmo fim, foram adquiridas três arrôbas de mel a ser aproveitado igualmente de diversas maneiras além da confecção de xaropes e mezinhas da farmácia, extensiva a todos que ali estavam. Óbvio dizer que os mesmos recursos eram ao depois embarcados nas naus em previsão de que se tornassem necessários em viagem.

Não fôra, pois, o apoio dos naturais, nem que fôsse a poder da tranqüilidade concedida pela paz reinante, custosa seria a realização daqueles trabalhos, tão longe das bases marítimas das expedições e em condições tão adversas. Os demais pormenores dó rol confirmam esta primeira impressão. A um certo Durango, desertor do S. *Gabriel*, incumbido da coleta de frangos, foram concedidos elementos de resgates a fim de que pudesse entender-se com os criadores indígenas e pagar a carregadores, pois as distâncias a vencer eram às vêzes muito extensas, em região montuosa, por estreitas veredas, sem possibilidade de emprêgo do meio simplificador representado pelas canoas. A respeito temos contas que nos parecem exageradas no cômputo dessas caminhadas. O Durango, “*por dos veces que fué por la tierra a dentro, contía de treinta é cinco leguas, buscar gallinas por*

mandado de su merced para los enfermos, asi para comprar las ditas gallinas como para su gasto e carreto". Na coleta recebeu "*cúatrocientos é sesenta é dos ponzones é duzentos é sesenta anzuelos*", para efetuar as compras.

O mesmo sucedeu com um tal Castillo, "*que iba a hacer carbón para la fragua*". Novamente cedeu depois disto Enrique Montes ao dito Durāngo mais meios para buscar patos e galinhas, "*é otras cosas à tierra que abrá cuarenta leguas de la isla de Santa Catalina, para gasto suyo é de lo que troxesse*". O embarcaçõ a que aludia estava familiarizado no trato de índios pela sua longa permanência entre êles. Na caminhada referida por Montes, o enviado levou consigo escravo negro da expedição. Devia ser o mesmo náufrago de Solis, que juntamente com o desertor informou a Caboto a morte de Rodas e Mendez, afogados quando tentavam chegar à ilha de S. Catarina. Garantido pela amizade do gentio, podia, daí, o coletor de frangos, percorrer enormes distâncias sem ser molestado. Do mesmo modo puderam obter os expedicionários "*docientos é tantos pedazos de cera negra, que era para volver con la pez*", muito necessária à calafetação das naus e dos barcos que se construíam. No mesmo cuidado foram adquiridos "*cierto hilo delgado para los escopiros para virar la galera*" e "*cierta almagra para los carpinteros*". Grandes quantidades de milho também eram trocadas por objetos metálicos, como sucedeu com as "*duzentas manadas de millo para se hacer vino vuelto con el mandioque é también para dar à las gallinas é patos que se gastaban en los dolientes*".

De permeio ocorriam casos singulares hoje de difícil elucidação, pois custa distinguir se consistiam em socorros a tripulantes perdidos na selva, ou captura de desertor confiada a índios peritos na caça ao homem,

graças ao bom entendimento existente entre o capitão-general e seus hospedeiros, que lhe permitia delegar a delicada operação a silvícolas possivelmente antropófagos. Assim, *“Dí mas por mandado de su merced à quatro indios que troxeran a Talavera, grumete, quatro cuchilos é quatro anzuelos”*. Segundo a redação parece tratar-se de precursores dos “capitães-de-mato” especialistas na captura de fujões. Este dispêndio entrava no conjunto rotulado *“otros gastos menudos con los indios, así en acarrear la dicha madera como en otras obras que esto dicho tiempo se ofrecieron en servicio de la dicha armada”*, tudo no preparo da jornada *“del Rio de Solis”*, que não teria sido possível sem o auxílio dos catarinenses, à vista dos obstáculos opostos aos expedicionários quando lá chegaram e tiveram de arcar com dificuldades insuperáveis para obter víveres e mais recursos vitais.

Pelo que se depreende do documento toma-se ocioso ressaltar a enorme valia da boa paz com o indígena e tudo mais que daí emanava. Não havia o que pagasse a vantagem de os expedicionários poderem livremente se locomover na região e do melhor modo acudir a suas necessidades. Marinheiros como Durango, Castillo, Jorge Gomes ou Talavera, atreviam-se pela terra adentro, por léguas e mais léguas, sem mais precauções que tomariam em caminhadas por fragedos biscainhos, navarros ou do Laboreiro. Eram no sítio recebidos de braços abertos, se nos é lícito usar de semelhante expressão, nos alvôres de S. Catarina — assim chamada em honra à despótica espôsa espanhola de Caboto — quadro cujo aspecto não variou sensivelmente nos séculos seguintes. Vem de molde, a propósito, reproduzir os arroubos descritivos de cientistas do começo do século XIX, que na mesma estação e sítio estiveram.

O francês que visitou a ilha com este nome e os seus arredores nas vésperas da independência da colônia, emprega os melhores tons da palhêta romântica para descrever aos leitores o que presenciara. *“La vue alors se promenait agréablement sur les forêts épaisses qui couvrent l'île de Santa Catharina et toute la partie du continent qui l'avoisine. Sur les cimes des mônes comme sur les flancs des montagnes, dans le fond des vallées et sur le bord de la mer, s'élevaient des vegetaux superbes, formant le tableau le plus imposant et le plus pittoresque que puisse offrir la nature dans son état sauvage. Les têtes touffues des palmiers sur la cime des arbres, balancées par le vent audessus de bois qui cachaient leurs troncs, arrêtaient parfois nos regards, que se reposaient toujours avec un nouveau plaisir sur ces bouquets verdoyants, semés en quelque sorte dans le fond azuré de la voute céleste.*

Les hautes montagnes qui couronnent toute la terra ferme depuis Santos jusqu'à Torres se développaient, dans le lointain, sous l'apparence d'une couleur bleuâtre que reflétait la teinte du ciel. Le mont Bahul, dont la forme singulière est une bonne remarque pour les navigateurs, et celui de Camberella, qui domine toute la côte, présentaient leurs sommets audessus de vastes nuages qui embrassaient le faite des monts environnants. Ces masses de nueés, s'étendant peu à peu” (as datas das expedições com très séculos de distância entre si coincidem na mesma estação), *“finirent para se précipiter en une brume légère qui couvrit bien tôt tout le rivage, dont nous approchions et d'où nous voyions surgir partout des massifs de verdure, des bois épais, une végétation enfin digne de l'épithète de “luxurianté”, que tous les botanistes modernes s'accordent à donner au sol du Brésil, pour en peindre l'extraordinaire fécondité. Beaucoup de frégates planaient au-dessus*

d'une multitude de fous qui voltigeaient au milieu de la baie, où l'on entendait que le bruit des vagues qui allaient se briser sur le rivage, en déferlant sur les rochers granitiques qui les constituent: on eût dit que ces oiseaux étaient les seuls habitants de cette terre fertile.

En continuant a suivre la direction du Sud, on rencontre un approvisionnement de bois. Divers chantiers y sont établis, et l'on y fabrique des planches. On y construit, pour la navigation des côtes, des petits navires que les Brésiliens désignent sous le nom de Soumacas". É extraordinária a coincidência do quadro e dos pormenores nas duas expedições no mesmo sítio de modo a permitir que a descrição da segunda venha completar a lacuna deixada pela primeira. "C'est près de là que se jette à la mer la rivière Biguassú, dont l'embouchure peut avoir de quarante a cinquante toises de large; elle est navigable pour les bateaux jusqu'à plusieurs lieux dans l'intérieur. Cette rivière, anciennement appelée Rio dos Patos, servait de limite aux Indiens de même nom, qui s'étendaient jusqu'au Rio San Pedro, et aux Indiens Carijos, qui occupaient les terres septentrionales" (abaixo de S. Vicente) "jusqu'à Cananea".

A cooperação do índio, por sua vez, só era possível graças ao primeiro povoador, o branco avulso perdido em meio das tabas litorâneas e que tinha de se entender com o hospedeiro. Da conjunção dos esforços de ambos evitaram-se tragédias com a de Solis ou de Verrazzano sucedidas onde não havia os mesmos elementos para recebê-los. A ação desses brancos foi de certo modo comparável à dos primeiros evangelizadores da selva, cujos esforços abriram as portas da América aos conquistadores. Encontramos a respeito edificante tópico na declaração de Caboto depois de sua chegada a Sevilha,

de volta do Prata. Perguntado se os índios com quem se houvera comiam carne humana, respondeu o general que antigamente costumavam em S. Catarina devorar os prisioneiros de guerra, entretanto, Enrique Montes conseguiu demovê-los da atroz prática.

O português, antigo embarcado de Solis, era indubitavelmente indivíduo de qualidades excepcionais. Poderia, como procediam muitos europeus nas mesmas condições que êle, fechar os olhos sôbre os horrores do canibalismo, por comodidade ou temor de desagradar aos hóspedes. Não se arreceou, contudo, em se esforçar por lhes coibir a ancestral antropofagia, do mesmo modo como depois impediria a brancos, não menos ferozes e muito mais culpados por não desfrutarem as mesmas atenuantes do silvícola, matassem à traição o inditoso D. Rodrigo de Acuña quando desarvorado e faminto veio ter a S. Catarina. Além disso o seu conhecimento do índio e da região o colocavam na primeira plana dos que podiam informar as expedições de passagem. Instou por êsse motivo o capitão-general para que o acompanhasse ao Rio da Prata, como sucedeu embarcado, na suposição de Medina, Enrique Montes com a sua família mameluca na flotilha rumo ao sul.

A suposição do historiador chileno fundou-se nos têrmos do depoimento de Caboto de torna-viagem a Sevilla *“Esto se deduce, a nuestro entender, de las siguientes palabras de Caboto en su declaración prestada ante los Oficiales Reales: “Que los dejó encomendados (Rojas, Mendés y Rodas) à un indio principal que se llama Topavera, diciéndole que porque Enrique Montes, lengua, que había estado en aquella tierra catorce años, é que eran sus parientes, que los tratasse bien fasta su vuelta, porque los dejaba en trueque del dicho Enrique Montes é de su gente”. Se referia con esto Caboto a la familia de Montes ó á los desertores*

de la San Gabriel? Más probabel parece lo primero, y nada de extrañar sería cuando hay certidumbre de que en la armada iban no pocos indios é indias. La duda, sin embargo, no é mas posible después de lo que refiere en su declaración Pedro de Morales: “E se ofreció é fueron con el dicho Capitán General los dichos Enrique Montes é Melchor Ramírez, con sus hijos é su casa”.

Num ponto se equivocou, contudo, o historiador sôbre a ação de Montes. Reconhece que o português, ao contrário do seu conterrâneo Jorge Gomes, demonstrara verdadeira abnegação por Caboto nos serviços que lhe prestara em S. Catarina, no Prata e na viagem de volta. Todavia, dera-lhe exageradas informações sôbre a existência de grande quantidade de ouro e prata em poder dos índios das margens do grande rio. Poderíamos, daí, concluir que redundaram prejudiciais os seus dizeres, possivelmente pela intenção de intrujar o veneziano. Tal, entretanto, não se deu. O naufrago de Solis estava de inteira boa fé ao transmitir ao general, ansioso por novas sôbre metais, o que ouvira de seus afins catarinenses. A razão do malôgro das pesquisas envidadas no Prata e a montante nos rios que o formam, residia na distância a separá-los do sítio onde tinham chegado, ainda muito aquém do reino do monarca branco coberto de ouro, sentado num trono de ouro maciço, num palácio recoberto de ouro, e, de mais a mais, infestadas as faldas dos Andes pelos Guaicurus, guerreiros ferozes, refratários a qualquer aproximação com brancos.

A verdadeira responsável pelos desastres de Caboto no Prata, a que em pouco se iam juntar os de Diogo Garcia, era a cega cobiça dos que chegavam desvairados pela ambição, ansiosos por encontrarem ao alcance das mãos as sonhadas riquezas da América. Nem por isso desanimariam os expedicionários das duas esquadras.

De volta a S. Catarina e depois na escala de S. Vicente, não pôde Caboto embarcar os tripulantes que ali deixara por estes preferirem viajar em companhia de Garcia, tal o ódio que votavam ao antigo superior. Não se esquecia o clérigo Garcia, capelão da flotilha cabotiana, dos maus momentos por êle e companheiros curtidos entre os índios no Pôrto dos Patos onde o general os abandonara. A despeito dos esforços de Enrique Montes, ou por causa da sua ausência, continuavam os silvícolas a devorar carne humana. Assegurava o castelhano que vira "*tener en sus casas las piernas de los hombres asadas para comer*", espetáculo horrível para um cristão.

Diogo Garcia, pelo fato de ser desafeto do veneziano, viu-se procurado pelos que participavam da mesma animosidade. Em S. Vicente acolheu a Rojas e companheiros, além de procurar cumprir um dos itens do seu contrato com os armadores da expedição. Consistia em procurar a Juan de Carthagena e um clérigo deixados à guisa de castigo por Fernão de Magalhães não se sabe bem em que sítio da América do Sul. Nas notícias da viagem ao Pacífico há alusão à costa da Patagônia, outras, porém, aludem "*à las espaldas del Brasil*", as quais sugerem destêrro na Guanabara, único ponto brasileiro em que estêve o mercenário. Caso êste pormenor se confirme e realmente tenha sido o degredo no Rio de Janeiro, o fato assumiria extrema importância, pois qualquer branco presente no litoral, nessa época, alcança vulto extraordinário na história local. Entretanto, não nos trazem os relatos da viagem informações mais circunstanciadas, de sorte a acreditarmos ter sido ao sul do Prata que se deu o desembarque dos punidos que lá desapareceram. De outro modo constaria a sua presença nos relatórios redigidos

na volta da esquadra de Garcia à Espanha, em que até índios foram mencionados.

De certo nas ocorrências de S. Vicente sabemos o frutuoso entendimento dos expedicionários com os brancos moradores do lugar. Foi quando apareceu outra figura primordial na região, de vulto ímpar e alcance mais tarde decisivo na conquista do sertão. Nas declarações de Caboto em Sevilha constam resgates feitos em S. Catarina e S. Vicente a poder de "*cierto hierro é camaras de lombardas quebradas*", que se supõe fôsem restos de armas. Aludiu igualmente na mesma ocasião ao pagamento efetuado "em espécie" por cativos índios, em número de três ou quatro, a trôco de contas de vidro, muito apreciadas pelos indígenas para a sua indumentária, mais anzóis e pedaços de ferro, assim como "*se dió un pasamuros roto à un português que se llama Fernand Mallo en la dicha tierra de San Vicente*", à guisa de pagamento de "*cierta cecina ó abasto para la gente*". O termo "passamuro", ao qual se juntou o rôto, foi interpretado de vários modos na suposição de êrro de copista. Encontraram os interessados no esclarecimento do passo dificuldade em conciliar "corrimão" ou balaustrada, com o interêsse do povoador em obtê-lo. Daí, pretenderam tratar-se de peça de vestuário, de que os brancos das tabas muito necessitavam, como vimos suceder a Jorge Gomes em Pernambuco, quando foi socorrido pelo capitão Rojas, que lhe deu algumas peças de roupa para acudir à sua nudez, sem recursos para se vestir em meio de tabas onde os índios só se cobriam de penas nos dias festivos e se contentavam, nos demais, com o estôjo peniano.

Os índios de que fala eram prisioneiros de guerra, e, assim sendo, parecera a Caboto lícito comprá-los se bem não ignorasse as leis protetoras do gentio já existentes na Espanha. Para se defender de possíveis más

interpretações a respeito, alegou sempre ter protegido a indiada, pelo que mandara enforcar no Prata a um biscainho da esquadra de Loaysa, "*porque entró en casa de un indio é lo maltrató é firió, é le hurtó una canoa, é tomó dos indias de la dicha casa por fuerzá*", e, coisa muito mais grave, "*tomó ciertas pranchas de metal*" sem referir o achado a quem de direito da expedição. Também se atribui o delito do antigo tripulante do S. *Gabriel* ao fato de ter desertado em companhia de outro biscainho, o carpinteiro Orozco, "*llevandose la ropa de ciertos indios y en busca de comida, según se dió*". Na ocasião despachou Caboto atrás deles índios mateiros, tal como fizera em S. Catarina com o Talavera, que lhe trouxeram o delinqüente para ser enforcado, não sem dificuldade, por sinal, visto ter-se partido a força e ser preciso recomeçar a operação com grande escândalo dos presentes.

Citaremos ainda, tão-só a título de curiosidade, um passo do interrogatório de Caboto em que lhe foi perguntado se naquela região havia onças e tigres. Outro pormenor curioso apareceu na circunstância, mas de ordem muito diversa, sôbre a parentela de Gonçalo da Costa, como êle imiscuída nas tentativas de exploração dos espanhóis na América do Sul. Era numerosa a sua prole, cêrca de quatro varões e sete ou oito filhas, que foram causa de o povoador na Europa bandear-se para o serviço de Castela. Além disso, consta uma declaração de Gonçalo da Costa de que vendera seus bens na Espanha para acompanhar a expedição de D. Pedro de Mendoza, correspondente do lado hispânico à de Martim Afonso de Sousa do lado lusitano, juntamente com três filhos, um tio e um primo. Acrescentava mais um pormenor algo estranho, serem conhecedores "*de las regiones del Plata*", de todo inadmissível quanto aos filhos. Mas quem seriam os outros parentes, tidos por

veteranos da América, por completo omissos nos documentos das anteriores expedições?

O lamentável no passo é não dispormos de mais informações sôbre os povoadores vicentinos, mormente acêrca de João Ramalho neste período da sua existência. Podemos, entretanto, aventar que as expedições acima descritas direta e indiretamente concorreram para alargar as possibilidades de auxílio dêsses povoadores às expedições que os visitavam. Cada nau que nas praias surgia, inda estivesse desgarrada das companheiras e em mau estado, em todo caso liberalizava utensílios, às vêzes armas, e mais elementos vários necessários aos civilizados, entre os quais avultavam sementes e animais domésticos. Martelos e pregos tinham, no caso, serventia tão importante quanto galinhas e patos. Os estaleiros em que se faziam bergantins deixavam ferramentas e mais recursos no lugar, nem que fôsem as cunhas, serras e machados cedidos aos índios para cortar e desbastar a madeira empregada nos barcos. Deixavam igualmente as expedições pequenos mamelucos atrás de si, os quais iam engrossar o número de "brancos", apoio futuro de portugêses na falta de imigrantes ou colonos da metrópole remetidos para o Nôvo Mundo.

Assim, vemos as sucessivas expedições que tocaram no extremo meridional dos domínios lusos, fôsem de portugêses como Cristóvão Jacques, ou de espanhóis como Solís, D. Rodrigo de Acuña, Diogo Garcia e Caboto, prepararem a ação dos vicentinos às atividades de Martim Afonso de Sousa, comissionado a tomar posse efetiva e não simbólica dos territórios situados além dos limites estabelecidos em Tordesilhas.

O MARCO DE MARTIM AFONSO

S. Vicente reunia os melhores recursos e possibilidades do litoral para navegadores quando chegou Martim Afonso. Torna-se base de operações dos portugueses no sul, de preferência a outros núcleos de brancos no extremo americano. Inicia-se a posse efetiva lusa no sul do continente com a incursão do enviado de D. João III ao planalto de Piratininga.

O Marco de Martim Afonso

Descreveu Alonzo de Santa Cruz o povoado de S. Vicente na mesma época em que lá estêve o fidalgo português. “*Dentro no pôrto*”, diz o Yslário, “*há duas ilhas grandes habitadas de índios: e na mais oriental, na parte ocidental dela, estivemos mais de um mês surtos. Na ilha ocidental têm os portuguezes um povoado chamado S. Vicente, de dez ou doze casas, uma feita de pedra com seus telhados, e uma tórre, para defesa contra índios em tempo de necessidade. Estão providas de coisas da terra, de galinhas e porcos de Espanha em muita abundância, e hortaliça. Têm estas duas ilhas um ilhéu entre ambas, de que se servem para criar porcos. Há grandes pescarias de bom pescado*”.

Podemos avaliar pela descrição o enorme esforço daquele pugilo de brancos perdidos na imensidade da América, em luta contra os elementos e gentio inimigo. Os que os visitaram lhes valeram em muita coisa, mas ainda mais se aproveitaram dos milagres de engenhosidade realizados na incipiente povoação graças à energia e pertinácia dos moradores. Ali estavam reunidas habitações à volta de uma tórre, como na Europa, de que procuravam reproduzir os traços do outro lado

do oceano, a muitas léguas de distância. Quer-nos parecer, se bem fale o cosmógrafo em casas de pedra, que a torre não passaria de simples jirau como os reproduzidos nas estampas de Plante, *apud* Franz Post, de onde se podia avistar de longe quem se aproximava.

Nas vizinhanças derrubavam matas, arroteavam lavouras, levantavam moinhos de mandioca, ajudados pelo índio manso que seria colaborador como Sexta-Feira o foi para Robinson Crusôe. Precisavam igualmente, como sucedia ao colono romano, não perder de vista as armas quando se encontravam no campo, na ferraria, semelhante à de Enrique Montes em S. Catarina ou no estaleiro dos bergantins, perto de matas onde rondavam feras e índios adversos. Situado o arraial na confluência dos domínios de Portugal e Castela, sobremodo convinha a Martim Afonso como atalaia avançada do sul. Outro motivo eram as boas avenças dos habitantes brancos do lugar com os principais índios das praias e de serra-acima.

João Ramalho era dos que mais conheciam as paragens além das várzeas de S. Vicente. Ligara-se por laços de parentesco com o chefe indígena, que não seria desrazoado admitir fôsse o Rei de que fala o *Diário* de Pero Lopes de Sousa. O fato de êle ser agente dos cativos de guerra negociados com Diogo Garcia e outros reinóis de passagem, milita a favor da hipótese. Nesse caso, a ser verdadeira esta situação, tudo leva a crer já freqüentemente estivesse, por volta de 1530, o português no planalto em contato com os parentes por afinidade, acaso não morasse junto da sua tribo e descesse a S. Vicente apenas a negócios, quando lá apareciam expedições. De qualquer maneira, estava familiarizado com o caminho da serra e com os principais índios do campo, em condições de prestar pelas circuns-

tâncias e qualidades pessoais os melhores serviços aos conterrâneos.

De outros companheiros vicentinos, como Antônio Rodrigues, considerado um dos genros do bacharel, nada se diz a respeito de atividades relativas ao planalto. Só de João Ramalho se falou, homem excepcional no meio, capaz pela sua robustez e fôrça de ânimo de não só acompanhar aos mais endurecidos índios em caminhadas intérminas e lutas guerreiras, como, até, capitaneá-los. As notícias sôbre a sua pessoa e família índia não nos dizem em que data nasceram os filhos e em que sítio, acaso em S. Vicente ou mais provàvelmente serra-acima. Começam a aparecer muito mais tarde nos relatórios dos jesuítas, êstes, mesmo, muito lacunosos. As atas da Câmara que se seguiram tratam apenas dos atos do velho povoador relacionados com a pública administração. Do que se pode inferir de suas informações, como sucede pela última carta descoberta de Nóbrega, continuava a espôsa portuguesa viva no reino, por volta de 1553, o que sugere um mundo de conjeturas.

Qual teria sido o motivo da sua presença no Brasil? Como chegara a S. Vicente? Por que aí se fixara? Que razão o impedia de retornar ao seio da família na terra de origem?

Averiguou-se chamar-se João Ramalho, ser natural de Vouzela, possivelmente da quinta de Valgode, como pensa Moreira de Figueiredo, e filho de João Velho Maldonado e de Catarina Afonso de Valbode (sic). Desposou na mesma localidade a Catarina Fernandes das Vacas, que dêle se encontrava grávida quando em data incerta partiu para destino igualmente incerto, pois ignoramos em que barco navegou e qual a direção do mesmo, se pertencia por exemplo à expedição enviada ao Brasil, como as de Cristóvão Jacques, ou se viajava em alguma

nau da carreira das Índias. Como teria abandonado a espôsa naquele transe e como não sentiria impulsos de revê-la, averiguado pelos padres da Companhia de Jesus que se encontrava viva em Portugal?

Fôra desterrado por malfeitos? O abandono da espôsa grávida parece indicar tal conjuntura. Entretanto, vemos ser comum nos róis dos tripulantes de esquadras ultramarinas embarque de elementos tão-só movidos pela necessidade, segundo se vêrifica pelo pagamento à família de vários meses de sôlido antes da partida. Assim sendo, calculara Ramalho a sua ausência de acôrdo com o período de primeira criação do filho, de modo a estar de volta quando ainda estivesse sendo amamentado. O alistamento seria para satisfazer as despesas do parto e auxiliar a seguir a parturiente. Não eram raros os casos que obedeciam a semelhantes injunções, originadas da miséria das classes proletárias. E a relutância em volver ao reino se admitiria pela ambição de se arvorar em Piratininga régulo branco dos campos, além da família indígena e mais vantagens com que lhe acenou Martim Afonso se quisesse permanecer onde lhe indicaria para maior serviço del-Rei.

Recomendava o Regimento da expedição o conhecer da terra, como misteriosamente soube o embaixador Zuñiga e o transmitiu à Imperatriz, incumbência de que Martim Afonso tratou assim que chegou ao Rio de Janeiro. A fundação de um pôsto avançado no planalto completaria êsses esforços e facilitaria emprêsas futuras. Nesse sentido, subiu o capitão-mor a serra em companhia de João Ramalho, Antônio Rodrigues e seus índios, a partir do Cubatão pelo rio Perequê até chegar aos campos de Piratininga. Na borda da planura — modo de falar porquanto esta zona se apresentava muito montuosa — situava-se o povoado do português, o que leva supor ali estivesse havia muito tempo. No reduto

a representar o primeiro elo da conquista da região, desenvolveu o fidalgo visitante intensa atividade a fim de organizar aquela guarda avançada dos domínios del-Rei.

Nomeou João Ramalho capitão-mor do Campo, único concessionário de resgates com os índios da zona, a não ser os brancos que obtivessem do dito licença de o imitarem, o que parece precaução para evitar exações danosas contra o silvícola por parte de reinóis, fato comum quando se encontravam entre primitivos. Exemplos no gênero do biscainho justicado por Caboto não deixam dúvidas a respeito, motivo da providência altamente abonatória do modo como o povoador se havia com o gentio local. Dispunha mais, o nôvo funcionário, de um loco-tenente sob as suas ordens, que o ajudaria a manter a região em paz e sòmente lá permitir brancos desde fòssem *“de muita circumspecção e bem morigerados”*.

Os povoadores, seus filhos e afins indígenas, deveriam formar uma vila sob nome Piratininga, ou em Piratininga, ou Piratini, a nove léguas distante de S. Vicente, cálculo que corresponde com bastante fidelidade ao comêço dos campos da mesma designação. Obedecia a tôdas as leis e disposições das congêneres do reino, tal como se procedera em S. Vicente, *“em obra de justiça de que a gente tomou muita consolaçam”*, com celebração de matrimônios segundo os sacramentos da santa fé e garantias de propriedade e a de poder *“investir ou vestir (dirimir?) as enjurias particulares”*, de modo a se tornarem todos os bens da vida *“segura e conversável”*.

Simultâneamente com êsses trabalhos, aproximado o fim da viagem e regresso à pátria, enviou Martim Afonso ao sertão mais um grupo de homens de armas

devidamente acompanhado por índios amigos. Estavam sob comando de Pero de Góis e Rui Pinto, incumbidos de pesquisar pelo paradeiro da precedente expedição demorada além do prazo previsto. A tentativa não surtiu efeito, sem sequer obter vaga notícia dos expedicionários, nessa altura mortos e devorados no rio Iguaçú ao procurar vadeá-lo.

Antes de partir distribuiu Martim Afonso terras para quem as desejasse, segundo as disposições do seu Regimento. Ainda no alto da serra, na povoação recém-fundada, como que a solenizar o ato, foram concedidas a Pero de Góis as terras de Tecoapara e a serra de Taporitepera "*que está da banda aonde nasce o sol*", defronte da ilha de S. Vicente, redigida e registrada por Pero Capico, o mesmo que fôra feitor da tranqueira de S. Aleixo em Pernambuco. Serviu na ocasião de primeira testemunha da escritura o capitão João Ramalho no exercício de suas funções. A segunda testemunha era o povoador Antônio Rodrigues, habitante da praia de Tumiaru e a terceira um homem de armas — Pedro Gonçalves, pertencente a um dos navios da esquadra.

A segunda doação, outorgada a Rui Pinto, era composta das terras do "*pôrto das almadias*" denominado de Santa Cruz — mais tarde Pôrto Velho — onde estavam as canoas que transportavam os viajantes com destino a Piratininga, da ilha para o continente, no início da picada serra-acima, compreendida na doação até chegar aos descaldados do planalto. Essas dadas só teriam valor se fôsem aproveitadas pelos beneficiários no espaço de dois anos. Caso não o fôsem, caducaria a doação e voltariam a ser devolutas. De qualquer modo significavam a tomada de posse definitiva de Portugal onde dantes só havia marcos precários de sua soberania.

Subitamente tinham aparecido no pôrto duas naus chegadas de Lisboa com resposta das notícias que logo ao tocar no Brasil Martim Afonso enviara a el-Rei. Recomendava D. João III, na carta de fins de 1532, muito cuidado com a esquadra sob seu comando à vista do custo "*que com ella se fez e faz*". Deixava ao critério do capitão-mor abreviar ou prolongar a estada na América, "*pela confiança que tinha*", e, ajuntava coisa mais interessante, apesar de que o fidalgo estivesse, como os demais, de olhos tão-só voltados para o tráfico da Índia dadivoso de fama e dinheiro, de que fôra resolvida a divisão do Brasil em capitánias hereditárias. Em consequência, "*antes de se dar a nenhuma pessoa, mandei apartar para vós cem legoas e pera Pero Lopes, vosso irmão, cincoenta, nos melhores limites dessa costa*". Avisava ainda que na Andaluzia tinha sido aprisionada uma nau francesa — *La Pèlerine*, de que tratamos no capítulo dos franceses — cuja tripulação, antes de carregá-la de pau-brasil, destruíra a feitoria de Pero Capico em Pernambuco. Julgara el-Rei de bom aviso prevenir o capitão-mor a fim "*de terdes tal vigia nessas partes por onde estaes, que não possa acontecer nenhum mau recado*".

O primeiro a partir de S. Vicente rumo à Europa foi Pero Lopes, que ao chegar à altura da ilha de S. Aleixo, em Pernambuco, sustentou combate com duas naus francesas, de que uma trazia armas e munições para a feitoria também conquistada por Pero Lopes na mesma ocasião. Na monção de março de 1503 partiu por sua vez Martim Afonso. Deixava alguns homens de armas e artifices em Piratininga e S. Vicente para completarem as medidas que tomara ao fundar aquêles dois povoados. Deviam êles desenvolver-se independen-

temente, apesar de estarem na capitania que lhe doara el-Rei, mercê aparentemente de pouco interêsse para o capitão-mor. O principal era que servisse um povoado de base para escalas das naus da carreira da Índia e, o outro de atalaia das terras onde constava haver ouro e prata, além do fato de que o sul do continente americano dava acesso ao Oriente.

INDICE DE OBRAS INTERESSANTES PARA O ASSUNTO

As Origens

- ALEXANDRE HERCULANO — *História de Portugal*. Paris. 1914.
ALEXANDRE HERCULANO — *O Monge de Cister*. Lisboa. 1913.
ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*. Coimbra. 1922.
ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*.
Coimbra. 1910.
ALMEIDA, Isidoro — *Quarto Livro das Instruções Militares*.
manusc. da Univ. de Harvard.
American Historical Association. Washington.
ANSELMO e PROENÇA — *Bibliographia. Portugal no Século XVI*.
Lisboa. 1926.
ARBER, E. — *The First English Book in America*. Birmingham.
1885.
Arquivo Municipal de Lisboa. Lisboa.
Arquivo Storico Italiano. Roma.
Arquivo Histórico Português. Lisboa.
Arquivo General. Madrid.
ASCÊNCIO, Vicente Leorins — *La Primera Vuelta al Mundo*.
Sevilla. 1903.
AZEVEDO e BAIÃO — *O Arquivo da Torre do Tombo*. Lisboa.
1905.
AZURARA, Gomes Eanes de — *Chronica da Guiné*.
BASTO, Rafael. E. de Azevedo — *Esmeraldo de Situ Orbis* (versa
obra que, segundo Jaime Cortesão e outros, teria aparecido
entre 1505 e 1508. Levillier com mais razão pensa datar
algo mais tarde, 1505-1518).
BAUM, A. — *Die Demarkationslinie Alexanders VI und Ihre
Folgens*. Koeln. 1890.

- BEBIANO, J. Bacellar — *O Pôrto de Lisboa*. Lisboa. 1960.
- BERNALDEZ, Andres — *Historia de los Reyes Catolicos*. Sevilla. 1870-75.
- BERCHET, G. C. — *Fonti Italiane per la storia delle scoperte del Nuovo Mondo*. R. C. Romae. 1892.
- BLAIR e ROBERTSON — *The Philippines Islands 1493-1803*. Cleveland. 1903.
- BOURNE, Ed. Gaylord — *The History and Determination of the line of Demarcation by Alexander the VI*. Washington. 1892 (publ. comemorativa).
- BRANCO, M. Bernardes — *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*. Lisboa. 1889.
- BRITO, J. J. Gomes de — *Noticia de Livreiros em Lisboa no Sec. XVI*. Lisboa.
- Boletim da Academia Portuguesa de Historia*. Lisboa a partir de 1837.
- Boletim do Arquivo Historico Militar*. Lisboa.
- Bullarium Magnum Romanorum*. Luxemburgo. 1727-58.
- BURGER, Konrad — *Die Druecker und Verlaeger in Spanien und Portugal*. Leipzig. 1913.
- BICKER, Julio Firmino — *Indice de Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da India Portugueza fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Oriental desde os principios da conquista até o fim do seculo XVIII*. Lisboa. 1881-87.
- BURNELL, A. C. — *A Tentative List of Books and some manuscs. relating to the History of the Portuguese in India proper*. London. 1880.
- CABRAL, F. A. — *D. João II e a Renascença Portuguesa*. Lisboa. 1915.
- CADDEO, Rinaldo — *Le Navigazione Antiche di Alvise da Ca da Mosto*. Milano. 1828.
- CANESTRINI, Giuseppe — *Relazione Commerciale de Fiorentini có Portuguese*. A. J. S. I. Roma. 1846.
- CANTERA, Francesco — *Abraham Zacut* — Madrid. 1935.
- Cartas de Domênico Pisani à Senhoria de Veneza* (comentadas e editadas por Eugênio do Canto), Coimbra. 1907.
- CARQUEJA, Bento — *O Capitalismo Moderno e suas Origens em Portugal*. Porto. 1908.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes da — *Historia do Descobrimento e Conquistta da India*. Coimbra. 1554.

- CARVALHO, A. P. de — *Das Origens da Escravidão Moderna em Portugal*. Lisboa. 1887.
- CIDADE, Hernani — *Contribuição Portuguesa para a Mundovidência de Quinhentos*. Lisboa. 1951.
- CIDADE, Hernani — *Os Portugueses no Renascimento*. in I. C. E. Luso-Bras. Vanderbilt Univ. 1953.
- COIMBRA, Carlos — *O Infante D. Enrique*. Lisboa. 1938.
- COLUMBUS, Fernandus — *Historiae*. Venezia. 1571.
- CORTESÃO, Armando — *Subsídios para a História do Descobrimto da Guiné e do Cabo Verde*. B. A. G. C. Lisboa. 1931.
- CORTESÃO, Armando — *The Nautical Chart of 1424*. Coimbra. Univ. 1954.
- CORTESÃO, Jaime — *Influência dos Descobrimtos Portugueses na História da Civilização*. H. P. Barcelos. 1932.
- CORTESÃO, Jaime — *Do Sigilo Nacional sobre Descobrimtos* (discutível interpretação em tôrno do segredo mantido pelos portugueses sobre processos e meios de alcançar descobertas marítimas, que, entretanto, não abrangia a notícia dos mesmos, principalmente quanto a Castela com quem Portugal devia dividir o mundo oceânico e interessava-lhe comunicar o achado para colocá-lo nas disposições dos ajustes de Tordesilhas), in revista *Lusitânia*. Lisboa. 1924.
- CRONE, G. R. — *The Voyages of Cá da Mosto* — London. 1937.
- COUTINHO, Gago, almirante — *O descobrimto das Américas*. C. M. N. Lisboa. 1958.
- DENUCÉ, Jean — *Les Origines de la Cartographie Portugaise*. Gand. 1908.
- DIAS, Jorge — *Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa*. in I Col. L. B. Vanderbilt Univ. Nashville. 1953.
- Diccionario de História de Portugal* (ilustrado). Iniciativa Editoriais. Lisboa, em curso de publicação.
- DANTAS, Júlio — *A Era Manuelina*. H. da Col. Port. do Brasil.
- ENCISO — *Summa de Geographia*. 1519. 2.^a ed. Madrid. 1530.
- FEICHEL, Robert — *Der Wtegendruck in Kartenbild*. Wien. 1926.
- FICALHO, Conde de — *Viagem de Pedro da Covilhã*. Lisboa. 1898.
- FONSECA, Quirino da — *A Caravela Portuguesa e a Prioridade Técnica das Navegações Henriquinas*. Coimbra. 1934.

- FORD, J. D. M. — *Letters of John III.* Harvard Univ. Press. Cambridge. U.S.A.
- FRACANZANO DE MONTALBODDO — *Paesi Nuovamente Ritrovati.* Milano. 1517-18.
- FULIN, Rinaldo — *Diarii e Diaristi Veneziani.* Venezia, 1881.
- GALLOIS, L. — *Les Geographes Allemands de la Renaissance.* Paris. 1890.
- GONÇALVES, Júlio, capitão — *Da Finalidade dos Descobrimentos* (filosofia da Ha. Marítima Portuguesa) L.C.G.G. Lisboa. 1949.
- GONÇALVES, Júlio, capitão — *Sobre uma Hermenêutica dos Descobrimentos* (filosofia da H. M. Port.). Lisboa. 1954.
- GOSLIN, J. E. A. — *Le Pouvoir du Pape au Moyen Âge.* Paris. 1845.
- GOTTLOB, Adolf — *Aus der Camera Apostolica der 15 Jahrhunderts.* Innsbruck. 1889.
- GOTTSCALK, Paul — *The Earliest Diplomatic Acts* (trabalho importante para o estudo das Bulas Papais que registravam os descobrimentos e dividiam o resultado por Castela e Portugal, assim como traz correções a Van der Linden e Harisse acerca dessa divisão pelo estudo da Bula *Dudum Siquidem* e análise da sua autenticidade e finalidade), Berlin. 1927.
- GREENLEE, W. Brooks — *The Voyage of Pedro Alvares Cabral.* London. 1938.
- HELL, H. de — *Notice sur plusieurs manuscrits geo. dans quelques Bib. d'Italie.* Paris. 1842.
- HERNAEZ, Francisco Javier — *Collección de Bulas, Breves y otros documentos relativos a la Iglesia de America y Filipinas.* Bruxelles. 1879.
- HERRERA, Antônio de — *Historia General.* Madrid. 1601-15.
- HUEMMERICH, Franz — *Quellen und Untersuchungen zur Fahrt der Ersten Deutschen nach dem Portugiesischen Indien* (a leitura desta obra levou Capistrano de Abreu a discordar com acêrto de Candido Mendes e corrigi-lo a respeito dos componentes da tripulação de Cabral na sua primeira viagem à Índia), Muenchen. 1922.
- HUEMMERICH, Franz — *Die Erste Handelsfahrt nach Indien.* Muenchen. 1922.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo* (magnífica publ. a completar a H. da Col. Portuguesa no Brasil). Lisboa. 1938-45.

- JANE, VIGNERAS and SKELTON — *Journal of C. Columbus* — London. 1960.
- JONG, Marcus de — *Década Quinta da Ásia (texto inédito da)* de Diogo do Couto. J. A. C. Coimbra. 1937.
- KELLY, J. Fitzmaurice — *A History of Spanish Literature*. New York. 1902.
- KIMPLE, G. — *Geography in the Middle Ages*. London. 1938.
- KOHL, J. G. — *Die beiden ältesten General Karte von Amerika*. Weimar. G. I. 1860.
- KRETSCHMER, Konrad — *Die Entdeckungs Amerika*. Berlin. 1892.
- LELEWEL, J. — *Geographie du Moyen Âge* — Bruxelles. 1852.
- LEJEUNE, Prof. — *Contribuição de Portugal para a Hist. da Medicina*. J. C. H. E. P. M. Lisboa. 1938.
- LOLLIS, Cesare de — *Cristoforo Colombo* (com Pref. de R. Almagiá), Roma. 1931.
- LÔBO, A. Costa — *Ha. da Sociedade em Portugal no Século XV*. Lisboa. 1903.
- LANGLOIS, C. — *La Connaissance de la Nature et du Monde au Moyen Âge*. Paris. 1911.
- MANOEL II — *Catalogue of a Collection of Early Portuguese Books*. London. 1920-32.
- MARTENS, G. F. — *Recueil des Principaux Traités*. Goetingen. 1817-31.
- MARTINS, J. F. — *O Misticismo Religioso ao serviço da Expansão e do Domínio Português no Oriente*. Lisboa. 1938.
- MARTINS, Oliveira — *História de Portugal*. Lisboa. 1894.
- MORISON, S. Eliot — *Portuguese Voyages*. Cambridge. 1940.
- MORAIS, J. Custódio de — *Denominação de Coordenadas Geográficas no Oceano Índico pelos Pilotos Portugueses e Pilotos Árabes no Princípio do Século XVI*. Univ. de Coimbra. 1960.
- NUNES, Pedro — *Tratado da Sphera* (edit. e comen. por Joaquim Bensaude). Muenchen. 1915.
- OSORIO, Jeronymo — *Vida del-Rey D. Manoel*. Lisboa. 1804.
- PASTOR, L. — *Geschichte des Papste*. Freiburg. 1901-9.

- Prince Henry The Navigator. Exp. de Docts. no British Museum.* Londres. 1960.
- PERAGALLO, Próspero — *Cenni intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei secs. XIV, XV, e XVI.* Torino. 1904.
- PERAGALLO, Próspero — *Carta del Rei D. Manoel ao Rei Catholico (in apêndice Relação Analogo de Lunardo da Cha Masser e dois documentos de CANTINO e PASQUALIGO).* Lisboa. 1892.
- PERAGALLO, Prospero — *I Pallastrelti di Piacenza in Portogallo.* Genova. 1898.
- PELLIZZARI, Achile — *Portogallo e Italia nel Secolo XVI.* Napoli. 1914.
- Primeiro Congresso de Ha. da Exp. Portuguesa no Mundo.* Lisboa. 1937-38.
- Privilegium de Diplomatum Romanorum Pontificem.* Roma. 1738-45.
- REBELO, J. I. Brito — *Livro de Marinharia.* Lisboa. 1903.
- REIS, Pedro Batalha — *O Conhecimento do Brasil no Século XV (tese sôbre o segredo mantido pelos portuguezes sôbre descobrimentos assim como conhecimentos anteriores a Cabral acêrca da América).* I. C. H. E. P. M. Lisboa. 1937.
- REUMONT, Alfred von — *Beitrag zur Italienischen Geschichte.* (versa a diplomacia da Cúria Romana e Estados Italianos do século XIII a XVI). Berlin. 1855-57.
- REVELLI, Paolo — *Terra d'America e Archivi d'Italia.* Milano. 1926.
- Relazioni agli Ambasciatori Veneti al Senato.* Firenze. 1839-62.
- Revue d'Historie des Colonies.* Paris.
- Revue Hispanique.* Paris.
- REPARAZ, Gonzalo de — *Los Indios Espanoles.* A. J. H. S. Paris. UNESCO. 1949.
- RICARD, R. — *Le Chevalier d'Oliveira et Leonce l'Africain.* M. W. M. Paris. 1950.
- RICARD, R. — *Les Problèmes de la Decouverte du Brésil.* B. H. Paris. 1923.
- RONCIÈRE, Ch. de la — *La Decouverte de l'Afrique au Moyen Âge.* Caire. 1925.
- RONCIÈRE, Ch. de la — *Les Navigations Françaises au XV Siècle.* Paris. 1896.
- ROSSBACH, Hugo — *Das Leben und die Politisch — Kirchliche Wirksamkeit.* Barcelona. 1892.

- SANTAREM, visconde de — *Quadro Elementar*. Lisboa. 1842-58.
- SÁ, Aytes de — *Frei Gonçalo Velho*. Lisboa. 1899.
- SHAEFFERS, Heinrich — *Geschichte von Portugal*. Hamburg. 1838-54.
- SCHMITZ-KALLENBERG, L. — *Practica Cancellariae Apostolicae Saeculi XV exeuntis*. Muenster. 1904.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *Astronomia Náutica na Época dos Descobrimentos Marítimos*. R. H. S. Paulo. 1960.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *O Descobrimento do Brasil*. R. H. S. Paulo. 1960.
- SOUSA, T. O., Marcondes de — *O Infante D. Enrique*. São Paulo.
- SPRENGEL, M. C. — *Ueber die Ribeiros Altesten General-Karte von Amerika*. Weimar V. I. C. 1795.
- STANLEY, M. H. — *A Description of the Coast of East Africa and Malabar in the beginning of the sixteen century*. London H. S. 1886.
- SCHWALBACH, Luís — *Uma Epopeia*. Lisboa. 1935.
- SUPAN, Alexander — *Die Territoriale Entwicklung der Euro-peische Kolonien*. Gotha. 1906.
- SILVA, Gentil da — *Contratos da Trazida de Drogas no Século XVI*. Lisboa R. F. C. 1938.
- TRIAS, Rolando A. Laguarda — *Comentarios Orígens Nav. Astronomica*. Madrid. 1959.
- TICKNOR, George — *History of Spanish Literature*. Boston. 1872.
- VIDAGO, J. — *Conceito da Palavra Descobrimento no sec. XVI*. R. Vértice. Coimbra.
- Viagens de Abu Abdalah* (trad. por J. de S. A. MOURA). Lisboa. 1840-55.
- Viages de Extranjeros por España y Portugal en los Stglos XV, XVI y XVII* (col. de Javies de Liske. Trabalhos de vários autores traduzidos por F. R.). Madrid. 1879.
- VITERBO, Sousa — *Trabalhos Náuticos*. Lisboa. 1890.

A Casa da Índia

- ABREU, Miguel Vicente d' — *Narração da Inquisição de Goa por Dellon*. Nova Goa. 1866.
- Agência Geral de Ultramar*. Lisboa.

- ALBUQUERQUE, Afonso de — *Cartas*. Lisboa. 1884-1915.
- ALMEIDA, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal*. Coimbra. 1910.
- ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*. Coimbra. 1922.
- ALMEIDA, Isidoro — *Quarto Livro das Instruções Militares da Índia*. B. A. H. M. Harvard.
- Alguns Documentos da Torre do Tombo*. Lisboa. 1892.
- Anais das Bibliotecas e Arquivos*. Lisboa.
- Archivio Storico Italiano*. Firenze.
- Arquivo Português Oriental*. Nova Goa. 1857-76.
- Arquivo Histórico de Lisboa*. Lisboa.
- Arquivo Histórico Português*. Lisboa.
- AZEVEDO, João Lúcio d'Azevedo — *Épocas de Portugal Económico*. Lisboa. 1929.
- AZEVEDO, João Lúcio d'Azevedo — *Novas Epanáforas*. Lisboa. 1932.
- BEBIANO, J. Bacelar — *O Pôrto de Lisboa*. Lisboa. 1960.
- BAIÃO, Antônio — *Afonso d'Albuquerque*. Lisboa. 1913.
- BALLARD, G. A. — *Rulers of the Indian Ocean*. London. 1927.
- BICKER, Júlio Firmino — *Índice da Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia Portuguesa fez com os Reis e Senhores com quem, teve relações nas partes da Ásia e África Oriental desde os principios da conquista até o fim do seculo XVIII*. Lisboa. 1881-87.
- BENSAUDE, Joaquim — *Les Legendes Allemandes sur les Découvertes*. Genève. 1917-20.
- Boletim da Academia Portuguesa de Historia*. Lisboa a partir de 1937.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa.
- Boletim da Academia de Ciências de Lisboa*.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (a despeito da designação específica esta utilíssima e esclarecidíssima revista traz abundantes informes históricos e políticos sobre acontecimentos remotos assim como recentes sobre colónias e a sua história). Lisboa.
- BRANCO, Manoel Bernardes — *Portugal e os Estrangeiros*. Lisboa. 1873.
- BRANCO, Manoel Bernardes — *El Rei D. Manoel*. Lisboa. 1888.
- Bulletin de la Société Géographique d'Anvers*. Anvers.
- BROU, Alexandre, P. — *De Lisbonne a Goa au XVI Siècle*. Revista Etudes. 1908.

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de — *Historia do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portuguezes*. Lisboa. 1833.
- CARQUEJA, Bento — *O Capitalismo Moderno e suas Origens em Portugal*. Pôrto. 1908.
- Capitoli di una Lettera che scrivi Giovanni da Empoli*. A. S. J. Firenze. 1846.
- CARVALHO, J. M. Teixeira de — *Garcia da Orta* in R. Un. de Coimbra. Coimbra. 1914.
- Cartas de D. João de Castro*, coligidas por Elaine SANCEAU. Lisboa. 1954.
- Comentarios de Afonso de Albuquerque*. Lisboa. 1774.
- CORDEIRO, Luciano — *Questões Histórico-Coloniais*. Lisboa. 1938.
- CORREIA, Gaspar — *Lendas da Índia*. Lisboa. 1858.
- CORREIA, A. A. Mendes — *A Cultura Portuguesa na África e no Oriente*. A. C. L. B. Vanderbilt. Nashville. 1953.
- CORREIA, F. A. — *O Comércio em Portugal no Século XVI*. B. G. C. ano IX. Lisboa.
- CORTESÃO, Jaime — *O Império Português no Oriente*. H. P. Barcelos. 1932.
- CORDIER, H. — *L'Arrivée des Portugais en Chine*. Leyde. 1911.
- COUTO, Diogo do — *Soldado Prático da Índia*. Lisboa. 1790.
- COUTO, Diogo do — *Observações sobre as Causas da Decadência dos Portuguezes na Índia*. Lisboa. 1790.
- COUTO, Diogo do — *Fala que fez... em nome da Camera de Goa a André Furtado entrando por governador da Índia*. M. P.
- CUNHA, Gerson da — *Contribuições para o Estudo da Numismática Indo-Portuguesa* (com indicações sobre a evolução econômica dos domínios coloniais portugueses no Oriente). A. G. U. Lisboa. 1955.
- DANTAS, Júlio — *A Era Manuelina*. H. C. P. B. Pôrto. 1922.
- DANVERS, F. C. — *The Portuguese in India*. London. 1894.
- DELBOSC, R. Fouché — *Bibliographie des Voyages en Espagne et Portugal*. Paris. 1896.
- EHRENBERG, R. — *Capital and Finance* (com observações sobre a formação de capitais europeus em empresas colonialistas). London. 1928.
- FALCÃO, Figueiredo — *Livro de Toda a Fazenda*. Lisboa. 1889.

- FELNER, R. J. de Lima — *A Decada XIII da Ha. da Índia*. Lisboa. 1876.
- FERGUSON, Donald — *Letters from Portuguese Captives in Canton*. J. A. Bombay. 1902.
- FICALHO, Conde de — *A Pimenta Malagueta*. A. S. L. Lisboa.
- FICALHO, Conde de — *Garcia da Orta e o seu tempo* (onde ocorre a significativa opinião dos potentados da Índia, os quais julgavam a navegação “atividade própria de mercadores”). Lisboa. 1886.
- FICALHO, Conde de — *Coloquios dos Simples e Drogas da Índia*. Lisboa. 1895.
- FORD, J. M. D. — *Letters of D. João III*. Univ. Press. Harvard. Mass. 1931.
- FREIRE, A. Braamcamp — *Emmentia da Casa da Índia*. B. S. G. Lisboa. 1907.
- GOES, Damião de — *Chronica do Principe D. João*. Lisboa. 1567.
- GOMES DE BRITO — *Historia Tragico Maritima*. Lisboa. 1735.
- História da Colonização Portuguêsa do Brasil* — Pôrto. 1921-24.
- HUEMMERICH, Franz — *Vasco da Gama* (investigação sobre o começo do colonialismo luso no Extremo Oriente). Muenchen. 1898.
- Indice Chronologico das Navegações... dos Portuguezes*. Lisboa. 1841.
- Instituto Português em Hong Kong*.
- JESUS, C. A. Montalto de — *Historic Macau*. Hong Kong. 1902.
- JONG, M. de — *Relações entre Portugal e a Holanda*. Biblos X. 1934.
- Journal de la Societé des Americanistes de Paris*. Paris.
- LAGÔA, Visconde de — *Grandes e Humildes na Epopéia Portuguêsa do Oriente* (obra incompleta). Lisboa. 1942.
- LEJEUNE, Prof. — *Contribuição de Portugal para a História da Medicina*. R. F. L. Lisboa. 1938.
- LANNOY, Charles de — *L'Expansion Colonial du Portugal*. Bruxelas. 1908.
- Legge del Re di Portogallo sopra la tratta del Pepe, Drogheria e Mercantie delle Indie*. Firenze. 1571.
- LIPPMANN, Ed von — *Geschichte des Zuckers*. 2.^a ed. Berlin. 1929.
- Lusitania*. Revista. Lisboa.

- MAURO, Prof. Frédéric — Os trabalhos dêste ilustre professor da Universidade de Toulouse sôbre Comércio de Portugal no Século 17 podem ser aproveitados pelo seu valor e excelência de documentação em períodos anteriores como êste de que tratamos.
- MELLO, F. de Pina e — *A Conquista de Goa por Afonso de Albuquerque*. Coimbra. 1759.
- MÉRY, Leopold — *La Domination Portugaise aux Indes Orientales au XVI Siècle*. Tours. 1863.
- Memorias e Documentos da Real Academia de Historia*. Lisboa.
- MÚRIAS, Manoel — *Portugal e o Tráfico da Escravatura*. Lisboa. 1938.
- NAGAOKA, M. H. — *Histoire des Relations du Japon avec l'Europe au XVI et XVII Siècles*. Paris. 1905.
- Nouveaux Mélanges Asiatiques*. Paris. 1829.
- O Mundo Português*. Revista. Lisboa.
- PANIKKAR, K. M. — *Malabar and the Portuguese*. Bombay. 1929.
- PERES, Damião — *História Monetária de D. João III*. A. P. H. Lisboa. 1959.
- PERES, Damião, e outros — *História de Portugal*. Barcelos. 1932.
- PERAGALLO, Próspero — *Cenni intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI*. Torino. 1904.
- PERAGALLO, Próspero — *Carta de El Rei D. Manoel aos Reis Catholicos*. Lisboa. 1882.
- PIERIS, Paulus, und FITZLER, M. A. H. — *Ceylon und Portugal*. Leipzig. 1927.
- PINA, Luís de — *As Ciências na História do Império Colonial Português* (séculos XV a XIX). A. F. C. Pôrto. 1945.
- PELLIZZARI, Achile — *Portogallo e Italia nel Secolo XVI*. Napoli. 1914.
- Portugal e o Século XVI. Lets sobre Navegação e Possessões do Império*. Lisboa. 1943.
- Primeiro Congresso da Ha. da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa. 1937-38.
- PURCHAS — *Pilgrinnes*. London. 1625.
- QUINTELA, Ignacio da Costa — *Annaes da Marinha Portugueza*. Lisboa. 1839-1840.

- Raccolta Colombiana*. Roma. 1892-96.
- REBELLO, J. S. Brito — *Livro de Marinharia*. Lisboa. 1903.
- ROMAIN, S. — *Storia Documentata de Venezia*. Venezia. 1855.
- ROSS, E. — *The Portuguese in India and Arabia, Between 1507 and 1517*. London. 1921.
- SAINTE CROIX, Felix Renouard de — *Voyage aux Indes Orientales* (o autor trata da fundação de Macau). Paris. 1810.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de — *Pero da Covilhã*. Lisboa. 1936.
- SANCHES, A. N. Ribeiro — *Origem da Denominação de Christão Velho e Christão Novo em Portugal* (manuscrito pub. por Raul Rêgo). Lisboa. 1956.
- SANTARÉM, Visconde de — *Quadro Elementar das Relações etc...* Lisboa. 1858.
- SANUTO, Marino — *I Diarii*. Venezia. 1880.
- SCHULLER, Rudolph — *The Oldest Known Illustration of South Americans Indians*. J. S. A. P. 1924.
- SCOPOLI, G. — *Relazione de Leonardo da Cá Masser alla Serenissima Republica di Venezia*. A. S. I. Firenze. 1846.
- SILVA, Gentil da — *Contratos da Trazida de Drogas no Século XVI*. R. F. L. Lisboa. 1949.
- SILVA, Marinho — *O Sentido do Imperialismo Português*. Lisboa. 1942.
- SOUSA, Ayres de — *Garcia da Orta e a India*. J. M. Lisboa. 1955.
- SOUSA, Manoel Faria e — *Asia Portuguesa*. Lisboa. 1666.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *O Infante D. Henrique e a Escola de Sagres*. São Paulo.
- Subsidios para a Historia da India Portuguesa*. C. S. M. Academia Real de Sciencias Moraes. P. e B. L. (dirigido por Rodrigo José de Lima Felner). 1868.
- SOVERAL, Visconde (depois Marquês) de — *Apontamentos sobre as Antigas Relações Politicas e Commerciaes de Portugal com a Republica de Veneza*. Lisboa. 1893.
- TENNANT, James — *Ceylon*. London. 1859.
- UITERDIJK, Nanninga — *Aen Kampfer Handelshuis te Lissabon*. den Haag. 1703.
- VARTHEMA, Ludwig van — *Itinerario*. Roma. 1510.
- VITERBO, Sousa — *Trabalhos Nauticos de Portuguezes*. Lisboa. 1890.

WHITWAY, R. S. — *The Rise of Portuguese Power in India*.
Westminster. 1899.

Vespúcio

ALMEIDA, Luis Ferrand de — *Vespúcio e o Descobrimento do Rio da Prata*. Coimbra. 1955.

ALMEIDA, Candido Mendes de — *Notas para a H. Patria*, in R. I. H. e G. Bras. (o autor trata de trechos das cartas de Vespúcio relativos a denominações de territórios em cartas geográficas). Rio. 1876.

Arquivo General de India. Madrid.

AVEZAC, A. P. d' — *Les Voyages de Americ Vespuce*. Paris. 1858.

AVEZAC, A. P. d' — *Martin Illacomillus*. Paris. 1867.

BANDINI, A. M. — *Vita e Lettere di Amerigo Vespucci*. Firenze. 1845.

BANDINI, A. M. — *Ragionamento intorno alla Vita di A. V.* Firenze. 1754.

BARBOSA, Antônio — *L'Astronomie Nautique au Portugal pendant les Decouvertes*. R. H. M. Paris. 1839.

BARBOSA, A. — *Origem e Evolução da Cartografia Náutica Portuguesa na Epopéia dos Descobrimentos*. Lisboa R. O. 1938.

BERCHET — *Trabalhos in Raccolta Colombiana*, Marino Sanuto e Fonti Italiane. V. Colombiana.

BONI, Conte Gio. Batt. Baldelli — *Il Millione*. Firenze. 1827.
Bulletin Hispanique. Paris.

CANOVAI, padre Estanislao — *Elogio d'Amerigo Vespucci*. Modena. 1790.

CANOVAI, padre Estanislao — *Vtaggi d'Amerigo Vespucci*. Firenze. 1817.

CARVALHO, Rômulo de — *Posição Historica da invenção do Nônio de Pedro Nunes*. Rev. Palestra.

CASAL, padre Ayres do — *Chorographia do Brazil*. Rio de Janeiro. 1817.

Collecção de Noticias para a Ha. das Nações Ultramarinas. Lisboa. 1812-56.

COLOMBO, Ezio — *Amerigo Vespucci e Vicente Yanez Pinzon*. Milano. 1876.

- CORTESÃO, Jaime — *A Expedição de Pedro Alvares Cabral*. Lisboa. 1922.
- CRONE, G. R. — *The Voyages de Cá da Mosto*. London. 1937.
- DENUCÉ, Jean — *Les Origines de la Cartographie Portugaise*. Gand. 1908.
- DERBY, Orville — *Os mapas mais antigos do Brasil*. R. I. H. G. de São Paulo. VII. 1902.
- DIAS, C. Malheiro — *A Expedição de 1501*. H. C. P. B. Pôrto. 1922.
- DIAS, Carlos Malheiro — *A Expedição de 1503*. id. id. *Die Weltkarten Waldseemuellers*. Innsbruck. 1903.
- Documents relating to Vespuccios*. New York. 1879. Magazine of American Studies.
- DURO, Cesareo Fernandez — *La Marina de Castilla*. Madrid. 1894.
- EDEN, Richard — *The Decades of the Newe Worlde*. London. 1555.
- EHRLE, Franz — *Der Historisches Gehalt der Paepstlichen Abteilung auf der Weltausstellung*. Freiburg in Brisgau. 1893.
- ENCISO, M. F. de — *Summa Geographica*. Sevilla. 1519.
- ERRERA, Carlo — *L'Epoca delle Grande Scoperte*. Milano. 1926.
- España Sagrada*. Florez. Madrid. 1747-1879.
- FERRARO, Gustavo — *Relazione delle Scoperte del 1492 al 1506*. Bologna. 1875.
- FERRAZ, A. L. Pereira — *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro. 1831.
- FUMAGALLI, Giuseppe — *Bibliografia su Paolo Toscanelli e Amerigo Vespucci*. Firenze. 1898.
- GALVÃO, Antônio — *Tratado dos Descobrimentos Antigos e Modernos*. Lisboa. 1563 (nesta obra de caráter mais histórico do que técnico, a despeito do título, alude à viagem de 1501 tal como vem descrita por Vesúcio, pôsto não mencione os nomes dos expedicionários, balda comum na época, praticada por Vesúcio, segundo costume geral).
- GALLOIS, Ernest — *Une Nouvelle Carte Marine du XVIIe. Siècle. Le Portulan de Nicolas de Canerio*. Lyon. 1889.

- HAFKEMEYER, T. B. — *As Principaes Representações Cartographicas da Costa Brasileira nos Tres Primeiros Lustros depois da Descoberta*. Rio Grande do Sul. 1909.
- HAMY, E. T. — *Note sur la Mappemonde de Diego Ribeiro*. Paris. 1887.
- HARISSE, H. — *Cartographia Americana Vetustissima*. Paris. 1892.
- HARISSE, H. — *Bibliotheca Americana Vetustissima*. New York. 1866.
- HARISSE, H. — *id. id. Addenda*. Paris. 1872.
- HARISSE, H. — *The Discovery of North America*. London. 1892.
- HELL, H. de — *Notice de plusieurs manuscrits géographiques inédits dans quelques Bibliothèques d'Italie*. B. S. G. Paris. 1847.
- História da Colonização Portuguesa do Brasil* (magnífico repatório de informações sobre descobrimentos na América do Sul, obra tornada clássica no assunto, resistente ao desgaste do tempo que num período entre dez e vinte anos, no geral, esmaece o interesse de investigações historiográficas, exceção no caso decorrente do cuidado extremo havido na sua feitura, apesar de menos feliz na crítica de fatos e nas conclusões por demais impregnadas do estreito nacionalismo do século 19, tornado totalmente aberrante depois da guerra universal de 1939-45). Pôrto. 1922-24.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de — *Visão do Paraíso*. São Paulo. 1959.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de — *Contribuição vária, na História Geral da Civilização Brasileira*. S. Paulo. 1959.
- LEITE, Duarte — *Descobridores do Brasil*. Pôrto. 1931.
- HUGUES, Luigi — *Le Vicende del Nome America*. Torino. 1898.
- HUMBOLDT, Alexandre — *Examen Critique*. Paris. 1836-39.
- ISPIZUA, Segundo de — *Los Vascos en America* (diatribe de valor duvidoso contra Vespúcio). Barcelona.
- ISPIZUA, Segundo de — *Historia de la Geografia y de la Cosmografía* (trabalho igualmente contrário a Vespúcio). Madrid. 1922.
- Indice Chronologico das Navegações Portuguezas*. Lisboa. 1841.
- LASTRI, Marco — *Elogio d'Amerigo Vespucci*. Firenze. 1787.
- LEVILLIER, Roberto — *America la Bien Llamada* (reivindicação a favor das glórias vespucianas, acompanhada de críticas por vêzes severas contra seus diminuidores, assim como

- retificações a excessos nativistas por parte, entre outros, de Joaquim Bensaude e Armando Cortesão). Buenos Aires. 1948.
- LEVILLIER, Roberto — *En Defensa de Vespúcio y de la Verdad Histórica* (com o mesmo desígnio que o trabalho precedente o tópicos semelhantes). Buenos Aires. 1954.
- Livro de Marinharia de João de Lisboa* (publ. e comentado por J. J. Brito Rebello). Lisboa. 1903.
- LEITE, Duarte — *Os Descobridores do Brasil*. Pôrto. 1931.
- MADRIGNANI, a. — *Itinerarium Portugallensium*. Milano. 1508.
- MAGNAGHI, Alberto — *Amerigo Vespucci*. Roma. 1924.
- MAGNAGHI, Alberto — *Il Planisfero del Re*. Torino. Firenze. Otto Lange. 1928.
- MARIANA, padre Juan de — *Historia General de España*. Madrid. 1841.
- MARKHAM, Sir Clement — *The Letters of Amerigo Vespucci* (libelo hoje superado contra o navegador florentino). H. S. vol. XIV. London. 1894.
- MARGALHO, Pedro — *Phisices Compendium*. Salamanca. 1520.
- MASSETTI I. e SMITH, M. H. — *La Vita de Amerigo Vespucci a Firenze*. Firenze. 1903-4.
- MORAIS, J. Custódio de — *Determinação de Coordenadas Geo. no Oceano Índico pelos Pilotos portugueses e Pilotos Arabes no princípio do Século XVI*. Univ. de Coimbra. 1960.
- Mostra Colombiana e Americana della Reale Biblioteca Estense* (publ. e comentada por Domênico Fava e Carlo Montagnini). Modena. 1925.
- MUÑOZ, Juan Baptista — *Historia del Nuevo Mundo* (infensa a Vespúcio, todavia divulga dois documentos que de vez estabelecem a data da morte do navegador e o nome da sua viúva). Madrid. 1798.
- MURRIS, Oswald — *Der Behain Globus zu Nurnberg*. A. Bonn und Berlin. 1943.
- NAVARRETE, Martin Fernandes de — *Collección de Viajes*. Madrid. 1822 (nova ed. 1858).
- NAVARRETE, Martin Fernandes de — *Dissertación sobre Historia de la Nautica*. Madrid. 1846.
- NORDENSKIOELD, Erland — *Periples*. Stockholm. 1897.
- NORDENSKIOELD, Erland — *Sydamerika, Kampen on Guld och Silver 1498-1600*. Stockholm. 1919.

- NORTHUP, G. Tyler — *Vespucci Reprints*. P. U. P. 1916.
- NUNN, George E. — *The Mappemonde of Juan de la Cosa*.
Jenkintown. 1934.
- O *Mundo Português*, revista, Lisboa.
- OLSEN, O. — *La Conquête de la Terre*. Paris. 1933.
- PERAGALLO, Prospero — *Carta del Rei D. Manoel ao Rei Catholico*
(trad. e anotado por P. P. e in apêndice Relação Análoga
de Lunardo da Cha Masser, mais dois documentos de
Cantino e Pasqualigo). Lisboa. 1892.
- PERAGALLO, Prospero — *Cenni intorno alla colonia italiana in
Portogallo nei secoli XIV, XV e XVI*. Torino. 1904.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves — *Cartas de Americo Vespúcio*.
B. S. Geo. Lisboa. 1921.
- PEREIRA, Duarte Pacheco — *Esmeraldo de Situ Orbis* (pub. por
E. de A. Basto). Lisboa. 1892.
- PESCHEL, Oscar — *Geschichte der Zeithalters der Entdeckungen*.
Stuttgart. 1858.
- PERES, Damião — *Américo Vespúcio e a Exp. de 1501-2*.
Pôrto. 1949.
- PIMPÃO, A. J. da Costa — *A historiografia Oficial e o Sigilo sôbre
Descobrimientos* (sempre a mesma imprecisão de autores
portuguêses acêrca do segrêdo a respeito de meios de
conseguir descobertas e a sua publicidade a fim de regis-
trá-las de acôrdo com tratados internacionais). Lisboa.
1938.
- POMBO, J. F. da Rocha — *História do Brasil*. Rio. 1906.
- RAMUSIO, Gio. Bat. — *Delle Navigazione*. Venezia. 1563.
- RAVENSTEIN, G. — *Martin de Behain. His Life and his Globe*.
London. 1908.
- Reale Instituto Veneto* (anais e publicações referentes a viagens
o pilotos vênetos e de outras regiões nos séculos 15 e 16).
Veneza.
- Real Academia de História*. Madrid.
- Revista de História* (dir. pelo Prof. Simões de Paula). São
Paulo.
- RICARD, Robert — *Les Problemes de la Decouverte du Brésil*.
B. H. Paris. 1923.
- REVELLI, Paolo — *Terra d'America e Archivi d'Italia*. Milano.
1926.

- RIO BRANCO, Barão do — *Atlas annexe au Memoire*. Paris. 1899.
- ROSTAGNO, prof. Enrico — *Indice della mostra Storica de Geografia*. R. B. Firenze. 1923.
- RUGE, Sophus — *Die Entwicklung der Kartographie von America*. Gotha. 1892.
- RUGE, Sophus — *Geschichte des Zeithalters der Entdeckungen*. Berlin. 1881.
- SAND, George — *Un Hiver a Majorque* (neste livro de lembranças ocorre o episódio narrado pela autora, em que presenciou a destruição do portulano de Valsequa (cf. pág. 192 desta obra) o mesmo cartógrafo que tanto interessava Vespúcio e cujos mapas o florentino não hesitava em pagar caríssimo a despeito das suas aperturas financeiras). Paris. 1842.
- SANTAREM, Visconde de (Manuel Francisco de Barros e Souza Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa) — *Notice sur les Decouvertes*. Paris. 1845.
- SANTAREM, Visconde de — *Waldseemueller*. Paris. 1866.
- SANTARÉM, Visconde de — *Corpo Diplomatico Portuguez*. Paris. 1845.
- SILVA, Luciano Pereira da — *A Arte de Navegar dos Portugêses*. Pôrto. 1922.
- SILVA, Luciano Pereira da — *Duarte Pacheco Pereira precursor de Pedro Álvares Cabral*. Pôrto. 1921.
- SILVA, Luciano Pereira da — *Pedro Nunes espoliado por Alonso de Santa Cruz in Lusitania*, revista, Lisboa. 1902.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *A Astronomia Náutica na Época dos Descobrimentos Maritimos*. R. H. São Paulo. 1960.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *Ecos do IV Congresso de H. Nacional*. R. H. São Paulo. 1960.
- SOUSA, T. O. Marcondes de — *A Expedição Portuguesa ao Brasil de 1501*. R. H. São Paulo. 1960.
- S. FILIPO, Amat de — *Recenti Ritrovamenti de Carte Nautiche in Parigi, Londra e Firenze*. in Bol. Soc. Geo. Italiana. Roma. 1888.
- THOMASSY, R. — *Les Papes, la Geographie et la Cartographie du Vatican*. Paris. 1852.
- TRUBENBACH K. e SARNOW E. — *Mundus Novus*. Strasburg. 1903.
- UZIELLI, Gustavo — *Vita de Vespucci scritta da A. M. Bandini*. Firenze. 1898.

- UZIELLI, G. — *Notes et Documents concernant les rapports entre l'Italie et L'Amérique*. Florence. 1893.
- UZIELLI, G. — *L'Alba della Scoperta del America*. Roma. 1893.
- UZIELLI G. e Amat de S. Filippo — *Mappamondi, carte nautiche, ecc, dei sec. XII sec. XVII*. Roma. 1882.
- UZIELLI, G. — *L'Epistolario Colombo Toscanelliano*. B. S. G. I. Roma. 1889.
- Van der Nieuwer Welt ost Landscap*. Antwerpen. 1508.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Vespuce et son Premier Voyage*. Paris. 1858.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Segond Voyage de Vespuce*. Paris. 1858.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Nouvelles Recherches*. Vienne. 1869.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Amerigo Vespucci, son Caractere ses Écrits*. Lima. 1865.
- VARNHAGEN, F. A. de — *J. Schoener et P. Appianus* — Viena. 1872.
- VARNHAGEN, F. A. de — *História do Brasil*, 3.^a ed. integral. S. Paulo.
- VIGNAUD, Henry — *Americ Vespuce*. Paris. 1917.
- VIGNAUD, H. — *La Lettre et la Carte de Toscanelli*. Paris. 1901.
- VITERBO, Sousa — *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes nos sec. XVI e XVII*. B. S. G. L. Lisboa. 1890.
- WARMINGTON, E. — *Ancient Explorers*. London. 1829.

Os Franceses

- ALFONSE, Jehan — *La Cosmographie*. Paris. 1904.
- ALFONSE, Jehan — *Voyages* (publi. por Mellin de Saint Gellais). *Annaes Maritimos e Coloniaes*. Lisboa.
- BREARD, Charles — *Notes sur la Famille du Capitaine de Gonneville*. Rouen. 1885.
- BREARD, Ch. et Paul — *Documents Relatifs a la Marine Normande au XVI et XVII^e Siècles*. Rouen. 1899.
- BARBOSA, A. — *Origem e Evolução da Cartografia Náutica Portuguesa dos Descobrimientos*. R. O. Lisboa. 1938.
- BARBOSA, A. — *Defesa das Glórias Nacionais no Estrangeiro* (típico trabalho impregnado de todos os prejuízos e pre-

- conceitos e mesquinhas do nacionalismo do “Estúpido Século 19”, remanescente em pleno século 20 na pequena burguesia européia em geral e na lusitana em particular). Coimbra. 1929.
- BARBOSA, A. — *Elementos de Cosmografia, Instrumentos Astro-nômicos e Náuticos. Sua História, Descrição e Uso* (trabalho útil e bem elaborado como muitas vezes sucede a eruditos da classe burguesa estreitamente nacionalista desde não tentem a crítica histórica e se limitem à erudição de textos). Coimbra. 1926.
- Bulletin Hispanique.* Paris.
- CALMON, Pedro — *História do Brasil.* Civilização Brasileira. S. Paulo. 1933.
- Catalogue des Actes de François I.* Paris.
- CARVALHO, M. E. Gomes de — *D. João III e os Franceses.* Lisboa. 1909.
- CHINARD, Gilbert — *L'Exotisme Americain.* Paris. 1911.
- CHINARD, G. — *L'Amerique et le Rêve Exotique.* Paris. 1913.
- CAESARIENSIS, Eusebii — *Episcopi Chronicon.* Paris. 1512.
- D'AILLY, Pierre — *Ymago Mundi.* Louvain.
- D'AVEZAC, *Relation Authentique.* Paris. 1867.
- DENIS, Ferdinand — *Une Fête Bresilienne à Rouen.* Rouen. 1851.
- D'Education du Somptueux Ordre* (descrição da entrada de Henrique II em Rouen por uma testemunha de vista). Rouen. 1551.
- FRÉVILLE, Ernest de — *Memoire sur le Commerce Maritime de Rouen.* Rouen. 1872.
- GAFFAREL, P. — *Jean Anjo.* B. S. N. G. Rouen. 1889.
- GAFFAREL, P. — *Histoire du Brésil Français au Sezieme Siècle.* Paris. 1876.
- GAFFAREL, P. — *Les Decouvreurs Français aux XIV et XV Siècles.* Paris. 1888.
- GAILLARD, E. — *Histoire de François I.* Paris. 1819.
- GUIBERT, E. — *Memoires... de la Ville de Dieppe.* Dieppe.
- GOSSELIN, C. — *Documents Authentiques.* Rouen. 1876.
- GUENIN, A. — *Recueil de Lettres Inedites de Marguerite d'Angoulême, Reine de Navarre* (ilustrativos dos escaminhos da côrte onde os embaixadores de Portugal exerciam intensa

- corrupção de fidalgos, personagens influentes e altos funcionários). Paris. 1841.
- GUENIN, E. — *Ango et ses Pilotes*. Paris. 1901.
- GUERIN, Leon — *Les Navigateurs Français*. Paris. 1846.
- CODEFROY, Theodore — *Les Cerimonial Français* (reproduz as solenidades do tempo dos Valois, tais como as entradas de Carlos IX em Troyes e em Bordeaux ou de Henrique II em Rouen, na ocasião em que nelas figuravam índios brasileiros). Paris. 1619.
- HARISSE, Henry — *Bibliotheca Americana Vetustissima*. New York. 1866.
- HARISSE, H. — *Addenda da B. A. V.* Paris. 1872.
- HELLOT, A. — *Jean Ango et sa Famille*. Dieppe. 1890.
- História da Colonização Portuguesa do Brasil*. Porto. 1922-24.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa. 1938-41.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de — *Visão do Paraíso*. S. Paulo. 1959.
- Journal Français du Brésil* (dir. Luís Aníbal Falcão). Rio de Janeiro.
- Junta das Missões Geográficas e das Missões Coloniais*. Lisboa.
- LA CLAVIÈRE, M. de Maulde — *La Diplomatie au Temps de Machiavel*. Paris. 1892.
- LA RONCIÈRE, Ch. de — *Les Navigations Françaises au XV Siècle*. Paris. 1896.
- LA RONCIÈRE, Ch. de — *Histoire de la Marine Française*. Paris. 1906.
- LEFRANC, Abel — *Les Navigations de Pantagruel*. Paris. 1905.
- Letters of D. João III* (publ. por J. D. M. Ford onde entre outras informações sobre franceses encontramos instruções de como devia proceder o embaixador del-Rei com Francisco I, quando este viesse a saber da tomada no Brasil de naus bretãs e normandas por Martim Afonso de Sousa). H. U. P. Cambridge Mass. 1931.
- Letters Of The Court of John III* (complemento da obra precedente, igualmente sob dir. de J. D. M. Ford). H. U. P. Cambridge Mass. 1931.
- LA POPELINIÈRE, L. V. de — *Les Trois Mondes*. Paris. 1582.
- MACER, Jehan — *Les Trois Livres de L'Histoire des Indes* (comentários sobre narrativas de vários viajantes, com um

- capítulo acêrca de suposta luxúria de mulheres índias). Paris. 1555.
- MARGRY, Pierre — *Les Navigations Françaises au du XV au XVI siècle*. Paris. 1867.
- MARTYR, Pedro — *De Orbe Novo*. Paris. 1532.
- MARTIN, Alexis — *Jean Ango. Amateur Dieppois*. Paris. 1884.
- MICHEL, Francisque R. — *La Lettre de Marque de Jean Ango*. B. S. N. G. Rouen. 1889.
- MIGUET, F. — *Rivalité de François I et de Charles V*. Paris. 1875.
- MOCQUET, Jehan — *Voyages* (êste autor seria causa de recrutamento de ambições francesas na chamada Demarcação de Portugal segundo os ajustes de Tordesilhas, mormente no Amazonas onde estêve bastante antes da publicação do livro de que seria um dos responsáveis pela lenda de mulheres guerreiras, causa do nome do maior rio do universo). Paris. 1617.
- MUSSET, Georges — *Historiens de la Rochelle*. La Rochelle. 1892.
- MURPHY, H. C. — *The Voyage of Verrazzano*. New York. 1875.
- OVIEDO — *La Historia General de las Indias*. Sevilla. 1535.
- PALHA, Fernando — *A Carta de Marca de João Ango*. Lisboa. 1882.
- PASSERINI, L. — *Genealogia e Storia della Famiglia Rucellat* (trata dos membros desta família estabelecidos em Dieppe, que tomaram parte em consórcios e armamentos destinados ao Brasil, como o de Verrazzano e outros). Firenze. 1861.
- PERNETTY, Dom — *Histoire d'un Voyage aux Isles Malouines* (trata das viagens de Conneville). Paris. 1770.
- PLATTARD, J. — *L'Oeuvre de Rabelais*. Paris. 1910.
- PICAFETTA, A. — *Le Voyage de ... 1522*.
- PRADO, J. F. de Almeida — *Pernambuco e as Capitánias do Norte do Brasil*. Ed. Nac. S. Paulo. 1942.
- REDOUER, Mathurin du — *Itinerarium Portugallium in Indiam*. Milano. 1508.
- REDOUER, Mathurin du — *Le Nouveau Monde*. Paris. 1516.
- Revue d'Histoire Moderne*. Alcan. Paris.
- Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro.

REGO, R. de F. — *Soldados da Índia no Século XVI*. Tôres Vedras. 1956.

TILLAY, Arthur — *François Rabelais*. London. 1907.

THEVET, André — *Les Singularitez de la France Antarctique*. Paris. 1775.

THEVET, André — *La Cosmographie* (na opinião de Chinard esta obra "offre un tableau détaillé du Brésil" in *L'Exotisme Américain*, 87). Paris. 1575.

Tractadus pro Depredationibus Maritimis Restituendis. London. 1518.

UZIELLI, G. — *I Toscanelli* (o autor trata dos negociantes deste nome estabelecido em Dieppe que participaram das emprêsas marítimas dos florentinos aí estabelecidos destinadas à América do Sul). Firenze. 1893.

VARNHAGEN, F. A. de — *História Geral do Brasil*. Edição revista por Capistrano de Abreu. S. Paulo.

VILET, G. — *Histoire de Dieppe*. Dieppe.

VILLENEUVE, Du Crest de — *Alain de Guengat*. B. S. A. F. 1897.

Viagens Depois de Vespúcio até a Expedição de Martim Afonso

ABREU, João Capistrano de — *O Brasil no Século XVI* (série de hipóteses inconsistentes em que o autor aceita tôda sorte de conjeturas acêrca da armada de D. Nuno Manoel, hoje recusadas pelos estudiosos dos descobrimentos). Rio de Janeiro.

ABREU, João Capistrano de — *O Descobrimento do Brasil pelos Portugêses* (estudo típico dos que não resistem à ação do tempo, superado e corrigido pela posterior publicação da Ha. da Col. Port. do Brasil). Rio de Janeiro. 1900.

ANDRADA, F. de — *Chronica de D. João III*. Lisboa. 1613.

AMORETTI, Carlo — *Viaggio di A. Pigafetta*. Milano. 1800.

Arquivo das Colônias. Lisboa. 1933.

Arquivo General de Indias. Madrid.

ASCENSIO, Vicente Leorins — *La Primera Vuelta al Mundo*. Sevilla. 1903.

Atlas de Portugal Ultramarino e das Grandes Viagens Portuguezas de Descobrimto e Expansão. J. M. G. I. C. Lisboa. MCMXLVIII.

ANGHEIRA, Pedro Martyr de — *Decadas.* Sevilla. 1511.

AVEZAC, A. d' — *Relation Authentique de Paulmier de Gonnevill.* Paris. 1869.

AVEZAC, A. d' — *Considerations Geographiques sur l'Histoire du Brésil.* Paris. 1857.

BARBOSA, António — *L'Astronomie Nautique au Portugal pendant les Decouvertes.* R. H. M. Paris. 1939.

BENZONI, Girolamo — *L'Historia del Mondo Nuovo* (obra de que muito se aproveitou Montaigne no cap. "Les Cannibales", dos *Essais*, juntamente com inf. de Lery). Venezia. 1565.

CALMON, Pedro — *História do Brasil.* S. Paulo. 1933.

CAETANO, Alberto — *O Descobrimto das Filipinas por Fernão de Magalhães.* Lisboa. 1898.

CARVALHO, António Nunes de — *Roteiro da Viagem de Fernão de Magalhães* (atribuído a Mestre Bautista, Genoês). Lisboa. 1831.

CASAL, padre Manoel Ayres do — *Chorographia Brasíllica.* S. Paulo. 1943.

CASTRO, Eugénio de — *Diário da Navegação.* Rio de Janeiro. 1927.

CHAGAS, Pinheiro — *O Portuguez na Africa, Asia, America e Oceantia* (em forma cronológica). Lisboa. 1890.

CHINARD, Gilbert — *L'Exotisme Americain.* Paris. 1911.

Collección de Documentos Ineditos. Madrid.

CORTESÃO, Armando — *Cartografia e Cartógrafos Portuguezes.* Lisboa. 1935.

COSTA, Fontoura da — *Bibliografia dos Roteiros Portuguezes até o ano de 1700.* Lisboa. 1933.

CRUZ, Alonso de Santa — *Yslario General.* B. R. S. G. M. Madrid. 1920.

DAHLGREN, E. W. — *Map of the World by Alonso de Santa Cruz.* Stockholm. 1922.

DENUCÉ, Jean — *Les Origines de la Cartographie Portugaise.* Gand. 1908.

DENUCÉ, Jean — *Magellan.* Bruxelles. 1911.

DURO, F. — *Arca de Noe.* Madrid. 1881.

- DURO, F. — *Noticias de Algumas Cartas de Marear*. B. S. G. Madrid. 1883.
- FABRE, Antoine — *Le Voyage fait par les Espagnols aux Moluques* (no apêndice traz “Aucuns Mots des Peuples de l’isle du Brésil”). Paris.
- FALCÃO, N. P. M. — *O Visconde de Santarém e a sua Obra Histórica*. Lisboa. 1950.
- FARIA, Severim de — *Notícias de Portugal*. Lisboa.
- FISCHER, T. — *Beitraege zur Geschichte der Erdkunde und des Kartographie in Italien in Mittelhalter*. Venedig. 1886.
- FORD, J. D. M. — *Letters of D. John III*. H. U. P. Cambridge Mass. 1931.
- FRIEDERICI, Georg — *Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europaer*. Gotha. 1925-36.
- GANDIA, Enrique de — *Historia de la Conquista del Rio e la Plata y del Paraguay*. Buenos Aires. 1932.
- GANDIA, Enrique de — *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires. 1929.
- GALVÃO, Ramiz — *O Nôvo Livro do Sr. Paul Gaffarel “Histoire du Brésil Français”* (nesta notícia estende-se o autor sôbre a viagem de Paulmier de Gonneville). R. B. Rio.
- GAFFAREL, Paul — *Jean Ango*. B. S. N. G. Rouen. 1889.
- GAFFAREL, Paul — *Histoire du Brésil Français*. Paris. 1878.
- GALLOIS, L. — *Les Geographes Allemands de la Renaissance*. Paris. 1890.
- Geographical Journal*. London.
- GRAVIER, Gabriel — *Notice sur Jean Parmentier*. Rouen. 1902.
- GRAVIER, G. — *Les Voyages de Giovanni Verrazzano sur les Côtes d’Amérique*. Rouen. 1898.
- GOMARA, F. Lopes de — *La Historia de las Indias*. Saragoza. 1552.
- GROTIUS, H. — *Mare Liberum*. Levden. 1609.
- GUILLEMARD, H. — *The Life of Ferdinand Magellan*. London. 1890.
- HAEBLER, Konrad — *Die Neue Zeitung aus Presilig Landt*. Berlin. 1895.
- HARISSE, H. — *Jean et Sebastien Cabot*. Paris. 1882.
- HARISSE, H. — *Les Corte Real et leurs Voyages*. Paris. 1883.
- HARISSE, H. — *Bibliotheca Americana Vetustissima*. New York. 1866.

- HARISSE, H. — *Cartographia Americana Vetustissima*. Paris. 1802.
- HERRERA, António de — *Historia General de España*. Madrid. 1726.
- HILDEBRAND, Arthur Sturges — *Magellan*. London. 1925.
- História da Col. Port. do Brasil*. Pôrto. 1922.
- História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Lisboa. 1938.
- HUGUES, Luigi — *Amerigo Vespucci. Giovanni Verrazzano, Juan Baptista Genovese*. R. C. Roma M. P. I. 1894.
- JONG, M. de — *Um Roteiro Inédito da Circunavegação de Fernão de Magalhães*. F. de L. U. Coimbra. 1937.
- KUNSTMANN, F. — *Atlas zur Entdeckungs Geschichte Amerikas*. Muenchen. 1859.
- LACOA, Visconde de — *Fernão de Magalhães*. Lisboa. 1938.
- LA RONCIÈRE, Ch. de — *Histoire de la Marine Française*. Paris. 1906.
- LA FAITADA — *Cartas in Ha. da Col. Port. do Brasil*. Vol. II. Pôrto. 1923.
- LA FUENTE, Modesto — *Historia General de España*. Madrid. 1785-96.
- MARIANA, Juan de — *Historia General de España*. Valencia. 1785-96.
- MARCHANT, A. — *Do Escambo à Escravidão*. S. Paulo. 1949.
- MEDINA, J. T. de — *El Portugues Estevam Gomes al Servicio de España*. Santiago de Chile. 1908.
- MEDINA, J. T. de — *Bibliotheca Hispano-Americana*. Santiago de Chile. 1898.
- MEDINA, J. T. de — *Algumas Noticias de Leon Pancaldo*. Santiago de Chile. 1908.
- MEDINA, J. T. de — *El Veneciano Sebastián Caboto al servicio de España*. Santiago de Chile. 1908.
- MEDINA, J. T. de — *Fernando de Magalhães*. Santiago de Chile. 1920.
- MEDINA, J. T. de — *Juan Dias de Solís*. Santiago de Chile. 1907.
- MEDINA, J. T. de — *El Portugues Gonçalo de Acosta al servicio de España*. Santiago de Chile. 1908.
- MEDINA, J. T. de — *Los Viajes de Diego Garcia de Moguer*. Santiago de Chile. 1908.

MEDINA, J. T. de — *El Descubrimiento del Rio de las Amazonas*.
Sevilla: 1894.

Memorie de la Societá Geografica Italiana. Roma.

METRAUX, A. — *Les Migrations Historiques des Tupi-Guarani*.
J. S. A. P. 1927.

MOTA, Avelino Teixeira da — *Arte de Navegar de Portuguezes
e Espanhóis na Época dos Descobrimentos*. Lisboa. 1944.

MURPHY, Henry — *The Voyage of Verrazzano*. New York.
1875.

MESTRE BAUTISTA, Genoes — v. Carvalho.

NAVARRETE, M. F. de — *Colección de Viages*. Madrid. 1825.

NAVARRETE, M. F. de — *Colección de Opusculos*. Madrid. 1848.

NORDENSKIOELD, Erland — *Sudamerika, Kampen on Guld och
Silver*. 1498-1600. Stockholm. 1919.

Noticias Ultramarinas. Lisboa.

OVIEDO — *La Historia General de Indias*. Sevilla. 1535.

OVIEDO — *Chronica de las Indias*. Salamanca. 1547.

OSORIO, Jeronymo — *Chronica de El Rey D. Manoel I*. Pôrto.
1866.

PASTELS, Pablo — *El Descubrimiento del Estrecho de Magallanes*.
Madrid. 1920.

PERAGALLO, Prospero — *Leone Pancaldo*. R. C. Roma. 1894.

PERAGALLO, Prospero — *Cenni intorno alla Colonia Italiana in
Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI*. Torino. 1904.

PESCHEL, Oscar — *Geschichte der Zeitalters der Entdeckungen*.
Stuttgard. 1858.

PENNESI, G. — *Pietro Martire d'Anghieria e le sue Relazione
sulle Scoperte Oceaniche*. R. C. Roma. M. P. I. 1894.

PICAFETTA, A. — *Primo Viaggio* (ed. Amoretti). Milano. 1800.

POHL, F. — *Amerigo Vespucci*. Columbia Univ. Press. N. Y.
1945.

PIZAROSSO, Emilio Hardisson — *El Descubrimiento Pre-colombino
de América*. M. C. Las Palmas. 1945.

Raccolta Colombiana (contém trabalhos de Hugues, Uzielli,
Pennesi, Berchet e outros que vêm mencionados nos respec-
tivos nomes).

Revista do Inst. Hist. Geo. do Brasil. Rio de Janeiro.

Revista do I. H. G. de S. Paulo. S. Paulo.

- RAMUSIO, G. B. — *Delle Navigazione*. Venetia. 1563-65.
- RIO BRANCO, barão do — *Atlas Annexe au Memoire*. Paris. 1899.
- SÁ, Aytes de — *Frey Gonçalo Velho*. S. G. L. Lisboa. 1899-1900.
- SALOMON, Charles — *L'Occupation de Territoires sans Maitre*. Paris. 1889.
- SANTA, Cruz Alonso — v. Cruz.
- SANTAREM, visconde — *Recherches Historiques*. Paris. 1842.
- SILVA, Norberto de Sousa e — *Refutação às Reflexões*. R. I. H. G. B. 1855.
- SOUSA, Gabriel Soares de — *Tratado Descritivo*. R. I. H. G. B. Rio. 1851.
- STADEN, Hans — *Warhaftige Storia*. Frankfurt am Mein. 1927.
- STEVENSON, Ed. L. — *Maps Illustrating Early Discoverys*. New Brunswick. 1903-06.
- STEVENSON, Ed. L. — *Marine Charts of Canerio*. New York. 1908.
- SUPAN, Alexander — *Die Territoriale Entwicklung der Europäische Kolonien*. Gotha. 1906.
- UZIELLI, G. — *La Vita ei Tempi de Paolo del Pozzo Toscanelli*. R. C. Firenze. 1894.
- VAN DER LINDEN, H. — *Alexander VI and the Demarcation*. A. H. R. New York. 1916.
- VARNHAGEN, F. A. de — *História Geral do Brasil* (célula-mater da historiografia brasileira, corrigida, emendada e atualizada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, revista a pedido dos mesmos por J. F. de Almeida Prado) 3.^a Ed. Integral. C. M. S. Paulo.
- VELLOSO, Queiroz — *Fernão de Magalhães*. Paris. 1939.
- VIGNAUD, H. — *Toscanelli and Columbus*. London. 1903.
- WALKER, T. A. — *History of the Law of the Nations*. Cambridge, I. 1899.
- WALKENHAUER, A. — *Beitrag zur Geschichte der Kartographie und Nautik*. Muenchen. 1904.
- ZIMMERMANN, Alfred — *Die Europäischen Kolonien (Portugal und Spanien)*. Berlin. 1896.
- ZURITA, Gerónimo de — *Anales de la Corona de Aragon* (com referências aos esforços de Fernando e Isabel no sentido de descobrimentos). Barcelona. 1852-54.

A Expedição de Martim Afonso

- ABREU, João Capistrano de — *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Sacramento do Rio da Prata* (o autor tem D. Nuno Manoel como descobridor em 1514 do Rio da Prata antes de Cristóvão Jacques, o provável capitão mencionado pela Newen Zeitung aus Presilig Landt). Rio de Janeiro. 1900.
- ABREU, J. C. de — *Breves Traços da História do Brasil* publ. do Centro Industrial. Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de — *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*. Coimbra. 1957.
- ALTAMIRA, D. Rafael de — *Historia de España y de la Civilización Española*. Barcelona. 1913.
- Archivo General de Indias*. Madrid.
- Biblioteca da Ajuda possuidora de numerosos Docts. sobre Viagens, Navegações e Roteiros*. Lisboa.
- Boletin de la Real Sociedad Geográfica de Madrid*. Madrid.
- CALIXTO, Benedicto — *As Capitánias Paulistas*. S. Paulo. 1924.
- CALIXTO, Benedicto — *Trabalhos in Rev. do Inst. H. Geo. de S. Paulo*. S. Paulo.
- CALMON, Pedro — *História do Brasil. História Social*. S. Paulo.
- CARVALHO, M. E. Gomes de — *D. João III e os Franceses*. Lisboa. 1909.
- CASTRO, Eugênio de — *A Expedição de Martim Afonso de Sousa*. Rio. 1932.
- CASTRO, Eugênio de — *Roteiro de Pero Lopes de Sousa*. Rio de Janeiro. 1932.
- Collecção de Noticias para a Historia das Nações Ultramarinas*. Lisboa. 1812.
- Collecção de Opusculos Relativos às Navegações Ultramarinas*. Lisboa. 1822.
- Corpo Cronologico* (arquivo da Torre do Tombo). Lisboa.
- CORTESÃO, Armando — *Cartografia e Cartógrafos Portugueses*. Lisboa. 1935.
- CRUZ, Alonso de Santa — *Yslario General*. B. R. S. G. de Madrid. Madrid.
- EHRENBERG, R. — *Das Zeitalters der Fugger*. Jena. 1896.
- EMID, F. P. — *Los Descubrimientos en el Atlantico y Rivalidad Castellana Portuguesa*. Sevilla. 1948.
- English Historical Review*. Edinborough.

- FALCÃO, Luis de Figueiredo — *Livro em que se contem Toda a Fazenda*. Lisboa. 1859.
- FREITAS, Jordão de — *A Expedição de Martim Afonso in H. C. P. B. Pôrto*. 1922.
- FRIEDERICI, Georg — *Der Charakter der Entdeckung und Eroberung Amerikas durch die Europaer*. Gotha. 1925-36.
- GASPAR DA MADRE DE DEUS, frei — *Memorias para a Historia da Capitania de S. Vicente*. Lisboa in A. A. R. S. 1797.
- GALANTI, Padre Rafael — *Ha. do Brasil*. 2.^a ed. S. Paulo. 1911.
- GANDIA, Enrique de — *Ha. de la Conquista del Rio de la Plata y del Paraguay*. Buenos Aires. 1932.
- HERRERA, Antonio de — *La Historia General de Indias*. Amberes. 1728.
- História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial*. S. Paulo. 1960.
- História de Portugal*. Barcelos. 1932.
- Livro das Armadas* (manuscrito cons. na Academia de Ciências de Lisboa). Lisboa.
- Newen Zeytung aus Prestlig landt*. in H. C. P. B. Pôrto. 1922.
- Newen Zeytung aus Prestlig Landt* (trad. e comentado por Clemente Brandenburger). Rio.
- PRADO, Paulo — *Paulística*. S. Paulo. 1934.
- PRADO, J. F. de Almeida — *Primeiros Povoadores do Brasil*. 3.^a ed. S. Paulo. 1954.
- POMBO, Rocha — *História do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro.
- RIBEIRO, João — *O Primeiro Povoamento do Brasil*. In "O Jornal", Rio de Janeiro. 1921.
- Revista do Inst. Hist. e Geo. Brasileiro*. Rio de Janeiro.
- Revista Portuguesa de História*. Coimbra. 1957.
- Revista do Instituto Hist. e Geo. de S. Paulo*. S. Paulo.
- Real Academia de Historia de Madrid* (publs. da mesma). Madrid.
- SHUELER, Rodolfo — *A Nova Gazeta do Brasil*. Rio. 1914.
- SILVA, Luciano Pereira da — *Arte de Navegar dos Portugêses*. Pôrto. 1922.

- SOUSA, Luís de, frei — *Annaes de D. João III.* Lisboa. 1844.
- SANTARÉM, visconde de — *Analyse do Jornal de Pero Lopes de Sousa.* Paris. 1840.
- SOUTHEY, Robert — *The History of Brazil.* London. 1812.
- TROËMEL — *Bibliothèque Americaine.* Leipzig. 1861.
- TAQUES, Pedro — *Ha. da Cap. de S. Vicente* in R. I. H. B. Rio de Janeiro. 1847.
- VARNHAGEN, F. A. de — *Diario de Pero Lopes de Sousa.* Lisboa. 1839.
- VARNHAGEN, F. A. de — *História Geral do Brasil.* 3.^a ed. integral. S. Paulo.
- VICENTE DO SALVADOR, frei — *História do Brasil.* S. Paulo. 1918.

INDICE DE NOMES PRÓPRIOS

A

- ACUÑA, D. Rodrigo de — 268, 288, 389, 390, 391, 392, 401, 443, 445, 454, 459.
 AFORTUNADO. v. Manoel I.
 AFONSO, D. Infante — 273, 322, 413.
 AFONSO V — 72, 73.
 AGINCOURT, d' — 312.
 AGUILERA, D. António Blazques y — 380.
 AILLY, Pierre d' — 57.
 ALBIZZI, Roberto — 281.
 ALARCÓN, Pedro de — 442.
 ALBANY — 285.
 ALCAZABA, Simão de — 439.
 ALBUQUERQUE, Afonso de — 36, 168, 234, 235, 343.
 ALBUQUERQUE, Mário de — 14.
 ALBUQUERQUE — 238.
 ALBUQUERQUE, Jorge de — 362.
 ALEMANI, Luigi — 282.
 ALEXANDRE VI — 16, 213, 228, 248, 325, 414.
 ALEXANDRE VII — 253.
 ALEXANDRE HERCULANO — 324.
 ALMEIDA, D. Francisco de — 30, 233.
 ALMEIDA, D. Francisco, filho do precedente — 234.
 ALMEIDAS — 238.
 ALMOTAR, Alonzo de — 388.
 ALMIRANTE DA NORMANDIA — 248.
 ALONSO, cirurgião — 140.
 ÁLVARES, Diogo, aliás Caramuru — 264, 274, 282, 423.
 ÁLVARES, Catarina, imprópriamente chamada Paraguaçu — 274, 303.
 ALFONSE, Jehan — 208, 292, 293, 294.
 ANES, Pero — 425.
 ANGLAIS, Jehan I' — 240.
 ANGHIERA, Pedro Martir de — 109, 195.
 ANCHIETA — 254.
 ANGÔ, visconde de Dieppe — 205, 208, 210, 213, 214, 215, 222, 223, 228, 245, 267, 274, 279, 282, 285, 288, 289, 291, 292, 305, 306, 308, 311, 312, 313, 317, 324, 325, 400, 412.
 AMÉRICO VESPÚCIO — 46, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 107, 108, 110, 111, 113, 114, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139,

140, 141, 143, 144, 146, 147,
 148, 149, 150, 151, 153, 155,
 157, 158, 160, 162, 163, 165,
 166, 167, 168, 170, 171, 174,
 175, 179, 185, 186, 189, 190,
 192, 194, 196, 197, 204, 205,
 210, 238, 241, 247, 248, 249,
 254, 265, 281, 294, 331, 332,
 334, 342, 346, 352, 355, 359,
 378, 385, 416, 425, 429, 433,
 441.
 ARIAS, Diogo de — 404.
 ARANDA, feitor — 368.
 AROSCA — 251, 252, 253, 256.
 ÁTILA — 162.
 ATAÍDE, D. Luís de — 240.
 ATAÍDE, D. António de, aliás
 conde da Castanheira — 307,
 311, 314, 324, 412.
 ÁVILA, Pedro Árias de — 356,
 442.
 ÁUSTRIAS — 394.
 AYAMONTE, Martinho de — 336,
 379.

B

BACHAREL, o — 264, 436, 438.
 BACON, Rogério — 57.
 BAHADUR — 237.
 BALÃO, António — 345, 361.
 BALBOA, Vasco Nuñez de —
 356, 442.
 BANDELLI — 98.
 BARBOSA, Duarte — 369, 375,
 380.
 BARBOSA, Ruy — 229.
 BANDINI — 64, 94, 95, 96, 97.
 BARROS, João de — 50, 53, 56,
 138.
 BARTOLOZZI — 94, 104, 105,
 117.
 BEC, Charles du — 310.

BRAGA, Manuel de — 394, 396.
 BRAGA, João de — 265, 334,
 348, 357.
 BISERETS, Belanger de — 296.
 BERCHET — 81, 84.
 BERARDI — 66, 107, 145, 196.
 BRANDENBURGER, Clemente —
 349.
 BRAGANÇA, D. Álvaro de —
 343.
 BLUNT, Edward — 250.
 BIXORDA, Jorge Lopes — 264.
 BINOT — v. Conneville.
 BONI, Giuseppe — 176.
 BROCKHAUS, editor — 87.
 BRUNELLESCHI — 224, 282.
 BROSSÉ, de — 254.
 BOUGAINVILLE, de — 255.
 BUONACCORSI, Giuliano — 281.
 BUONDELMONTE, Zinóbio — 282.
 BUFFON — 254.

C

CABRAL, Pedro Álvares — 46,
 49, 51, 53, 54, 56, 74, 96,
 100, 101, 103, 114, 124, 138,
 142, 143, 151, 152, 167, 180,
 191, 202, 208, 232, 264, 322,
 343, 388, 425, 433, 434, 436.
 CABOTO, Sebastião — 111, 112,
 284, 392, 393, 394, 395, 396,
 397, 399, 403, 404, 405, 406,
 407, 408, 409, 418, 419, 445,
 446, 450, 451, 453, 454, 455,
 456, 457, 458, 459.
 CA MASSER, Lunardo da — 101,
 181, 196, 332.
 CA DA MOSTO — 54, 162.
 CALMON, Pedro — 352.
 CAMÕES — 56, 124, 240.
 CARAMURU — v. Diogo Álvares.

- CAMINHA, Pero Vaz de — 47, 48, 54, 55.
 CANÉRIO — 149, 175, 179, 196.
 CANACA ou Malemo Canaca — 53.
 CANOVAI — 88, 91.
 CANTINO, Alberto — 115, 116, 122, 135, 137, 147, 148, 149, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 186, 196, 433.
 CÂMARA, João Mello da — 361.
 CANO, ou Elcano, Sebastián del — 375, 386, 387.
 CALX, Honorato de — 310.
 CAPICO ou CAPIQUO, Pero — 361, 401, 469.
 CARLOS I de Espanha, Carlos V do Santo Império Romano, Rei e Imperador — 143, 181, 190, 205, 241, 258, 259, 269, 270, 273, 279, 280, 281, 284, 286, 288, 289, 295, 297, 304, 310, 311, 312, 321, 324, 325, 368, 371, 375, 381, 388, 394, 396, 398, 401, 406, 408, 410, 411, 412, 420, 429, 445.
 CARLOS VIII — 214.
 CARLOS IX — 219.
 CARLOTA de França — 273.
 CARO, Gregório — 395.
 CARVALHO, João Lopes de — 335, 336, 357, 374, 379.
 CARVALHO, Gomes de — 287.
 CARVALHO, Joaquim Barradas de — 74.
 CARNEIRO, Pero de Alcáçova — 51, 192.
 CASAS, Pedro — 348.
 CASTILLO, Bernardino del — 369.
 CASTILLO — 450, 451.
 CASTRO, D. João de — 237, 413.
 CASTANHEDA — 53, 56.
 CASANOVA, Giacomo — 87.
 CARTHAGENA, Juan de — 369, 372, 374, 456.
 CARPENTIER, Pierre le — 247.
 CARTIER, Jacques — 273, 292, 303.
 CATÂNEO — 178.
 CERVEIRA, Afonso — 74.
 CENTURIONE, família — 278.
 CENTURIONE, Gaspar — 279.
 CHAVES, Francisco de — 425, 426.
 CHABOT, almirante — 299, 308, 309, 310, 312, 315.
 CLENARDO — 169.
 COELHO, Gonçalo — 146, 150, 174.
 COELHO, Duarte — 273.
 COKRANE, Martin — 269.
 COLOMBO, Cristóvão — 46, 53, 68, 69, 70, 72, 85, 89, 98, 115, 122, 124, 126, 132, 136, 148, 167, 188, 197, 210, 238, 294, 371, 433.
 COLOMBO, Fernando — 193.
 COSME (de Médicis) — 65.
 COSTA, Gonçalo da — 67, 402, 403, 407, 409, 410, 411, 418, 420, 438, 445, 458.
 COSTA, D. Álvaro da — 370.
 COSTA, Fontoura da — 54, 55.
 COSA, Juan de la — 67, 90, 108, 140, 147, 148, 149, 150, 175, 188, 190.
 CONTARINI — 110.
 CORTE REAL — 114, 115, 117, 153, 167.
 CORTEZ — 11, 284, 289.
 CORTESÃO, Armando — 189, 350.
 CORTESÃO, Jaime — 294, 350, 413, 417.
 COINTE — 247.

CORREA, Antônio — 298.
COOK, capitão — 255.
COUSIN, Jehan — 257.
CORREIA, Gaspar — 35, 56, 350,
362, 434.
CRÉTICO — 122, 187.
COVILHÃ, Pero da — 58, 162,
231, 341.
CRUZ — v. Alonzo de Santa.
CRUZ, Andrés da la — 374.
CROY, Guilherme de — 370.
CROZET, capitão — 256.
CRESPIN — 267.
COUTINHO, D. Fernando — 264.
COVARRÚBIAS, Diogo de — 388.
CUNHA, Tristão da — 233, 234,
354.
CUNHAS — 238.

D

DEBARREAU — 297, 298.
DE BRY — 250.
DERBY, Orville — 425.
DENIS, Ferdinand — 206, 207.
DENUCÉ, Yan — 161, 377.
DESCELIERS, Pierre — 213.
DIAS, Bartolomeu — 51, 54, 57,
201, 232, 371.
DIAS, Diogo — 401.
DIAS, Gonçalves — 58.
DÓRIA, André — 281.
DUFRESNE, Marion — 255.
DUPERET, Jehan — 297.
DURANCO — 404, 449, 450, 451.
DURÃO, v. Santa Rita.
DUPRAT, chanceler — 309, 310.

E

ELCANO, v. Cano.
EMERSON, R. — 70.

ÊMPOLI, Giovanni — 122, 158,
159, 196, 235.
ENRIQUE, Infante D. — 26, 58,
429.
ENRIQUE II — 219, 221.
ENRIQUE VIII — 307.
ESPINOSA, Gonçalo Gomes de —
375, 386.
ESSOMERIQ — 250, 252.
EUGÊNIO V — 230.
Eusébio de CESAREIA — 258.
ÉTAMPES, Duquesa de — 308,
309, 315.

F

FALEIRO, Ruy — 369, 370, 377.
FERNANDES, Pero — 291.
FERNANDES, Ruy — 315, 325.
FERNANDO V — 67, 135, 142,
205, 344, 353, 354, 355, 356,
357.
FERRARA, Duque de — 115,
137, 147, 148, 177, 178, 179,
433.
FERREIRA, Martins — 289, 290,
291.
FIACHI, abade — 96, 97.
FLEURY, Jehan — 270, 288.
FILIPE, o Bom — 208.
FILIPE II — 241, 273, 411.
FILIPES — 39.
FORTIN, Mouris — 250.
FONSECA, arcebispo Juan Ro-
driguez — 137, 140, 371.
FRANCISCO I — 204, 205, 213,
214, 220, 246, 253, 259, 266,
272, 273, 277, 280, 281, 283,
285, 286, 287, 288, 292, 296,
297, 305, 307, 308, 311, 312,
313, 314, 315, 316, 325, 326,
401, 412.
FRIPÉLIPES — 299.

FROES, Estevam — 265, 360.
FUEGGER — 266, 346, 349, 369.

G

GAFFAREL, Paul — 221.
GARCIA, Aleixo — 415, 416.
GARCIA, clérigo — 456.
GARCIA, Diogo — 111, 268, 284,
392, 393, 400, 401, 402, 403,
407, 419, 436, 437, 438, 443,
444, 445, 455, 456, 457, 459,
464.
GARCIA, Nuno — 369, 385.
GARCIA, Rodolfo — 266, 352.
GAMA — v. Vasco da.
GASPAR, o judeu — 101, 102,
122, 232.
GELLAIS, Mellin de Saint —
293.
GENGIS CĀ, ou Dgengis Khan —
162.
GHERARDO — 196.
GIRALDO — 196.
GIOCONDO, Bartolomeu — 82,
84, 85.
GIOCONDO, frei Giovanni del —
82.
GIOCONDO, Giuliano del — 82,
143, 144, 145, 196, 346.
GIOVANNI — 285.
GIUNTINI, frade — 109.
GIUSTI — 176.
GRANDE CĀ — 148.
GRANDE REI (prov. Tibiriçá) —
424.
GRAJEDA, Antón de — 409.
GRANJALES, Dr. — 409.
GÓIS, Pero de — 427, 468.
GOMES, Diogo — 58.
GOMES, Estêvão — 374.

GOMES, Jorge — 394, 451, 455,
457.
GÓIS, Damião de — 53.
GONÇALVES, André — 146, 151,
434.
GONÇALVES, Baltasar — 422.
GRIEGO, Juan — 408.
GOUVEIA, Cristóvão de — 257.
GOUVEIA, Diogo de — 303, 304,
307.
GONDI, António — 281.
GONNEVILLE, abade — 251, 253,
254.
GONNEVILLE, Binot de — 202,
205, 215, 246, 247, 249, 250,
251, 253, 254, 256, 347, 440.
GRIGNON, Pierre — 267, 311.
GUSMAN, D. Luís de — 362,
415.
GUTIERREZ, Alfonso — 369.

H

HABSBURGOS — 39.
HAEBLER, Konrado — 349.
HAMY — v. King.
HANON — 162.
HARO, Cristóvão de — 265, 266,
349, 368, 370, 388, 389, 393.
HARRISSE — 84, 117, 135, 433.
HERRERA, Antônio de — 69,
109, 138, 357, 380, 442, 444.
HERRERA, comendador — 419.
HAWKINS, W. — 268, 269.
HÉRCULES D'ESTE — v. Ferrara.
HOLLYWOOD (Sacrobosco) — 57.
HOJEDA — 109, 120, 133, 139,
141, 142, 143, 174, 190, 195,
295.
HOMEM, Lopo — 417.
HUET — 312.
HUGO, Vitor — 272.

I

- ILLACOMYLUS — v. Martin.
 IMPERATRIZ, Rainha, Regente —
 406, 410, 420, 423.
 ISABEL, Infanta — 273.
 ISABEL, Rainha — 205, 344.
 ISPIZUA, Segundo de — 124.

J

- JACQUES, Cristóvão — 263, 264,
 266, 268, 284, 286, 287, 351,
 352, 356, 359, 361, 362.
 JACOB, o judeu — 58.
 JAMET, Brayer — 292.
 JOÃO II — 47, 54, 55, 57, 191,
 193, 201, 205, 209, 273, 322,
 342, 353, 354, 371, 421.
 JOÃO III — 13, 155, 209, 215,
 228, 231, 235, 237, 238, 246,
 257, 258, 259, 263, 266, 270,
 273, 286, 288, 290, 293, 303,
 305, 309, 310, 314, 321, 324,
 325, 326, 342, 350, 358, 374,
 412, 418, 420, 422, 428, 469.
 JOÃO V — 33.
 João, PRESTE — v. Preste.

K

- KUNSTMANN — 137, 174, 175,
 189, 197.
 KAHLE — 189.
 KOHL — 160.
 KERCUELEN — 255, 256.
 KING HAMY — 149, 175, 189,
 197.

L

- LA LAUDONNIÈRE — 250.

- LA FAITADA, aliás Affaitadi —
 103, 122, 196.
 LA MEILLERAYE — 285.
 LAS CASAS, Bartolomeu de —
 70, 210, 294.
 LA QUERINIÈRE — 221.
 LA RONCIÈRE, Charles de —
 213, 296.
 LAFORGUE, Jean — 87.
 LAMBERT, Jehan — 84, 205.
 LAGOA, visconde de — 351.
 LEÃO X — 236, 281.
 LEITE, Diogo — 422.
 LEITE, Duarte — 124, 138, 174,
 175, 176, 177, 178, 185, 196,
 433.
 LEFEBVRE, Nicolas — 249, 250,
 251.
 LEMOS, Gaspar de — 55, 114,
 151, 434.
 LEPE, navegador — 108, 136,
 142.
 LEONOR, Rainha D. — 36, 181,
 314, 370, 412.
 LERY, Jehan de — 207, 252.
 LESCARBOT, Marc — 293.
 LEVILLER, R. — 107, 154, 155,
 160, 175.
 LISBOA, João de — 266, 350,
 352, 421, 441.
 LOAYSA, Garcia Jofre de — 268,
 376, 386, 388, 397, 398, 445,
 458.
 LOGIER, Bouvet de — 254.
 LOLLIS, César de — 72.
 LOMELLINI — 196.
 LONGUEVILLE, Duque de — 281.
 LOPES, Tomé — 74.
 LOPO HOMEM — 197.
 LORENA, cardeal de — 315.
 LORONHA, Fernão de — 166,
 167, 168, 170, 209, 249, 257,

264, 331, 332, 333, 335, 337,
341, 346, 347, 429, 434.
LORONHA, consórcio — 333.
LOURENÇO (de Médicis) — 65,
81, 82, 95, 96, 100, 101, 104,
113, 119, 120, 122, 130, 131,
145, 147, 152, 153, 189.
LOURENÇO, o Magnífico — 65.
LORENA, Duque Renato de —
69, 93.
Luis XII — 82, 248.
Luis XIII — 220.

M

MAC CLYMONT — 56.
MAFRA, Ginez de — 336.
MAFRA, João Rodrigues de —
372, 375.
MALFANT — 162.
MAGALHÃES, Fernão de — 160,
165, 169, 186, 241, 267, 283,
285, 286, 363, 367, 368, 369,
370, 371, 373, 374, 375, 376,
377, 380, 381, 382, 383, 388,
395, 429, 438, 444, 445, 446,
456.
MAGGIOLO — 197.
MAGGENAGHI, Alberto — 83, 85,
89, 94, 98, 104, 110, 129,
131, 133, 138, 146, 156, 160,
185, 295.
MALHEIRO DIAS — 50, 54, 79,
80, 90, 91, 94, 99, 100, 101,
102, 104, 106, 107, 114, 115,
117, 118, 121, 125, 138, 152,
153, 156, 158, 161, 346, 361.
MALEMO CANACA — 53.
MANOEL I, o Venturoso — 27,
30, 31, 34, 47, 50, 54, 56,
72, 82, 85, 97, 100, 101, 108,
119, 121, 126, 130, 131, 143,
145, 150, 151, 152, 159, 171,
180, 181, 187, 188, 190, 191,
193, 209, 231, 233, 234, 242,
266, 273, 279, 315, 331, 334,
341, 342, 345, 356, 360, 361,
370, 409, 418.
MANDEVILLE, Sir John — 89.
MANOEL, D. — 146, 266, 349,
350, 351, 352, 354, 421, 441.
MANNESMANN, irmãos — 230.
MALDONADO, João Velho — 465.
MAHOMET, déspota do Guzerate.
MAQUIAVEL — 162.
MALLO, Fernand — v. Ramalho.
MARKHAM — 70, 124.
MARTINUS ILLACOMYLUS — 92.
Martim Afonso de SOUSA — 10,
36, 269, 409, 410, 411, 412,
413, 415, 418, 420, 422, 423,
424, 425, 426, 427, 428, 429,
437, 440, 445, 458, 459, 463,
464, 467, 469.
Martins FERREIRA — 30.
MARTINS, Fernão — 72, 73, 334.
MARTIN, Andrés de San — 369,
380.
MARINI, Girólamo — 347.
MARGRY, Pierre — 293.
MARCHIONE ou Marchioni e
Marchionis — 103, 157, 159,
196, 334, 341, 342, 343, 344,
345, 346.
MARQUINA, Francisco de — 442.
MAROT, Clement — 299.
MARIA I — 29, 41, 209.
MAUPERTUIS — 254.
MARCO PÓLO — 39, 57, 87, 95,
115, 162.
MAXIMILIANO, Imperador — 93.
MATOS, Luis de — 71, 86, 342.
MEDINA, J. T. de — 161, 354,
380, 397, 404, 405, 442, 454.
MÉDICIS — 103, 161, 162, 186,
222, 224, 342.

MÉDICIS, Catarina de - 103,
221, 222, 224, 277, 310.
MÉDICIS, Maria de - 104.
MENDEZ, Martin - 399, 405,
406, 410, 458.
MENDOZA, Luís de - 374.
MENDOZA, Lopo Hurtado de -
418, 421, 423.
MENDOZA, D. Pedro de - 418,
421, 423.
MENDOZA, Veles de - 142.
MESTRE JOÃO - 53, 113, 191.
MEUNG, Jehan de - 267.
MESTRE JUAN, cirurgião - 408.
MINI, Lisabetta - 64.
MICHELET - 247.
MOCQUET - 89.
MONTALBODDO, Fracanzano ou
Fracânzio de - 187.
MONTEIRO, Jácome - 270, 271,
272.
MONTBRUN - 285.
MONTMORENCY, condestável de
- 309, 314.
MORELLI, Bendetto - 334, 344.
MONTES, Enrique - 397, 399,
405, 406, 420, 446, 447, 448,
450, 454, 455, 456, 464.
MORALES, Juan de - 438.
MORALES, Pedro de - 455.

N

NUNO, Manoel - v. Manoel.
NARDI, Leonardo - 235.
NAVARRA, Margarida de - 310.
NAVARRET, M. F. de - 294.
NAZI, Guilherme - 381.
NEGRO, di, irmãos - 280.
NEMOURS, Duque de - 273.
NÓBREGA, Manoel da - 465.
NOVA, João da - 178, 186, 343.

NUERENBERG, Casimiro de -
395.
NUNES, Pedro - 427.

O

OMAR, Husseim - 234.
- 224.
ORMEZAN, Bernard d' - barão
de St. Blancard - 297, 309.
ORSINI - 224.
ORVILLE, Derby - 425.
OROZCO, carpinteiro - 458.
ORTIZ, D. Diogo de - 192.
OTMAR, Johannes - 85.
OVIEDO - 283, 439.

P

PACHECO, Duarte - 175, 191,
417.
PACHECO, João - 295.
PACINI, Piero - 14.
PAIVA, Afonso de - 231, 341.
PALLA, João Batista della -
382.
PANCALDO - 285, 286, 292,
375.
PARAGUAÇU - v. Álvares.
PASQUALIGO - 115, 116, 122,
196.
PARMENTIER, Jehan - 267, 272.
PARMENTIER, irmãos - 208,
271.
PAULMIER, Binot - v. Gonne-
ville.
PAZ, Duarte da - 293.
PEDRO, Álvares Cabral - v.
Cabral.
PEDRO, o Eremita - 14.
PEDRO II, Imperador - 58.
PEREIRA, Duarte Pacheco - 74.

PEREIRA, Estêves — 349, 361.
 PERES, Duarte — 439.
 PERO LOPES — 408, 413, 424,
 427, 428, 429, 430, 464, 469.
 PESARO — 149, 175, 189, 197.
 PERO VAZ — v. Caminha.
 PIER FRANCESCO (Médicis) —
 65, 81, 104, 119.
 PIGAFETTA — 283, 379, 380,
 381, 446.
 PILOLA, Juan de — 391.
 PILÔTO ANÔNIMO — 113, 153,
 187.
 PIMENTEL, D. Ana — 412.
 PINHEIRO, Pero Lobo ou Pero
 Lobo — 422, 428, 430.
 PINTO, Fernão Mendes — 87,
 162, 238.
 PINTO, Ruy — 468.
 PINZON, Vicente Yanez — 67,
 108, 136, 141, 352, 355.
 PIRI REIS — v. Reis.
 PISANI, Domênico — 103, 196.
 PIZZARO — 384, 415.
 POMPONIUS MELA — 191.
 PIZZARROS — 11.
 POITIERS, Diana de — 221, 308,
 309.
 PORTALEGRE, conde de — 343.
 POST, Franz — 464.
 POYET, chanceler — 315.
 PRESTE JOÃO — 58, 162, 232,
 342.
 PRIULI, Jerônimo — 180, 202.
 PRIULI, Aloysius — 343.
 PRÍNCIPE D. JOÃO — 139.
 PORDENONE — 162.
 PORTINARI — 222.
 PUERTO, Francisco del — 399,
 443.
 PUNZOZOL, João Baptista de —
 376.

Q

QUESADA, Gaspar de — 374.

R

RABELAIS — 292.
 RAMALHO, João, aliás Fernand
 Mallo — 264, 438, 439, 457,
 459, 464, 465, 466, 467.
 RAMIREZ, Melchor — 398, 399,
 405, 408, 436, 454.
 RAMÚSIO — 264.
 RANKE — 116.
 REDOUER, Mathurin de — 83.
 REGGIO, Giovanni da — 369.
 REINEL — 160, 187, 190, 197,
 350, 357, 377, 378, 385.
 REIS CATÓLICOS — Fernando e
 Isabel — 85, 131, 151, 195,
 294, 342.
 REIS, Kemal — 187.
 REIS, Piri — 67, 137, 187, 188,
 189, 197.
 REI da Inglaterra — 287.
 RELIA, Cipriano — 282.
 RIBEIRO, Diogo — 143, 190,
 369, 408.
 RICCARDI, marquês — 95.
 RIFOS, Miguel de — 395.
 ROBINSON CRUSOÉ — 464.
 RODAS, Miguel de — 375, 399,
 405, 406, 450, 454.
 RODRIGUES, Antônio — 465, 466.
 ROJAS, capitão — 396, 399, 405,
 406, 408, 436, 454.
 ROHAN — 228.
 RUCELLAI — 224.
 RUBIUNI, Nicolau — 161.
 RUGE, Sophus — 349.
 RONDINELLI — 122, 196.
 ROSSELLI, os — 110.
 RUYSCH, João — 110.

S

- SABÁ, Rainha de — 162, 342.
 SABÓIA, Luísa de — 383, 288.
 SACROBOSCO (Holywood) — 57, 109.
 SALVAGO — 122, 196.
 SALOMÃO, Rei — 52, 162, 342.
 SAMORIM — 232, 233.
 SANCHEZ — 294.
 SANTANCEL — 294.
 SCALÍGERO — 83.
 SANTA CRUZ, Alonzo de — 67, 336, 357, 398, 407, 439, 463.
 SANUTO, Marino — 180, 343.
 SANTA RITA DURÃO — 303.
 SERVET, Miguel — 70.
 SCHUELLER, Rodolfo — 349.
 SERNICE, Girólamo — 52, 103, 196, 343.
 SHUHMACHER — 194.
 SHOENNER — 265, 441.
 SEBASTIÃO I, D. — 31.
 SELIM I — 187.
 SERRÃO, João — 374.
 SEQUEIRA, Diogo Lopes de — 344.
 SHAKESPEARE — 124.
 SILVA, J. N. de Sousa e — 58.
 SILVA, Augusto da — 29.
 SILVA, Luciano Pereira da — 72.
 SILVEIRA, Antônio da — 237.
 SILVEIRA, João da — 270, 271, 273, 283, 287, 288, 306, 398, 400.
 SODERINI — 81, 88, 104, 123, 131, 168.
 SODRÉ, Vicente — 233.
 SOLIMÃO, o Grande — 237, 245.
 SNELLIUS — 427.
 SOLÍS, Juan Dias de — 67, 108, 136, 161, 186, 195, 266, 284, 352, 354, 355, 356, 357, 358, 360, 367, 374, 381, 389, 399, 415, 421, 441, 442, 443, 444, 446, 450, 453, 459.
 SOUSA, Martim Afonso de — v. Martim.
 SOUSA, Marcondes, Prof. — 54.
 SOUSA, Lopo de — 412, 413.
 SOUSA, Heitor de — 422.
 SOUSA, Pero Lopes de — v. Pero.
 SOUSAS — 419.
 STÉFANO, Giancarlo — 94.
 STÉFANO, pai do precedente — 94.
 STROZZI — 103, 104, 112, 114, 117, 224.
 STADEN, Hans — 204, 207, 268, 373.
 STOBINICZA — 196.
 SYLVANO — 196.
 SUSANA, filha de Binot de Conneville — 251.
 SURVILLE — 255.
 SULTÃO DE GUZERATE — 314.
 SULTÃO DE MARROCOS — 313.

T

- TALAVERA, grumete — 451, 458.
 TÁVORA, Bernardim de — 309.
 THEVET, André — 207.
 TOKUNGAWA, dinastia — 238.
 TOLOMEU — 92, 93, 110, 190.
 TOSCANELLI — 57, 72, 224.
 TORRE, Andrés del — 135.
 TORREÑO, Nuno Garcia de — 377.
 TRUBENBACH — 100, 153.

U

- UAINA CAPAC — 416.

USODIMARE — 162.
UZIELLI — 100, 153, 224.

V

VACA, Alvar Nuñez Cabeza de — 411.
VACAS, Caterina Fernandes das — 465.
VALBODE OU VALGODE, Catarina de — 465.
VALDIVESO, Alonzo de — 408.
VALOIS — v. Francisco I.
VALSEQUA — 192.
VASCO DA GAMA — 13, 51, 54, 55, 97, 101, 113, 231, 232, 237, 278, 343, 388.
VASCONCELLOS, Jorge de — 51.
VASCONCELLOS, Simão de — 79.
VASCONCELLOS, João Mendes de, embaixador — 266, 355.
VAGLIENTE, Pier — 95, 98, 99, 112.
VASQUES, João — 140.
VASARI — 83.
VAZ, Pero — 434.
VARNHAGEN, F. A. de — 83, 89, 94, 96, 106, 107, 118, 133, 134, 138, 153, 173, 265, 349, 360, 378, 426, 427, 429, 436, 439.
VASSILI IV — 278.
VESPÚCIO — v. Américo.
VESPUCCI, Anastácio — 64.
VESPUCCI, Bartolomeu — 109.
VESPÚCIO, João — 109, 195, 196, 356.
VELEZ DE MENDONÇA — 142.
VERDI, Giuseppe — 272.
VERDI, Gherardo — 82, 90, 101, 122.

VERDI, ou dal Verde, Simão — 103, 196.
VERRAZZANO — 224, 280, 281, 282, 283, 284, 292, 453.
VILLEGAS, Pedro Roiz de — 358.
VIGNAUD, Henri — 72.
VILLEGaignon — 227 (o certo é “gaignon” como por várias vezes corrigimos no texto, mas infelizmente fomos sempre emendados pela revisão, de sorte que agora aproveitamos a oportunidade para apelar aos leitores, que saberão por si acertar este nome).
VINCI, Leonardo da — 350, 441.
VINET — 196, 343.
VIVALDI — 162.
VISCONDE DE DIEPPE — v. Angô.
VOLTAIRE — 161.

W

WALSEEMUELLER, Martin (aliás Illacomylus) — 92, 93, 110.

X

XENOMANES — 292.

Z

ZAMOTO — 238.
ZUKERNIK, D. J. — 289, 294.
ZUÑIGA, embaixador — 389, 443, 444.
ZURARA, ou Azurara, Eanes Gomes de — 74.

Este livro foi composto e impresso nas oficinas da
EMPRÊSA GRÁFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS" S. A.,
à Rua Conde de Sarzedas, 38, São Paulo,
para a
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
em 1961

Exemplar **Nº** . . . 0680 :